

Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora



LUCAS OLIVEIRA RIBEIRO

**AGRICULTURA, COMÉRCIO DE GOMA-ARÁBICA E
DESENVOLVIMENTO NO VALE DO RIO SENEGAL (1785–1845)**

JUIZ DE FORA — MINAS GERAIS
2026

LUCAS OLIVEIRA RIBEIRO

**AGRICULTURA, COMÉRCIO DE GOMA-ARÁBICA E
DESENVOLVIMENTO NO VALE DO RIO SENEGAL (1785–1845)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito para a obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique
Mota Silva

Coordenador: Prof. Dr. Martinho Alves
da Costa Júnior

JUIZ DE FORA — MINAS GERAIS
2026

Lucas Oliveira Ribeiro

**Agricultura, comércio de goma-arábica e desenvolvimento no vale do rio Senegal
(1785–1845)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada a 19 de fevereiro de 2026

BANCA EXAMINADORA



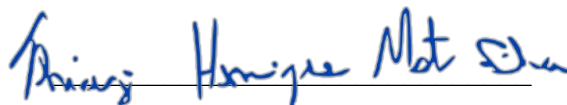
Prof. Dr. Thiago Henrique Mota Silva (Orientador)

Universidade da Califórnia e Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Felipe Silveira de Oliveira Malacco

Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Leonardo Marques

Universidade Federal Fluminense

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ribeiro, Lucas Oliveira.

Agricultura, comércio de goma-arábica e desenvolvimento no vale do rio Senegal (1785–1845) / Lucas Oliveira Ribeiro. -- 2026.
187 p. : il.

Orientador: Thiago Henrique Mota Silva

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. Goma-arábica. 2. Rio Senegal. 3. Desenvolvimento. 4. Comércio. 5. Agricultura. I. Silva, Thiago Henrique Mota, orient. II. Título.

À Palestina, pela qual nossos corações choram todos os dias.

Agradecimentos

Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que permitiu que chegasse até aqui. Todos os dias, antes de dar início a meu trabalho, invocava Seus Nomes, para que orientasse minha escrita, levando-a — e a mim mesmo — aonde quisesse. Se cheguei a um resultado satisfatório, devo-o a Ele. Se houve, contudo, alguns tropeços, devem-se a mim mesmo.

Em segundo lugar, agradeço a minha família. Em especial, meu pai, Antônio, minha mãe, Michelle, minha irmã, Cecília, e meu companheiro, Lawan — assim como meus avós paternos, Antônio e Maria Aparecida, e maternos, Sebastião e Zélia —, foram os responsáveis por possibilitar que dedicasse tantas horas de meu dia a este trabalho. Seu carinho, sua confiança, seu cuidado e sua curiosidade pelo que faço motivaram-me a seguir em frente, mesmo que, por vezes, eu me desesperasse. Se eu pudesse começar a ser a metade do que pensam de mim...

Agradeço, também, a meu orientador, Thiago, que me acompanha desde a graduação. Foi ele quem me colocou neste caminho, e tudo o que sei deve-se a ele.

Finalmente, agradeço a Felipe e a Leonardo por terem aceitado, tão prontamente, a compor minha banca avaliadora. Aprecio, de Felipe, sua amizade ao longo dos anos; de Leonardo, aprecio imensamente o carinho, o entusiasmo e a solicitude.

Quando lhes é dito: “Não corrompeis a terra”, eles respondem: “Estamos somente mantendo a paz”. De fato, são eles os corruptores, embora não o percebam.

O Alcorão, 2:11–12

Resumo

Nesta dissertação, examino o desenvolvimento socioeconômico do vale do rio Senegal entre 1785 e 1845, inter-relacionando o comércio de goma-arábica às relações políticas entre o enclave francês de São Luís e as sociedades da região. Em particular, procurei responder a esta pergunta: como o comércio de goma-arábica se relacionou ao desenvolvimento socioeconômico do vale do rio Senegal oitocentista? Em contraste com interpretações historiográficas que compreendem o período como um prelúdio inevitável à colonização europeia, demonstro que, até meados de Oitocentos, o controle dos recursos comerciais, humanos e naturais permaneceu predominantemente nas mãos de chefes e emires locais. Fundamentando-me na documentação armazenada nos Arquivos Nacionais do Senegal — especialmente relatórios administrativos e tratados econômicos e políticos —, argumento que a intervenção francesa foi fragmentada, incerta e constantemente limitada pela autonomia africana. O conceito francês de *mise en valeur* (em português, desenvolvimento), entendido como um plano para a reorganização agrícola, laboral e territorial, confrontou-se com dinâmicas endógenas de poder que enformavam a circulação, a comercialização e a produção da goma-arábica. O estudo revela que o trato, essencial para o estabelecimento francês, era regulado por lógicas ecológicas, políticas e sociais locais que não somente escapavam ao controle europeu, mas frequentemente condicionavam suas estratégias. Mobilizando debates teóricos sobre desenvolvimento e economia atlântica, esta dissertação argumenta que, no século XIX, o vale do rio Senegal não foi uma antessala do colonialismo, mas, sim, um período de disputas e de reconfigurações, durante o qual as sociedades africanas continuaram definindo os termos de sua integração ao Atlântico.

Palavras-chave: Agricultura; Comércio; Desenvolvimento; Goma-arábica; Rio Senegal.

Abstract

In this thesis, I examine the socioeconomic development of the Senegal River Valley between 1785 and 1845, interrelating the gum Arabic trade with the political relations between the French enclave of Saint-Louis and the societies of the region. I sought to answer this question: how did the gum Arabic trade relate to the socioeconomic development of the Senegal River Valley in the nineteenth century? In contrast to historiographical interpretations that view the period as an inevitable prelude to European colonization, I demonstrate that, until the mid-19th century, control of commercial, human, and natural resources remained predominantly in the hands of local chiefs and emirs. Drawing on documentation stored in the National Archives of Senegal—especially administrative reports and economic and political treaties—I argue that French intervention was fragmented, uncertain, and constantly limited by African autonomy. The French concept of *mise en valeur* (in English, development), understood as a plan for agricultural, labor, and territorial reorganization, was confronted with endogenous power dynamics that shaped the circulation, commercialization, and production of gum Arabic. The study reveals that trade, essential to the French enclave, was regulated by local ecological, political, and social logics that not only escaped European control but often conditioned their strategies. Drawing on theoretical debates about development and the Atlantic economy, this dissertation argues that, in the 19th century, the Senegal River Valley was not an antechamber to colonialism, but rather a period of disputes and reconfigurations, during which African societies continued to define the terms of their integration into the Atlantic.

Keywords: Agriculture; Development; Gum Arabic; Senegal River; Trade.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
<i>Relevância do tema</i>	12
<i>O comércio de goma-arábica</i>	15
<i>O conceito de desenvolvimento</i>	27
<i>A documentação dos Arquivos Nacionais do Senegal</i>	31
<i>Estrutura da dissertação e metodologia</i>	36
CAPÍTULO I: AS SOCIEDADES GOMEIRAS DO VALE DO RIO SENEGAL	43
<i>Desenvolvimento estatal e distúrbios políticos</i>	43
<i>Desequilíbrios sociais e expansão econômica</i>	64
CAPÍTULO II: A IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COLONIAL OU A REAÇÃO À AMEAÇA À AUTONOMIA AGRÍCOLA (1819–1831)	88
CAPÍTULO III: O FRACASSO DO EMPREENDIMENTO COLONIAL OU A AUTOSSUFICIÊNCIA DAS ECONOMIAS OESTE-SAHELIANAS (1831–1845)	127
CONCLUSÕES	172
ANEXO 1	176
REFERÊNCIAS	178

Introdução

É sempre prazeroso quando, depois de alguma apresentação, sou confrontado com a curiosidade de meus colegas a respeito de meu tema. “Como chegou a ele?” talvez seja sua dúvida mais comum. A resposta que lhes dou é sempre alguma variação do seguinte relato: durante minha graduação na Universidade Federal de Viçosa (UFV), meu orientador viajou ao Senegal. Uma visita extremamente profícua aos Arquivos Nacionais do Senegal (ANS), situados em Dacar, significou que seus orientandos, no Brasil, teriam a possibilidade de estudar documentos interessantíssimos sobre a África Ocidental pré-colonial. Pela primeira vez, ali, deparei-me com tratados comerciais e políticos estabelecidos entre as autoridades africanas e europeias do vale do rio Senegal. Embora a documentação fosse lacunar, estava clara, para mim, a importância do comércio de goma-arábica para a economia da região durante o século XIX. Depois de certificar-me de que raios se trata, afinal, a goma-arábica, surpreendi-me com o fato de tão pouco ter sido escrito sobre sua história. Em poucas palavras, a goma-arábica (em árabe, *al-ilk*) é uma secreção resinosa extraída do *Senegalia senegal* — também conhecido como *Acacia senegal* —, um arbusto espinhoso endêmico da margem meridional do deserto do Saara, o Sahel. De certo modo, é mais preciso dizer que meu tema chegou a mim.

Minha curiosidade pela história econômica da África Ocidental rapidamente se transformou em uma investigação de iniciação científica. Beneficiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), procurei conhecer as consequências econômicas, políticas e sociais do comércio de goma-arábica para as sociedades do vale do rio Senegal. À altura, concluí que o trato contribuiu para o armamento e para o enriquecimento das camadas mais elevadas das sociedades africanas. Não obstante, a longo prazo, suas consequências para a estabilidade econômica, política e social da região mostraram-se danosas. Para minha alegria, a investigação esteve entre as mais bem classificadas do

Simpósio de Integração Acadêmica de 2023 da UFV e veio a concretizar-se em meu trabalho de conclusão de curso (TCC).

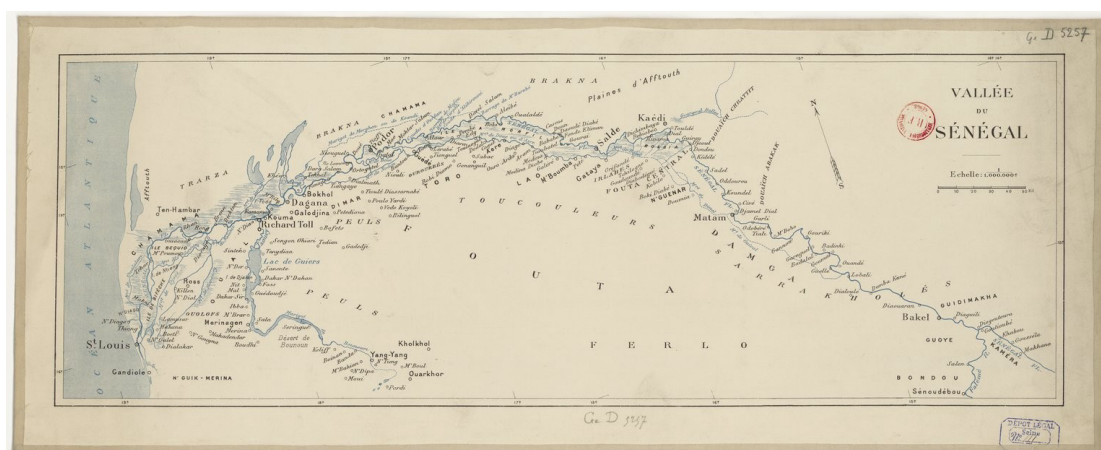
Graças a mais um investimento da FAPEMIG, a essência de meu argumento manteve-se no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mas foi complexificada. Em grande medida, explico-o pelo crescimento de meu corpo documental: desta vez, pude comparar os tratados comerciais e políticos com os quais trabalhara a relatórios de administradores do enclave¹ francês de São Luís (em jalofo, Ndar), fundado na foz do rio Senegal em 1659. Além disso, meu interesse pela questão do desenvolvimento socioeconômico, timidamente expresso em meu TCC, tornou-se central em minha dissertação: aqui, a pergunta a que procurei responder foi “como o comércio de goma-arábica se relacionou ao desenvolvimento do vale do rio Senegal oitocentista?”. Como hipótese, defendi a ideia de que a administração são-luisense se esforçou para desenvolver (*mettre en valeur*) a região durante a década de 1820. Contudo, seus planos encontraram vários obstáculos: entre eles, o fato de que sua atuação no vale do rio Senegal estava condicionada às relações comerciais e políticas locais. Meus achados levaram-me a concluir, em contraste com interpretações tradicionais, que o século XIX não significou um prelúdio à colonização para o vale do rio Senegal. Pelo contrário, o Oitocentos deve ser compreendido como um período de disputas e de ressignificações para as sociedades da região.

É interessante explicitar, aqui, como esta dissertação se distancia de meu trabalho de conclusão de curso. Naquele momento, argumentei que o comércio de goma-arábica foi igualmente importante para o enclave de São Luís e para as sociedades do vale do rio Senegal. Utilizando somente os tratados econômicos e políticos que fundamentaram o primeiro capítulo deste trabalho, produzi uma leitura enviesada do fenômeno em questão. Agora, parece-me possível concluir que o trato euro-africano foi menos central para as sociedades africanas do que previamente assumido. Seu contato comercial com o interior do continente, mesmo que somente brevemente explorado pelos relatórios administrativos, traz à luz uma realidade mais complexa, em que a circulação de

¹ Embasando-me em Felipe Malacco (2025, p. 78), utilizo o conceito de enclave para caracterizar as fortificações europeias construídas na África Ocidental. Por definição, a palavra premedita a existência de outros Estados, os africanos, com os quais as fortificações europeias mantinham relações de dependência.

mercadorias² distintas, ao lado daquelas de destinação atlântica, possibilitou que uma certa dependência relativamente à economia são-luisense não se desenvolvesse.

Este estudo estende-se entre os anos de 1785 e de 1845, em decorrência das limitações de meu corpo documental. Tanto os relatórios administrativos quanto os tratados euro-africanos atêm-se convenientemente ao mesmo intervalo temporal. Por seu turno, a delimitação espacial da dissertação corresponde ao vale do rio Senegal — palco para o desenvolvimento do comércio de goma-arábica entre comerciantes africanos e europeus do século XVII ao XX. Localizado no Sahel Ocidental, o vale do rio Senegal posiciona-se entre o deserto do Saara, ao norte, e a savana africana, ao sul. Conhecido em árabe como *Bilād Shinqīt* (ou Terra de Chingueti, uma cidade fundada no planalto de Adrar no século XIII), o Sahel Ocidental tornou-se um importante centro comercial e intelectual islâmico durante a Idade Média.³



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Imagem 1: Mapa do vale do rio Senegal. 1906. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8444239z>. Acesso em: 13 jan. 2026.

Os limites entre o Saara e o Sahel costumam ser estabelecidos climatologicamente. Enquanto regiões que recebem menos de 200 milímetros de chuva

² Embasando-me em Karl Marx, compreendo “mercadoria” como toda coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaça necessidades humanas. Também é necessário que ela possua valor de uso e seja transferida socialmente por meio da troca. Sobre a mercadoria, veja o primeiro capítulo de Marx, 1990.

³ Lydon, 2009.

por ano são consideradas saarianas, aquelas que recebem entre 200 e 600 milímetros anuais de chuva são consideradas sahelianas. Ao sul, há ainda mais uma divisão entre as regiões sudanesas, que recebem entre 600 e 1.300 milímetros de chuva anualmente, e as guineenses, cuja precipitação ultrapassa 1.300 milímetros anuais. As fronteiras culturais e socioeconômicas entre o Saara e o Sahel são, entretanto, consideravelmente mais fluidas. Segundo Olivier Walther e Denis Retaillé, o Sahel pode ser mais bem caracterizado como um espaço de circulação, divorciado do Grande Deserto somente pela ciência colonial.⁴ Esta dissertação corrobora seus argumentos, demonstrando como as margens meridional e setentrional do rio Senegal facilmente extrapolam tentativas de sistematização.

Todo o meu percurso — desde o primeiro encontro com os tratados euro-africanos até o amadurecimento metodológico e teórico proporcionado pelo mestrado — contribuiu para o direcionamento de meu olhar para a relação entre a agricultura, a economia, a política e a sociedade no vale do rio Senegal oitocentista. Assim, nesta dissertação, proponho-me compreender como foram tecidos os laços entre o enclave de São Luís e as sociedades da África Ocidental. Juntos, eles procuram chamar à atenção uma realidade africana muito mais interessante do que a que os documentos franceses inicialmente sugerem — uma realidade em que as complexidades econômicas, políticas e sociais locais foram a norma. Os capítulos seguintes resultam, portanto, de um esforço de análise atento às limitações das abordagens coloniais e à valorização de perspectivas africanas na construção de sua própria história.

Relevância do tema

No início do século XXI, os meios de comunicação aclararam as dificuldades experimentadas pelas sociedades sahelianas. Os especialistas afirmam que sua instabilidade pode ser explicada por processos econômicos, políticos e sociais regionais.⁵ Os receios midiáticos e políticos costumam referir-se ao crescimento do fundamentalismo

⁴ Walther; Retaillé, 2021.

⁵ N'Diaye, 2021.

islâmico e das ondas migratórias para o Ocidente. Mais recentemente, as consequências da crise climática para as comunidades sahelianas também despertaram o interesse de organizações internacionais. Em que pese suas motivações econômicas e hegemônicas, é seguro afirmar que, nos próximos anos, o comércio de goma-arábica voltará a desempenhar um papel significativo na região.

Nesse sentido, nas décadas de 2010 e de 2020, intensificaram-se as ações de instituições como o Banco Mundial e a Organização do Mundo Islâmico para Educação, Ciência e Cultura destinadas a restabelecer o comércio de goma-arábica na África Ocidental. Seus esforços articulam-se respectivamente ao desenvolvimento econômico de comunidades rurais e à criação do Grande Muro Verde — uma iniciativa ambiciosa que pretende refrear a expansão do deserto do Saara por meio do reflorestamento da orla saheliana, desde o oceano Atlântico até o mar Vermelho.⁶ A plantação de acácias e o restabelecimento do comércio de goma-arábica contribuiriam, nesse sentido, para minimizar os impasses ecológicos e econômicos enfrentados pela população local. Contudo, para serem plenamente compreendidas, iniciativas contemporâneas de reativação do comércio e de reflorestamento necessitam de uma regressão histórica às relações fundiárias entre os séculos XIX e XX.

Independentemente de sua correspondência com a realidade, os discursos historiográficos e midiáticos frequentemente pintam um retrato pessimista das sociedades sahelianas. Boubacar N'Diaye, por exemplo, argumenta que, embora a Mauritânia apresente o potencial para tornar-se o país mais rico do cinturão saheliano, seus entraves parecem incontornáveis.⁷ O fato de encontrar-se, intermitentemente, sob um regime militar desde a década de 1970, de embasar-se fortemente em uma identidade árabe compartilhada pela minoria de sua população e de ter experimentado, mais recentemente, o crescimento do fundamentalismo islâmico contribui para uma tal imagem. Entretanto, mesmo que o autor explicita as causas recentes da instabilidade mauritana, o peso do passado colonial e pré-colonial da região é menosprezado.

Segundo N'Diaye, uma vez que a Mauritânia nunca foi considerada como uma colônia viável, o Estado mauritano não herdou qualquer infraestrutura da ocupação

⁶ Gum Arabic supports green growth in Mauritania, 2016; ICESCO launches program..., 2023.

⁷ N'Diaye, 2021.

francesa. Não obstante, não se pode negar que os efeitos de séculos de contato com comerciantes europeus tenham sido sentidos no interior do deserto. Como denuncia Walter Rodney, “O caráter determinante do curto período do colonialismo e suas consequências negativas para a África derivam, principalmente, do fato de que o continente perdeu poder”.⁸ O processo de subdesenvolvimento africano não começou de um dia para o outro; nas palavras de Leila Hernandez, as relações estabelecidas entre africanos e europeus provocaram, ao longo do tempo, uma roedura das sociedades locais.⁹ Por isso, entender o passado profundo da região permite não somente esclarecer sua situação atual, mas, também, reconhecer a adaptabilidade e a complexidade das sociedades do deserto.

Infelizmente, pouco foi escrito sobre o comércio de goma-arábica até o momento, particularmente no que se refere a suas manifestações no interior das sociedades saarianas. Na segunda metade do século XX, Philip Curtin e James Webb Junior contribuíram decisivamente para a apreensão quantitativa do comércio gomeiro;¹⁰ Webb Junior, em especial, estabeleceu vínculos importantes entre as transformações ecológicas experimentadas pelo Sahel Ocidental e o desenvolvimento das estruturas econômicas e políticas das sociedades da região. Trabalhos mais recentes, como os de Kazuo Kobayashi, ampliaram nossa compreensão da economia regional durante o século XIX.¹¹ Não obstante, permanecem escassos os estudos qualitativos sobre o trato. À vista disso, esta dissertação dedica-se a analisar as reações das sociedades africanas às pressões europeias pelo desenvolvimento no contexto do comércio de goma-arábica.

Nesse sentido, este estudo procura abordar tanto necessidades passadas quanto presentes. Esforços como o de revitalizar o comércio de goma-arábica são parcialmente motivados por preocupações com o meio ambiente, recentemente exacerbadas pela crise climática. No entanto, eles também perpetuam um padrão mais antigo de intervenções externas nas economias africanas. Argumento que tais esforços desenvolvimentistas frequentemente ignoraram as necessidades reais das populações por eles contempladas,

⁸ Rodney, 2022, p. 254-255.

⁹ Hernandez, 2005.

¹⁰ Curtin, 1975; Webb Junior, 1995a.

¹¹ Kobayashi, 2017.

de modo que foram historicamente desafiados, negociados ou subvertidos pelos próprios africanos — uma evidência de sua capacidade de ação frente a imposições estruturais.

O comércio de goma-arábica

As sociedades da margem setentrional do rio Senegal, chamadas de “mouras” na documentação francesa, foram fundamentais para a circulação da goma-arábica. O designador foi utilizado por administradores e viajantes franceses para referir-se às comunidades nômades do deserto do Saara. O uso de “mouro” decorre de representações europeias sobre a África Setentrional: os “mouros” encontrados pelos navegadores europeus seriam os descendentes dos atlantes descritos pelos antigos.¹² Tratava-se de explicar o desconhecido por uma tradição intelectual familiar. Por outro lado, as sociedades saarianas entendem-se, variadamente, como descendentes de amazigues, árabes e diversas outras povoações humanas (fulas, jalofo, mandingas etc.) que se estabeleceram na região ao longo do tempo.¹³ A partir do século XVII, a fundação dos emirados Brakna, Dowiche e Trarza reorientou os rumos do comércio de goma-arábica no vale do rio Senegal.

Internamente, as sociedades do Sahel Ocidental também desenvolveram seus próprios mecanismos de hierarquização racial. Segundo Bruce Hall, o surgimento do racismo na região — compreendido como um conjunto de representações da diferença humana que estabelece uma relação direta e supostamente inalterável entre as características físicas, intelectuais e morais de um indivíduo — esteve ligado à expansão do Islã. À medida que a inserção na cultura árabe-islâmica passou a ser socialmente valorizada, as nobrezas intelectuais e políticas saarianas começaram a construir genealogias que as conectavam a figuras centrais da história islâmica. Nesse contexto, ser “branco” (*bīḍān*) dizia menos respeito às características físicas propriamente ditas do que à reivindicação dessas conexões genealógicas. Em contrapartida, a condição de “negro”

¹² Golbéry, 1802, p. 295-296.

¹³ Hall, 2011; Nobili, 2012.

(*sūdān*) passou a ser definida pela ausência desses vínculos e, por extensão, pela exterioridade em relação ao Islã.¹⁴

Como observa José Rivair Macedo, o desenvolvimento do comércio transaariano de seres humanos contribuiu para aprofundar ainda mais a fenda racial existente entre as sociedades saarianas e aquelas abaixo do Grande Deserto. Uma vez que, na jurisprudência islâmica, somente não muçulmanos podiam ser escravizados, as comunidades associadas à “negritude” e à incredulidade tornaram-se o alvo de expedições levadas a cabo por guerreiros identificados como “brancos”. Desse modo, a distinção de cor foi progressivamente convertida em um princípio de degradação e de hierarquização social.¹⁵

Embora importante, o comércio não foi o único ofício dos agentes mencionados nos documentos. O desempenho de funções intelectuais, políticas, pastoris e religiosas caracterizaram o dia a dia das comunidades do Sahel oitocentista. A circulação de papel em mercados locais, intensificada pelo comércio com os europeus, contribuiu para o desenvolvimento intelectual de autoridades religiosas, como os marabutos Darmankour. Marabutos são sacerdotes muçulmanos que se dedicam ao aconselhamento de representantes políticos, ao comércio e ao ensino das ciências islâmicas em escolas religiosas. Por sua vez, o pastoreio foi desempenhado em uma relação de complementaridade com a agricultura desenvolvida no alto vale do rio Senegal. No auge do comércio de goma-arábica, o milheto produzido no imanado de Fuuta Tooro, localizado no interior da África Ocidental, foi fundamental para a alimentação dos coletores e dos comerciantes da região. No século XIX, os tributos solicitados pelos emirados a comerciantes africanos e europeus também constituíram uma fonte de renda significativa. Os emires Trarza e Brakna apresentaram-se aos europeus como detentores dos bosques de acácias e oficializaram-se como intermediários entre eles e os comerciantes saarianos.

¹⁴ Hall, 2011, p. 58.

¹⁵ Macedo, 2021, p. 116.



Imagem 2: Mapa da África Ocidental, delimitando os principais emirados do Sahel oitocentista.¹⁶

As sociedades sahelianas são maioritariamente muçulmanas. Não demorou muito para que, depois de seu surgimento, na península Arábica do século VII, o Islã cruzasse o Grande Deserto. A partir de então, as comunidades locais converteram-se em ritmos variados. A saber, de acordo com Thiago Mota, sua transmissão às sociedades da margem meridional do rio Senegal por sacerdotes saarianos data de tão cedo quanto o século XV.¹⁷ Durante o século XIX, a mesma classe sacerdotal foi central para o abastecimento dos mercados da região com a goma-arábica. O estatuto jurídico da mercadoria chegou a

¹⁶ Lydon, 2009, p. XXIII.

¹⁷ Mota, 2018, p. 110.

fomentar acalorados debates jurídico-teológicos no interior do deserto.¹⁸ Finalmente, o Islã influenciou as relações estabelecidas entre africanos e europeus no continente. O uso do árabe como *lingua franca* no vale do rio Senegal talvez seja o mais claro indício de seu impacto. Também foram comuns invocações ao nome divino para dar início a negociações.¹⁹ Por isso, sustento que os contatos euro-africanos foram facilitados pelo recurso a um universo sagrado comum, embasado nas religiões abraâmicas.²⁰

As sociedades da África e da Europa utilizam a goma-arábica há centenas de anos. Nas sociedades europeias, seus usos incluíam o dimensionamento de tecidos, a douração, o enrijecimento de chapéus, a preparação de doces e a produção de cola, papel e tinta.²¹ Nas sociedades saarianas, suas funções compreendiam o alimentação, o espessamento de bebidas, o envernizamento de paredes de barro, a pintura de madeira, a produção de cola e de cosméticos e o tratamento de certas enfermidades, como a diarreia.²² Curiosamente, a goma-arábica também desempenhou um papel central no florescimento da cultura literária em ambos os continentes: na África, misturavam-na com carvão e com água ou saliva para produzir tinta (*samgha*); na Europa, empregavam-na como aglutinante para encadernar livros.²³ A partir do século XVII, seus usos estenderam-se consideravelmente, em decorrência da industrialização do continente nortista; em especial, as indústrias de tecido europeias passaram a servir-se da goma-arábica para produzir a chita.²⁴ Na atualidade, seu emprego concentra-se nas indústrias alimentícia e farmacêutica de todo o mundo.²⁵

¹⁸ Ould-Cheikh, 2024.

¹⁹ Sobre a presença de elementos islâmicos em relações contratuais, veja Mota, 2016.

²⁰ Não quero dizer, com isso, que suas relações tenham sido isentas de conflitos — somente que cristãos e muçulmanos encontraram um ponto em comum em sua formação religiosa compartilhada, acessando-a ocasionalmente.

²¹ Webb Junior, 1985, p. 149.

²² Webb Junior, 1995a, p. 99.

²³ Lydon, 2009, p. 103-104.

²⁴ Webb Junior, 1995a, p. 99.

²⁵ Frazão-Moreira, 2013.



Imagem 3: A goma-arábica. Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cf/%D8%A7%D9%84%D8%B5%D9%85%D8%BA_%D8%A7%D9%84%D8%B9%D8%B1%D8%A8%D9%8A.jpg. Acesso em: 30 mar. 2026.

A árvore produtora da goma-arábica, *Senegalia senegal*, pertence ao gênero *Senegalia*. Trata-se de uma árvore pequena, que alcança de 5 a 12 metros de altura, e espinhosa. Suas populações concentram-se na margem meridional do deserto do Saara, conhecida como Sahel, estendendo-se da Mauritânia à Somália. As árvores também crescem dispersamente na margem setentrional do Saara e em regiões de planaltos desertos. Na Mauritânia, elas localizam-se nas regiões de Trarza, Brakna, Assaba, Guidimakha, Gorgol, Hodh El Gharbi e Hodh El Charqui. Infelizmente, a crescente desertificação tem causado seu desaparecimento, sobretudo nas regiões de Brakna e de Gorgol.²⁶ Existem diferentes sistemas de extração da goma-arábica, variando segundo a forma de propriedade fundiária, a natureza das populações de acácias, e as técnicas utilizadas para sua coleta. Amélia Frazão-Moreira distingue entre a exploração extensiva em que a coleta é realizada por meio de apanha, em Trarza, Hodh El Gharbi e Hodh El

²⁶ Frazão-Moreira, 2013, p. 1.

Charqui, e a exploração intensiva, caracterizada pela extração após a realização de incisões nos troncos das árvores com instrumentos tradicionais, em Assaba e Guidimakha, ou com instrumentos modernos, em Guidimakha.²⁷ Embora suas observações sobre a exploração da goma-arábica sejam recentes, é possível extrapolá-las para séculos anteriores. A exploração extensiva da resina, em particular, já é referida em documentos oitocentistas.

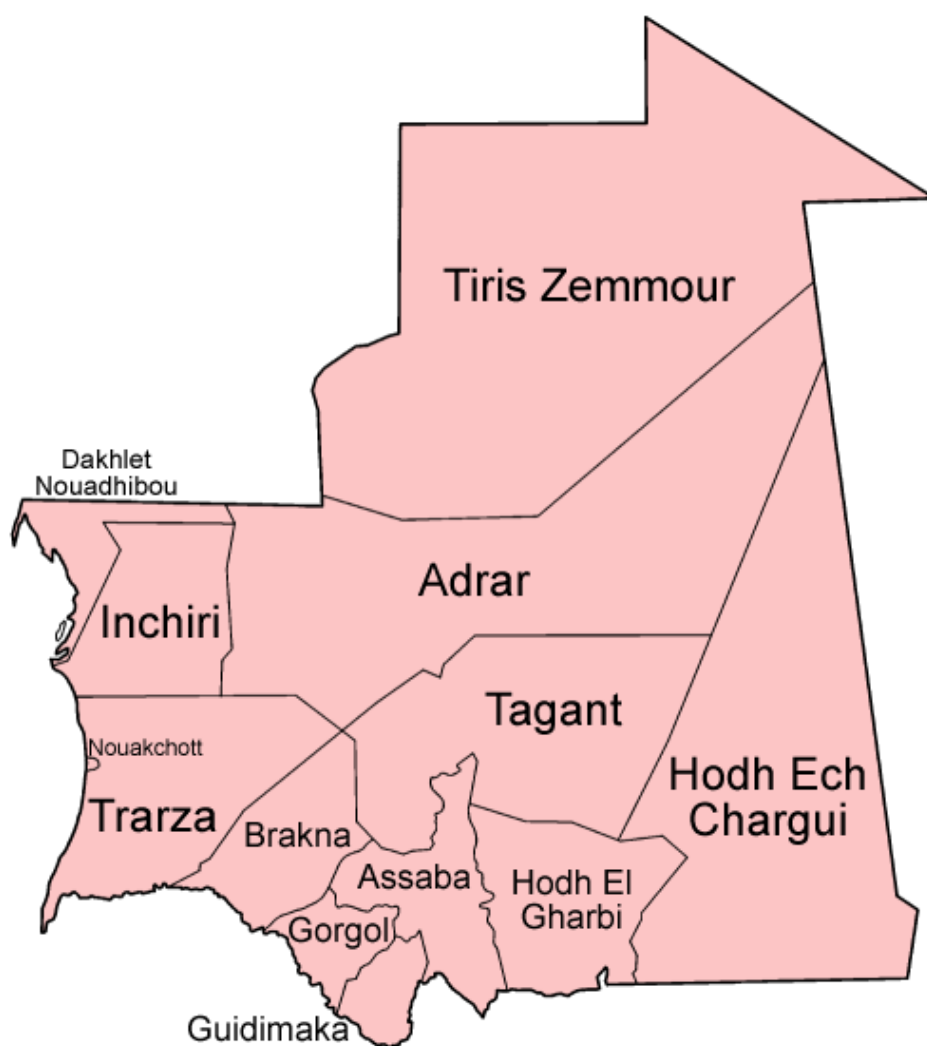


Imagem 3: Mapa das regiões políticas da Mauritânia. Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mauritania_regions_english.png. Acesso em: 13

jan. 2026.

²⁷ Frazão-Moreira, 2013, p. 10.

O funcionamento do comércio de goma-arábica dependia da contribuição de trabalhadores empregados em diferentes setores. No século XIX, sua coleta cabia, em particular, a trabalhadores escravizados (*bḍūla*) sujeitos à autoridade dos emires e de sacerdotes muçulmanos. Segundo James Webb Junior, cerca de cinquenta indivíduos ocupavam-se das florestas de acácia quotidianamente, coletando entre um e três quilogramas da resina por dia.²⁸ Ainda em Oitocentos, a coleta iniciava-se em novembro, quando se aproximavam os ventos secos oriundos do Oriente. Em especial, o Harmatão, um vento frio e seco proveniente do nordeste do deserto do Saara, carregava areia suficiente para impactar negativamente a agricultura, o clima e a saúde das comunidades da África Ocidental. Mas o estresse que causava às cascas das acácias entre novembro e março possibilitava que a coleta mais volumosa da goma fosse realizada entre os meses de abril e maio.²⁹ Anualmente, cerca de oitocentos gramas eram secretados dos pequenos arbustos espinhosos.³⁰

As condições laborais enfrentadas pelos coletores eram precárias, sendo o manejo das acácias particularmente penoso em decorrência dos espinhos que recobriam seus galhos. Além disso, indivíduos escravizados foram raramente integrados nas sociedades saarianas.³¹ Hall defende que, embora a escravidão saariana não fosse primordialmente caracterizada pelo preconceito racial, hierarquizações raciais — fundamentadas no mito camítico de que os negros, supostos descendentes de Cam, carregam consigo a mancha da incredulidade, sendo, por isso, legalmente escravizáveis de acordo com o direito islâmico — eram comuns.³² Assim, como argumenta Chouki El Hamel, as comunidades de fiéis frequentemente foram de encontro à mensagem islâmica, que determina a igualdade de todos os seres humanos perante Deus, para beneficiar-se materialmente.³³ O desenvolvimento do comércio de goma-arábica, incentivado pela demanda europeia pela mercadoria, foi acompanhado da escravização de um número cada vez maior de indivíduos, por meio de invasões a comunidades estabelecidas na margem meridional do

²⁸ Webb Junior, 1985, p. 154-155.

²⁹ Curtin, 1975, p. 216.

³⁰ Webb Junior, 1985, p. 153.

³¹ Webb Junior, 1985, p. 154-155.

³² Hall, 2011.

³³ El Hamel, 2013.

rio Senegal. Tais incursões foram facilitadas, por sua vez, pelo armamento adquirido como tributo. A escravidão saariana tampouco terminou quando foi criminalizada pelas autoridades europeias em meados de Oitocentos — pelo contrário, ela mantém-se, ilegalmente, até a atualidade.³⁴

Depois de coletada, caravanas transportavam a goma-arábica até os mercados situados às margens do rio Senegal para que fosse comercializada com os europeus. As caravanas (em árabe, *qāfila*) constituíram, durante séculos, o principal meio de transporte de mercadorias através do deserto do Saara. No século XIX, distinguiram-se dois tipos: o primeiro, menor e de caráter inter-regional, levava mercadorias variadas e sal aos mercados do sul — aqui, inseriam-se as caravanas responsáveis por transportar a goma-arábica ao vale do rio Senegal; o segundo, maior e de vocação transaariana, conectava os centros comerciais oeste-africanos aos mercados da África Setentrional. As caravanas menores contavam de centenas a alguns milhares de camelos, enquanto as maiores frequentemente ultrapassavam esse número.³⁵ Embora o comércio caravaneiro fosse praticamente limitado a homens e meninos, a preparação de uma caravana podia durar cerca de um ano e envolvia toda a comunidade.³⁶

Nas margens do rio Senegal, comerciantes africanos e europeus encontravam-se em mercados denominados “escalas” (*escales*) e controlados pelos potentados locais. Entre novembro e janeiro, durante o pequeno trato (*petite traite*), quantidades reduzidas da goma-arábica eram negociadas. Por sua vez, o grande trato (*grande traite*), realizado entre janeiro ou fevereiro e julho, correspondia ao período de maior atividade econômica da região.³⁷ A goma era comprada por peças de Guiné — pedaços de tecido índigo amplamente valorizados por sua qualidade e tonalidade entre os comerciantes saarianos. Apesar de seu nome, as peças de Guiné provinham de manufaturas têxteis da cidade indiana de Pondichéri.³⁸ Assim, fazem-se explícitas as conexões existentes entre os mercados da África, da Ásia e da Europa já no século XVIII.

³⁴ A Mauritânia foi o último país do mundo a abolir a escravidão, em 1981. A criminalização da prática, datada de 2007, é ainda mais recente.

³⁵ Lydon, 2009, p. 214.

³⁶ Lydon, 2009, p. 232.

³⁷ Webb Junior, 1995a, p. 118-119.

³⁸ Curtin, 1975, p. 237.

De acordo com Curtin, o funcionamento do comércio realizado no rio Senegal assentava-se em uma hierarquia de comerciantes:

O termo mais abrangente para pessoas envolvidas em qualquer forma de comércio era comerciante (*commerçant*), e o topo da pirâmide de comerciantes era ocupado pelos negociantes (*négociants*), que atuavam no comércio de importação e de exportação com a metrópole francesa e eram, em sua maioria, franceses, e não senegaleses. O próximo degrau em riqueza e em importância era ocupado pelos mercadores varejistas (*marchands détaillants*), comerciantes varejistas que poderiam importar diretamente da França, mas que não estavam envolvidos no comércio de exportação. Finalmente, entre aqueles cujo negócio se concentrava principalmente em São Luís ou em Gorée, estavam os licenciados (*licenciés*) — lojistas licenciados, comerciantes, operadores de cabarés e similares.³⁹

Contudo, a realização do comércio nos mercados à beira-rio cabia, principalmente, aos *laptots*. A origem do termo “laptot” é incerta, mas uma das hipóteses sugere que advém da combinação entre a palavra *matelot* (marinheiro, em francês) e a expressão jalofo *lappato bi*, que faz referência a uma de suas funções principais: a de intermediários ou intérpretes.⁴⁰ Após a proibição da introdução de novos trabalhadores escravizados em possessões francesas, em 1823, um número considerável de *laptots* passou a integrar a categoria jurídica de temporariamente contratados (*engagés à temps*), cujas condições de trabalho não eram muito diferentes das da escravidão.⁴¹ Naturais, em sua maioria, do interior da África Ocidental, os *laptots* ajudaram a suprir a demanda por mão de obra dos estabelecimentos franceses nas primeiras décadas do século XIX. Como evidencia Juliana Farias, os *laptots* foram fundamentais para o desenvolvimento econômico do enclave de São Luís.⁴²

É importante salientar o contexto socioeconômico do final da década de 1810. Segundo Farias, o governo da Restauração Francesa, engajado no combate ao comércio de seres humanos, acatou as determinações do Congresso de Viena, em 1814–1815, e do Tratado de Paris, em 1814. Em seguida, uma ordenança real de 7 de janeiro de 1817,

³⁹ Curtin, 1975, p. 129.

⁴⁰ Farias, 2022, p. 306.

⁴¹ Klein, 1998, p. 23-24.

⁴² Farias, 2022.

ratificada pela legislação de abril de 1818, estabeleceu o confisco das embarcações envolvidas no tráfico de trabalhadores escravizados. Seus capitães seriam punidos, e os indivíduos escravizados a bordo seriam apreendidos e empregados em obras públicas.⁴³ A criminalização do comércio de seres humanos afetou tanto a economia das sociedades africanas quanto a das europeias. Ainda que o comércio de trabalhadores escravizados tenha sido abolido, a escravidão persistiu, ali, até 1847; na prática, o próprio tráfico de seres humanos perdurou na década de 1820.

O estudo de tratados estabelecidos entre a administração são-luisense e os emirados saarianos para a realização do comércio de goma-arábica, desenvolvido no Capítulo I, possibilitou-me concluir que o comércio senegalês contribuiu para desestabilizar econômica, política e socialmente a região.⁴⁴ Por meio de suas trocas com os europeus, uma série de mercadorias provenientes da Europa e de suas colônias americanas, como o açúcar, espelhos e papel, entraram nas redes comerciais saarianas, mas, entre elas, encontravam-se balas, espingardas, pólvora e outros artigos militares. Seu usufruto, por parte da aristocracia saariana, significou a invasão de comunidades em ambas as margens do rio Senegal e, consequentemente, a escravização de mais indivíduos. Embora o período contemplado por minha análise não me permita corroborá-los, certos autores, como Raymond Taylor, ainda argumentam que o contato prolongado com o comércio de goma-arábica reduziu algumas das sociedades africanas à dependência econômica.⁴⁵ Portanto, é necessário o recurso a diferentes escalas de análise para compreender as consequências do comércio com os europeus, movidos pelo aumento constante da demanda industrial, para as sociedades do vale do rio Senegal.

O comércio de goma-arábica intensificou-se entre os séculos XVIII e XIX. A criminalização do comércio de seres humanos, em particular, contribuiu para impulsioná-lo no vale do rio Senegal — afinal, no contexto de transição para o comércio “legítimo”, a administração francesa teve de encontrar meios para adaptar suas fontes de rendimento à nova situação.⁴⁶ No século XIX, as exportações são-luisenses da resina aproximavam quinhentas toneladas métricas anuais.⁴⁷ Entre 1818 e 1837, o valor anual total do

⁴³ Farias, 2022, p. 284.

⁴⁴ Ribeiro, 2024.

⁴⁵ Taylor, 1995.

⁴⁶ Para uma introdução à crise de adaptação, veja Law, 1995.

⁴⁷ Klein, 2009, p. 151.

comércio local aumentou de dois para doze milhões de francos; durante a década de 1840, cerca de três mil mercadores participavam no comércio gomeiro.⁴⁸ Enquanto isso, no interior do deserto, quantidades significantes da mercadoria eram transportadas até os mercados marroquinos, de onde seguiam para a África Setentrional e para a Europa.⁴⁹ No imaginário coletivo da época, o comércio de goma-arábica representava um caminho rápido e promissor para o enriquecimento.⁵⁰

Tabela 1: Estimativas e retornos das exportações do vale do rio Senegal (excetuando a Costa da Goma), 1687–1797. ⁵¹					
	Goma-arábica		Escravos		
	Quantidade (toneladas métricas)	Valor (libras esterlinas)	Quantidade	Valor (libras esterlinas)	
1687	200	914	100	340	
1693	294	1.342	200	448	
1718	2.200	2.723	650	3.419	
1750	1.028	3.557	1.050	15.120	(1753)
1784	339	15.135	1.500	41.280	(Média para 1769–1978)
1793–7 (média)	339	9.594	-	-	

Gráfico 1: Número de habitantes do enclave de São Luís em 1817, 1830 e 1844.⁵²

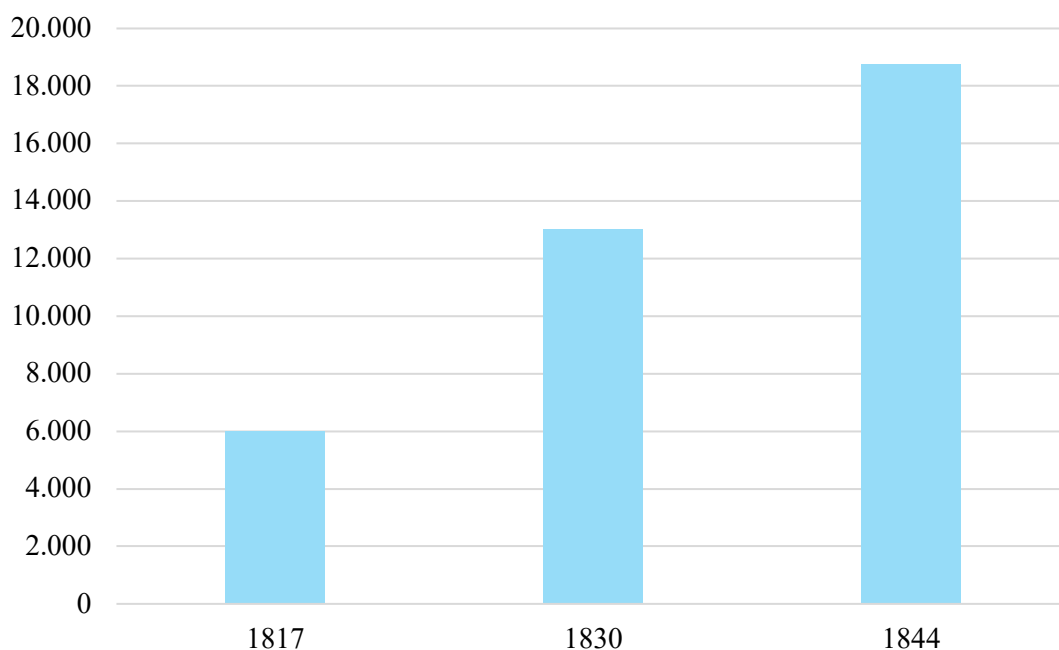
⁴⁸ Webb Junior, 1985, p. 156.

⁴⁹ Lydon, 2009, p. 135.

⁵⁰ Webb Junior, 1985, p. 156.

⁵¹ Webb Junior, 1985, p. 151.

⁵² Webb Junior, 1985, p. 155. Para os dados referentes a 1844, ANS, s. 13G, 13G22, p. 96. v. 2.



Entre as décadas de 1870 e de 1880, o comércio de goma-arábica definhou progressivamente. Os especialistas sinalizam para dois fatores distintos, mas interligados. O primeiro foi o contraste entre uma demanda cada vez maior pela mercadoria e um entendimento relativamente limitado de seu ciclo natural. Como resultado, suscitou-se uma crise comercial, marcada pela importação exagerada de peças de Guiné, por um lado, e pela escassez da mercadoria disponível localmente, por outro. Os tecidos indianos também inflaram os mercados do interior do Saara.⁵³ O segundo fator, de natureza externa, está relacionado ao aumento da produção da resina na colônia inglesa do Sudão. A partir de meados do século XIX, os preços da goma oriunda da África Ocidental estavam muito elevados, e o Sudão nilótico retomou o lugar que ocupara por aproximadamente trezentos anos como principal fornecedor da resina para a Europa.⁵⁴ Embora o comércio de goma-arábica tenha decaído após a década de 1870, caravanas permaneceram ativas na região, transportando o “ouro” saariano até os mercados senegaleses, e além, ao longo do século XX.

⁵³ Webb Junior, 1985, p. 164.

⁵⁴ Curtin, 1975, p. 217.

O conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é polissêmico, assumindo sentidos distintos de acordo com o contexto histórico e seu enunciador — além de ser disputado politicamente. Em *Como a Europa subdesenvolveu a África*, originalmente publicado em 1972, Walter Rodney apoia-se nas teorias da dependência e do subdesenvolvimento, formuladas por autores como André Gunder Frank e Celso Furtado, para localizar as origens do subdesenvolvimento africano em sua relação histórica com a Europa. Naquele momento, o conceito de desenvolvimento assumiu um outro significado, expondo-se como a solução lógica para o crescimento socioeconômico dos países africanos recém-independentes. Para Rodney, o subdesenvolvimento pode ser caracterizado como a perda de poder, isto é, “a capacidade de defender os próprios interesses e, se necessário, impor a vontade por qualquer meio disponível”.⁵⁵ Em contrapartida, o desenvolvimento econômico pode ser compreendido como a capacidade crescente de uma sociedade de explorar seus recursos humanos e naturais. O melhoramento de suas forças produtivas — seus conhecimentos, suas ferramentas, suas técnicas etc. — possibilita que o desenvolvimento aconteça. Trata-se, portanto, de um processo social mais do que de um processo puramente econômico.⁵⁶

Em sua resenha de *Como a Europa subdesenvolveu a África*, de 2022, Ana Lúcia Araújo discute as contribuições duradouras do livro de Rodney para a historiografia africanista. Araújo reconhece que os argumentos do autor frequentemente carecem de nuances, mas ressalta que, no momento de sua escrita, ainda não existiam estudos aprofundados sobre muitas das regiões abordadas. Mais recentemente, algumas de suas afirmações vêm sendo contestadas. Entre elas, citem-se a de que africanos escravizados foram vendidos por mercadorias malfeitas e a de que europeus sempre estiveram em posição de vantagem em suas transações com os comerciantes locais.⁵⁷ Ainda assim — e admitindo que a publicação de Rodney permanece axial para nossa compreensão do

⁵⁵ Rodney, 2022, p. 254-255.

⁵⁶ Rodney, 2022.

⁵⁷ Araújo, 2022.

passado africano —, afirmo que os esforços desta dissertação foram mais bem despendidos na complexificação dos argumentos que inicialmente formulara.

Em 1973, um ano depois do lançamento de *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Samir Amin e Cherita Girvan argumentaram que o subdesenvolvimento africano resulta de relações desiguais estabelecidas com a Europa desde o século XVII. Até aquele momento, as sociedades africanas não teriam sido mais desfavorecidas do que as do restante do mundo. Entretanto, com o advento do mercantilismo europeu, os primeiros passos negativos puderam ser dados, em decorrência da exportação forçada de seres humanos para a América. Assim como para Rodney, a dependência africana em relação à Europa completou-se somente quando o imperialismo transformou a África em uma periferia do mundo capitalista — o que teria sido possibilitado pelas trocas desiguais de produtos agrícolas africanos por produtos industriais europeus.⁵⁸ Embora não esteja explícito, para Amin e Girvan, o desenvolvimento de uma sociedade parece pautar-se pelo melhoramento de suas forças produtivas, e seu subdesenvolvimento, pela impossibilidade de usufruto de suas produções. Tanto a perspectiva de Rodney quanto a de Amir e Girvan diferenciam-se de como o conceito de desenvolvimento costuma ser utilizado hoje.

Como argumenta Benedetta Rossi, na contemporaneidade, o conceito de desenvolvimento é mais bem compreendido como uma forma de governo. Quando mobilizado no cenário internacional, ele é geralmente acompanhado de uma linguagem que destaca problemas de ordem principalmente quantitativa, como o combate à desertificação ou o incremento da produção agrícola.⁵⁹ Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento remonta a meados do século XX. No que se refere à presença francesa na África, a conferência de Brazzaville, realizada em 1944, representou um ponto de inflexão na política externa da França, que passou a pautar-se cada vez mais pela intervenção direta da metrópole no desenvolvimento econômico e social de suas colônias. Dois anos depois, em 1946, a França instituiu os Fundos de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES), com o intuito de direcionar capital para o desenvolvimento de seus territórios coloniais.⁶⁰ Após a Segunda Guerra Mundial, os

⁵⁸ Amin; Girvan, 1973.

⁵⁹ Rossi, 2015, p. 22.

⁶⁰ Rossi, 2015, p. 203.

esforços pelo desenvolvimento passaram de uma relação entre uma metrópole e suas colônias para um projeto generalista voltado à resolução dos problemas de sociedades “subdesenvolvidas”. Em decorrência do Programa de Quatro Pontos de Harry Truman, de 1949, a lógica do Plano Marshall para a reconstrução da Europa e para o refreamento do comunismo expandiu-se como “ajuda” para o Terceiro Mundo.⁶¹ O desenvolvimentismo, completa a autora, hoje se disfarça de a-histórico, apolítico e cego às relações sociais: “Tudo o que ele pretende fazer é melhorar, e quem poderia argumentar contra isso?”.⁶²

Em um artigo de 2010, Frederick Cooper buscou contrabalançar as críticas ao desenvolvimento, reconstruindo sua trajetória. Ele conceitua-o como projetos estatais que, redirecionando recursos fora da lógica de mercado, objetivam melhorar as condições para o crescimento econômico e os padrões de vida. Por ser matéria de Estado, o desenvolvimento necessariamente reproduz desigualdades e relações de poder. Não há dúvidas, segundo Cooper, de que as raízes do desenvolvimento remontam ao período colonial — mas ele não se reduz à antiga “missão civilizadora”. Após a Segunda Guerra Mundial, a França e a Inglaterra passaram a tratá-lo como um instrumento para a recuperação de sua legitimidade imperial, fundamentando-se em um padrão etnocêntrico de modernidade baseado na América do Norte e na Europa. Entretanto, com o fortalecimento do Estado de bem-estar europeu em meados do século XX, bem como com a abertura de certas vias de cidadania nas colônias, o desenvolvimento tornou-se cada vez mais uma questão de reivindicação de direitos. Foi, em vez disso, o processo de descolonização que definiu o desenvolvimento como uma relação desigual entre Estados: diante da proliferação de Estados pequenos e pouco poderosos, líderes nacionais priorizaram vínculos de patronagem com corporações, instituições financeiras internacionais e países ricos mais do que alianças com países similarmente pobres. Cooper observa ainda que, embora comunidades indígenas detenham conhecimentos valiosos sobre o uso de seus recursos naturais, seus dirigentes não agem menos movidos por interesses do que especialistas estrangeiros. Embora válidas, “críticas não trazem água encanada para aqueles que não a têm”.⁶³ Quando Estados são incapazes de fornecer

⁶¹ Rossi, 2015, p. 240.

⁶² “All it seeks is to improve, and who could argue with that?” Rossi, 2015, p. 254.

⁶³ “critiques do not bring piped water to people who lack it” Cooper, 2010, p. 6.

uma infraestrutura básica, economias predatórias de extração tendem a disseminar-se. Por isso, é mormente necessário perguntar quem intervém, por que motivos, por meio de quais relações e para que fins.⁶⁴

Nesta dissertação, tanto o conceito de desenvolvimento de Rodney quanto o de Rossi serão mobilizados. Embora a ideia de desenvolvimentismo como uma forma de governo só surja no cenário internacional posterior à Segunda Guerra Mundial, é possível identificar valores similares em documentos das décadas de 1820 e de 1830, especialmente mediante o conceito de *mise en valeur* (em português, desenvolvimento). É notório que a mesma expressão reapareça no vocabulário político de cerca de cem anos depois, entre as décadas de 1920 e de 1940, com um sentido praticamente idêntico ao dos documentos oitocentistas. Como explica Rossi, “*Mise en valeur* justificava investimentos voltados ao melhoramento da produtividade de recursos coloniais. O trabalho local era necessário à implementação de projetos coloniais, e ele precisava respeitar os regimes laborais coloniais. O governo francês precisou criar sujeitos coloniais cuja conduta se encaixaria nos ideais e nas expectativas de governamentalidade colonial”.⁶⁵ Como será demonstrado no Capítulo II, durante as décadas de 1820, políticas desenvolvimentistas procuraram intensificar a produtividade agrícola do vale do rio Senegal a partir, sobretudo, da mobilização da mão de obra local. Apesar de as circunstâncias em que o conceito foi utilizado terem variado consideravelmente no decorrer do século, o uso que dele se fez permitirá compreender como as expectativas francesas de desenvolvimento socioeconômico foram desafiadas pelas sociedades do Sahel Ocidental.

Já no Capítulo III, o conceito de desenvolvimento de Rodney, pautado pela centralidade do poder, foi adaptado para que compreendamos como as economias do vale do rio Senegal se mantiveram independentes do comércio Atlântico até a metade do século XIX, em um irônico contraste com o que argumenta o próprio autor. Nele, procurei demonstrar que as redes comerciais e políticas da região, fundamentais para o sucesso de qualquer empreendimento francês, se mantiveram concentradas nas mãos de mandatários africanos. Sua capacidade de ação, de auto-organização e de decisão foram preservadas

⁶⁴ Cooper, 2010.

⁶⁵ Rossi, 2015, p. 165-166.

por meio de suas estratégias comerciais e políticas, o que constitui, conforme o próprio conceito de Rodney, uma das principais características do desenvolvimento.

A documentação dos Arquivos Nacionais do Senegal

Esta dissertação fundamenta-se no estudo de relatórios administrativos e de tratados euro-africanos datados de entre 1785 e 1845. Armazenados nos Arquivos Nacionais do Senegal, os documentos permitem-nos contextualizar as relações entre africanos e europeus no vale do rio Senegal oitocentista. Os relatórios administrativos e os tratados euro-africanos complementam-se frequentemente: os relatórios costumam manifestar os interesses das autoridades francesas na região, que se concretizam nos tratados estabelecidos com as sociedades autóctones. A diversidade de seus assuntos — que se estendem, entre outras coisas, do comércio à diplomacia, à educação e à saúde — confirma-os como fontes ricas para a história da África Ocidental pré-colonial.

Por um lado, os relatórios administrativos circularam entre autoridades governamentais francesas — a exemplo de governadores e ministros —, sendo endereçados tanto a futuros administradores de São Luís quanto a superiores hierárquicos. Eles documentam a situação administrativa, econômica, jurídica e militar do enclave de São Luís, assim como suas relações diplomáticas com os emirados e os reinos circundantes, e foram produzidos para o consumo do próprio corpo administrativo francês. Nesse sentido, os relatórios administrativos constituem uma fonte particularmente interessante para a história da África Ocidental, evidenciando, ao mesmo tempo, os interesses e as dificuldades enfrentadas pela administração são-luisense na região. Além disso, eles podem ser encarados como uma ferramenta necessária para a reprodução e para a sobrevivência dos estabelecimentos franceses oeste-africanos, ao manter tanto a administração local quanto a metropolitana atualizadas sobre sua atuação no continente. Os relatórios administrativos são, assim, responsáveis pela preservação de uma tradição de ideias, de preconceitos e de valores que inevitavelmente informariam seu comportamento político.

À medida que avança o século XIX, os relatórios administrativos tornam-se reveladores de uma administração que, percebendo-se constrangida por seus vizinhos africanos e europeus, se esforça para fazer valerem suas reivindicações. A recomendação de determinados administradores, como Pierre-Édouard Brou (1786–1862), é que seus sucessores se atenham a um comportamento político conciliatório, desinteressado, firme e imparcial em relação às sociedades africanas: “Essa recomendação, igualmente útil para os agentes da Companhia e para os do governo, exige ainda algo mais por parte destes últimos, que, chamados a cada momento a fazer justiça, devem ter todo o desinteresse e a imparcialidade dos juízes”.⁶⁶ Os memorandos ornaram-se de uma linguagem racionalista, situando a administração francesa em oposição ao caráter supostamente bárbaro e irracional das populações autóctones. Por isso, torna-se perceptível que os relatórios administrativos decorrem dos esforços de burocratização e de racionalização de uma sociedade largamente vulnerável. A transmissão de uma memória administrativa parece-lhes fundamental para a introdução de funcionários provenientes do além-mar em grande medida não familiarizados com a realidade econômica, política e social de seus novos cargos, os quais, para todos os efeitos, não durariam muito. Os relatórios administrativos são essenciais para conferir alguma linearidade à atuação francesa na África Ocidental e para preservar, ao longo de diferentes governos, seus interesses principalmente econômicos na região. O caráter aparentemente linear da documentação é, portanto, mais confeccionado do que real — resultado da fragilidade do enclave de São Luís relativamente às sociedades africanas.

Por outro lado, os tratados euro-africanos são, em sua maioria, documentos bilíngues — escritos em francês e em uma língua utilizada localmente, como o árabe ou o jalofo — e estruturalmente simples (veja, por exemplo, a Imagem 4). Eles iniciam-se com a identificação de seus signatários e dos motivos de sua contratação. Em seguida, delineiam os direitos e as responsabilidades de cada parte envolvida. Por fim, notam a data e o local de sua contratação, conjuntamente com os lugares a que serão destinadas suas cópias e com as assinaturas das testemunhas. Os documentos contam, no máximo, algumas dezenas de páginas e, como os relatórios administrativos, encontram-se

⁶⁶ “Cette recommandation également utile aux agents de la Compagnie et à ceux du gouvernement, exige pour être encore quelque chose de plus de la part de ces derniers, qui, appelés à chaque instant à rendre la justice, doivent avoir tout le désintéressement et l’impartialité des juges.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 124. v. 1.

corrompidos pelo tempo. Os tratados podem ser compreendidos como o testemunho escrito de processos diplomáticos entre as sociedades africanas e europeias estabelecidas na região, possibilitando que tecessem laços econômicos e políticos enquanto navegavam seus múltiplos interesses materiais.



Imagem 4: Tratado estabelecido entre a companhia de comércio francesa e o emir Ahmad Mokhtar a 10 de maio de 1785.

Os relatórios administrativos e os tratados euro-africanos possuem várias características em comum. Tanto uns quanto os outros apresentam fissuras, rasuras e desgastes diversos, em decorrência de suas condições de armazenamento.

Consequentemente, sua transcrição é lacunar, limitando o desenvolvimento de uma compreensão satisfatória dos processos sócio-históricos registrados. Além disso, é necessário enfatizar que os documentos privilegiam uma perspectiva elitista e francesa do passado oeste-africano. As menções a classes desprivilegiadas e a vozes de personalidades africanas são raras e, quando presentes, pouco detalhadas. Por isso, é preciso tomar certos cuidados metodológicos, como o recurso a uma leitura a contrapelo e crítica da documentação, caso se pretenda escapar aos lugares-comuns da historiografia colonial. Em contrapartida, os relatórios administrativos e os tratados euro-africanos diferem-se em um aspecto importante: enquanto os relatórios administrativos apresentam um caráter introvertido (voltado para a própria administração francesa), os tratados são extrovertidos, servindo de instrumentos diplomáticos entre o enclave de São Luís e as demais sociedades da região. Assim, os documentos selecionados complementam-se uns aos outros.

A deterioração da documentação relaciona-se, em parte, à condição de seu armazenamento nos ANS. Como argumentam Matheus Pereira e Ricardo Roque, é fundamental conhecer o estado em que nossos documentos se encontram para a realização de nossas investigações.⁶⁷ Nesse sentido, como informa Ndéye Diallo, o Serviço dos Arquivos Nacionais do Senegal — instituído pelo decreto 959 de 1º de julho de 1913 e promovido a Direção dos Arquivos do Senegal a 21 de julho de 1977 — constitui um verdadeiro complexo documental, contemplando uma biblioteca administrativa, jurídica e histórica, um centro documental administrativo e jurídico e um serviço de arquivos. Ainda que seja indispensável ao conhecimento do passado de toda a África Ocidental, a instituição vem enfrentando diversos desafios: ainda em 2015, a ausência de um edifício responsivo a suas necessidades acarretava, entre outras coisas, uma preservação precária de seu acervo e a saturação de seus depósitos.⁶⁸

Os ANS armazenam os documentos da administração do enclave de São Luís pelo menos do século XVIII em diante. Os relatórios administrativos e os tratados euro-africanos selecionados remontam a um período do passado oeste-africano caracterizado por instabilidades econômicas, políticas e sociais. Convém citar, por exemplo, o

⁶⁷ Pereira; Roque, 2022.

⁶⁸ Diallo, 2016.

estabelecimento do imanado de Fuuta Tooro em 1775, em decorrência das Revoluções Islâmicas, e o crescimento da influência francesa sobre o vale do rio Senegal a partir de meados de Oitocentos. No período estudado, a autoridade francesa sobre a África Ocidental foi limitada, como evidenciado tanto pelas contestações de outros poderes europeus quanto pelos desafios enfrentados localmente. Decerto, o administrador Brou, mencionado anteriormente, refere-se às relações estabelecidas com as sociedades da região como “a parte mais difícil e delicada da administração desta colônia”.⁶⁹ Ao evidenciar as relações de poder constitutivas das conexões estabelecidas entre São Luís e as sociedades africanas na primeira metade do século XIX, esta dissertação pretende contribuir com uma historiografia mais recente sobre a África. Nos últimos anos, em especial, vem-se questionando a impressão anacrônica de uma administração colonial estruturada antes do século XX.⁷⁰

Entre as décadas de 2010 e de 2020, multiplicaram-se os trabalhos referentes a diversos aspectos das sociedades da África Ocidental, no Brasil. O crescimento da área relaciona-se diretamente à promulgação da lei 10.639/2003, que regulamenta o ensino da cultura e da história das populações africanas e afro-brasileiras nas instituições educativas nacionais. Para nossos propósitos, as investigações sobre o comércio, a política e o trabalho entre as sociedades da Senegâmbia são particularmente relevantes.⁷¹ É imperioso observar que as universidades brasileiras têm impulsionado a renovação do campo africanista no mundo, a partir de sua perspectiva enraizada no Sul Global. Em vez de abordar exaustivamente suas contribuições nesta seção, esta dissertação integrará seus argumentos nos capítulos seguintes, apoiando-se neles para tecer uma narrativa

⁶⁹ “la partie la plus difficile et la plus délicate de l’administration de cette colonie” ANS, s. 13G, 13G22, p. 112. v. 1.

⁷⁰ Farias, 2022; Malacco, 2023; Mota, 2025.

⁷¹ Citem-se, por exemplo, AULER, J. **A cera dos rios da Guiné ao oceano Atlântico: A participação de africanos no comércio de cera de abelha na Senegâmbia (1570–1640)**. 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022; CRUZ, R. **Traduzindo o império francês no Sudão ocidental: Os papéis dos intermediários africanos (1850–1870)**. 2024. 313 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024; FARIAS, 2022; MALACCO, F. Goma-arábica: Produção saheliana, demanda atlântica, poder senegambiano (séc. XVII). **Esboços**, [s. l.], v. 31, n. 57, p. 162–178, 2024; MALACCO, F. **História social do comércio na Senegâmbia**. 2023. 284 f. Tese (Doutoramento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023; MOTA, T. Guests in foreign lands: Land control and ownership in Greater Senegambia in the face of the Portuguese presence (16th and 17th centuries). In: SAAVEDRA, M. (org.). **Ownership regimes in the Iberian world (1500-1850): The normative role of kinship and community**. Leiden: Koninklijke Brill, 2025. p. 78–111; MOTA, 2018; MOTA, T. Muslims for and against slavery: Debates on the European abolitionism within the Muslim elite of Saint-Louis, Senegal (1844). **Slavery & Abolition**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 230–253, 2024.

bibliograficamente fundamentada sobre a relação entre o comércio de goma-arábica e o desenvolvimento socioeconômico do vale do rio Senegal oitocentista.

Estrutura da dissertação e metodologia

O conceito de representação, desenvolvido por José da Silva Horta na década de 1990, contribui especialmente para uma análise crítica dos documentos de origem europeia sobre a África. Em poucas palavras, representações são a tradução de uma realidade exterior que se observou e que está, no momento de sua evocação, ausente. As representações dizem respeito, nesse sentido, mais ao observador do que ao observado. Por isso, Horta sugere que o processo de decodificação das fontes é potencializado por uma aproximação antropológica ao pensamento do observador. Assim, as representações europeias concernem tanto à história da África quanto à história da Europa e vice-versa.⁷²

No que diz respeito a este estudo, os relatórios administrativos selecionados são repletos de representações, comumente negativas, sobre as sociedades do vale do rio Senegal. As povoações do Saara Ocidental, em particular, são caracterizadas como bravas e trapaceiras, incapazes de compreender qualquer lei senão a do talião. Entende-se que essas descrições, longe de reproduzirem inquestionavelmente a realidade, são indissociáveis de um movimento de comportamentos e de interesses concretos na região. Os comerciantes saarianos seriam, nesse sentido, descritos como parceiros comerciais pouco confiáveis, uma vez que facilmente se aproveitariam das condições do mercado para negociar com diferentes comerciantes europeus ou para, se necessário, recuar com suas mercadorias para o interior do deserto. Essas representações, frequentemente mediadas pelas experiências das sociedades ao sul do rio Senegal — vítimas constantes de suas pilhagens —, baseavam-se, em outros momentos, em observações assumidamente indiretas. Portanto, é notório como o conhecimento (e o desconhecimento) das condições internas das sociedades do deserto do Saara foi utilizado para legitimar o avanço dos interesses franceses na região.

⁷² Horta, 1994.

Mais tarde, José d'Assunção Barros explorou o conceito de dialogismo. Segundo o autor, documentos dialógicos são aqueles que encerram, dentro de si, diversas vozes sociais. Eles também podem ser chamados de fontes polifônicas — isto é, detentoras de várias vozes. Um exemplo pertinente oferecido por Barros é o dos relatos de viajantes europeus que estiveram na África, na América do Sul ou na Ásia. Ao entrarem em contato com sociedades diferentes das suas, os viajantes esforçaram-se para transmitir a seus leitores aquilo que observaram e presenciaram. Em vista disso, os historiadores necessitam estar especialmente atentos aos filtros e às mediações particulares àqueles que investigam.⁷³ Em nosso caso, os relatórios administrativos e os tratados econômicos selecionados, produzidos por funcionários franceses estacionados na África Ocidental, podem ser facilmente caracterizados como fontes dialógicas.

Nesse sentido, Mota discute a relação entre a escrita europeia e a oralidade africana. Segundo o autor, embora as informações fornecidas por viajantes europeus sejam frequentemente concebidas como produtos de seu olhar, elas podem ser mais bem compreendidas enquanto frutos de seu ouvir. Os memoriais dos viajantes Almada, Álvares e Donelha, em particular, decorrem simultaneamente de suas experiências na África Ocidental e dos dados coletados de interlocutores africanos e luso-africanos. Assim, seus textos são dotados de uma cultura oral. Por isso, Mota caracteriza suas fontes como luso-africanas, em detrimento de somente “portuguesas”. Os documentos — conforme Barros, completamente dialógicos — também estão cobertos de filtros: os viajantes procuraram compreender práticas africanas para atender às demandas da administração portuguesa e da Companhia de Jesus.⁷⁴ A oralidade é um elemento constitutivo dos documentos selecionados para este estudo e, em alguns casos, é explicitamente referida. Caso pretendamos escrever uma história da África fundamentada em uma perspectiva endógena, faz-se, portanto, imperativo estar ciente das vozes africanas em nossa documentação, assim como dos motivos que ocasionaram sua confecção e sua circulação.

Já Regiane Mattos, em *As dimensões da resistência em Angoche*, usa um vasto corpo documental — que inclui correspondências, memórias, ofícios, relatórios

⁷³ Barros, 2012.

⁷⁴ Mota, 2014.

administrativos e relatos de viagem, localizados em arquivos de Lisboa, Maputo, Paris, Rio de Janeiro e São Paulo — para investigar a formação de uma coligação de chefes e de sultões de Angoche, Quitangonha, Sangage e Sancul, estabelecidos no norte de Moçambique oitocentista. A autora utiliza um método promissor para o estudo de sua documentação, de origem europeia: a realização de uma “virada interpretativa” — necessária para compreender melhor os enredamentos das sociedades africanas e, mesmo, suas relações com as povoações europeias. A partir de seu exame, Mattos conclui que o objetivo da coligação leste-africana foi preservar a autonomia política, ameaçada pelas investidas portuguesas, dos governantes locais. O comércio, o Islã — compartilhado pelas sociedades em questão — e as relações de lealdade que estabeleceram possibilitaram que permanecessem em contato constante e se mobilizassem com mais facilidade.⁷⁵

Guiando-me por uma virada interpretativa, notei que, apesar de mapas franceses ordenadamente localizarem os emirados Brakna, Dowiche e Trarza na margem setentrional do rio Senegal, é necessário compreender que as sociedades saarianas não se conformavam às noções europeias de territorialidade, sendo caracterizadas por uma mobilidade interna elevada. Em vista disso, Benedetta Rossi cunha o conceito de cinetocracia (*kinetocracy*) para argumentar que, diferentemente de Estados territoriais centralizados, as sociedades saarianas manifestavam o poder principalmente por meio do controle sobre o movimento dos indivíduos. Dessa forma, o acesso a recursos necessários à sobrevivência podia ser garantido.⁷⁶ Por sua vez, administradores franceses reconheciam o caráter transitório dos assentamentos saarianos, frequentemente se referindo a seus territórios como “países ocupados” (*pays occupés*), mas insistiam no estabelecimento de uma fronteira intransponível entre as margens meridional e setentrional do rio Senegal. Nesse sentido, o uso do conceito de fronteira desértica de Webb Junior é pertinente na medida em que a “fronteira” foi definida mais por seu caráter conectivo do que segregador.⁷⁷

Finalmente, o desenvolvimento da história das mercadorias no Brasil, de que são representantes Alexsander Gebara e Leonardo Marques, tem contribuído para uma construção menos reducionista do conhecimento sobre redes de circulação de

⁷⁵ Mattos, 2018.

⁷⁶ Rossi, 2015.

⁷⁷ Webb Junior, 1995a.

mercadorias no passado, particularmente no que diz respeito ao oceano Atlântico. Isso explica-se pelo reconhecimento da necessidade de percorrer todos os estágios da existência de uma determinada mercadoria, superando o contraste entre dinâmicas “externas” e “internas”.⁷⁸ Na medida em que tenciono compreender o impacto do comércio de goma-arábica sobre as estruturas fundiárias e políticas do Sahel Ocidental, teço uma narrativa que inter-relaciona a produção, a distribuição, a troca e o consumo da resina saheliana. Meu objetivo é oferecer um estudo que considera, simultaneamente, processos ecológicos, econômicos e políticos.

O uso de ferramentas digitais também foi fundamental para o desenvolvimento desta investigação. Em particular, o aplicativo Notion, popularmente conhecido por sua utilidade para a organização de tarefas do dia a dia, foi utilizado para etiquetar e para organizar as passagens da documentação selecionada em um banco de dados. Como se percebe na Imagem 5, dividi minha tabela em sete seções: Número de identificação; Tipo; Livro; Página; Trecho; Etiquetas; e Comentários. Assim, pude distribuir minhas passagens individualmente, associando-as a um código específico, tipo documental (relatório administrativo ou tratado euro-africano), livro (volume 1 ou 2), página, etiquetas e análises e comentários gerais. Por sua vez, a criação de etiquetas como “Agricultura”, “Goma-arábica”, “Meio ambiente”, “Mulheres” e “Trabalho” possibilitou que visualizasse e trabalhasse minhas passagens em grupos temáticos, com o intuito de facilitar a continuidade narrativa e a construção argumentativa. Este é somente um exemplo de como o mundo virtual pode ser utilizado, e, até mesmo, ressignificado, para a realização dos estudos históricos. Além disso, o serviço de inteligência artificial ChatGPT foi usado especificamente para a revisão de trechos pontuais. Mesmo após suas sugestões, os trechos foram novamente revisados e modificados pelo autor.

⁷⁸ Marques; Gebara, 2023.

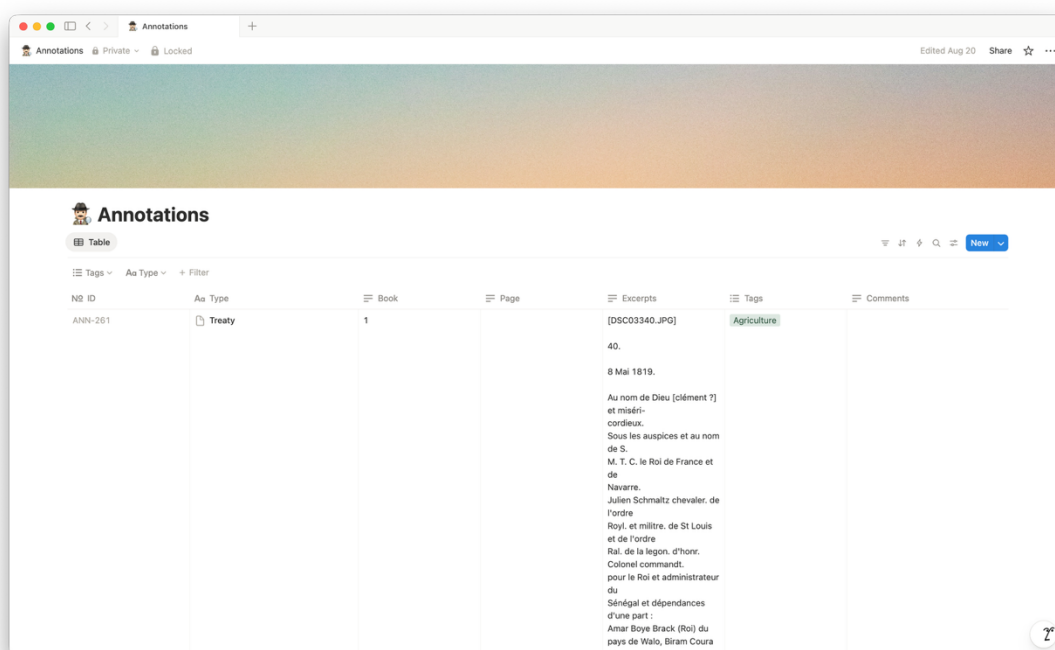


Imagem 5: Interface do aplicativo Notion.

Por conseguinte, esta dissertação apoia-se em um fundamento metodológico sólido. Os métodos da História Social permitiram que compreendêssemos melhor o impacto do comércio de goma-arábica sobre as relações fundiárias e políticas das sociedades do Sahel Ocidental. Dessa forma, pretende-se contribuir para a atualização de nossos conhecimentos sobre o passado oeste-africano, a partir de lentes posicionadas no Sul Global. No primeiro capítulo, intitulado *As sociedades gomeiras do vale do rio Senegal*, procuro conhecer as consequências econômicas, políticas e sociais do comércio de goma-arábica para as sociedades da margem setentrional do vale do rio Senegal durante o século XIX. Conhecidas como “mouras” pelos administradores franceses, elas foram responsáveis pelo abastecimento dos mercados à beira-rio com a goma-arábica. Uma análise crítica de tratados comerciais e políticos estabelecidos entre africanos e europeus instrumentalizou-me para argumentar que o comércio de goma-arábica contribuiu para o enriquecimento e para a militarização das camadas sociais mais elevadas das sociedades saarianas. Além disso, ela permitiu-me sustentar que o contexto econômico, caracterizado pela criminalização do comércio de seres humanos na década de 1810 e pela expansão do comércio francês na região, demandou a subjugação, senão a escravização, de um número cada vez maior de trabalhadores africanos para o trabalho

agrícola. Assim, concluí que o comércio de goma-arábica desempenhou um papel significativo na intensificação da instabilidade econômica, social e política enfrentada pelas sociedades do vale do rio Senegal. Para este capítulo, foram selecionados os tratados que mencionam o comércio de goma-arábica explicitamente. Os documentos foram, então, submetidos a uma leitura a contrapelo, objetivando-se compreender como as sociedades africanas foram impactadas por seu comércio com a administração do enclave de São Luís a curto e a longo prazo.

No segundo capítulo, intitulado *A implementação do empreendimento colonial ou A reação à ameaça à autonomia agrícola (1819–1831)*, voltei-me para as respostas das sociedades do vale do rio Senegal ao empreendimento colonial agrícola promovido pela administração são-luisense durante a década de 1820. Convencionou-se argumentar que o empreendimento colonial procurou sanar as dificuldades econômicas relacionadas ao comércio de goma-arábica enfrentadas pelo enclave francês.⁷⁹ Entretanto, os documentos possibilitaram-me perceber outros elementos que, em minha perspectiva, foram mais relevantes: citem-se, por exemplo, o aumento dos recursos econômicos de São Luís e, supostamente, das sociedades africanas; o estabelecimento de alianças militares; e, pelo menos retrospectivamente, o desenvolvimento civilizacional e moral da população local. Nesse sentido, é possível argumentar que o empreendimento colonial possuiu um caráter desenvolvimentista. Interessantemente, os documentos demonstram que a iniciativa francesa foi amplamente contestada por diferentes camadas sociais das sociedades africanas. As lavouras francesas foram constantemente confrontadas com deserções, invasões e revoltas locais. Este capítulo fundamenta-se na análise de passagens que registram a implementação e, eventualmente, o abandono das propriedades agrícolas europeias, levando-me a concluir que os planos desenvolvimentistas franceses não respondiam às necessidades reais das sociedades da região.

Finalmente, no terceiro capítulo, intitulado *O fracasso do empreendimento colonial ou A autossuficiência das economias oeste-sahelianas (1831–1845)*, retomo o fracasso do empreendimento colonial, discutido anteriormente, para examinar a reorientação do enclave de São Luís em direção ao comércio no vale do rio Senegal. Tomando o comércio de goma-arábica como um fio narrativo, o capítulo demonstra que,

⁷⁹ Barry, 1972; Webb Junior, 1995a.

entre as décadas de 1830 e de 1840, as redes comerciais e políticas da região permaneceram controladas por autoridades africanas. O estudo de relatórios administrativos e de tratados euro-africanos possibilitou-me defender que, longe de terem sido substituídas pelas caravelas, redes comerciais internas, controladas por autoridades africanas, possibilitaram que as sociedades da região não se tornassem dependentes de seu comércio com os europeus. A documentação francesa, embora pouco detalhada, oferece indícios de que uma malha de redes comerciais se espalhava do interior do Saara até a Gâmbia, transportando mercadorias que, como a goma-arábica e o sal, certificavam que os comerciantes africanos não estivessem dependentes de um único mercado consumidor. Diante de sua alta mobilidade, a administração francesa necessitou recorrer a estratégias para atrair os comerciantes africanos para seus armazéns. Em vez de representar uma submissão ao comércio atlântico, a história do comércio de goma-arábica desnuda a continuidade de modelos locais de organização laboral, produção e redistribuição. Assim, e ainda que Rodney não o considere aplicável à África do século XIX, argumento que é possível compreender o Oitocentos como caracterizado por uma forma de desenvolvimento endógeno, em um sentido próximo ao do conceito formulado pelo autor: a preservação da capacidade das sociedades africanas de dirigir seus conhecimentos técnicos, seus recursos e seu trabalho em seu próprio benefício.

Capítulo I

As sociedades gomeiras do vale do rio Senegal (1785–1845)

Desenvolvimento estatal e distúrbios políticos

Marabutos Darmankour

A 2 de maio de 1785, administradores de São Luís estabeleceram um tratado com sacerdotes muçulmanos conhecidos como marabutos Darmankour. Léonard Durand, diretor da companhia de comércio francesa responsável pela exploração comercial da região, acompanhava-os. Segundo o próprio tratado, as autoridades africanas e europeias estavam em busca de estreitar suas relações econômicas. Durand buscava, em nome de sua companhia, monopolizar o comércio de goma-arábica realizado no rio Senegal. A regularização do comércio gomeiro foi a principal motivação do encontro:

Desejando todas as partes estabelecer entre si uma perfeita união, uma amizade constante e regras positivas sobre tudo o que pode interessá-las para o comércio da goma durante todo o tempo do privilégio da companhia e todo o tempo ainda que aprovar a S. M. [isto é, a Sua Majestade] de prolongá-lo, são acordados os artigos seguintes.⁸⁰

Os marabutos Darmankour — conhecidos em seu idioma original, o árabe, como Idaw al-Hajj — estabeleceram-se no Sahel Ocidental durante o século XVIII. Ali, como

⁸⁰ “Désirant toutes parties établir entre-elles une parfaite union, une amitié constante et des règles positives sur tout ce qui peut les intéresser pour la traite de la gomme pendant tout le temps du privilège de la compagnie et tout le temps encore qu’il plairait à S. M. de le prolonger, sont convenus des articles suivans [...]” ANS, s. 13G, 13G1, p. 10.

seu nome sugere, popularizaram-se como professores do Islã. Um marabuto é um sacerdote muçulmano, e suas atividades incluem a educação religiosa e a pregação. Por sua vez, “Darmankour” é o nome pelo qual são conhecidos em jalofo, um idioma amplamente utilizado no Senegal. É provável, então, que, pelo menos inicialmente, os contatos entre os franceses e os marabutos tenham sido intermediados pelas comunidades jalofo, como demonstra a evidência linguística. Durante os séculos XVI e XVII, a cidade de Ouadane, localizada no norte da Mauritânia atual, estava sob o controle dos marabutos Darmankour. A rede comercial que ali estabeleceram se estendeu tanto que alcançou, posteriormente, a margem meridional do rio Senegal.⁸¹ Assim, percebemos que as lógicas organizacionais das sociedades da região extrapolavam as fronteiras étnicas e territoriais posteriormente delegadas a elas pelos Estados colonial e independente.

O número considerável de mãos de papel demandadas pelos sacerdotes muçulmanos aos comerciantes europeus durante o século XIX dá testemunho de sua proficiência intelectual. Mota percebe, desde pelo menos o século XVII, uma grande demanda por papel na África Ocidental. A mercadoria era utilizada por intelectuais muçulmanos para a confecção de Alcorões — o livro sagrado do Islã —, de amuletos e de textos jurídicos e religiosos. Como afirma o historiador, “tais dados [...] apontam para uma vida intelectual dinâmica na Senegâmbia [...]”, caracterizada pelo crescimento do Islã entre as comunidades locais por pregadores estrangeiros, dos quais são um exemplo os marabutos Darmankour, e nativos.⁸²

Abdel Ould-Cheikh explora como intelectuais saarianos utilizaram o papel importado da Europa durante o século XIX.⁸³ Em 1850, diante do conflito entre o emir Trarza Muhammad al-Habib e o general Louis Faidherbe, o comércio de goma-arábica foi interrompido. Um debate acalorado surgiu em torno do caráter usurário do trato com os europeus. Tratava-se de determinar se a goma-arábica era principalmente um alimento ou um instrumento monetário. Curiosamente, o debate estendeu-se até o século XX, quando o interesse econômico pelo assunto já deixara de existir. Segundo Ould-Cheikh, isso permite-nos pensar que o estatuto jurídico da goma-arábica se transformou em um *topos* literário. As confrontações constantes, marcadas pelas citações acadêmicas e pelo

⁸¹ Lydon, 2009, p. 82.

⁸² “These data [...] point to a dynamic intellectual life in Senegambia [...]”. Mota, 2021, p. 5-6.

⁸³ Ould-Cheikh, 2024.

recurso a autores canônicos, caracterizariam uma tradição intelectual semelhante à escolástica medieval europeia.

Por meio do tratado supramencionado, os administradores de São Luís procuraram padronizar as mercadorias demandadas a eles pelas autoridades africanas. No vale do rio Senegal, as relações entre africanos e europeus foram caracterizadas pela circulação de diversas mercadorias — espingardas, peças de Guiné, mãos de papel e missangas foram frequentes — reivindicadas como tributos. A partir delas, os comerciantes estrangeiros mostravam reconhecer a autoridade dos potentados locais e inseriam-se em uma rede de deveres e de responsabilidades. Até pelo menos a metade do século XIX, a cultura econômica da região foi marcada pela oficialização de tais tributos por meio de contratos.

No documento, uma série de condições precede a padronização dos tributos. Elas permitem-nos conhecer melhor a sociedade em estudo, uma vez que nos possibilitam entrever suas preocupações. No que se refere à situação em foco, os sacerdotes comprometeram-se com a interrupção do comércio realizado pelos ingleses em Porto d’Arco. O enclave de Porto d’Arco, localizado na costa mauritana, foi cada vez menos frequentado ao longo do século XIX, à medida que comerciantes franceses e ingleses encontravam melhores condições de comércio em outras paragens. Entre os séculos XVII e XVIII, contudo, Porto d’Arco foi um dos mercados mais importantes da região para o comércio euro-africano:

[...] juram ademais e prometem empregar todos os meios praticáveis para interceptar e suprimir totalmente o comércio que os ingleses possam fazer em Porto d’Arco, seja com os próprios marabutos Darmankour, seja com toda outra nação ou particular que passar para esse efeito por seu país: essa promessa dos marabutos Darmankour referindo-se não somente ao comércio da goma, mas ainda a todo outro comércio de que ouçam dizer, querem e prometem excluir os ingleses.⁸⁴

⁸⁴ “[...] ils jurent de plus et promettent d’employer tous les moyens praticables pour intercepter et supprimer totalement le commerce que les anglais pourraient faire à Portendick, soit avec les maraboux d’Armankour eux même, soit avec tout autre nation, ou particuliers qui passeraient pour cet effet dans leur pays : cette promesse des maraboux d’Armankour portant non seulement sur la traite de la gomme, mais encore sur toute autre traite dont ils entendent, veulent et promettent d’exclure les anglais.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 11.

Os marabutos Darmankour também se comprometeram com o fornecimento de uma reserva abundante de goma-arábica à companhia de comércio francesa: “Os marabutos Darmankour, considerados os árbitros do preço da goma e da medida do cantar, prometem ainda e obrigam-se a reger anualmente o pagamento do dito cantar ao preço mais baixo possível [...]”.⁸⁵ Cabe questionar como os africanos poderiam concretizar sua promessa, uma vez que a secreção da resina está sujeita a fenômenos naturais específicos. A realização de um comércio gomeiro cada vez mais abundante demandaria uma quantidade ainda maior de trabalhadores submetidos à autoridade regional.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o desenvolvimento do comércio de goma-arábica foi caracterizado, também, pela violência. Por um lado, a coleta da resina estava diretamente atrelada à escravização de trabalhadores. Por outro, a manutenção de um monopólio sobre o comércio demandaria um controle consistente sobre as redes mercantis existentes. No caso de os marabutos Darmankour terem realmente interrompido o comércio inglês em Porto d’Arco, a interceptação de caravanas provenientes de diferentes partes do Sahel Ocidental foi uma necessidade. É possível que as espingardas demandadas como tributo aos comerciantes franceses tenham sido usadas para esse propósito.

Finalmente, os marabutos Darmankour prometeram contribuir para o comércio de goma-arábica da companhia de comércio francesa. Para tanto, deveriam usar de sua influência sobre os demais comerciantes da região. Embora as mesmas palavras tenham sido utilizadas em um outro tratado — dessa vez, com uma sociedade não sacerdotal —, podemos interpretar o fato como um indício de seu prestígio econômico, político e religioso sobre as sociedades da África Ocidental.⁸⁶ Em particular, a influência dos marabutos Darmankour sobre as demais sociedades do vale do rio Senegal tornou-os especialmente relevantes para as sociedades europeias. Para elas, eles cumpriram o papel

⁸⁵ “Les Maraboux d’Armanhour, considérés comme les arbitres du prix de la gomme et de la mesure du kantar, promettent encore et s’obligent de régler annuellement le payement dudit kantar au plus bas prix possible [...]” ANS, s. 13G, 13G1, p. 12-13. O cantar é a unidade de medida utilizada na documentação para a mensuração da goma-arábica.

⁸⁶ ANS, s. 13G, 13G1, p. 13. Veja, por exemplo, ANS, s. 13G, 13G1, p. 24.

de informantes sobre os assuntos internos das comunidades nativas, sem, todavia, perder de vista seus próprios interesses.

A capacidade africana de controlar seus próprios recursos econômicos, humanos, naturais e políticos — seu *poder*, segundo a acepção de Rodney — está presente em toda a documentação.⁸⁷ Por isso, e contrariamente às conclusões do próprio autor, os serviços prestados pelas sociedades nativas à administração de São Luís não caracterizam, ao contrário do que o discurso europeu nos faz imaginar, uma relação de subordinação das primeiras à última. Durante o século XIX, os europeus também fizeram concessões para seus parceiros africanos. A título de exemplo, mencionemos o pagamento de tributos adicionais às autoridades africanas sempre que interceptassem alguma caravana a caminho de Porto d’Arco.⁸⁸ Assim, a parceria entre a administração francesa e os marabutos Darmankour seria concretizada: “Em retorno das disposições dos marabutos Darmankour, o senhor Durand, em nome da companhia, promete e compromete-se a tratá-los como verdadeiros amigos e acordá-los o mais alto favor”.⁸⁹

Como dito, os franceses objetivaram monopolizar o comércio de goma-arábica dos marabutos Darmankour. No mesmo mês, os administradores de São Luís estabeleceram acordos muito semelhantes com duas outras sociedades da região, os emirados Brakna e Trarza. Embora nenhum Estado europeu tenha de fato controlado o comércio do vale do rio Senegal até o início da colonização, a presente documentação evidencia a existência do interesse francês pelo ato. Além disso, os tratados indicam que os europeus estavam otimistas com relação à produção regional da resina. Referindo-se aos navios enviados para a compra da mercadoria na feira dos marabutos Darmankour, situada às margens do deserto do Saara, o escrivão afirma:

[...] no caso de essa embarcação não ser de uma capacidade suficiente para receber toda a goma que se apresentar, o diretor [da companhia de comércio] fará com que ela seja retirada sucessivamente por embarcações particulares que a conduzirão à ilha de São Luís, o que

⁸⁷ Rodney, 2022, p. 254-255.

⁸⁸ ANS, s. 13G, 13G1, p. 13-17.

⁸⁹ “Em retour des dispositions des maraboux d’Armanhour, le S^r Durand, au nom de la compagnie, promet et s’engage de les traiter comme de vrais amis, et de leur accorder la plus grande faveur”. ANS, s. 13G, 13G1, p. 13-14.

porá a embarcação em situação de receber a bordo todas as partes de goma que transportarem ao deserto.⁹⁰

Portanto, sustento que os marabutos Darmankour desfrutaram de diversas maneiras dos lucros provenientes de seu comércio com a administração colonial. Com o tempo, os tributos recebidos — as mãos de papel, por um lado, e as espingardas, por outro — contribuíram para seu desenvolvimento intelectual e para sua militarização. Nesse sentido, os sacerdotes podem ter usufruído deles para conquistar, diante de seus vizinhos, um reconhecimento social ainda maior. Ademais, é possível afirmar que esses tributos possibilitaram sua ascensão social, se forem considerados os objetos, os tecidos e as vestimentas que também exigiam.

Podemos imaginar que os poucos tratados estabelecidos pelos marabutos Darmankour com a administração francesa entre 1785 e 1840 indiquem uma força comercial dispersante. Tal enfraquecimento relaciona-se à expansão do emirado Trarza, em cujo território estavam localizados, nas primeiras décadas do século XIX. Como argumentado por Webb Junior, sua retração econômica foi contrabalançada pela manutenção de sua influência política e religiosa na corte Trarza.⁹¹ O argumento do historiador é corroborado pela documentação consultada, uma vez que o único outro tratado por eles estabelecido com a administração colonial, mencionado anteriormente, data de 1819 e dá testemunho de uma persistente influência regional. Dessa forma, percebemos a complexidade das relações intersociais estabelecidas a África Ocidental oitocentista. Como será defendido a seguir, o comércio de goma-arábica contribuiu para o crescimento do emirado Trarza nesse período.

Emirado Trarza

⁹⁰ “[...] et dans le cas que ce bâtiment ne fût pas d’une capacité suffisante pour recevoir toute la gomme qui se présentera, le directeur la fera enlever successivement par des embarcations particulières qui la conduiront dans l’île St Louis, ce qui mettra le bâtiment en situation de recevoir à son bord toutes les parties de gomme qu’on transportera au désert.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 17.

⁹¹ Webb Junior, 1995b, p. 469.

Embora o emirado Trarza tenha contribuído para o comércio do rio Senegal durante o século XIX, sua relação com a administração de São Luís foi controversa. Entre 1670 e 1690 e, mais tarde, a partir de 1830, o emirado Trarza buscou expandir-se sobre a região. Seus interesses levaram-no a competir com o enclave francês entre as décadas de 1810 e de 1850 pelo domínio econômico do vale do rio Senegal. Seus conflitos estão bem documentados e estendem-se, na documentação utilizada, até a década de 1840.

Dentre os documentos consultados, o primeiro tratado estabelecido entre a administração francesa e o emirado saariano remonta a 26 de maio de 1785. Bem como aquele estabelecido com os marabutos Darmankour, seu objetivo é padronizar os tributos demandados pelo emir, Aly Koury, aos comerciantes franceses. Entre as condições apresentadas a ele pelos europeus, encontram-se o abastecimento dos mercados ribeirinhos com uma reserva abundante de goma-arábica e a interrupção do comércio realizado pelos ingleses em Porto d'Arco. Mais uma vez, é evidente o interesse da companhia de comércio francesa pelo monopólio do comércio gomeiro no baixo rio Senegal.

Naquele momento, a administração de São Luís procurou regulamentar seu comércio com as sociedades gomeiras do vale do rio Senegal. Como indicado pelo trecho seguinte, foi promovida, pela primeira vez, a padronização dos tributos requeridos pelas autoridades africanas. As mercadorias demandadas pelo emirado Trarza não se diferiam significativamente das demandas pelo emirado Brakna e pelos marabutos Darmankour. Além das peças de Guiné — que possuíam um valor monetário indispensável ao comércio fluvial —, ele requereu armamento — como balas, espingardas e pederneiras — e artigos diversos — como espelhos, melaço, musselina, pães doces, pentes, tecidos escarlates e tesouras:

[...] costume de pagar ao rei um tributo qualquer para comerciar a goma, os cativos, o marfim e outros objetos geralmente quaisquer em seu país, e esse tributo tendo variado segundo as circunstâncias, ele acaba de ser fixado, tanto para a goma, cativos, marfim e outros objetos de comércio, de uma maneira positiva e permanente, pelo artigo seguinte.⁹²

⁹² “[...] l’usage de payer au roi une coutume quelconque pour traiter la gomme, les captifs, le morfil et autres objets généralement quelconques dans son pays, et cette coutume ayant varié suivant les

Por meio do tratado supramencionado, Aly Koury permitiu que a companhia comercial de Durand estabelecesse enclaves em seu território. Dali em diante, defendê-los seria sua responsabilidade: “O rei Aly Koury toma, desde o presente e para sempre, o enclave ou enclaves a serem estabelecidos pela companhia sob sua salvaguarda especial e preserva-os de todos os insultos e avarias quaisquer”.⁹³ O comércio de goma-arábica, o de cativos e o de marfim, também realizados pelo emirado saariano, aconteceriam em tais enclaves, “[...] sem que a companhia possa [pudesse] prescindir do pagamento do tributo fixado no presente tratado [...]”.⁹⁴ A criação de armazéns no emirado Trarza facilitaria a continuidade dos intercâmbios entre as duas sociedades. Assim, as autoridades africanas e europeias estreitavam suas relações econômicas.

Além de defender os enclaves europeus, algumas das sociedades africanas forneciam informações relevantes à administração colonial. Nesse sentido, o papel desempenhado pelos marabutos Darbankour foi evidenciado. Entretanto, outros atores também contribuíram para a instrução dos franceses. Em um tratado de 4 de março de 1799, representantes de Amar Comba, “chefe da tribo dos mouros Trarza”,⁹⁵ encontraram-se com o comandante francês Blanchot e com os principais habitantes de São Luís na Casa do Governo para informá-los dos planos mais recentes de Ahmed Mokhtar, que, “chefe dos mouros Brakna”, também estabelecera um tratado com a administração francesa em 1785.⁹⁶

Segundo os representantes de Amar Comba, Ahmed Mokhtar, decidido a iniciar uma guerra contra a colônia francesa, “[...] enviara seu filho Agris a Amar Comba para comunicar sua revolução e pressioná-lo a juntar-se a ele [...]”.⁹⁷ Por sua vez, o chefe

circonstances, elle vient d’être fixée, tant pour la gomme, captifs, morfil et autres objets de traite, d’une manière positive et permanente, par l’article suivant.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 33.

⁹³ “Le Roi Aly Koury prend, dès à présent et pour toujours, le comptoir ou comptoirs à établir par la compagnie, sous sa sauve garde spéciale, et les garantit de toutes insultes ou avaries quelconques.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 31.

⁹⁴ “[...] sans que la compagnie put se dispenser d’acquitter la coutume fixée dans le présent traité [...].” ANS, s. 13G, 13G1, p. 47.

⁹⁵ “[...] chef de la tribu des Maures Trarzars [...].” ANS, s. 13G, 13G1, p. 50.

⁹⁶ “[...] chef des Maures Bracknas [...].” ANS, s. 13G, 13G1, p. 50.

⁹⁷ “[...] qu’il avait député son fils Agris à Amar Comba pour communiquer sa révolution et le presser de se joindre à lui [...]”. ANS, s. 13G, 13G1, p. 50.

Trarza recusou seu pedido “[...] e respondera [respondeu] que queria ainda conservar a boa inteligência e a amizade que existia entre ele e os franceses [...]”.⁹⁸ Diante disso, os representantes saarianos disseram à administração francesa que “[...] Ahmed Mokhtar rompera todo laço com os Trarza e parecia disposto a armar-se contra eles assim como contra o Senegal”.⁹⁹

O comandante francês confiou em seus informantes, afirmando que executaria o decreto da Convenção Nacional de 29 de março de 1793. Esse decreto, referente a Ahmed Mokhtar, “[...] interdita toda relação de comércio com ele, suspende o pagamento de seus tributos e prescreve as disposições necessárias a esse efeito [...]”.¹⁰⁰ Em contrapartida, Amar Comba, o emir Trarza, seria recompensado por sua atitude: “[...] o comandante do Senegal decreta que Amar Comba, chefe da tribo dos mouros Trarza, será agraciado em nome do governo pelo aviso amigável que deu a esta colônia e que lhe será feito em reconhecimento um presente extraordinário”.¹⁰¹

Cabe meditar sobre as motivações de cada um dos atores históricos em cena. Embora não tenhamos tantas informações sobre Ahmed Mokhtar, seus atos indicam que estimava sua própria capacidade militar. Além disso, talvez avaliasse que sua economia não seria muito prejudicada pelo corte de seus laços com a administração francesa. Assim, é claro que, em 1799, o emirado Brakna ainda não estava à mercê dos lucros provenientes de seu comércio com os franceses.

Os conflitos entre Ahmed Mokhtar e a administração de São Luís eram antigos. Como dito, um decreto de 29 de março de 1793 referia-se exclusivamente ao emir Brakna. Embora ele tenha sido suspenso “[...] de acordo com as abordagens de Ahmed Mokhtar e com as garantias que dera para o futuro [...]”,¹⁰² o decreto foi retomado seis anos depois.

⁹⁸ “[...] et avait répondu qu’il voulait toujours entretenir la bonne intelligence et l’amitié qui existait entre lui et les français [...]” ANS, s. 13G, 13G1, p. 51.

⁹⁹ “[...] Ahmed Mokhtar avait rompu toute liaison avec les Trarzars, et paraissait se disposer à armer contre eux ainsi que contre le Sénégal.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 51.

¹⁰⁰ “[...] interdit toute relation de commerce avec lui, suspend le paiement de ses coutumes, et priscrit les dispositions nécessaires à cet effet [...]” ANS, s. 13G, 13G1, p. 51.

¹⁰¹ “[...] le Commandant du Sénégal arrête que Amar Comba, chef de la tribu des Maures Trarzars, sera remercié au nom du gouvernement de l’avis amical qu’il a donné à cette colonie, et qu’il lui sera fait en reconnaissance un présent extraordinaire.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 51.

¹⁰² “[...] d’après les démarches de Ahmed Mokhtar et les assurances qu’il avait données pour l’avenir [...]” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 51.

Portanto, a reação francesa à investida de Ahmed Mokhtar encontrava-se no domínio econômico, e não no militar. Possivelmente, os franceses não possuíam um aparato militar forte o suficiente à altura para competir com o emirado saariano. Por outro lado, também me parece que a conquista militar da região ainda nem sequer estivesse em seu horizonte político.

No que se refere a Amar Comba, o chefe dos Trarza, é evidente que tenha pensado haver mais vantagens na preservação de seu relacionamento com o Senegal do que em uma aliança com o emirado Brakna. Sua decisão é interessante, uma vez que, segundo Webb Junior, o emirado Trarza se tornava mais e mais influente entre 1670 e 1810, a ponto de competir com a administração francesa entre 1817 e 1858 pelo domínio da região.¹⁰³ A partir disso, é possível perceber a maleabilidade das relações existentes entre as sociedades do vale do rio Senegal. Os posicionamentos políticos das autoridades africanas e europeias não eram sólidos e podiam, conforme as circunstâncias, virar de ponta-cabeça sem muito esforço.

Em 1799, Amar Comba deu preferência a sua aliança com a administração francesa, mesmo que Ahmed Mokhtar fosse, como ele, africano e, mais ainda, muçulmano. Isso permite-nos apontar para a inexistência, naquele momento, de algo como uma consciência africana. Assim, é perceptível como o uso de binômios antagônicos — como colonizado e colonizador — nem sempre podem ser perfeitamente transpostos para o passado. Como afirma Frederick Cooper, enfocá-los pode empobrecer a análise histórica, escondendo realidades sociais mais complexas do que inicialmente imaginado.¹⁰⁴ As fontes consultadas não me afirmam que, no vale do rio Senegal, a identidade compartilhada de duas ou mais sociedades tenha sido, até a metade do século XIX, um elemento aglutinador contra o enclave francês e seu desenvolvimento econômico.

Por isso, é importante que, durante a análise documental, nos atentemos ao ponto de vista dos africanos. Os tratados utilizados, que privilegiam os interesses dos administradores e comerciantes franceses, podem facilmente nos levar a assumir sua perspectiva da realidade. Caso objetivemos compreender melhor os intricamentos das

¹⁰³ Webb Junior, 1995a, p. 44-46.

¹⁰⁴ Cooper, 2008.

sociedades africanas, e, mesmo, sua relação com as europeias, é necessário haver um giro interpretativo. A metodologia usada por Regiane Augusto de Mattos n'*As dimensões da resistência em Angoche* foi, nesse sentido, uma inspiração para este trabalho. Referindo-se às correspondências trocadas entre o governo português de Moçambique e o sultão de Angoche Hassane Issufo, a pesquisadora argumenta:

Entretanto, quando Hassane Issufo menciona na carta que estava pronto para 'servir e obedecer' ao governo português parecia se estabelecer de fato uma submissão. Contudo, é preciso observar que este documento é uma tradução feita por um intérprete do governo português ('língua do Estado'), que empregava termos e expressões recorrentes à linguagem das autoridades portuguesas que poderiam não ter o mesmo sentido para os africanos.¹⁰⁵

Por um lado, os administradores portugueses buscavam evidenciar sua própria força:

o governo português aproveitava a ocasião para tentar impor ao sultanato ou, ao menos, demonstrar que impunha naquele momento, uma relação de submissão, sobretudo no que se refere ao fim do tráfico de escravos, porque lhe interessava também mostrar aos ingleses que acompanhavam os emissários de Angoche, o domínio português sobre aquele território.¹⁰⁶

Por outro, o sultão moçambicano mirou tão somente na manutenção de suas relações diplomáticas com Portugal:

para o novo sultão de Angoche, tratava-se de uma oportunidade para manifestar seu interesse em manter relações com o governo português, o que não significava submissão do sultanato, pois preservava a sua autonomia política ao controlar as principais rotas comerciais, incluindo o comércio de escravos.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Mattos, 2018. p. 92.

¹⁰⁶ Mattos, 2018, p. 92.

¹⁰⁷ Mattos, 2018, p. 92.

No vale do rio Senegal, uma situação semelhante efetuou-se a 7 de julho de 1821. Ali, o comandante francês Le Coupé concedeu a Muhammad Fal, príncipe Trarza, um tributo especial. Sua intenção foi, supostamente, reconhecer os cuidados tomados por Muhammad Fal para restabelecer a paz entre a administração francesa e seu emirado. Nesse sentido, Le Coupé procurou garantir “[...] a devoção de Muhammad Fal, e empregá-lo na manutenção dessa paz, e a fazer com que [os Trarza] observem [observassem] religiosamente suas condições”.¹⁰⁸

Por sua vez, Muhammad Fal deveria “[...] continuar a servir eficazmente o governo francês [...]”¹⁰⁹ e “[...] reprimir com toda a sua força toda espécie de infração feita pelos Trarza ao tratado concluído com eles”.¹¹⁰ Contanto que mantivesse sua palavra, o príncipe receberia seu tributo anualmente, após o comércio de goma-arábica, com o retorno dos navios a São Luís.

É possível argumentar que, diferentemente do que foi apresentado pelo escrivão, a ideia de devotar-se à administração francesa não era exatamente a que Muhammad Fal tinha em mente. Não se sabe muito sobre quem foi, mas, personalidade influente tanto sobre os franceses quanto sobre os Trarza, Muhammad Fal provavelmente agiu segundo seus próprios interesses. Na medida em que Le Coupé necessitou, a fim de preservá-lo como seu aliado, consentir ao pagamento de mais um tributo ao príncipe, podemos, antes, considerá-lo como um fornecedor de serviços essencial à administração de São Luís no que se refere a suas relações com o emirado saariano.

Os esforços de Muhammad Fal foram provavelmente despendidos no estabelecimento do tratado seguinte, remetido à mesma data do anterior. É importante reiterar que o próximo tratado, assim como todos aqueles que discutirei adiante, foi estabelecido durante um período de conflito entre o enclave francês e o emirado saariano, como informado por Webb Junior. Esses documentos foram assinados, de um lado, pelo emir Amar Ould Mokhtar, em 1821, e pelo emir Muhammad al-Habib, em 1829 e 1835,

¹⁰⁸ “[...] le devouement de Mohammed Fal, et l’employer à maintenir cette paix, et à en faire religieusement observer les conditions.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 120.

¹⁰⁹ “[...] continuer de servir efficacement le Gouvernement français [...].” ANS, s. 13G, 13G1, p. 121.

¹¹⁰ “[...] reprimer de tout son pouvoir, toute espèce d’infraction faite par les Trarzars au traité conclu avec eux.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 121.

e, do outro, pelo administrador e comandante Le Coupé, em 1821, pelo governador Jubelin, em 1829, e pelo governador Pujol, em 1835. Logo, o período de conflito entre as referidas sociedades foi caracterizado por uma maior continuidade política entre os primeiros do que entre os últimos.

O tratado de paz estabelecido entre a administração francesa e o emirado Trarza sugere que seus conflitos se relacionavam, principalmente, a seus respectivos direitos sobre o reino do Waalo. No documento, o comandante Le Coupé demandou que as autoridades Trarza reconhecessem o reino do Waalo como uma “dependência do Senegal”.¹¹¹ Embora considerasse legítimos os direitos reivindicados pelos Trarza sobre algumas de suas terras, Le Coupé procurou, mediante o estabelecimento de um novo tributo, adquirir a permissão de instalar-se nelas. Le Coupé também se dispôs a interceder a favor de Amar Ould Mokhtar, caso seus tributários no Waalo se recusassem a pagar os tributos tradicionais. Por sua vez, o emir deveria contribuir para a prosperidade dos novos estabelecimentos agrícolas no Waalo, defendendo-os das ameaças impostas por sociedades vizinhas, como o emirado Brakna ou o imanado de Fuuta Tooro. As pretensões destes últimos povos sobre o reino do Waalo seriam, conforme as palavras utilizadas pelo escrivão, “infundadas”.¹¹²

Além disso, o tratado determinava que os franceses e os Trarza retomassem suas relações comerciais, fomentando tanto a comercialização da goma-arábica quanto a expansão da agricultura em território nativo, que será abordada na seção seguinte. Com relação ao comércio da resina, o emir Trarza e o governador francês procuraram regulamentar sua execução:

O governador francês proibirá com a mais estrita severidade o comércio da goma em qualquer pequena quantidade que seja, exceto nos mercados e locais acordados entre o comandante do Senegal e o rei dos Trarza. Toda embarcação que for encontrada tendo comerciado a goma em contrabando, o rei colocará a bordo dela uma pessoa de confiança que a acompanhará a São Luís, e o comandante confiscará as gomas assim comerciadas em benefício do rei.¹¹³

¹¹¹ “[...] comme une dépendance du Sénégal.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 126.

¹¹² “[...] non fondées [...].” ANS, s. 13G, 13G1, p. 126.

¹¹³ “Le gouverneur défendra avec la plus stricte sévérité de traiter de la gomme en quelque petite quantité que ce soit, ailleurs que dans les escales, et en droits convenus entre le Commandant du Sénégal et le Roi

Dali em diante, a administração francesa retomaria o pagamento dos tributos demandados pelos Trarza. Esse pagamento, assim como o dos novos tributos — referentes às terras concedidas pelos africanos aos europeus —, aconteceria em São Luís, após a temporada comercial.¹¹⁴ Assim, “O desentendimento que existia entre a tribo dos Trarza e os franceses cessa a partir deste dia; os mercados serão abertos, as antigas relações, estabelecidas, a partir do momento da assinatura do presente tratado”.¹¹⁵

É importante ressaltar que as plantações francesas são caracterizadas como mais uma forma de enriquecimento para as autoridades africanas, tendo sido, supostamente, solicitadas por elas próprias: “O rei Amar Mokhtar e os príncipes Trarza exortam o governo francês a estabelecer-se em seu país sobre a margem direita [do rio Senegal]”.¹¹⁶ Além disso, as seguintes palavras dão fim à quarta cláusula do tratado: “Eles [as autoridades Trarza] verão com prazer os franceses construírem entre eles casebres e casas e fundar estabelecimentos”.¹¹⁷ Embora a extensão da solicitude dos potentados africanos, no que se refere à concessão de suas terras a colonos franceses, possa ser questionada, é possível que, na medida em que o comércio dos novos produtos agrícolas contribuiria para seus rendimentos, eles estivessem de fato interessados em promovê-lo em seu território.

Por outro lado, a questão territorial, que motivou os conflitos entre a administração francesa e o emirado saariano, requereria uma salvaguarda adicional. Os direitos dos Trarza sobre algumas das comunidades do reino do Waalo foram reconhecidos pelos administradores franceses, e aqueles sobre suas terras foram adquiridos. Por sua vez, as autoridades Trarza permitiram que os franceses se

des trarzas. Tout batimento qui sera trouvé avoir traité la gomme en contrabande le Roi mettra à son bord une personne de confiance qui l’accompagnera à S^t. Louis, et le Commandant confisquera les gommés ainsi traitées au profil du Roi.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 129.

¹¹⁴ ANS, s. 13G, 13G1, p. 129-130.

¹¹⁵ “La mésintelligence, qui existait entre la Tribu des Trarzas et les Français cesse à compter de ce jour ; les escales seront ouvertes, les anciennes relations établies, à dater du moment dela signature du présent traité.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 123-124.

¹¹⁶ “Le Roi Amar Moctar et les princes Trarzas engagent le gouvernement Français à s’établir dans leurs pays sur la rive droite.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 125.

¹¹⁷ “Ils verront avec plaisir les Français bâtir chez eux des cases et des maisons, et fonder des établissements.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 125.

estabelecessem em toda a região entre São Luís e Gaë.¹¹⁸ Ainda assim, a décima sétima cláusula do contrato afirma: “É entendido entre o governo do Senegal e o rei e os príncipes Trarza que os franceses não pretendem se imiscuir em nada nos assuntos dos chefes Trarza, seja entre eles e seus súditos, que não têm nenhuma pretensão de soberania no país dos Trarza, fora seus estabelecimentos ~~de cultura~~”.¹¹⁹

Decerto, os especialistas — como Curtin, Margaret McLane e Webb Junior — reconhecem que, até a metade do século XIX, a administração francesa não aspirou ao domínio político da região, concentrando-se, antes, na promoção do comércio.¹²⁰ Não obstante, a inclusão de uma tal cláusula em um tratado de paz pode indicar que as autoridades saarianas desconfiassem de suas intenções. Como veremos, o problema agrário manteve-se presente nas relações entre franceses e Trarza até pelo menos o fim da década de 1830.¹²¹

Apesar dos esforços, a paz conquistada não durou muito. No fim da década de 1820, o estabelecimento de um novo tratado, datado de 15 de abril de 1829, objetivava retomar as relações entre o enclave francês, o emirado Trarza e o reino do Waalo. Segundo o documento, os Trarza responsabilizavam-se pelos acidentes — sobre os quais não sabemos mais nada — que acometeram as habitações La Vestale e Bourraronk em 1827, abandonando um ano de seus tributos como compensação financeira para as reparações pretendidas pelas vítimas:

[...] para testemunhar ao governador do Senegal o quanto estão arrependidos dos lastimáveis acidentes que acometeram as habitações La Vestale e Bourraronk em 1827 abandonam um ano de seus tributos pendentos para as justas reparações que podem pretender as vítimas desses acontecimentos infelizes.¹²²

¹¹⁸ ANS, s. 13G, 13G1, p. 125; 127–8; 130. Gaë encontra-se próximo de Dagana, a leste do mercado dos Trarza.

¹¹⁹ “Il est entendu entre le gouvernement du Sénégal et le Roi et les princes Trarzas, que les Français prétendent ne simmiscer en rien dans les affaires des chefs Trarzas, soit entreux et leurs sujets, qu’ils n’ont aucune prétention de souveraineté dans le pays des Trarzas, hors leurs établissements ~~de culture~~.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 131. O rabisco encontra-se no documento original. Neste caso, “cultura” refere-se a “cultivo agrícola”.

¹²⁰ Curtin, 1975, p. 128; 295; McLane, 1986; Webb Junior, 1995a, p. 46.

¹²¹ Infelizmente, não pude realizar uma transcrição adequada da versão árabe deste artigo para que fosse comparado à versão francesa.

¹²² “[...] pour témoigner au Gouverneur du Sénégal combien ils sont peïnés des facheux accidens arrivés aux habitations la vestale et Bourraronk em 1827, abandonnent une année de leurs Coutumes arriérées pour

Além disso, as autoridades Trarza permitiram que a administração francesa quitasse suas dívidas separadamente: o valor equivalente a um ano de tributos seria quitado após a ratificação do tratado, e as parcelas restantes seriam quitadas, ano após ano, entre 1829 e 1831.¹²³ Como ilustração da instabilidade reinante, os franceses apresentaram a seguinte condição para o pagamento dos tributos: “[...] as relações entre os contratantes não terão cessado de ser inteiramente pacíficas, e os tratados terão sido escrupulosamente observados”.¹²⁴

Uma outra condição refere-se ao comércio de goma-arábica: “Os reis e os príncipes Trarza prometem fazer com que sejam transportadas a essa feira [aquela nomeada *escale des Trarzas*, localizada no emirado homônimo] todas as gomas coletadas em seu território e aquelas que possam para lá ser importadas”.¹²⁵ Assim, percebemos que o interesse francês pelo monopólio da resina continuava vivo. É importante lembrar que o comércio gomeiro atingiu seu ápice na década de 1830. Segundo Curtin, a produção da goma-arábica ultrapassou, naquele momento, uma considerável média anual de 2.000 toneladas métricas:

As entregas [da resina] cresceram pouco antes de 1817, mas a produção na década de 1820 foi o dobro do nível pré-guerra [o historiador refere-se aqui às Guerras Napoleônicas]. Ela dobrou de novo na década de 1830 e continuou ao longo da década de 1840 em uma média anual de mais de 2.000 toneladas métricas (embora com uma grande variação anual) [...].¹²⁶

Referindo a sua importância para o enclave francês, o historiador prossegue: “A 70 libras por tonelada métrica (o preço equivalente de 1823–27), mesmo 1.000 toneladas

les justes réparations que peuvent prétendre les victimes de ces malheureux évènements.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 205.

¹²³ ANS, s. 13G, 13G1, p. 205-206;

¹²⁴ “[...] les relations entre les contractans n’auront pas cessé d’être entièrement pacifiques et que les traités auront été scrupuleusement observés.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 206.

¹²⁵ “Le Roi et les princes Trarzas promettent de faire porter à cette escale toutes les gommés récoltées sur leur territoire et celles qui pourraient y être importées.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 207.

¹²⁶ “Deliveries hardly grew at all before 1817, but production in the 1820’s was twice the prewar level. It doubled again in the 1830’s and continued through the 1840’s at an annual average of more than 2,000 metric tons (though with great annual variation) [...]” Curtin, 1975, p. 217.

por ano era mais valioso do que o comércio de escravos jamais o fora por um período comparável”.¹²⁷ Como afirma Curtin, não é surpreendente que os administradores franceses tenham insistido tanto no comércio oeste-africano de goma-arábica.

Na década de 1830, houve, então, uma verdadeira corrida pelo ouro vegetal. Entre 1817 e 1830, a população do enclave de São Luís mais do que dobrou, passando de seis para treze mil indivíduos. Em 1830, cerca de três mil deles — o que equivale a cerca de 23% do total — estavam diretamente envolvidos no comércio de goma-arábica (Gráfico 2).¹²⁸ Além disso, como argumenta Farias, a partir da década de 1830, mais e mais dos indivíduos temporariamente contratados foram empregados nos serviços fluviais. Nessa condição, navegavam o rio Senegal e chegavam aos mercados ribeirinhos para lá mercadejarem com os mauritanos.¹²⁹ Portanto, o comércio de goma-arábica prosperou entre 1820 e 1840, e um sem-número de indivíduos em busca de ascender economicamente contribuiu para expandi-lo.

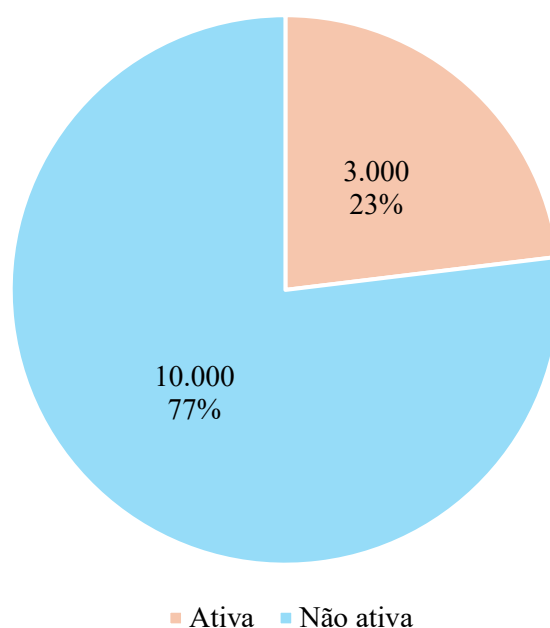
Gráfico 2: Percentagem aproximada da população de São Luís ativa no comércio de goma-arábica em 1830.¹³⁰

¹²⁷ “At £70 per metric ton (the prevalent price of 1823–7), even 1,000 tons a year was more valuable than the slave trade had ever been for a comparable period of time.” Curtin, 1975, p. 217.

¹²⁸ Webb Junior, 1985, p. 155-156.

¹²⁹ Farias, 2022, p. 312.

¹³⁰ Webb Junior, 1985, p. 155-156.



As autoridades ao norte do rio Senegal também procuraram envolver-se mais e mais no comércio de goma-arábica. De acordo com Webb Junior, entre 1830 e 1840, o emir Trarza Muhammad al-Habib esforçou-se para impor-se sobre o comércio da resina.¹³¹ Entre as consequências econômicas e políticas de sua postura, está o referido enfraquecimento dos marabutos Darbankour, que, historicamente, habitavam seu território. Embora, nos documentos consultados, o expansionismo de Muhammad al-Habib não seja explícito, é importante não atribuir à administração francesa o controle integral do comércio senegalês. Afinal, a cooperação das autoridades africanas era indispensável. Nesse sentido, o sexto artigo do tratado de 15 de abril de 1829 determinava: “A feira dos Trarza, situada nas bordas do rio [Senegal] será aberta a partir do dia em que Muhammad al-Habib terá dado a conhecer de maneira peremptória que adere às presentes condições”.¹³² Embora o tom do texto nos leve a acreditar que o funcionamento dos mercados ribeirinhos estava sujeito à boa-vontade das autoridades francesas, a colaboração dos soberanos africanos era, a bem dizer, imprescindível.

¹³¹ Webb Junior, 1995b, p. 469.

¹³² “L’Escale des Trarzas située sur les bords du Fleuve sera ouverte du jour ou Mohammed el habib aura fait connaitre d’une manière péremptoire qu’il adhère aux presentes conditions.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 207.

Se Muhammad al-Habib não se compromettesse a abastecer regularmente os mercados de seu emirado, o comércio francês seria prejudicado. No que se refere às finanças da colônia europeia, os franceses encontravam-se, eles próprios, dependentes da comercialização da goma-arábica, realizado pelas sociedades do continente. Assim, é possível concluir que as sociedades do vale do rio Senegal preservaram sua soberania econômica e política até meados do século XIX.

Os tratados selecionados, que privilegiam a perspectiva francesa dos acontecimentos, nem sempre o deixam claro, mas figuras como Muhammad al-Habib não estavam sujeitas às ordens da administração colonial. Não muito tempo depois do acordo de 15 de abril de 1829, o enclave francês e o emirado Trarza voltaram à guerra, e o emir recusou-se a assinar o tratado de paz subsequente.¹³³ Mesmo ao final do tratado de paz em questão, as autoridades Trarza tiveram de garantir sua ratificação pelo emir. Por isso, é importante dar mais crédito aos soberanos africanos — no que diz respeito a sua capacidade de ação — do que os tratados frequentemente nos incentivam a fazer:

Os príncipes contratantes prometem que a não ser que haja graves impedimentos Muhammad al-Habib se dirigirá a São Luís antes do prazo expirado [um prazo preestabelecido de 30 dias], tanto para a dita ratificação como para cimentar por novas garantias a paz tão felizmente restabelecida para sempre entre os franceses e os Trarza.¹³⁴

Até onde sabemos, os conflitos entre o enclave francês e o emirado Trarza estenderam-se ao ano de 1835. Mais uma vez, parecem ter-se centrado nos direitos de cada sociedade sobre o Waalo. O primeiro artigo do tratado de 30 de agosto daquele ano, por exemplo, demandava: “O rei dos Trarza renuncia formalmente para si pessoalmente e seus descendentes e sucessores a todas as pretensões diretas ou indiretas sobre a coroa do país do Waalo, e nomeadamente para as crianças que possam nascer de seu casamento

¹³³ ANS, s. 13G, 13G1, p. 245-247.

¹³⁴ ¹³⁴ “Les princes contractans promettent qu’a moins de graves empêchements Mahomed-el Habib se rendra à Saint-Louis avant le délai expiré, tant pour la dite ratification que pour cimenter par de nouveaux assurances la paix si heureusement rétablie pour toujours entre les Français et les Trarzas.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 210-211.

com a princesa Guimbotte”.¹³⁵ O matrimônio contraído por Muhammad al-Habib e pela princesa de Waalo, Guimbotte, força-nos a questionar as hierarquias estabelecidas pelos administradores coloniais franceses, mas preservadas em alguma medida pelos historiadores, sobre as sociedades do vale do rio Senegal.

Ao contrário do que a fronteira entre a República Islâmica da Mauritânia e a República do Senegal nos fazem imaginar, é clara a fluidez das relações estabelecidas entre as sociedades da África Ocidental em toda a documentação. As fronteiras nacionais, que se conformam ao curso do rio Senegal, foram consolidadas na virada do século XX pela administração colonial e, logo, não dão conta dos laços historicamente tecidos pelos habitantes da região.¹³⁶ Pelo contrário, ela foi marcada, desde a Idade Média, por contínuas trocas econômicas, intelectuais, políticas e religiosas.¹³⁷

No que diz respeito ao comércio euro-africano, a centralidade da goma-arábica é perceptível. Um artigo comum aos tratados de paz estabelecidos entre o enclave francês e as sociedades gomeiras da região é aquele que determina a retomada imediata de suas relações comerciais, interrompidas durante a guerra. Nesse sentido, o quarto artigo do tratado de 30 de agosto de 1835 estipula:

O governo francês, não querendo deixar nenhuma dúvida de sua boa-fé e dar uma prova de seu sincero desejo de restabelecer a boa harmonia entre os Trarza e o Senegal, consente, malgrado as hostilidades que seguiram imediatamente o comércio de goma de 1833, pagar os tributos adquiridos em virtude dos tratados em vigor à época, assim como

¹³⁵ “Le Roi des Trarzas renonce formellement pour lui personnellement et ses descendants et successeurs, à toutes prétensions directes ou indirectes sur la couronne du pays de Walo, et notamment pour les enfans qui pourraient naître de son mariage avec la princesse Guimbatte.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 252.

¹³⁶ Pondopoulo-Sanchez, 2006, p. 67.

¹³⁷ Há uma vasta literatura dedicada a essas interconexões. A título de exemplo, convém citar: Farias, P. **Arabic Medieval inscriptions from the Republic of Mali**: Epigraphy, chronicles and Songhay-Tuareg history. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003; Fauvelle, F.-X. **O rinoceronte de ouro**: Histórias da Idade Média africana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018; Green, T. **A fistful of shells**: West Africa from the rise of the slave trade to the Age of Revolution. [S. l.]: Penguin, 2020; Macedo, J. **Antigas sociedades da África Negra**. São Paulo: Contexto, 2021; Mota, T. O Islã na África Atlântica: Transformações no significado de comportamentos religiosos (séculos XVI-XVII). In: Reginaldo, L.; Ferreira, R. (org.). **África, margens e oceanos**: Perspectivas de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2021; Sanneh, L. **Beyond jihad**: The pacifist tradition in West African Islam. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016; Stewart, C. Southern Saharan scholarship and the Bilad al-Sudan. **The Journal of African History**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 73–93, 1976; Webb Junior, 1995a.

aqueles do ano de 1835, no caso de o comércio acontecer neste ano em um mercado conjuntamente designado.¹³⁸

Além disso, os tratados estabelecidos a 7 de junho de 1821 entre Le Coupé e Amar Ould Mokhtar e a 5 de abril de 1829 entre Jubelin e Muhammad al-Habib continuariam sendo respeitados.¹³⁹ Assim, observa-se que as sociedades do vale do rio Senegal necessitavam conciliar a todo tempo seus interesses econômicos e políticos. No domínio econômico, constatamos a dependência do enclave francês relativamente ao comércio de goma-arábica e a importância dos tributos pagos aos governantes locais. As autoridades responsáveis — como as francesas, no trecho acima — faziam cálculos para assegurar sua influência e, ao mesmo tempo, preservar suas relações com as sociedades vizinhas.

Por isso, é preciso considerar o emirado Trarza como um importante ator regional, cuja participação no comércio de goma-arábica remonta pelo menos à década de 1780. Assim como para outras sociedades da região, o comércio gomeiro foi significativo para suas finanças e contribuiu para o enriquecimento de suas autoridades.

Entretanto, por um período considerável, as relações entre o enclave francês e o emirado Trarza foram particularmente frágeis. Essa situação pode ser atribuída à postura conflitiva de alguns de seus governantes, como Amar Ould Mokhtar e Muhammad al-Habib, com relação à administração de São Luís. Assim como ela, eles interessaram-se pela soberania econômica, e às vezes política, da região. O comércio de goma-arábica também possibilitou que as autoridades Trarza acessassem, por meio dos tributos demandados, artigos característicos do comércio intercontinental empreendido pelos europeus e artigos marciais, que contribuiriam, por sua vez, para armar sua sociedade e para acirrar a instabilidade política da África Ocidental entre as décadas de 1780 e de 1840.

Como observado, o comércio de goma-arábica possibilitou que mercadorias estrangeiras penetrassem as sociedades ao norte do vale do rio Senegal. Por meio da

¹³⁸ “Le Gouvernement Français ne voulant laisser aucun doute sur sa bonne foi et donner une preuve de son sincère désir de rétablir la bonne harmonie entre les Trarzas et le Sénégal, consent malgré les hostilités qui ont suivi immédiatement la traite de gomme de 1833. à payer les coutumes acquises en vertu des traités en vigueur à cette Epoque ainsi que celles de l’année 1835, dans le cas ou la traite aurait lieu cette année à une Escale qui sera désignée d’un commun accord.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 253.

¹³⁹ ANS, s. 13G, 13G1, p. 254-255.

aquisição de armas, papel e tecidos, suas autoridades puderam acumular prestígio econômico e social. Por um lado, os marabutos Darmankour desenvolveram seu comércio e suas habilidades intelectuais. Por outro, o emirado Trarza fortaleceu-se a ponto de reivindicar a hegemonia política da região. O processo também foi acompanhado do crescimento da instabilidade da África Ocidental, devido ao fomento à competitividade comercial e à introdução de cada vez mais armas em suas paragens. Na próxima seção, notaremos as consequências econômicas do comércio gomeiro para duas outras sociedades africanas, distribuídas entre o alto e o baixo rio Senegal: o emirado Brakna e o emirado Dowiche.

Desequilíbrios sociais e expansão econômica

Emirado Brakna

O emirado Brakna encontrava-se entre o emirado Trarza, a oeste, e o emirado Dowiche, a leste. Segundo Taylor, os Brakna remontavam sua origem aos Banu Maghfar, uma coalização que ascendeu durante o século XVII. No século XVIII, eles já estavam estabelecidos no médio vale do rio Senegal.¹⁴⁰ Suas relações comerciais com os europeus intensificaram-se durante os séculos XVIII e XIX, quando se envolveram particularmente no comércio de goma-arábica. Para Taylor, o contato com o vale do rio Senegal possibilitou que as funções econômicas e políticas dos Brakna se diversificassem, ocasionando o surgimento de novas identidades sociais. Parece-lhe que os grupos identificados em documentos oitocentistas resultam de um reagrupamento identitário que aconteceu ao longo do século XVIII.

No corpo documental consultado, o primeiro tratado estabelecido com o emirado Brakna, datado de 10 de maio de 1785, é muito semelhante aos estabelecidos com o emirado Trarza e com os marabutos Darmankour. O documento, concebido para estreitar os laços econômicos e políticos entre o enclave francês e o emirado saariano, contribui

¹⁴⁰ Taylor, 1995, p. 423-424.

para a ideia de que os franceses aspiravam ao monopólio do comércio de goma-arábica desde a década de 1780. Nesse sentido, eles reivindicavam toda a resina coletada pelas sociedades da região.

Assim como os demais, o emir Brakna, Ahmed Mokhtar, comprometeu-se a suspender o comércio realizado pelos ingleses em Porto d'Arco. Ele deveria impedir que caravanas chegassem ao enclave costeiro e fornecer a mercadoria à companhia de comércio francesa em abundância: "Ahmed Mokhtar promete e compromete-se a despendar todos os seus esforços para fornecer anualmente à companhia o comércio de goma mais abundante possível".¹⁴¹

Além disso, "Ahmed Mokhtar, considerado o árbitro do preço da goma e da medida do cantar, promete ainda e obriga-se a regar anualmente o pagamento do dito cantar ao preço mais baixo possível e de fixar sua medida conformemente ao cantar de que a precedente companhia costumava servir-se".¹⁴² Como se percebe, as expressões utilizadas pelo escrivão são idênticas nos tratados anteriores. Por isso, afirmo ter existido um projeto econômico de regularização das relações comerciais entre o enclave francês e as sociedades gomeiras do vale do rio Senegal.

A partir do tratado, definiu-se que Ahmed Mokhtar permitiria que a companhia de comércio construísse um enclave na vila de Podor, localizada a alguns quilômetros de São Luís. Vale ressaltar que estamos diante de uma concessão de terra por parte de uma autoridade nativa a comerciantes franceses para a construção de um armazém, e não de uma conquista territorial. Dessa forma, a companhia poderia organizar-se para o comércio, racionalizando suas atividades: "A companhia terá a liberdade de estabelecer, assim que o julgar propício, um enclave em Podor, em que manterá empregados e mercados próprios ao comércio que ali se faz, seja em goma, cativos, marfim e outros

¹⁴¹ "Ahmed Mokhtar promet et s'engage de faire tous ses efforts pour procurer annuellement à la compagnie la traite de gomme la plus abondante possible." ANS, s. 13G, 13G1, p. 23.

¹⁴² "Ahmed Mokhtar, considéré comme l'arbitre du prix de la gomme et de la mesure du kantar, promet encore et s'oblige de régler annuellement le paiement dudit kantar au plus bas prix possible, et de fixer sa mesure conformement au kantar dont la précédente compagnie était en usage de se servir". ANS, s. 13G, 13G1, p. 23-24.

objetos [...]”.¹⁴³ Ademais, a companhia teria a liberdade de construir, onde lhe parecesse mais conveniente, outros enclaves para o mesmo propósito no emirado saariano.

Ahmed Mokhtar também seria responsável pela defesa dos enclaves construídos, resguardando-os de “todo insulto ou avarias quaisquer”.¹⁴⁴ Além de sugerir um contexto marcado pela competição e pela violência, esse artigo aponta para a capacidade militar das sociedades saarianas. A contração de uma aliança militar com o emirado Brakna é necessária para a integridade dos estabelecimentos franceses na região. Mais do que isso, é possível que a cláusula, ausente do tratado estabelecido com os marabutos Darmankour, se referisse à ocupação guerreira frequentemente associada aos Brakna no Sahel Ocidental.

Os historiadores especializados no Sahel Ocidental têm polarizado as sociedades da região. Como escreve Taylor, essa situação decorre de uma confiança exagerada nas fontes francesas do século XIX. Assim, criou-se um paradigma que organiza as sociedades sahelianas em torno de identidades étnicas e ocupacionais supostamente inalteradas desde o século XVII. Consequentemente, povos guerreiros, como os Brakna e os Trarza, controlariam o poder político da região, enquanto sacerdotes muçulmanos, como os marabutos Darmankour, monopolizariam sua vida cultural e intelectual.¹⁴⁵

Os documentos consultados confirmam o argumento de Taylor. Por exemplo, como afirmado, o etnônimo utilizado pelos franceses para referirem-se aos Darmankour leva a palavra “marabuto”, que significa “sacerdote muçulmano”. Sua influência sobre as sociedades da região e os tributos por eles recebidos, que incluíam muitas mãos de papel, acenam para uma posição intelectual e religiosa privilegiada. Da mesma forma, a obrigação de defender os enclaves de comércio franceses, contraída pelos Brakna, é indicativa de uma capacidade militar considerável.

Entretanto, o modelo proposto pelos franceses não condiz com a realidade das sociedades saarianas. O que é mais problemático é que ele ignora a complexidade e a

¹⁴³ “La compagnie aura la liberté d’établir, aussitôt qu’elle le jugera à propos, um comptoir à Podor, ou elle tiendra des marchandises propres à la traite qui s’y fait, soit en gomme, captifs, morfil et autres objets [...]” ANS, s. 13G, 13G1, p. 21.

¹⁴⁴ “[...] de toute insulte ou avaries quelconques.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 22.

¹⁴⁵ Taylor, 1995, p. 439-440.

mutabilidade histórica dos povos da região.¹⁴⁶ A título de exemplo, o acesso ao conhecimento religioso não se limitava aos marabutos Darmankour. Em toda a África Ocidental, do rio Senegal ao rio Gâmbia, o papel transformou-se em uma mercadoria requisitada por intelectuais muçulmanos provenientes de diferentes localidades. Assim como os Darmankour, eles estabeleceram-se como lideranças religiosas em comunidades espalhadas pela região e integraram intensamente o comércio regional.¹⁴⁷

Nesse sentido, é perceptível como a especialização — seja econômica, militar ou religiosa — é, em grande medida, uma simplificação. Com o intuito de rebater esse paradigma, não é possível ignorar o armamento solicitado pelos marabutos Darmankour nem as mãos de papel demandadas pelas autoridades Brakna.¹⁴⁸ Esses dados permitem-nos revisar a forma pela qual conceptualizamos as sociedades da África Ocidental.

Por meio do tratado de 10 de maio de 1785, Ahmed Mokhtar permitiu que a companhia de comércio francesa expandisse suas operações no vale do rio Senegal, contribuindo para o desenvolvimento do comércio de goma-arábica. Para o emir, a manutenção de relações comerciais com o enclave francês seria proveitosa. Suas exportações, que incluíam marfim e seres humanos, parecem não ter sido tão importantes para sua economia quanto a goma-arábica, se considerarmos a centralidade que o tratado lhe atribui: “A todo tempo e em todas as circunstâncias, Ahmed Mokhtar promete e obriga-se a favorecer em tudo as operações da companhia, e particularmente seu comércio de goma [...]”.¹⁴⁹ Os tributos que conseqüentemente receberia também beneficiariam seu emirado.

A importância do emirado Brakna para o comércio de goma-arábica foi reconhecida por outros europeus. Após conquistarem São Luís em 1809, os ingleses não demoraram para regularizar seus negócios com o emir. O tratado resultante de suas negociações, datado de 7 de junho de 1810, e mais outro, do mesmo dia e contendo as

¹⁴⁶ Taylor, 1995, p. 439-440.

¹⁴⁷ Mota, T. Múltiplos de papel e marfim: Islã, cultura escrita e comércio atlântico na Senegâmbia (séculos XVI-XVII). In: SANTOS, V.; PAIVA, E.; GOMES, R. (org.). **O comércio de marfim no mundo atlântico**: Circulação e produção (séculos XV a XIX). Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018.

¹⁴⁸ ANS, s. 13G, 13G1, p. 15-26.

¹⁴⁹ “Dans tous les temps et dans toutes les circonstances, Ahmed Mokhtar promet et s’oblige de favoriser en tout les opérations de la compagnie, et particulièrement sa traite de gomme [...]”. ANS, s. 13G, 13G1, p. 24.

mesmas condições, estabelecido com o emirado Trarza, são os únicos instituídos entre representantes africanos e ingleses em toda a documentação. O fato de centrarem o comércio de goma-arábica é mais uma evidência de sua relevância para os comerciantes da região.

Segundo o documento, o encontro decorreu de um interesse comum pela normatização de relações. As condições dispostas, relativamente simples, determinavam que a qualidade e a quantidade das mercadorias demandadas como tributo pelo emir seriam estipuladas em conjunto com os representantes ingleses e que cada signatário reteria uma cópia do acordo. Quando estivesse ausente, o emir consentiria que seu primeiro-ministro atuasse em seu lugar. Os tributos deveriam ser pagos em três prestações: 1/3 quando a embarcação comercial inglesa medisse seu primeiro barril; 1/3 quando estivesse carregada até a metade; e 1/3 quando estivesse cheia. Ao fim das transações, o emir entregaria um recibo aos comerciantes ingleses. Assim, esses tratados possibilitaram o estabelecimento de relações comerciais entre sociedades africanas e europeias no vale do rio Senegal.¹⁵⁰

É importante destacar que os interesses das autoridades africanas eram levados em consideração durante todo o processo de negociação. Na medida em que um recibo deveria ser entregue aos comerciantes ingleses para a conclusão do comércio, seu consentimento era fundamental para legitimá-lo. Por fim, outra indicação de sua importância para o mercadejo é o fato de que a conquista inglesa do enclave de São Luís não as perturbou: seus negócios foram mantidos, e, embora as autoridades Brakna se tenham comprometido a suspender o comércio realizado pelos ingleses em 1785, elas não se mostravam muito preocupadas em concretizar suas promessas naquele momento.¹⁵¹

Segundo Curtin, a conquista de São Luís pela Inglaterra em 1809 pode ser encarada como um episódio de uma série de agressões trocadas com os franceses desde 1757: “Mas de 1757 a 1815, a Grã-Bretanha e a França estiveram em guerra por mais da metade do tempo, e guerra alhures significava ataques e contra-ataques na Senegâmbia também [...]”.¹⁵² São Luís permaneceu sob o controle dos ingleses até 1817. Isso explica

¹⁵⁰ ANS, s. 13G, 13G1, p. 66-68.

¹⁵¹ Curtin, 1975, p. 111.

¹⁵² “But from 1757 to 1815, Britain and France were at war more than Half the time, and war elsewhere meant raids and counter-raids in Senegambia as well [...]” Curtin, 1975, p. 111.

uma lacuna percebida na documentação em uso: de tratados estabelecidos pelos franceses em 1806, passamos para dois tratados estabelecidos pelos ingleses em 1810 — precisamente aqueles a que aludi acima —, e, então, os próximos documentos datam somente de 1819 em diante.

A conquista de São Luís pelos ingleses não é expressamente mencionada na documentação. Ainda assim, suponho que ela não tenha perturbado a ordem econômica e política vigente. É curioso, por exemplo, que encontremos o nome de Charles Porquet entre as testemunhas do tratado estabelecido com o emirado Trarza. Apesar de seu nome francês, Porquet foi mantido como o prefeito de São Luís durante a ocupação inglesa. Ademais, os próprios tratados foram escritos em francês. O único elemento inglês presente no documento é o que assina sua última linha: “Por ordem do lugar-tenente governador Heddle”.¹⁵³

Durante o período em análise, o emirado Brakna esteve ativo no comércio de goma-arábica. Há evidentes cálculos comerciais e políticos nos compromissos que seus líderes assumiram com os mais diversos comerciantes europeus. É importante estar consciente disso para não perder de vista os interesses das autoridades africanas em suas relações com os estrangeiros. O comércio realizado nas feiras reais foi muito lucrativo, e os potentados africanos tiveram tantos motivos para preservá-lo quanto os comerciantes vindos da Europa.

Com o tempo, o emirado Brakna fragilizou-se politicamente, e é tentador argumentar que isso tenha resultado de seu envolvimento com o comércio europeu. No ano de 1819, encontramos uma confissão indireta do emir Ahmadou Ould Sidy Ely sobre a importância do comércio realizado pelos franceses para sua sociedade: “Reconhecendo que sua principal riqueza provém do comércio que os franceses vêm fazer em sua escala, não tendo maior interesse do que o conservar e querendo acima de todas as coisas garantir para sempre a boa inteligência que existe entre eles [os franceses] e ele [...]”.¹⁵⁴ Ainda assim — e mesmo que, na década de 1850, o emirado Brakna estivesse sensível a

¹⁵³ “By order of the L^t. Gouv^r. Heddle.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 68.

¹⁵⁴ “Reconnaissant que sa principale richesse provienne du commerce que les francais viennent faire à son escale, n’ayant pas de plus grand intérêt que de le conserver et voulant par dessus toutes choses assurer pour toujours la bonne intelligence qui existe entre eux et lui [...]”. ANS, s. 13G, 13G1, p. 94-95.

manipulações externas, viessem elas de europeus, viessem de outros africanos —, é possível questionar a extensão de sua fragilidade econômica no fim da década de 1810.

A 20 de maio de 1819, Ahmadou, “[...] sentindo que o comércio da goma, que dificilmente resistirá à concorrência de produtos mais preciosos [...]”,¹⁵⁵ concluiu com o administrador francês Julien Schmaltz um tratado que, à primeira vista, deveria suscitar a prosperidade econômica de suas sociedades. O caminho para o crescimento econômico do emirado Brakna estaria, afirmariam os franceses, na colonização de seu território. O processo de colonização agrícola das sociedades do vale do rio Senegal será mais bem explorado no segundo capítulo desta dissertação.

A colonização de terras nativas foi parte de um projeto de crescimento econômico bem elaborado. Julien Schmaltz, que, como mencionado, se ocupava da administração senegalesa, foi seu principal promotor. Referindo-se ao ideal do projeto, Farias escreve:

Apresentada diretamente por Schmaltz ao Barão Portal, Ministro da Marinha e das Colônias, a proposta de transformar aquelas possessões em uma colônia agrícola estava em consonância com um ideal abolicionista de desenvolver culturas próprias na África, usando a força de trabalho local, o que, afinal, também poderia colaborar para debelar o comércio de escravizados.¹⁵⁶

De fato, o tratado esclarece que “A intenção do governo francês [é] que todos os estabelecimentos que formar sejam explorados por braços livres”.¹⁵⁷ Assim, o desenvolvimento das sociedades do vale do rio Senegal passaria, para os aderentes do projeto, pelo cultivo da terra. À exceção do algodão, os tratados consultados não são muito claros no que se refere a quais sementes seriam plantadas, mas, segundo Farias, apostava-se no cultivo do algodão, da cana-de-açúcar, do índigo e de oleaginosas.¹⁵⁸

¹⁵⁵ “[...] sentant que le commerce de la gomme, qui ne soutiendra qu’une peine, la concurrence des produits plus précieux [...]”. ANS, s. 13G, 13G1, p. 95.

¹⁵⁶ Farias, 2022, p. 299.

¹⁵⁷ “L’intention du gouv^t. français étant que tous les établissemens qu’il formera soient exploités par des bras libres [...]”. ANS, s. 13G, 13G1, p. 98. É importante dizer que nem todos os tratados referentes às plantações francesas determinavam que elas fossem cultivadas por mãos livres. O caráter compulsório do trabalho realizado em algumas delas é, inclusive, abertamente reconhecido: ANS, s. 13G, 13G1, p. 102-106; 122-135.

¹⁵⁸ Farias, 2022, p. 299.

De acordo com Webb Junior, o desenvolvimento de áreas agrícolas, planejadas e controladas pela administração de São Luís, permitira que o enclave se tornasse mais economicamente independente, desvinculando-se em alguma medida, inclusive, do comércio de goma-arábica: “Com o desaparecimento do comércio exportador de escravos depois de 1790, São Luís tornou-se crescentemente dependente do comércio de goma, e a atividade comercial da colônia concentrou-se no baixo rio Senegal”.¹⁵⁹ Consequentemente:

Essa dependência foi alarmante porque os comerciantes europeus e mestiços tinham pouco controle sobre o fornecimento de goma, que podia flutuar grandiosamente de ano para ano; e depois da reocupação francesa do Senegal em 1817, a administração colonial tentou diversificar as fontes de enriquecimento da colônia.¹⁶⁰

O comércio de goma-arábica, além de estar sujeito a instituições econômicas e políticas autóctones, dependia de fatores naturais específicos, sobre os quais restava a possibilidade de uma colheita abundante. Por essas razões, o comércio gomeiro era caracterizado por uma instabilidade desconcertante para os comerciantes franceses. Com o tempo, isso fez com que a administração de São Luís buscasse fontes de renda alternativas.

Além disso, mesmo os africanos enfrentavam contratempos com o comércio de goma-arábica. É importante esclarecer que não encontrei indícios contundentes para a retração comercial receada pelo emir Ahmadou. Embora seja possível que a mercadoria se tenha desvalorizado localmente, o comércio continuou animado em outras regiões. Independentemente de sua fatualidade, fato é que Ahmadou buscou, tal como os franceses, variar sua fonte de renda. Esperava-se que as novas plantações propiciassem

¹⁵⁹ “With the withering away of the export slave trade after 1790, Saint-Louis became increasingly dependent upon the gum trade, and the colony’s commercial activity became concentrated on the lower Senegal.” Webb Junior, 1995a, p. 115.

¹⁶⁰ “This dependence was cause for alarm because the European and métis traders had little control of the supply of gum, which could fluctuate greatly from year to year; and after the French reoccupation of Senegal in 1817, the colonial administration attempted to diversify the sources of the colony’s wealth.” Webb Junior, 1995a, p. 115.

“[...] os recursos e a prosperidade, tanto da França quanto do país ocupado pelos Brakna”.¹⁶¹

Ao fim e ao cabo, para concretizar seus planos, Schmaltz ainda tinha de decidir que trabalhadores seriam empregados nas lavouras. Naquele momento, com o comércio de seres humanos recentemente criminalizado, o enclave francês não dispunha de uma mão de obra abundante. Embora o administrador tivesse proposto diversas soluções ao problema, o cultivo das plantações foi realizado, pelo menos inicialmente, por trabalhadores fornecidos pelas próprias autoridades locais.¹⁶²

Uma ilustração criada pelo editor para o relato de viagem do comerciante Jean-Baptiste Léonard Durand, que esteve no vale do rio Senegal em 1785, representa trabalhadores saarianos dedicados à coleta da goma-arábica (Imagem 6). É relevante notar que a imagem, intitulada *Os mouros coletando gomas*, foi baseada no testemunho do viajante, e não na observação direta. No desenho, figuram sete homens em atividade. Dois deles, posicionados no centro da cena, carregam grandes sacos de couro repletos da resina; a abundância é tal que um dos sacos, à esquerda, chega a transbordar. Ao fundo, os demais trabalhadores alternam-se entre a extração da goma-arábica das árvores espinhosas e a preparação dos recipientes para o transporte. Em relação à densidade da floresta, povoada por numerosas árvores, o número de trabalhadores é reduzido. Apresentando uma fisionomia “clássica”, isto é, embasada nos padrões estéticos da Europa, os homens demonstram tranquilidade diante do serviço. Ao contrário das descrições de pregadores religiosos ou de trabalhadores escravizados — que seriam, segundo a historiografia, os principais responsáveis pelo trabalho —, eles não estão ornados de nenhuma indumentária religiosa particular nem parecem estar sujeitos a nenhuma hierarquia laboral. Em meio ao controle, ao equilíbrio e à ordem, o trabalho parece ser naturalizado. Tampouco é evidente o uso de instrumentos especiais para a extração da resina, o que é coerente com a prática de exploração extensiva predominante na região Trarza, baseada na espera pelo processo natural de exsudação. Por fim, não há nada na cena que indique a presença francesa no espaço. A atividade representada aparece

¹⁶¹ [...] les ressources et la prospérité, tant de la France que du pays occupé par les Bracknas [...].” ANS, s. 13G, 13G1, p. 93.

¹⁶² Farias, 2022, p. 299.

como inteiramente controlada pelas sociedades locais, em contraste com o regime de trabalho que deveria caracterizar as plantações europeias.



Imagem 6: The Moors gathering gums. 1806. Disponível em:

<https://slaveryimages.org/database/image-result.php?objectid=576>. Acesso em: 18 jan. 2026.

Assim como os chefes Waalo fizeram naquele mesmo ano, Ahmadou “promete fazer concorrerem com a limpeza e com as plantações das terras, assim como com os trabalhos de toda espécie dos ditos estabelecimentos, os cultivadores submetidos a sua autoridade [...]”.¹⁶³ Portanto, aqueles que forneceriam seu trabalho para o aumento da prosperidade do enclave francês e do emirado Brakna seriam os próprios súditos do chefe saariano. Conforme o tratado, Ahmadou deveria fornecê-los “nas mesmas condições que

¹⁶³ “[...] promet de faire concourir aux défrichemens et plantations des terres, ainsi qu’aux travaux de toute espèce desdits établissemens les cultivateurs soumis à son autorité [...]” ANS, s. 13G, 13G1, p. 99.

aquelas feitas com o país do Waalo, do que lhe damos comunicação e do que declara ter pleno conhecimento”.¹⁶⁴ Cabe transcrever essas condições diretamente aqui:

Será pago ademais anualmente pelos proprietários a cada chefe de vila que fornecerá cultivadores indígenas, um valor de quatro barras por cabeça de indivíduo. Em razão da dita alocação, que só será paga quando o contrato assumido pelos trabalhadores relativamente aos proprietários tiver sido completamente cumprido, os chefes de vila comprometem-se e prometem empregar todo o seu poder para assegurar sua execução, e substituir dentro de um prazo de quinze dias a contar da demanda que lhes será feita os desertores, os doentes ou os mortos sob pena para eles de perderem toda a alocação pelo indivíduo faltante se eles não se conformarem exatamente a esta estipulação.¹⁶⁵

Apesar de se afirmar que os contratados poderiam negociar “a natureza, a duração e o preço de seu trabalho”,¹⁶⁶ a realidade do trabalho nas lavouras era extremamente precária. Além disso, os contratados são considerados desprezíveis, o que escancara a resiliência de formas de tratamento muito parecidas com as da escravidão, mesmo anos depois de sua repressão. Apesar de suspenso oficialmente, o comércio de seres humanos perdurou, e, com ele, sobreviveram relações de trabalho extremamente desiguais. No que diz respeito, em particular, às semelhanças entre a escravidão e o sistema de contratação temporária, Farias escreve: “Cativo e *engagement* [contratação] eram separados por fronteiras muito tênues, quase imperceptíveis [...]”, podendo esta facilmente “se transformar em cativo puro e simples”.¹⁶⁷

Diante da possibilidade de enriquecimento, o emir Brakna não hesitou em inserir seus súditos em condições degradantes de trabalho. Aqui, procuro chamar atenção à existência de camadas sociais distintas dentro de sociedades africanas pré-coloniais. Ao

¹⁶⁴ “[...] aux mêmes conditions que celles faites avec le pays de Walo dont on lui a donné communication et dont il déclare avoir pleine connaissance.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 99.

¹⁶⁵ “Il sera payé en outre annuellement par les propriétaires à chaque chef de village qui fournira des cultivateurs indigènes, une valeur de quatre barres par tête d’individu. En raison de ladite allocation, qui ne sera payée que lorsque l’engagement pris par les travailleurs envers les propriétaires aura été complètement rempli, les chefs de villages’engagent et promettent d’employer tout leur pouvoir à en assurer l’exécution, et de remplacer dans un délai de quinze jours à dater de la demande qui leur en sera faite les déserteurs, les malades ou les morts sous peines par eux de perdre l’allocation entière pour l’individu manquant s’ils ne se conformaient pas exactement à cette stipulation.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 73-74.

¹⁶⁶ “[...] la nature, la durée et le prix de leur travail [...].” ANS, s. 13G, 13G1, p. 73.

¹⁶⁷ Farias, 2022, p. 324-325.

estudar o vale do rio Senegal, assim como qualquer outra região africana, encontramos sociedades internamente complexas e estratificadas. Seus habitantes — fossem agricultores, comerciantes, funcionários régios ou sacerdotes — eram movidos por motivações próprias e frequentemente contrastantes. Por isso, necessitamos ter cuidado para não ver essas populações sob lentes embaçadas por binarismos que, para todos os efeitos, não existiam. Fazê-lo contribuiria diretamente para o empobrecimento de nossos conhecimentos históricos e para o das mais diversas experiências individuais e coletivas.¹⁶⁸

Apesar do incentivo à agricultura, o comércio de goma-arábica não foi, nem mesmo diante de uma possível retração, abandonado pelas autoridades africanas e europeias. Pelo contrário, sua ampliação foi uma parte fundamental do projeto de crescimento econômico do emirado Brakna. É preciso considerar, por exemplo, o seguinte artigo do tratado de 20 de maio de 1819, que, não por acaso, é o que o inicia: “Ahmadou, rei da tribo dos Brakna, promete e compromete-se a favorecer por todos os meios que estiverem em seu poder o comércio de goma que se faz em sua feira e todo outro comércio que possa abrir-se em seguida entre os súditos do rei da França e os seus em toda a extensão de seu país”.¹⁶⁹ Portanto, o comércio de goma-arábica mantinha-se relevante.

As autoridades também se mostraram preocupadas com o contrabando da mercadoria realizado na feira real: “[...] e Ahmadou rei dos Brakna compromete-se e promete conformar-se aos regulamentos que lhe fará o comandante para o rei [da França] para impedir toda espécie de fraude, e de velar de seu lado para que eles sejam estritamente executados por seus súditos”.¹⁷⁰ Como mostrarei, o contrabando continuou sendo um problema para os franceses e para os saarianos durante a década de 1830.

Finalmente, o tratado estabelecia que, diante de discórdias com os comerciantes europeus, Ahmadou não deveria suspender o comércio em sua feira antes de comunicar

¹⁶⁸ Cooper, 1975.

¹⁶⁹ “Ahmadou Roi de la tribu des Bracknas promet et s’engage de favoriser par tous les moyens qui seront en son pouvoir, la traite de gomme qui se fait à son escale et tout autre commerce qui pourrait s’ouvrir par la suite entre les sujets du Roi de France et les siens dans toute l’étendue de son pays.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 93.

¹⁷⁰ “[...] et Ahmedou Roi des Bracknas s’engage et promet de se conformer aux réglemens que fera le Command’ pour le Roi pour empêcher toute espèce de fraude, et de veiller à son côté à ce qu’ils soyent strictement exécutés par ses sujets.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 93.

sua decisão ao comandante francês. Em vez de concluir, a partir daí, que o comércio de goma-arábica estava subordinado à administração de São Luís, argumento que o fechamento do mercado foi, precisamente, uma estratégia utilizada com regularidade pelo potentado africano. Por um lado, a situação indica que as vontades dos administradores europeus ainda não eram determinantes no que se refere à realização do comércio gomeiro. Por outro, ela mostra que as feiras do rio Senegal permaneciam sob a jurisdição das autoridades locais.

É fácil perceber como o tratado beneficiaria as autoridades Brakna. Em primeiro lugar, os franceses continuariam pagando os tributos que demandavam pela realização do comércio. Em segundo, eles construiriam fortes guarnecidos em seu território, que deveriam servir para a defesa dos habitantes do emirado contra a invasão de sociedades vizinhas. Neles, o emir Ahmadou seria recebido em caso de conflito. O emir, em particular, seria considerado um “amigo distinguido”, sendo-lhe acordado o mesmo tributo honorário que fora concedido a seu pai. Por fim, os franceses também lhe pagariam tributos adicionais pela permissão de formar plantações em suas terras. Desse modo, observamos como as relações entre a administração francesa e o emirado Brakna foram vantajosas para suas camadas sociais mais elevadas.

O comércio de goma-arábica manteve-se ativo mesmo diante da colonização agrícola do vale do rio Senegal. Sua relevância econômica para as sociedades à beira-rio aumentou exponencialmente durante as décadas de 1820 e de 1830. O projeto de Schmaltz, por outro lado, fracassou depois de algum tempo. Martin Klein descreve alguns dos problemas enfrentados por ele no reino do Waalo, localizado na margem meridional do rio Senegal:

Havia muitos problemas. Embora o Brak de Waalo parecesse satisfeito com o projeto, muitos dos habitantes de Waalo ressentiam-se com as grandes concessões de terra e sabotavam os diques de irrigação. Os vizinhos de Waalo, Trarza, Fuuta Tooro e Kajoer, estavam descontentes com ele. Embora os franceses tivessem assinado acordos com os Trarza e com o Fuuta, não foram capazes de garantir a segurança necessária. Como resultado de anos de incursões escravistas, a densidade da

população estava baixa, e a mão de obra não estava prontamente disponível.¹⁷¹

Ao mesmo tempo, cada vez mais indivíduos interessavam-se pelos lucros facilmente obtidos no comércio de goma-arábica.¹⁷² Na década de 1830, em particular, ele viveria sua era dourada. Naquele momento, milhares de pessoas estavam envolvidas em sua organização. Como venho mostrando, o comércio da resina esteve presente nas discussões realizadas entre o enclave francês e as sociedades da África Ocidental até pelo menos a década de 1840.

Dois anos mais tarde, um novo tratado, estabelecido a 25 de junho de 1821, preservava a maioria dos artigos do tratado de 20 de maio de 1819. Nesse sentido, é possível que o segundo tratado seja somente uma extensão do primeiro. Entretanto, pode-se supor que houvera uma falha em sua concretização, o que tornaria necessária sua iteração. Neste caso, enfrentaríamos uma questão metodológica: é necessário ter em mente que a documentação em uso não é uma representação exata da realidade, mesmo que tenha sido oficializada por instâncias governamentais. Pelo contrário, como indicado pelos documentos que registram a ocorrência de guerras e, conseqüentemente, a quebra de acordos, os interesses das autoridades africanas e europeias variavam com frequência.¹⁷³

No tratado de 25 de junho de 1821, o comércio de goma-arábica manteve-se central, e algumas das condições relacionadas a sua organização foram aprofundadas. Por exemplo, Ahmadou foi incumbido de transportar seu mercado para Souley Éra — localidade entre Bokolle e Faneye, mais próximas do enclave francês do que de costume —, caso brotassem discórdias entre os franceses e o imanado de Fuuta Tooro.¹⁷⁴ A existência desse artigo revela um contexto de instabilidade econômica e política na região.

¹⁷¹ “There were a number of problems. Though the Brak of Waalo seemed satisfied with the project, many of the people of Waalo resented the large land concessions and sabotaged the irrigation dikes. Waalo’s neighbors, Trarza, Futa Tooro, and Kajoor, were unhappy about it. Though the French signed agreements with Trarza and the Futa, they were not able to guarantee the necessary security. As a result of years of slave raiding, population densities were low and labor was not readily available”. Klein, 2009, p. 907.

¹⁷² Webb Junior, 1985, p. 153.

¹⁷³ ANS, s. 13G, 13G1, p. 203-211.

¹⁷⁴ ANS, s. 13G, 13G1, p. 138.

Nota-se que, na prática, a vontade das autoridades africanas pesava mais sobre a ocorrência do comércio: caso elas se desentendessem com os comerciantes europeus, o mercadejo seria interrompido. Por sua vez, os administradores coloniais buscavam justamente alterar esse costume. Percebe-se que, com o tempo, o comércio fluvial mudou algumas das prerrogativas econômicas dos soberanos locais. Alterações dessa natureza eram oficializadas pelo estabelecimento de um tratado entre as lideranças africanas e europeias interessadas.

No tratado de 25 de junho de 1821, também encontramos desdobramentos referentes às plantações de Schmaltz. Mencioná-las é importante para compreendermos sua relação com o comércio de goma-arábica. O nono artigo do tratado determinava que, embora o soberano africano devesse incentivar todos os cultivos trabalhados, o do algodão seria prioritário.¹⁷⁷ Entretanto, o referido tratado, nem nenhum outro, contém informações adicionais referentes a essa cultura.

O mesmo artigo determinava o tratamento que deveria ser dispensado aos “negros”¹⁷⁸ que desertassem das plantações. Como se nota, apesar das promessas em contrário, os agricultores africanos não usufruíram de condições dignas de trabalho: “[...] e no caso de alguns dos negros desertarem das habitações que se poderão estabelecer sobre as terras que ele [o emir Brakna] concede assim como é expreso no artigo acima, o Rei Ahmadou obriga-se expressamente a fazer com que sejam retornados a seus proprietários sem resgate nem reaquisição”.¹⁷⁹ Da mesma forma, “Em retorno o governo francês se obriga a devolver ao rei Ahmadou aqueles de seus súditos ou cativos que puderem desertar em uma possessão francesa”.¹⁸⁰ Portanto, embora esses trabalhadores

¹⁷⁷ ANS, s. 13G, 13G1, p. 142.

¹⁷⁸ Farias promove uma discussão sobre o sentido de raça para os administradores coloniais e comerciantes europeus, de um lado, e para os trabalhadores escravizados do Senegal oitocentista, do outro. Segundo a autora, enquanto os primeiros estabeleceram uma relação direta entre comportamentos considerados reprováveis, como a preguiça e a vagabundagem, a escravidão e “negro”, os trabalhadores fluviais reafirmaram sua cor com o intuito de racializar sua necessidade de liberdade. Veja Farias, J. “Não há cativo que não queira ser livre!”: Significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX. *Varia Historia*, [s. l.], v. 36, n. 71, p. 395–431, 2020.

¹⁷⁹ “[...] et dans le cas où quelques uns des noirs désérteraient des habitations qui pourront s’établir sur les terres qu’il concede ainsi qu’il est exprimé dans l’article ci-dessus, le Roi hamet-dou s’oblige expressément à les faire ramener à leurs propriétaires sans aucune rançon ni rachat.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 143.

¹⁸⁰ “En retour le Gouvernement Français s’oblige à rendre au Roi hamet dou ceux de ses sujets ou captifs qui pourraient désertar sur les possessions françaises.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 143.

fossem, a princípio, livres, na prática, eles encontravam-se em uma situação análoga à dos próprios cativos do emir Ahmadou.

Evidencia-se que os receios do emir Brakna referentes ao comércio de goma-arábica, expressos em 1819, ou não se concretizaram, ou foram superados até 1821. Na verdade, embora o tratado mais recente tivesse mantido quase todos os artigos do anterior, as suspeitas do emir não foram repetidas. De todo modo, o comércio da resina reteve sua importância até aquele momento, como nos indica a centralidade concedida a ele no acordo de 1821, e, mesmo, anos mais tarde.

Diante da procura por fontes de renda alternativas pelas autoridades africanas e europeias devido à criminalização do comércio de seres humanos, o comércio de goma-arábica não foi completamente substituído pelas plantações do governador Schmaltz. Antes, ele continuou sendo incentivado e expandido, como veremos com mais atenção à frente, e teve, para com as ditas lavouras, algo mais próximo de uma relação de complementaridade. O desenvolvimento de ambos figurou no projeto de crescimento econômico do emirado Brakna, e, apesar do anúncio de sua retração em 1819, o comércio gomeiro resistiu, sobrevivendo, inclusive, às plantações francesas.

No final da década de 1830, já não encontramos menções aos planos de desenvolvimento agrícola do vale do rio Senegal. Entretanto, o incessante contrabando da resina mauritana fez com que, a 9 de maio de 1839, autoridades africanas e europeias se reunissem para estabelecer ainda outro tratado. Como referido, o contrabando da mercadoria já preocupava tanto umas quanto as outras em 1819. Por sua vez, uma onda de violência, despendida pelos súditos do emir Ahmadou e possivelmente ocasionada pela persistência do problema, passou a acometer os comerciantes franceses contrabandistas. Por meio do novo tratado, as autoridades procuraram solucionar seus dois contratempos de uma só vez.

Uma vez flagrados, os contrabandistas deveriam pagar ao emir Brakna o tributo equivalente à tonelagem de seus navios, assim como os demais comerciantes europeus. Com sua dívida quitada, eles poderiam continuar comercializando livremente na feira real. Caso ela estivesse fechada, o tributo valeria para o ano seguinte. O emir deveria despachar os navios de contrabando ao comandante da feira real ou, caso ela estivesse suspensa, ao posto de Dagana. Os navios confiscados pelas autoridades francesas teriam

um fim semelhante. Por sua vez, o ministro do emir imporá um embargo aos contrabandistas e recolherá deles o tributo obrigatório.¹⁸¹ No emirado Brakna, havia, então, uma burocracia consolidada e envolvida no comércio fluvial.

Em contrapartida, o emir Ahmadou, “[...] preocupando-se em preservar a boa inteligência que reina entre o Senegal e os Brakna [...]”,¹⁸² afirmou que pagaria o dobro do valor das pilhagens cometidas e dos danos causados por seus súditos aos navios franceses. Aqui, é interessante discutir a relação de poder entre o enclave francês e o emirado saariano. À primeira vista, mais do que para as demais sociedades da região, o comércio de goma-arábica tornou-se indispensável à economia do emirado Brakna. Segundo Taylor, seu envolvimento no comércio euro-africano teria ocasionado uma ruptura com suas instituições históricas, permitindo-nos perceber a fragmentação de seu poder político na década de 1850. O autor defende que a integração da bacia do Senegal na economia comercial europeia causou uma transformação política nas sociedades do Sahel Ocidental durante o século XIX. Para constatar-la, ele realiza um estudo de caso baseado em dezenas de documentos árabes de Butelimito, cidade localizada na Mauritânia atual.¹⁸³

O caso envolveu algumas comunidades do deserto mauritano de meados do século XIX. Entre elas, encontravam-se os Awlad al-Siyyid, contados, pelos franceses, entre os povos Brakna. Os Awlad al-Siyyid controlavam uma das feiras do rio Senegal e estavam fortemente envolvidos no comércio de goma-arábica. Ao contrário dos povos do interior do continente, eles já se mantinham mais unidos por interesses econômicos do que por laços familiares. Com o tempo, eles perceberam-se cada vez mais dependentes do comércio fluvial e vulneráveis a interferências estrangeiras, quer africanas, quer europeias. À medida que se endureceu o controle europeu sobre o vale do rio Senegal, a hegemonia dos guerreiros Brakna sobre comunidades nômades menos poderosas, das quais cobravam tributos, foi erodida. Segundo Taylor, a erosão intensificou-se com a derrota de guerreiros Brakna e Trarza pelo governador Faidherbe em 1850, mas pode ser

¹⁸¹ ANS, s. 13G, 13G1, p. 292-294.

¹⁸² “[...] ayant à coeur d’entretenir la bonne intelligence qui règne entre le Sénégal et les Bracknas [...].” ANS, s. 13G, 13G1, p. 294.

¹⁸³ Taylor, 1995.

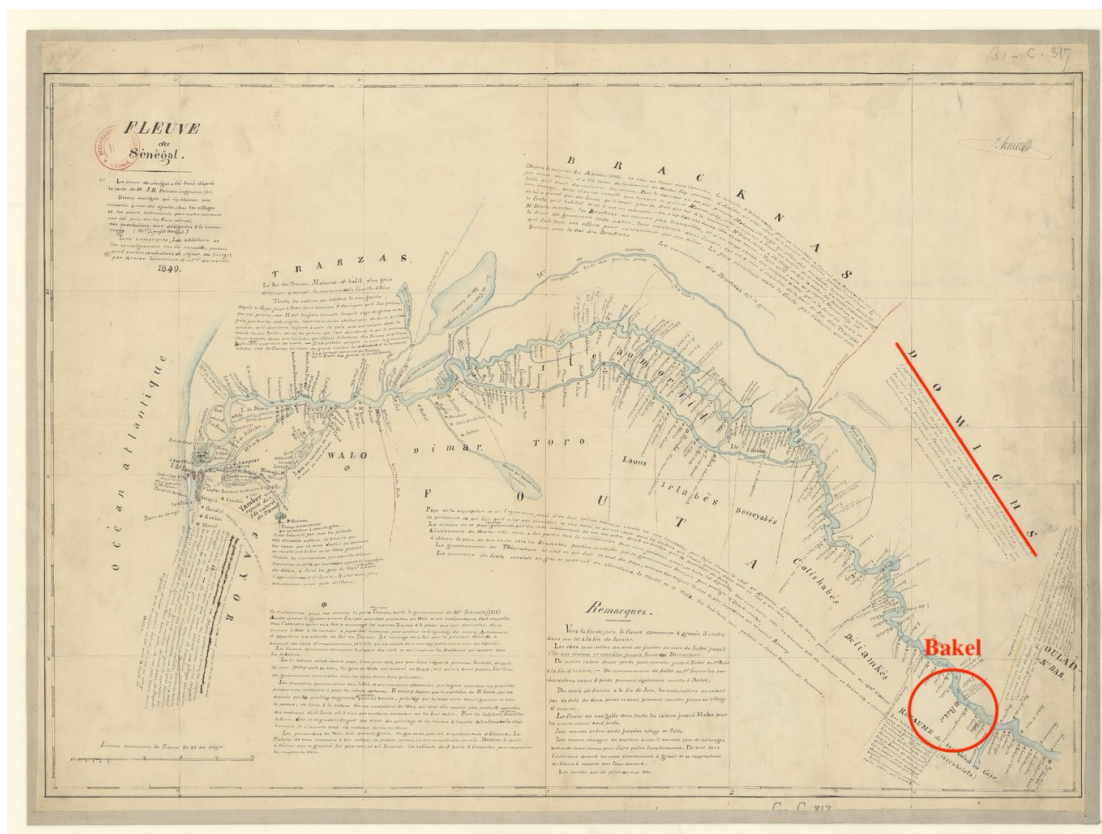
percebida desde a década de 1830.¹⁸⁴ Uma de suas consequências foi o crescimento da mobilidade política e social no sertão oeste-africano.

No tratado de 9 de maio de 1839, embora a autoridade do emir Ahmadou sobre seus súditos ainda seja reconhecida, é possível supor que a taxa demandada pelos franceses sobre os cofres reais fosse cara demais. Nesse caso, a situação teria sido desafiadora para o emir, cuja principal riqueza adviria, conforme a documentação europeia, do comércio realizado pelos franceses nas feiras reinóis. Entretanto, vale prestar atenção às ações dos súditos Brakna, que não se conformaram facilmente aos compromissos assumidos pelo emir com os administradores de São Luís. Sua desobediência pode ser interpretada como uma representação de interesses distintos dos das camadas mais altas de suas sociedade — como, na situação descrita, a perda imediata de lucros em decorrência do contrabando de goma-arábica — e, ainda, de sua possibilidade de atuação. Embora a documentação não nos forneça muitos detalhes a seu respeito, tais episódios possibilitam-nos perceber sua presença.

Emirado Dowiche

Das sociedades com que trabalho diretamente, o emirado Dowiche é o que mais se encontra distante do oceano Atlântico. Há somente dois tratados estabelecidos entre ele e a administração de São Luís, datados de 7 de fevereiro de 1821. Ambos são relativamente curtos e tratam do mesmo assunto: o estabelecimento de uma nova feira próximo ao posto de Bakel, no alto rio Senegal, para que o comércio de goma-arábica se expandisse para o leste. Embora nos restem poucas informações relativas a esse emirado, o que temos é crucial para entender o funcionamento do comércio de goma-arábica no interior da África Ocidental.

¹⁸⁴ Taylor, 1995.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Imagem 8: Mapa do curso do vale do rio Senegal, com o emirado Dowiche e o enclave de Bakel destacados em vermelho. 1849. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53021179g>. Acesso em: 13 jan. 2026.

Preocupada com seus rendimentos, a administração de São Luís lançou-se na busca de alternativas ao comércio de seres humanos. Como dito, ela incentivou a formação de plantações ao longo do rio Senegal. A proposta, encabeçada pelo governador Schmaltz, não vingou, mas advinha de um ideal abolicionista de desenvolvimento das sociedades africanas por meio da agricultura. Segundo Webb Junior, a proposta também foi uma resposta ao predomínio econômico desfrutado pelo comércio de goma-arábica na região, que, embora bastante lucrativo para os comerciantes franceses, se encontrava maioritariamente sob o controle das autoridades africanas.¹⁸⁵ Isso, somado a sua imprevisibilidade característica, consideradas as condições naturais requeridas para a

¹⁸⁵ Webb Junior, 1995a, p. 115.

secreção da resina, contribuiu para que os administradores coloniais vissem em suas novas lavouras uma fonte de renda que seria de modo geral mais manobrável.

Apesar de sua instabilidade, é possível incluir o desenvolvimento do comércio de goma-arábica entre as estratégias usadas pela administração de São Luís para contrabalançar as perdas que a criminalização do comércio de seres humanos lhe causara. Assim, podemos interpretar a expansão do comércio gomeiro para o alto rio Senegal como uma indicação de sua vitalidade e, ainda, de um interesse contínuo de africanos e de europeus por ele. Nesse sentido, sua expansão em direção ao sertão oeste-africano seria decorrente de uma necessidade econômica imposta por transformações globais.

Ao mesmo tempo, é importante considerar a posição das sociedades africanas diante do desmantelamento do comércio de seres humanos. Segundo a documentação utilizada, algumas das sociedades do vale do rio Senegal contavam cativos entre suas principais exportações na década de 1780.¹⁸⁶ Pode imaginar-se que, confrontadas com o fim de uma de suas fontes de renda mais lucrativas, as sociedades escravizadoras estariam igualmente interessadas em encontrar alternativas de enriquecimento. O comércio de goma-arábica, presente na região por cerca de dois séculos, seria uma resposta lógica a seu problema.

Além disso, a expansão do comércio de goma-arábica para o sertão oeste-africano pode ter sido incentivada pela crise produtiva potencialmente enfrentada naquele mesmo ano pelo emirado Brakna, que, como informado, foi um dos principais fornecedores da resina mauritana para os mercados europeus. O plano de desenvolvimento econômico do emirado Brakna foi possivelmente uma resposta às mesmas transformações estruturais. Esse plano consistia, de um lado, na delimitação de porções de terra para a formação de plantações promovidas pela administração de São Luís e, do outro, no favorecimento do comércio de goma-arábica realizado entre eles e os franceses. Assim, percebemos que o comércio gomeiro foi uma fonte de renda considerável tanto para africanos quanto para europeus.

¹⁸⁶ Refiro-me aos emirados Brakna e Trarza. ANS, s. 13G, 13G1, página 19; 33. Sabe-se, entretanto, que uma porção considerável dos indivíduos escravizados importados, pelos franceses, da África Ocidental provinha do alto rio Senegal, tornando verossímil a hipótese de que os Dowiche estiveram envolvidos em tal comercialização. McLane, 1986, p. 41.

Por meio dos tratados de 7 de fevereiro de 1821, o emir Dowiche, não nomeado, prometia construir um novo centro de comércio nas redondezas do posto de Bakel, situado no alto rio Senegal. Além disso, ele prometia enviar ao local toda a produção de goma-arábica de sua sociedade e defender o comércio ali realizado entre os europeus e seus súditos: “O rei dos Dowiche compromete-se a formar um mercado em frente à vila de Bakel, a ali enviar todas as gomas recolhidas em seu país, a proteger o comércio entre os brancos e seus súditos”.¹⁸⁷ Por sua vez, os franceses pagariam um determinado tributo, no fim do comércio, ao emir e aos príncipes do emirado.¹⁸⁸ É concebível que a criação de um mercado distante da costa atlântica contribuiria para o aumento concomitante dos rendimentos do enclave europeu e do emirado em questão.

Se houve, de ambas as partes, um interesse pela interiorização do comércio de goma-arábica, também é perceptível que sua expressão concreta não seria a mesma para cada uma delas. Como demonstrado pelo trecho acima, os comerciantes franceses empenharam-se, desde logo, a obter o monopólio da resina no novo mercado. Assim, constato não terem abandonado completamente os interesses econômicos já manifestados no final do século XVIII. Os europeus, tal como procuraram monopolizar o comércio de goma-arábica realizado no baixo rio Senegal, perseguiram-no, agora, rio acima.

No novo mercado, haveria um representante real, responsável por cuidar dos interesses do soberano Dowiche. Caso ele trouxesse reclamações, seria necessário que as dirigisse a Hesse, o comandante do posto de Bakel: “O rei dos Dowiche terá sempre no mercado de Bakel um delegado que será encarregado de velar por seus interesses e que deverá dirigir-se ao comandante do posto todas as vezes que tiver alguma reclamação a fazer”.¹⁸⁹ Contudo, em vez de ver nisso a subordinação das autoridades africanas à administração europeia, argumento que, do ponto de vista nativo, tal comandante não

¹⁸⁷ “Le Roi des Dowiches s’engage à former une escale vis à vis du village de Bakel à y envoyer toutes les gommes recueillies dans son pays, à protéger le commerce entre les blancs et ses sujets.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 113.

¹⁸⁸ ANS, s. 13G, 13G1, p. 114.

¹⁸⁹ “Le Roi des Dowiches aura toujours à l’escale de Bakel un délégué qui sera chargé de veiller à ses interets et qui devra s’adresser au Commandant du poste toutes les fois qu’il aura quelques reclamations à faire.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 114-115.

fosse mais do que o representante da comunidade mercantil francesa em seu território, pela qual era responsável.¹⁹⁰

O rei receberia, para cada barril de goma-arábica comercializado, 1 (uma) peça de Guiné. Esse tributo, que não era insignificante, somava-se a outros, determinados conjuntamente pelas autoridades signatárias. As mercadorias requeridas indicam-nos que, mais do que expandir o comércio de seu reino, o soberano preocupava-se com seu armamento (solicitou balas, fuzis, pederneiras e pólvora) e com sua inserção no comércio intercontinental, cuja porta de entrada era, para ele, o rio Senegal (solicitou açúcar mascavo, cravo, peças da Guiné, pranchas¹⁹¹ [*pièces de platille*] e tecidos escarlates).¹⁹² Dessa forma, observamos, do lado africano, a reivindicação de uma participação ainda maior nas redes de comércio que interligavam as sociedades do sertão da África Ocidental ao oceano Atlântico e além.

Por tudo isso, é possível perceber a avançada integração das sociedades da região naquele momento. Embora essa integração tenha precedido a chegada dos europeus à região, o comércio realizado entre eles e os povos nativos levou, com o tempo, ao desenvolvimento de uma cultura comercial própria. Entre as características da cultura comercial do vale do rio Senegal, citem-se a ubiquidade das peças de Guiné, a importância atribuída ao comércio de goma-arábica e a contratação de tratados, tais como os analisados presentemente, como uma importante ferramenta diplomática. Esses elementos têm sua legitimidade amplamente reconhecida pelas sociedades do baixo e do alto rio Senegal.

Portanto, o comércio de goma-arábica manteve-se fecundo para as sociedades do vale do rio Senegal século XIX adentro e contribuiu para o aumento de sua prosperidade econômica. A expansão do comércio gomeiro para o alto rio Senegal, buscada tanto por autoridades africanas quanto europeias, demonstra sua vitalidade e sua importância para toda a região. Outrossim, é perceptível a formação de uma cultura econômica e política particular em torno do comércio realizado nos mercados ribeirinhos. Entre suas

¹⁹⁰ Quanto ao ponto de vista dos soberanos nativos acerca do estabelecimento de enclaves comerciais europeus em suas terras, Curtin (1975, p. 45) argumenta: “Do ponto de vista africano, um enclave europeu não era um território cedido, mas apenas mais uma minoria religiosa, com a qual era mais fácil lidar deixando-a viver sob suas próprias leis”.

¹⁹¹ Tratava-se de um utensílio para passar roupa, feito de barro ou de metal.

¹⁹² ANS, s. 13G, 13G1, p. 115-116.

características, estava o reconhecimento do prestígio de mercadorias específicas e da legitimidade de determinadas formas de comunicação. Ao longo dos séculos, o comércio de goma-arábica tornou-se uma parte constitutiva da cultura comercial regional.

Por outro lado, a expansão do comércio gomeiro acirrou, como se viu, a desigualdade social das sociedades oeste-africanas. Contrastando-se com o acúmulo de riquezas — e, então, de poder — por parte das autoridades reais, os habitantes comuns dos reinos da região foram cada vez mais empregados, sob condições degradantes, na agricultura, seja para o abastecimento dos mercados ribeirinhos, seja para a alimentação dos produtores de goma-arábica. Por tudo isso, os tratados consultados possibilitam-nos apreender elementos variados da realidade econômica e social das sociedades do vale do rio Senegal oitocentista.

Capítulo II

A implementação do empreendimento colonial ou A reação à ameaça à autonomia agrícola (1819– 1831)

“O abandono da colonização deve ter como resultado o realinhamento de todas as visões da administração sobre as relações comerciais do Senegal com o interior da África. Somente uma extensão considerável dessas relações poderia dar à colônia uma maior importância, e ela não seria menos benéfica para a causa da civilização e da humanidade, pela qual ainda resta muito a ser feito na África e que não pode ser mais bem servida do que pelas conquistas pacíficas do comércio e da indústria.”

Relatório do ministro Rigny, 1831

No primeiro capítulo, brevemente abordei a conquista do enclave de São Luís do Senegal pela Inglaterra em 1809. Philip Curtin interpretou-a como um ponto em uma sequência de insultos trocados entre a França e a Inglaterra desde 1757.¹⁹³ Nesta ocasião, sua ocupação durou até o ano de 1817. Cabe lembrar que, nesse ínterim, as autoridades inglesas estabeleceram, até onde sei, dois tratados referentes ao comércio de goma-arábica — um com o emirado Brakna e o outro com o emirado Trarza. Argumentei, ali, que a conquista de São Luís pelos ingleses dificilmente perturbou a ordem econômica e política vigente, caracterizada pela preponderância dos interesses africanos em suas relações com os europeus.

Costumeiramente, os especialistas retratam o retorno dos franceses a São Luís como um momento crítico para a região. Para eles, as Guerras Napoleônicas, que se estenderam de 1803 a 1815, determinaram não somente a história da Europa como a de suas atividades no além-mar. Se, anteriormente, os comerciantes europeus “aceitavam”

¹⁹³ Curtin, 1975, p. 111.

que o comércio africano acontecesse em termos africanos, depois de 1817, os novos funcionários não estariam tão dispostos a respeitá-los: “A mudança não foi simplesmente uma mudança no poder relativo, embora também tenha sido isso; os novos homens foram enviados para fazer *algo* na África, não apenas para supervisionar o comércio por alguns anos e voltar para casa”.¹⁹⁴ James Webb Junior assevera que, no processo de incrementar seu envolvimento no comércio de goma-arábica e de realizar seu empreendimento agrícola, os franceses começaram a questionar a hegemonia dos guerreiros saarianos sobre Waalo.¹⁹⁵ Recentemente, Juliana Farias afirmou que, “desde 1818, [São Luís e Gorée] não eram mais um *comptoir* (espécie de entrepostos comerciais) da França, e sim espaços coloniais, com orçamento próprio e governador e funcionários enviados diretamente de Paris”.¹⁹⁶

Entretanto, o estudo da documentação não me levou, francamente, a perceber uma mudança tão drástica do final do século XVIII para as primeiras décadas do século XIX. Embora o reordenamento do corpo burocrático são-luisense e do escopo de suas atividades na região seja inegável, defendo que os fundamentos econômicos do enclave francês, mais do que o vale do rio Senegal, constituíram, pelo menos em um primeiro momento, o principal alvo de sua reorientação política. Ainda mais importantemente, o estatuto de São Luís relativamente às sociedades africanas permaneceu marcado pela dependência.

Neste capítulo, explorarei o desenvolvimento do empreendimento colonial francês durante a década de 1820, embasando-me nos relatórios de administradores do enclave de São Luís e nos tratados comerciais que estabeleceram com as sociedades do vale do rio Senegal. Nas páginas seguintes, referir-me-ei a ele como “colonização” e como “empreendimento colonial”, emprestando-me à linguagem utilizada na documentação, mas compreendendo-o como um processo distinto daquele, de caráter militar, que acometeu a África a partir da segunda metade do século XIX. Em nosso caso, a colonização pode ser caracterizada como o estabelecimento de lavouras europeias em terras cedidas por mandatários africanos mediante o pagamento de tributos para o cultivo,

¹⁹⁴ “The change was not simply a shift in relative power, though it was that too; the new men were sent out to do *something* in Africa, not just to supervise trade for a few years and go home.” Curtin, 1975, p. 127-128.

¹⁹⁵ Webb Junior, 1995a, p. 27.

¹⁹⁶ Farias, 2022, p. 289.

pelas mãos de trabalhadores locais, de produtos para a exportação, como o algodão e o índigo.

A agricultura europeia, que procurou possibilitar o crescimento econômico do enclave de São Luís, foi, entretanto, malsucedida. Entre outros elementos, os documentos relatam-nos múltiplas instâncias em que tanto as camadas mais baixas quanto as mais elevadas das sociedades da região reagiram negativamente a sua implementação. Nesse sentido, argumento que podemos explicar seu fracasso pelo fato de que a colonização não representou, realmente, os interesses das comunidades autóctones — sem o concurso das autoridades africanas, em cujas mãos estavam as redes comerciais e políticas da região, assim como a própria possibilidade de usufruto do solo, o empreendimento colonial francês não pôde concretizar-se. Por sua vez, o insucesso dessas iniciativas não deve ser compreendido como uma etapa incompleta de um processo colonial inevitável, mas como o efeito de uma assimetria de interesses e de poder pendente para as sociedades locais, que conservavam sua capacidade de decisão sobre o território e seus usos.



Em toda a documentação, a primeira menção ao empreendimento colonial data de 8 de maio de 1819. Ela encontra-se em um tratado estabelecido entre o administrador Julien Schmaltz (1816–1820) e diversos mandatários do reino Waalo. Segundo o documento, “O rei Amar Boye, os chefes sobrenomeados e todos os outros convidam o comandante do rei e administrador do Senegal e dependências a conduzir os súditos de S. M. T. C. [*Sa Majesté Très Chrétienne*, ou seja, Sua Majestade Cristianíssima] nas terras do país de Waalo, para lá formar conjuntamente com a ajuda dos habitantes indígenas estabelecimentos de cultura em todas as posições que lhe parecerem mais vantajosas”.¹⁹⁷ O investimento econômico e político feito pelos franceses em Waalo ao longo do século

¹⁹⁷ “Le Roi Amar Boye, les chefs ci-dessus dénommés et tous les autres, invitent le Commandant pour le Roi et administrateur du Sénégal et dépendances à diriger les sujets de S. M. T. C. sur les terres du pays de Walo, pour y former conjointement et avec le secours des habitants indigènes des établissements de culture dans toutes les positions qui lui paraîtront les plus avantageuses.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 70.

XIX veio a ser caracterizado por Boubacar Barry como o prelúdio do colonialismo na região.¹⁹⁸

A chegada do administrador Schmaltz à costa da África Ocidental em 1816 fora humilhante. A *Medusa* — o navio em que ele e seu séquito percorreram o oceano — naufragou. Somente 246 de seus 396 tripulantes foram salvos, e, com eles, muitos documentos foram perdidos. O administrador inglês de São Luís, sem ordens claras, recusou-se a transmitir-lhe seu comando. Os funcionários franceses necessitaram acampar por cerca de seis meses até que o coronel Thomas Brereton recebesse suas instruções oficiais. Quando finalmente partiram, em janeiro de 1817, os ingleses levaram consigo muitos dos canhões utilizados para a defesa do estabelecimento.¹⁹⁹

Segundo a historiografia, após as Guerras Napoleônicas, o comércio de seres humanos foi relutantemente abolido pela França em 1818, em decorrência da insistência da Inglaterra. Nesse sentido, o administrador Schmaltz fora enviado a São Luís com o propósito de extinguir as exportações de trabalhadores escravizados, mas, ao mesmo tempo, garantir que o enclave permanecesse economicamente rentável. Os historiadores sublinham que isso passaria principalmente pelo desenvolvimento da agricultura, conforme delineado em um plano de Schmaltz para a colonização agrícola do vale do rio Senegal. Barry argumenta que as novas lavouras permitiriam que Schmaltz rompesse com “o tradicional comércio da goma, dos escravos e do marfim”,²⁰⁰ Curtin relaciona o fomento à agricultura à perda de São Domingos pela França, em 1804; e Webb Junior interpreta o empreendimento colonial como uma maneira de São Luís desvencilhar-se do comércio de goma-arábica.²⁰¹ Assim, à medida que Curtin oferece uma leitura global do fenômeno, os demais especialistas conferem-lhe um embasamento local. Por minha parte, argumentei, no capítulo anterior, que o desenvolvimento do comércio de goma-arábica foi tão incentivado por Schmaltz quanto a própria agricultura.

O relatório do ministro Marie Henri Daniel Gauthier, conhecido como o conde de Rigny, data de 15 de abril de 1831 e oferece uma linha do tempo do empreendimento colonial francês. Rigny assumira o Ministério da Marinha e das Colônias (em francês,

¹⁹⁸ Barry, 1972.

¹⁹⁹ Uma versão mais completa do relato encontra-se em Klein, 2009, p. 895.

²⁰⁰ “le traditionnel commerce de la gomme, des esclaves et du morfil” Barry, 1972, p. 237.

²⁰¹ Curtin, 1975, p. 128; Webb Junior, 1995a, p. 115.

Ministère de la Marine et des Colonies) em 1831. Ele permaneceu em suas funções até 1835, quando a deterioração de sua saúde o forçou a abandonar seu posto. Quando escreve sobre o empreendimento colonial francês, as lavouras criadas ao longo da década de 1820 parecem, como ele, estar dando seus últimos suspiros.

Segundo o ministro Rigny, Schmaltz fora, após o retorno dos franceses a São Luís, encarregado de investigar os recursos que o vale do rio Senegal oferecia para o cultivo de produtos coloniais [*denrées coloniales*]. Se suas conclusões fossem positivas, ele deveria, também, indicar a melhor maneira de colocá-lo em prática.²⁰² Depois de informar-se sobre as condições da região, Schmaltz endereçou ao Departamento da Marinha, a 8 de julho de 1817, um memorando em que se refere aos “imensos recursos oferecidos pelo Senegal”.²⁰³ Em 1818, o administrador foi chamado a Paris para desenvolver seus argumentos. Na cidade, ele apresentou dois novos memorandos fundamentando o plano que concebera. O plano foi adaptado, e Schmaltz retornou a São Luís em 1819 encarregado de realizá-lo, “tendo a sua disposição os diversos meios de execução que demandara”.²⁰⁴

Curiosamente, Rigny informa que as sementes do empreendimento colonial deveriam ter sido lançadas sobre o imanado de Fuuta Tooro. Entretanto, Schmaltz teimosamente estabeleceu as primeiras lavouras em Waalo, uma “região muito menos fértil”.²⁰⁵ De fato, como observado, Waalo foi a primeira sociedade africana com a qual se concluiu um tratado para a criação das lavouras. Além disso, não encontrei nenhum tratado que, orientado para o mesmo fim, tivesse sido estabelecido com o Fuuta Tooro. Constatei, inversamente, a existência de contratos voltados à instalação de lavouras em ambas as margens do baixo vale do rio Senegal, nomeadamente nas regiões de Brakna, de Trarza e de Waalo.

O relatório do ministro Rigny, então, remete o fracasso do empreendimento colonial às falhas organizacionais de Schmaltz. As autoridades francesas mostraram-se tão insatisfeitas com seu redirecionamento que, já em 1819, enviaram a São Luís um

²⁰² ANS, s. 13G, 13G22, p. 93. v. 1.

²⁰³ “les immenses ressources qu’offre le Sénégal” ANS, s. 13G, 13G22, p. 93. v. 1.

²⁰⁴ “ayant à sa disposition les divers moyens d’exécution qu’il avait demandés” ANS, s. 13G, 13G22, p. 93. v. 1.

²⁰⁵ “contrée beaucoup moins fertile” ANS, s. 13G, 13G22, p. 93-94. v. 1.

inspetor extraordinário, o barão de Macau, Ange René Armand (1788–1855), para que averiguasse a situação. Após passar três meses na África Ocidental, Armand concluiu que, mesmo que não partilhasse completamente da opinião de Schmaltz, o empreendimento colonial poderia, afinal, ser bem-sucedido. Entre os cultivos possíveis, o do algodão pareceu ao barão o mais apropriado.²⁰⁶ Apesar disso, Schmaltz foi substituído em agosto de 1820 pelo capitão Louis-Jean-Baptiste Le Coupé (1820–1822), o qual, durante sua administração de dezenove meses, se ocupou quase exclusivamente das questões políticas da região, fazendo com que o empreendimento colonial fosse momentaneamente paralisado.²⁰⁷

Para nossa discussão, é interessante que o tratado estabelecido entre a administração de Schmaltz e o emirado Brakna seja lembrado. O documento, datado de 20 de maio de 1819, teve como propósito tecer novos laços que, supostamente, aumentariam “os recursos e a prosperidade”²⁰⁸ tanto do emirado Brakna quanto do enclave de São Luís. Segundo o tratado, o emir Brakna Ahmadou “ouvira falar”²⁰⁹ dos tratados que os franceses estabeleceram com os mandatários de Waalo para a instalação de lavouras em seu território. Por sua vez, o território do emirado Brakna é caracterizado como sendo tão fértil quanto a ilha do Marfim e povoado por muitos homens “que poderiam ser fornecidos para cultivá-lo”.²¹⁰ Em vista disso, “nada seria mais importante para ele [o emir Brakna] e para seus súditos do que valorizá-lo [mettre en valeur] e para lá atrair o comércio”.²¹¹ O emir Ahmadou “convidava”, por conseguinte, Schmaltz a enviar súditos franceses para formar, conjuntamente com seus próprios súditos, propriedades agrícolas em seu território. Para tanto, o emir Brakna concordava em ceder ao rei da França, “em toda a propriedade e para sempre”,²¹² todas as partes de seu emirado que o administrador são-luisense considerasse propícias para a agricultura. No que se refere ao empreendimento colonial, a terminologia utilizada é idêntica à do contrato firmado com Waalo.

²⁰⁶ ANS, s. 13G, 13G22, p. 94. v. 1.

²⁰⁷ ANS, s. 13G, 13G22, p. 94-95. v. 1.

²⁰⁸ “les ressources et la prospérité” ANS, s. 13G, 13G1, p. 93.

²⁰⁹ “Ayant entendu parler” ANS, s. 13G, 13G1, p. 95.

²¹⁰ “qu’il peut fournir pour le cultiver” ANS, s. 13G, 13G1, p. 96.

²¹¹ “rien ne serait plus importante pour lui et ses sujets que de le mettre en valeur et d’y attirer le commerce” ANS, s. 13G, 13G1, p. 96.

²¹² “en toute propriété et pour toujours” ANS, s. 13G, 13G1, p. 97.

Embora o tratado estabelecido com o emirado Brakna tenha sido discutido no primeiro capítulo, gostaria de chamar à atenção ainda outros elementos. Em primeiro lugar, o excerto permite-me contribuir, mesmo que brevemente, para o debate em torno da proporção entre a força de trabalho e os recursos fundiários na África Ocidental pré-colonial. Segundo Benedetta Rossi, certos especialistas, como Herman Nieboer, argumentaram que as características ecológicas africanas historicamente limitaram o crescimento populacional no continente. Para eles, o poder de Estados centralizados é necessariamente condicionado por fatores ecológicos que mantêm a densidade populacional em níveis reduzidos.²¹³ Assan Sarr, referindo-se ao mesmo debate, afirma que “alguns historiadores argumentaram que, no século XIX, ‘o trabalho, mais do que a terra, representou o principal constrangimento à produção’”.²¹⁴ De acordo com esses historiadores, a abundância de terras na África implicava que o fator escasso era a força de trabalho. O tratado, entretanto, é inequívoco no que diz respeito à existência de uma mão de obra considerável na margem setentrional do rio Senegal.

Em segundo lugar, a ideia de “valorizar” um território prende a atenção. A expressão francesa “*mise en valeur*”, derivada de “*mettre en valeur*”, pode ser literalmente traduzida para o português como “colocação em valor”, mas, no contexto do intervencionismo francês na África Ocidental, adquire um formato particular e encontra-se conceitualmente próxima dos ideais atuais de desenvolvimento e de exploração econômica. Nos documentos, seu uso limita-se aos tratados estabelecidos com o emirado Brakna e com o reino Waalo. Como abordado na Introdução, assim como entre as décadas de 1920 e de 1930, aqui, a realização do empreendimento colonial está relacionada ao incremento da “prosperidade” e dos “recursos” de um determinado território por meio do comércio e da agricultura e a partir da apropriação da mão de obra local. Apesar do discurso altruísta, é notório que tanto as diretrizes quanto os medidores de produtividade partiriam especificamente da administração francesa. As sementes cultivadas voltavam-se sobretudo à exportação para o Atlântico.

Há, ainda, outro elemento importante. O tratado celebrado com o emirado Brakna, bem como o estabelecido com o reino Waalo, aprofunda o significado de suas novas

²¹³ Rossi, 2015, p. 5.

²¹⁴ “some historians argue that, in the nineteenth century, ‘labor rather than land was the chief constraint on production’” Sarr, 2016, p. 141.

relações: “Reconhecendo que sua principal riqueza provém do comércio que os franceses vêm fazer em sua escala [...] Ahmadou, rei dos Brakna, compromete-se e promete manter francamente uma total e completa neutralidade em todas as guerras em que os habitantes franceses do Senegal possam entrar, quando não for chamado a ajudá-los ou quando considerações particulares não lhe permitirem juntar-se a eles”.²¹⁵ Em minha perspectiva, o argumento de que a principal riqueza do emirado Brakna derivava do comércio euro-africano não pode ser dissociado de sua implicação subsequente: os Brakna deveriam abster-se de intervir nas guerras do enclave são-luisense, a menos que fossem chamados para socorrê-lo. Conforme o documento, o emir Ahmadou pretendia “tornar-se um”²¹⁶ com os franceses assim que se instalassem em seu território, assumindo seus aliados e seus inimigos como seus e garantindo que não fossem molestados por seus súditos. Para tanto, requisitava que fortes fossem construídos e guarnecidos por combatentes franceses. Assim, os tratados relacionados ao empreendimento colonial revelam uma clara dimensão militar.

Em torno de um mês depois, a 30 de junho de 1819, o desenvolvimento do empreendimento colonial motivou a celebração de um novo tratado com os marabutos Darmankour. O documento informa que a utilidade de Muhammad Kharabat Chems — chefe dos Idaw Al-Hajj —, no que se refere ao fornecimento de cativos, de gado e de tributários às propriedades agrícolas, “levou-o a fazer ao comandante do rei as seguintes propostas”:²¹⁷ Muhammad supervisionaria as diversas “tribos mouras”²¹⁸ estabelecidas na margem setentrional do rio Senegal e informaria suas conclusões ao administrador são-luisense, sobretudo “das más intenções dos chefes, bem como das empresas hostis que poderiam tentar exercer sobre os novos estabelecimentos projetados”;²¹⁹ quando fosse chamado pelos franceses para ser consultado, ele informá-las-ia ao administrador e não agiria senão segundo o interesse e as instruções do governo francês. Finalmente,

²¹⁵ “Reconnaissant que sa principale richesse provienne du commerce que les français viennent faire à son escale [...] Ahmed Roi des Bracknas, s’engage et promet de garder franchement une pleine et entière neutralité dans toutes les guerres où pourraient entrer les habitants français du Sénégal, lorsqu’il ne serait pas appelé à les assister ou que des considérations particulières ne lui permettraient pas de se joindre à eux.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 94-95.

²¹⁶ “faire qu’un” ANS, s. 13G, 13G1, p. 97.

²¹⁷ “l’ont porte à faire au Commandant pour le Roi les propositions ci-après” ANS, s. 13G, 13G1, p. 103.

²¹⁸ “tribus maures” ANS, s. 13G, 13G1, p. 103.

²¹⁹ “des mauvaises intentions des chefs ainsi que entreprises hostiles qu’ils seraient tentés de faire sur les nouveaux établissemens projetés” ANS, s. 13G, 13G1, p. 103.

Muhammad enviaria seus cativos e tributários aos lugares indicados, segundo as mesmas condições estabelecidas com Waalo, assim como forneceria aos empreendedores franceses o gado de que necessitassem.²²⁰ Admite-se, portanto, que o mandatário dos marabutos Darmankour tinha os meios necessários para influenciar os diferentes emires saarianos, instruir-se sobre suas intenções relativamente às lavouras propostas e ter conhecimento do que acontecia no interior de suas comunidades.

Uma vez que o mandatário Darmankour deveria enviar seus cativos para as lavouras francesas, é possível relativizar o argumento, exposto anteriormente, de que o empreendimento colonial estava em consonância com um ideal abolicionista. Nesse sentido, o próprio tratado contradiz-se, na medida em que as condições estabelecidas com Waalo demandavam que a mão de obra empregada nas propriedades agrícolas fosse livre. É curioso perceber como temporariamente contratados, tributários e trabalhadores escravizados podiam encontrar-se submetidos a condições análogas de exploração.

Além disso, podemos perguntar-nos por que, já em 1819, a administração são-luisense suspeitava que os emires saarianos nutrissem más intenções em relação a suas lavouras. O relatório de Rigny, remetido à década de 1830, afirma que as propriedades agrícolas em Waalo desencadearam a “inveja” e o “medo” das sociedades vizinhas.²²¹ Uma liga não determinada supostamente formou-se contra os franceses, e as hostilidades teriam começado nos primeiros meses de 1820 — ou seja, logo no início do empreendimento colonial. Waalo teria sido parcialmente destruído, levando Schmaltz, senão a renunciar a seu plano de colonização, pelo menos a considerar sua execução como postergada. Mais adiante, a contribuição das sociedades africanas para o fracasso da agricultura francesa será mais bem explorada.

Importantemente, o tratado revela que, em compensação pelas propostas do mandatário Darmankour, o comandante real francês conceder-lhe-ia um tributo anual de 15 peças de Guiné, custeado pela administração são-luisense e suscetível de um aumento conforme o fornecimento de gado, homens e serviços essenciais. Além disso, ele

²²⁰ ANS, s. 13G, 13G1, p. 103.

²²¹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 94. v. 1. Barry (1972, p. 245), fundamentando-se também em relatórios administrativos e em tratados econômicos, repete que “O Waalo, tornado o centro da colonização agrícola, suscitou a cobiça dos povos vizinhos, que viram com maus olhos a presença francesa, em seu detrimento, naquele país”.

concederia a seu ministro um tributo de 2 peças de Guiné e um turbante de musselina.²²² Mais do que uma evidência de submissão às ordens do enclave francês, o excerto ressalta que as autoridades africanas prestaram serviços em condições específicas. O documento demonstra, na verdade, que o desenvolvimento econômico do vale do rio Senegal somente teria sido possível por meio do aproveitamento dos recursos animais e humanos locais. O tratado — que não menciona a formação de propriedades agrícolas no território dos marabutos Darmankour — esclarece a profunda dependência do empreendimento colonial francês em relação ao abastecimento local de alimentos, cativos, informações e tributários.

Durante a década de 1820, Waalo esteve no centro dos conflitos franco-africanos, em decorrência da expansão da agricultura francesa em seu território. Em especial, o interesse francês pela região chocou-se com as reivindicações, potencialmente mais antigas, de autoridades africanas estabelecidas em ambas as margens do rio Senegal pelo mesmo solo. Uma outra instância chama à atenção em que medida o reino Waalo se encontrava exposto naquele momento. A 15 de novembro de 1819, um tratado foi estabelecido entre Hamdoulkoury, “filho de Aly Koury”,²²³ e os mandatários Waalo sob a intermediação do administrador francês de São Luís, Schmaltz. A caracterização de Hamdoulkoury como “herdeiro legítimo da coroa dos Trarza”²²⁴ leva-me a concluir que uma disputa sucessória acometera o emirado Trarza. Assim sendo, “Desejando dar um testemunho recíproco da amizade que existe entre Hamdoulkoury e o país de Waalo e unir-se por um tratado de aliança, para agir em conjunto, na guerra que até agora têm travado separadamente contra os Trarza comandados por Ahmad Mokhtar”,²²⁵ o apoio a Hamdoulkoury foi estratégico.

Por um lado, Hamdoulkoury receberia o auxílio militar do reino Waalo; por outro, deveria reconhecer que “os Trarza não têm nenhum direito sobre o país de Waalo nem sobre qualquer parte da margem esquerda do rio”,²²⁶ renunciando, para si e seus

²²² ANS, s. 13G, 13G1, p. 105.

²²³ “fils d’Aly Koury” ANS, s. 13G, 13G1, p. 107.

²²⁴ “hiritier legitime de la couronne des Trarza” ANS, s. 13G, 13G1, p. 107.

²²⁵ “Désirant de donner un témoignage reciproque de l’amitié qui existe entre Hamdoulkoury et le pays de Walo et s’unir par un traite d’alliance, pour agir en commun, dans la guerre qu’ils ont jusqu’à présent soutenue séparément contre les Trarzars commandés par Ahmed Mokhtar” ANS, s. 13G, 13G1, p. 107-108.

²²⁶ “les Trarzars n’ont aucun droit à exercer sur le pays de Walo, ni sur aucune partie de la rive gauche du fleuve” ANS, s. 13G, 13G1, p. 108.

descendentes, a todo título e tributo. Caber-lhe-ia ainda conter os saques de seus tributários contra Waalo ou contra os franceses e suas posses — cultivos, embarcações, propriedades e residências — lá localizadas. Além disso, há a tentativa de delimitar uma fronteira entre o emirado Trarza e o reino Waalo: os súditos de Hamdoulkoury não poderiam instalar-se na margem meridional do rio Senegal sem a autorização da administração francesa, e os habitantes de Waalo, embora preservassem suas propriedades na margem setentrional, não poderiam migrar para lá sem o consentimento do administrador são-luisense.²²⁷ Esta última condição evidencia a complexidade dos vínculos estabelecidos pelas diversas comunidades do vale do rio Senegal com o território.

Não obstante, a aliança estabelecida entre Hamdoulkoury e o reino Waalo parece ter sido insuficiente. Dois anos depois, um tratado de 7 de junho de 1821 refere-se a Amar Ould Mokhtar como o “rei dos Trarza”.²²⁸ Note-se que Amar Ould Mokhtar provavelmente compartilhava algum grau de parentesco com o rival de Hamdoulkoury, Ahmad Mokhtar. Desta vez, o administrador são-luisense Le Coupé reconhecia, possivelmente com algum desconforto, que os direitos reivindicados pelo sultão e pelos emires Trarza sobre uma porção do território Waalo “são reais”.²²⁹ Entretanto, as terras reivindicadas tinham sido “vendidas” aos franceses pelo Braque, o rei de Waalo, para o estabelecimento das propriedades agrícolas. Em vista disso, Le Coupé tencionava comprar-lhes o direito de nelas formar suas lavouras por meio de um novo tributo. Mediante o tributo, o sultão e os emires Trarza cederiam todos os seus direitos sobre Waalo aos franceses e prometeriam respeitar suas propriedades agrícolas, conservando-as, defendendo-as e protegendo-as. Assim como os mandatários Brakna e Waalo, o sultão Trarza teria “instado”²³⁰ os franceses a estabelecerem-se na margem setentrional do rio Senegal, construindo casebres, estabelecimentos, plantações e residências, e todas as terras em que os franceses construíssem, desde que localizadas entre São Luís, na foz do rio Senegal, e Gaë, ser-lhes-iam concedidas completamente.

²²⁷ ANS, s. 13G, 13G1, p. 109-110.

²²⁸ “Roi des Trarzars” ANS, s. 13G, 13G1, p. 122.

²²⁹ “sont réels” ANS, s. 13G, 13G1, p. 124.

²³⁰ “engagent” ANS, s. 13G, 13G1, p. 125.

O tratado também determinava como as relações entre o emirado Trarza e o reino Waalo deveriam desenrolar-se no futuro. O emir e os príncipes saarianos comprometiam-se a não mais invadir Waalo — devastando-o e pilhando-o —, passando a considerá-lo, em vez disso, como uma dependência do enclave francês. Ademais, o administrador Le Coupé importantemente reconhecia a existência, “desde tempos imemoriais”,²³¹ de tributários sujeitos ao emirado Trarza em Waalo. Na medida em que os tributos demandados aos residentes de Waalo teriam, sim, de ser apropriadamente quitados, o administrador são-luisense atuaria como seu intermediário, conformando-se ao pedido dos próprios mandatários saarianos. Le Coupé enviaria “um emissário de confiança, que possa assistir às negociações [*palabres*] que terão lugar entre os Trarza e o povo [*gens*] de Waalo e zelar pelos pagamentos que estes últimos reconhecerem, eles mesmos, dever aos Trarza”.²³² Ainda assim, o não pagamento dos tributos não deveria traduzir-se como represália no território do reino Waalo.

Além disso, o artigo 7º do documento indica que, tal como o emirado Trarza, o emirado Brakna, o imanado de Bundu e o imanado de Fuuta Tooro reivindicavam direitos sobre Waalo. Assim sendo, os Trarza deveriam unir-se aos franceses contra quaisquer tentativas hostis de sua parte ao empreendimento colonial: “O rei Amar Mokhtar e os príncipes Trarza comprometem-se a garantir aos franceses a prosperidade de Waalo contra as pretensões infundadas que possam manifestar os fulas e os Brakna sobre sua propriedade”.²³³ Na prática, eles deveriam “defender a causa dos franceses, em caso de tentativas hostis contra seus estabelecimentos; e comprometem-se mesmo a declarar guerra a quem quer que seja, Hamet Dou, Almamy, Eliman-Boubakar que reivindique direitos sobre esse país”.²³⁴

²³¹ “de tems immérial [sic.]” ANS, s. 13G, 13G2, p. 127.

²³² “un émissaire de confiance, qui puisse assister aux palabres qui auront lieu entre les les [sic.] Trarzas, et les gens de Walo et de veiller aux paiements de ce qui ces derniers reconnaîtrons eux mêmes devoir aux Trarzas.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 127.

²³³ “Le Roi Amar Moctar et les princes Trarzas s’engagent à garantir aux, Français la prospérité de Walo, contre les prétentions non fondées que pourraient manifester les poules et les Bracnas sur sa propriété.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 126.

²³⁴ “prendre fait et cause pour les Français, en cas de tentatives hostiles contre leurs établissements; et s’engagent même à déclarer la guerre à qui que ce soit, Hamet dou, Almamy, Eliman-Boubakar, qui prétendraient avoir des droits sur ce pays.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 126. Trata-se, respectivamente, dos mandatários do emirado Brakna, do imanado de Fuuta Tooro e do imanado de Bundu.

É possível que a “liga” formada contra o empreendimento colonial francês, referida pelo ministro Rigny na década de 1830, fosse composta por tais sociedades. Entretanto, como é notório, não seria o caso de uma coalizão homogeneamente estruturada em torno de objetivos comuns. O emirado Brakna, o emirado Trarza, o imanado de Bundu e o imanado de Fuuta Tooro possuíam, separadamente, suas reivindicações sobre o território Waalo. Cabe reiterar que, naquele momento, o enclave de São Luís também se mostrava particularmente preocupado com ele, em decorrência de suas propriedades agrícolas. Os múltiplos interesses manifestados relativamente ao reino Waalo por sociedades situadas em ambas as margens do vale do rio Senegal colocavam-no em uma posição de fragilidade.²³⁵ A dimensão militar dos tratados referentes à agricultura francesa evidencia-se, assim, mais uma vez, constituindo-se em uma tentativa, por parte da administração são-luisense, de angariar o apoio militar de potências que possibilitariam a concretização de seu plano agrícola. Pergunto-me se, diante de tantas ameaças, a contratação do empreendimento colonial por parte dos mandatários Waalo não teria representado, também para eles, uma estratégia de conservação política.

Finalmente, o tratado determina como as dinâmicas relativas ao trabalho deveriam desenvolver-se entre o emirado Trarza e o enclave de São Luís. Assim como os mandatários Brakna e Waalo, o emir e os príncipes Trarza deveriam fomentar todo tipo de cultivo, mas especialmente o de algodão, em ambas as margens do rio Senegal. Ademais, deveriam incentivar seus súditos a vender suas produções às embarcações comerciais francesas. Caso algum trabalhador escapasse às propriedades agrícolas, os Trarza deveriam devolver os “negros desertores” a seus proprietários gratuitamente. Por seu turno, os franceses *vender-lhes-iam* os cativos e tributários desertores que, porventura, se encontrassem em seu meio: “O governo francês promete e compromete-se a vender aos Trarza os cativos e tributários que tenham desertado e se encontrem entre os habitantes do Senegal; ou nas habitações francesas estabelecidas em Waalo, ou na

²³⁵ Parece-me importante explicitar a proveniência das sociedades interessadas no território Waalo. Mais de uma vez, a historiografia tendenciosamente descreveu os “mouros” como inimigos unilaterais das comunidades “negras” da margem meridional do vale do rio Senegal, fundamentando-se um tanto acriticamente sobre os documentos europeus para tecer narrativas sobre a região que, francamente, se assemelham às leituras que postulam a existência de “conflitos interétnicos” africanos (Barry, 1972, p. 191; 199; 228; 318; Webb Junior, 1995a, p. 22).

margem direita [do rio Senegal]”.²³⁶ O fato de que os mandatários Trarza deveriam incentivar os comerciantes de sua sociedade a mercadejar com os franceses sugere que tal comportamento não foi uma consequência natural de seu assentamento na costa. No capítulo seguinte, explorarei melhor como o “giro ao Atlântico” foi tudo menos uma obviedade. Pelo momento, reforço que a passagem também explicita a ocorrência de deserções, por parte de trabalhadores africanos, das propriedades agrícolas francesas.

Como discutido no primeiro capítulo, o tratado conclui-se com a promessa, por parte do administrador Le Coupé, de que os franceses não pretendiam infligir, de nenhuma maneira, a soberania do emirado Trarza: “Fica acordado entre o governo do Senegal e o rei e os príncipes Trarza que os franceses não pretendem interferir em nada nos assuntos dos chefes Trarza, seja entre eles e seus súditos, que não têm qualquer pretensão de soberania no país dos Trarza, fora de seus estabelecimentos ~~de cultura~~”.²³⁷ Como argumentei então, é possível que, apesar das palavras do administrador são-luisense, o receio de intervenção estrangeira realmente existisse entre os mandatários Trarza. Cabe lembrar que, há somente dois anos, a administração de São Luís apoiara um partido específico, o de Hamdoulkoury, contra Ahmad Mokhtar. Assim, mesmo que sua linhagem tenha, aparentemente, vencido o cisma sucessório, seu triunfo teria sido custoso. Aqui, é pertinente notar que os tributos referentes ao documento em análise consistem, em sua maioria, de artigos militares, como balas, espingardas e pólvora.

Naquele mesmo ano, durante a administração de Le Coupé, mais um tratado foi estabelecido com o emirado Brakna a 25 de junho de 1821. O documento, que também foi introduzido no capítulo anterior, é quase idêntico àquele estabelecido com o mesmo emirado a 20 de maio de 1819. Desta vez, a construção e a tripulação de fortes para a salvaguarda das propriedades agrícolas francesas são remetidas ao emir Ahmadou. Em contrapartida, no tratado de 1819, a tarefa — caracterizada como uma solicitação do próprio sultão Brakna — é conferida à administração do enclave de São Luís. Além disso, o artigo 9º, referente ao incentivo ao cultivo e à venda do algodão e ao retorno gratuito

²³⁶ “Le gouvernement français promet et s’engage, de faire vendre aux Trarzas les captifs et tributaires qui auraient désertés [sic.] et se trouveraient chez les habitants du Sénégal ; ou dans les habitations Françaises établies dans le Walo, ou sur la rive droite.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 128-129.

²³⁷ “Il est entendu entre le gouvernement du Sénégal et le Roi et les princes Trarzas, que les Français prétendent ne simmiscer en rien dans les affaires des chefs Trarzas, soit entreux et leurs sujets, qu’ils n’ont aucune prétention de souveraineté dans le pays des Trarzas, hors leurs établissements ~~de cultures~~.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 131.

dos “negros desertores” a seus proprietários, é idêntico àquele presente no tratado estabelecido com o emirado Trarza e não se encontra no tratado de 20 de maio de 1819. Finalmente, a repetição do artigo 10º, relativo à criação de lavouras na margem setentrional do rio Senegal, leva-me a acreditar que as propriedades agrícolas ainda não tinham sido estabelecidas no emirado Brakna em 1821, dois anos após a conclusão do primeiro tratado. Assim sendo, compreende-se por que Rigny viria a caracterizar a administração de Le Coupé como estática em relação ao empreendimento colonial.

Segundo o relatório do ministro Rigny, de 1831, Le Coupé transferiu seu posto a Jacques François Roger (1822–1827) em março de 1822, logo depois da assinatura de um tratado de paz “conforme a nossas visões de colonização”.²³⁸ Embora a documentação somente retome diretamente o empreendimento colonial em 1827, o memorando de Rigny permite-nos preencher algumas lacunas. O administrador afirma que Roger foi um árduo promotor da colonização: “foi encarregado de executar os planos de colonização que ele mesmo apresentara. Encontrou, nesse sentido, tudo por criar em sua chegada à colônia. Por isso, é verdadeiro dizer que o empreendimento só começou realmente com a administração do senhor Roger”.²³⁹ Portanto, o empreendimento colonial francês ter-se-ia iniciado, concretamente, somente em 1822.

Durante a administração de Roger, o empreendimento colonial parece ter prosperado: “Por sua influência, alguns estabelecimentos agrícolas foram formados. Incentivos em utensílios, em instrumentos de arar, em armas, em mantimentos, em grãos etc. etc. foram distribuídos aos agricultores e incentivos foram acordados para encorajar o cultivo e a exportação do algodão”.²⁴⁰ O algodão, endêmico da região, foi considerado pelos inspetores franceses como o produto mais apropriado para o desenvolvimento do empreendimento colonial. O ministro Rigny prossegue, informando que “O número de estabelecimentos particulares fundados na margem esquerda do rio e principalmente em Waalo aumentou sucessivamente até 1825, quando se contavam 34, nos quais 3.449.000

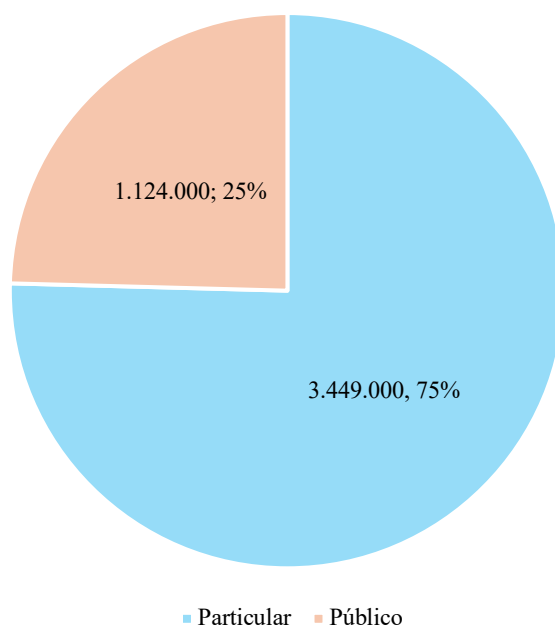
²³⁸ “conforme à nos vues de colonisation” ANS, s. 13G, 13G22, p. 94-95. v. 1.

²³⁹ “fut chargé de mettre à exécution les plans de colonisation qu’il avait lui-même présentés. Il trouva, sous ce rapport, tout à créer à son arrivée dans la colonie. Aussi est-il vrai de dire que l’entreprise ne date réellement que de l’administration de Mr. Roger.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 95. v. 1.

²⁴⁰ “Par son influence quelques établissemens de cultures se formèrent. Des secours en outils, en instrumens aratoires, en armes, en vivres, en graines &a. &a. furent prodigués aux planteurs et des primes furent accordées pour encourager la culture & l’exportation du coton.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 95. v. 1.

pés de algodoeiro foram, à época, recenseados”.²⁴¹ Além disso, contavam-se outros 1.124.000 pés nos estabelecimentos públicos.²⁴² No ápice do empreendimento colonial francês, encontravam-se cerca de 4.573.000 algodoeiros no vale do rio Senegal.

Gráfico 3: Condição jurídica dos algodoeiros franceses em 1825.²⁴³



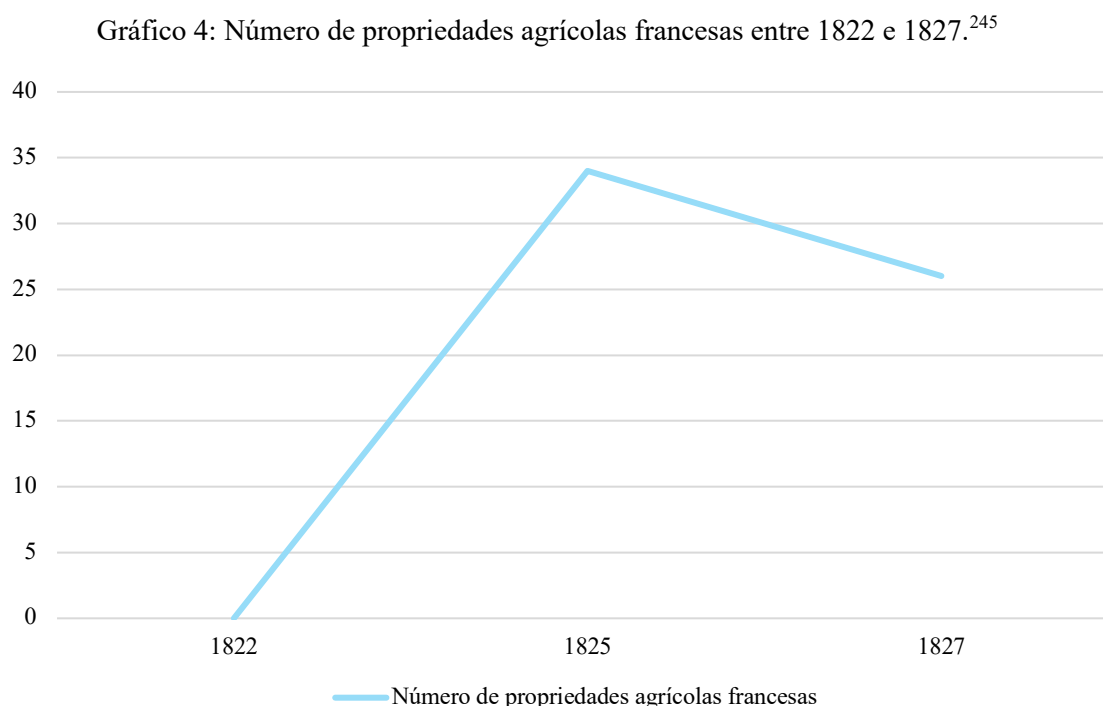
Expressivamente, no momento em que escreve o administrador Roger, em 1827, o empreendimento colonial já se encontrava em declínio. De acordo com Rigny, “No início de 1827, o número de habitações era de apenas 26, e o cultivo do algodão, que não tinha dado senão frutos insignificantes, apesar de todos os encorajamentos de que tinha

²⁴¹ “Le nombre des établissements particuliers fondés sur la rive gauche du fleuve & principalement dans le Walo, s’augmenta successivement jusqu’en 1825 où l’on en comptait 34, sur les quels 3,449,000 de pieds de cotonnier furent à cette époque recensés.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 95-96. v. 1.

²⁴² ANS, s. 13G, 13G22, p. 95-96. v. 1. À primeira vista, a documentação distingue entre estabelecimentos públicos, isto é, aqueles financiados pela administração do enclave de São Luís, e estabelecimentos particulares, pertencentes a indivíduos e/ou a sociedades particulares. Em uma discussão sobre os tributos devidos às sociedades da região, a mesma distinção aparece. Na ocasião, as companhias de comércio francesas responsáveis pelo comércio de goma-arábica estabeleciam, no passado, “com facilidade” certos tributos para o rei e os chefes de Waalo. Esses tributos não eram garantidos por nenhum escrito, tendo sido recentemente rejeitados por muitos tratantes, particularmente aqueles pagos à escala dos Darmanhour, “que eram realmente muito consideráveis”. O Waalo, contudo, reclamava-os à administração *como se tais tributos estivessem sob a proteção do governo*. ANS, s. 13G, 13G22, p. 26. v. 2.

²⁴³ ANS, s. 13G, 13G22, p. 95-96. v. 1.

sido o objeto, encontrava-se quase totalmente abandonado”.²⁴⁴ Por conseguinte, para além da falha organizacional e das hostilidades africanas, os empreendedores europeus confrontaram-se com o problema da produção agrícola, que tampouco respondera às expectativas metropolitanas.



Perante o fracasso dos algodoeiros, os agricultores franceses dedicaram-se, a partir de 1825, ao cultivo do índigo, que, “segundo os testes realizados na colônia por um químico do governo, parecia que daria resultados muito vantajosos”.²⁴⁶ O ministro Rigny informa ainda que, assim como o cultivo do algodão, o cultivo do índigo foi fortemente promovido pela administração francesa: “Vastos campos foram semeados com índigo [*indigofère*], fábricas de índigo [*indigoteries*] foram construídas às custas do governo, e agentes pagos por ele foram encarregados da manipulação dos produtos”.²⁴⁷ Quando o

²⁴⁴ “Au commencement de 1827, le nombre des habitations n’était plus que de 26 & la culture du coton qui n’avait donné que d’insignifiants produits, malgré tous les encouragemens dont elle avait été l’objet, se trouvait presque généralement abandonnée.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 95-96. v. 1.

²⁴⁵ ANS, s. 13G, 13G22, p. 95-96. v. 1.

²⁴⁶ “d’après des essais faits dans la colonie par un chimiste du gouvernement, semblait devoir donner des résultats très-avantageux.” ANS, s. 13G1, 13G22, p. 96. v. 1.

²⁴⁷ “De vastes champs furent semés en indigofères, des indigoteries furent construites au compte du gouvernement, et des agens payés par lui furent chargés de la manipulation des produits.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 96. v. 1.

administrador Roger solicitou, em novembro de 1826, seu retorno à França, o empreendimento colonial parecia-lhe estar, finalmente, fundamentado. Em sua carta, parcialmente reproduzida por Rigny, teria dito:

Encontrei em todo lugar, e principalmente nas areias dos arredores de São Luís, campos de índigo capazes de satisfazer, de surpreender os espíritos mais preconceituosos [*prévenus*], mais difíceis. Não há ninguém que, ao vê-los, não concorde que o problema está resolvido, que, com os cuidados de uma cultura bem entendida, teremos tanto índigo quanto desejarmos e que, consequentemente, a colonização está fundada.²⁴⁸

Entretanto, o Departamento da Marinha recebia, ao mesmo tempo, informações menos favoráveis sobre o estado das lavouras. Segundo o ministro Rigny, o número reduzido de exportações, à época, do enclave de São Luís à metrópole francesa contribuía para tal suspeita. Diante disso, o sucessor interino de Roger, o comissário da Marinha Hyacinthe-Benjamin Gerbidon (1827–1828), foi encarregado de investigar, mais uma vez, a questão da colonização no vale do rio Senegal.²⁴⁹ Apesar de tanto se ter dedicado, como afirma Rigny, ao empreendimento colonial, Roger não se estende muito, no relatório que legou a Gerbidon, datado de 1827, sobre o assunto.

Em seu memorando, o administrador Roger opina sobre como dar continuidade à colonização agrícola do vale do rio Senegal naquele momento. Para ele, os elementos mais importantes resumiam-se “aos capitais e aos cultivadores [*planteurs*] da Europa”.²⁵⁰ O administrador insiste que, sozinho, o Senegal nunca seria uma colônia agrícola: “o que quer que faça o governo, o Senegal nunca, entregue a seus próprios recursos, [ilegível] será [?] uma colônia agrícola, a terra e os braços encontram-se lá, é verdade; mas o [ilegível], a indústria, o gosto, os conhecimentos especiais, tudo isso falta”.²⁵¹ Em outras

²⁴⁸ “‘J’ai trouvé partout, & principalement dans les sables des environs de St. Louis, des champs d’indigofères capables de satisfaire, d’étonner les esprits les plus prévenus, les plus difficiles. Il n’est personne qui, en les voyant, ne convienne que le problème est résolu, qu’avec les soins d’une culture bien entendue, on aura autant d’indigo qu’on en désirera et que par conséquent la colonisation est fondée.’” ANS, s. 13G, 13G22, p. 96-97. v. 1.

²⁴⁹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 97. v. 1.

²⁵⁰ “des capitaux et des planteurs d’Europe” ANS, s. 13G, 13G22, p. 73. v. 1.

²⁵¹ “car je ne saurait [ilegível] [ilegível], quoique fasse le Gouvernement, jamais le Sénégal livré à ses seules ressources, [ilegível]era une colonie agricole, la terre et les bras s’y trouve, il est vrai ; mais le [ilegível] l’industrie, le goût, les connaissances spéciales, tout cela manque.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 73. v. 1.

palavras, Roger argumentava que os conhecimentos e as técnicas agrícolas locais eram incompatíveis para a colonização *proposta*. Embora, mais uma vez, tanto a terra quanto os trabalhadores fossem abundantes na África Ocidental, as comunidades locais não seriam, a seu ver, tão “industriosas” quanto aquelas da Europa. Na prática, percebe-se que o empreendimento colonial não foi capaz de enraizar-se entre as sociedades da região, e, sem a contribuição dos trabalhadores africanos, o plano agrícola facilmente ruiria.

No final da década de 1820, o administrador Roger deixava a administração sãoluisense suplicando para que os investimentos referentes à agricultura francesa não fossem interrompidos: “Referindo-me a meus escritos anteriores sobre [ilegível] Senegal, resumo-me a pedir a V. E. [Vossa Excelência] que conceda, que conserve [ilegível] interessante empreendimento uma proteção, uma benevolência [ilegível] especial. Ele ainda está muito pouco avançado para não ter ainda be[ilegível] contínuos e esclarecidos”.²⁵² Ele afirma ainda que “Creio ter, no curso de minha [ilegível] administração, fornecido ao Ministério todos os documentos que podem ser [ilegível] manter a colonização e conduzi-la ao sucesso”.²⁵³ Comparando este seu relato àquele reproduzido por Rigny em seu memorando, nota-se uma visão menos laudatória do estado do empreendimento colonial francês na região.



Os relatórios de 26 de agosto de 1827, enumerados 131, 132 e 133, encaminhados por Gerbidon ao Departamento da Marinha, concluíram que nada deveria ser esperado do cultivo do índigo. Segundo o ministro Rigny, esta foi a conclusão de um de seus relatórios: “Não hesito em declarar que não há nada a esperar de vantajoso no Senegal do cultivo do índigo e, pelas mesmas causas contrárias, daquele de nenhum outro produto

²⁵² “Me reportant à mes précédens écrits sur [ilegível] Sénégal, je me résume en priant V. E. d’accorder, de conserver [ilegível] interessante entreprise une protection, une bienveillance [ilegível] spéciale. Elle est trop peu avancée pour n’avoir pas encore be[ilegível] continuels et éclairés.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 74. v. 1.

²⁵³ “Je crois avoir dans le cours de mon [ilegível] administration fourni au Ministère tous les documens qui peuvent être [ilegível] maintenir la colonisation et la conduire au succès.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 74. v. 1.

colonial””.²⁵⁴ No mesmo documento, vemos que as causas contrárias ao empreendimento sinalizadas por Gerbidon foram “a secura do país, o vento do Leste [o Harmatão] que, após atravessar o deserto, chega ao Senegal tão seco que a vegetação sofre a mais infeliz influência; a má qualidade quase generalizada das terras de Waalo, onde estamos estabelecidos; o custo elevado da mão de obra; a rápida deterioração, pelo efeito do clima, das máquinas, instrumentos etc. e, enfim, a falta de colaboração dos indígenas”.²⁵⁵ Assim, Gerbidon resumiu os empecilhos enfrentados pelo empreendimento colonial às condições ecológicas, econômicas e sociais do vale do rio Senegal. Rigny informa que o Departamento da Marinha tanto se surpreendeu diante de uma conclusão tão absoluta que designou o sucessor do administrador interino Gerbidon, Jean Jubelin (1828–1829), nomeado a 23 de setembro de 1827, a uma nova investigação a respeito da colonização.

Há um único tratado que, pertencendo a nossos propósitos, restou da administração de Gerbidon. Datado de 5 de dezembro de 1827, os obstáculos encontrados pelo empreendimento colonial francês são, no documento, ainda mais aclarados. Estabelecido entre o inspetor agrícola [*inspecteur des cultures*] Edmont Brumet e o inspetor-adjunto [*inspecteur adjoint des cultures*] Charles Louis Berton, revestidos da autoridade de Gerbidon, por um lado, e os mandatários do reino Waalo, revestidos da autoridade do Braque, por outro, o documento objetivava que “a união mais perfeita e uma constante amizade reine entre os habitantes de Waalo e aqueles do Senegal”.²⁵⁶ Em especial, o tratado tencionava impedir que novos desentendimentos emergissem entre os agricultores europeus e os Waalo. Desde o início, o artigo 1º evidencia um descompasso entre a concepção europeia e a concepção local de propriedade fundiária. É interessante reproduzi-lo parcialmente:

²⁵⁴ “Je ne balance pas à déclarer qu’il n’y a rien à attendre d’avantageux au Sénégal de la culture de l’indigo &, par suite des mêmes causes contraires, de celle d’aucune autre denrée coloniale.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 97. v. 1.

²⁵⁵ “la sécheresse du pays, le vent d’Est qui, après avoir traversé le désert, arrive au Sénégal tellement dessicatif, que la végétation en éprouve la plus fâcheuse influence ; la mauvaise qualité presque générale des terres du Walo où nous sommes établis ; la cherté de la main d’oeuvre ; la prompte détérioration, par l’effet du climat, des machines, instrumens &ca, et enfin le défaut de concours des indigènes.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 97-98. v. 1.

²⁵⁶ “l’union la plus parfaite et une constante amitié regnent entre les habitants du Walo et ceux du Sénégal” ANS, s. 13G, 13G1, p. 186.

Como é determinado pelo tratado de 8 de maio de 1819, as terras inundadas ou não inundadas de Waalo que não estão atualmente em estado de cultivo estão todas à disposição dos europeus, que podem estabelecer-se e expandir-se nelas como lhes convier[;] alguns pés de algodoeiros espalhados aqui e ali em um terreno, ou alguns vestígios de limpeza [*défrichement*], não bastarão para que esse terreno seja considerado como sendo cultivado.²⁵⁷

Em outras palavras, os europeus pretendiam apropriar-se de todo solo “não cultivado” do reino Waalo, e a existência de algodoeiros esparsamente semeados ou de indícios de limpeza seriam insuficientes para que o terreno pudesse ser reivindicado pelos proprietários locais. Expressivamente, mesmo o terreno cujos algodoeiros estivessem sendo ativamente cultivados ou que tivesse sido limpo há menos de dois anos poderia, a qualquer momento, ser tomado pelos colonos europeus: “No entanto, se os algodoeiros estivessem em bom estado e produtivos [*en rapport*]; ou se as limpezas tivessem sido realizadas há menos de dois anos, seriam concedidas aos proprietários indenizações proporcionais imediatamente antes da tomada de posse do solo, que, a partir de então, pertenceria irrevogavelmente ao concessionário europeu”.²⁵⁸

A noção de propriedade fundiária expressa no artigo diverge das formas locais de apropriação da terra, tradicionalmente vinculadas ao desmatamento inicial do terreno por um ancestral. Segundo Barry, na sociedade Waalo, o solo era concebido como propriedade indivisível de uma linhagem. Mais precisamente, ele era transmitido aos descendentes daquele que primeiro tornara o terreno cultivável e habitável. Essa diferença de concepções foi uma fonte recorrente de conflito. Para os grupos locais, a cessão da terra correspondia a um arrendamento condicionado ao pagamento de tributos; para os europeus, implicava a transferência definitiva da propriedade aos concessionários estrangeiros.²⁵⁹ De modo convergente, Felipe Malacco observa que, nas sociedades da

²⁵⁷ “Aussi que cela est déterminé par le Traité du 8 mai 1819, les Terres inondées ou non inondées du Walo qui ne sont pas actuellement en Etat de culture sont toutes à la disposition des Européens qui peuvent s’y établir et s’y étendre comme il leur conviendra quelques pieds de cotonniers épars çà et là sur un terrain, ou quelques traces de défrichement ne sauraient faire considérer ce terrain comme étant cultivé.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 187.

²⁵⁸ “Cependant si les cotonniers étaient en bon Etat et en rapport ; ou si les défrichemens avaient été opérés depuis moins de deux ans, il serait accordé aux propriétaires des Indemnités proportionnelles immédiatement avant la prise de possession du sol qui dès lors, appartiendrait irrévocablement au Concessionnaire Européen.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 187.

²⁵⁹ Barry, 1972, p. 250.

Senegâmbia, o pagamento pelo uso da terra constituía uma dinâmica político-econômica central. Seus relatos — baseados em testemunhos de viajantes europeus — indicam que as terras pertenciam maioritariamente a certos fidalgos, aos quais se deviam tributos. As “pessoas comuns”, não detendo posses nem propriedades, viviam em “terras comuns”, onde também vigoravam normas próprias e sanções severas, como a escravização, para aqueles que as infringissem.²⁶⁰

Assim, o estabelecimento do tratado possibilitaria que virtualmente todo o território do reino Waalo fosse passado a mãos europeias. Os requisitos para que porções de terra fossem consideradas cultivadas não somente dificultavam que agricultores Waalo pudessem reivindicá-las legalmente como poderiam ser, inversamente, prontamente desconsiderados a troco de uma indenização simbólica. Nesse sentido, o documento é taxativo: “Sob nenhum pretexto e em nenhum momento os habitantes de Waalo farão o menor cultivo nem levantarão a menor pretensão sobre as terras ocupadas pelos franceses, quer esses títulos se encontrem semeados e produtivos, quer as plantações tenham sido destruídas por inundações ou outros motivos, quer os concessionários as tenham abandonado eles mesmos, quer tenham deixado o solo em pousio etc. etc.”.²⁶¹ Trata-se, na realidade, de um movimento da administração são-luisense no sentido de estender sua autoridade para regiões situadas além do núcleo costeiro.

Entretanto, o empreendimento colonial europeu encontrou alguma resistência. Segundo o tratado, videiras europeias foram degradadas pela população local. Perante seu restabelecimento, o documento determina: “Os chefes supramencionados prometem que não haverá qualquer obstáculo por parte de seu povo a esse trabalho. Juram que, com seu consentimento, nunca será feita, nas videiras atualmente existentes [nem] naquelas que possam vir a ser formadas posteriormente, qualquer abertura, qualquer degradação”.²⁶²

²⁶⁰ Malacco, 2023, p. 109-111.

²⁶¹ “Sous aucun pretexte et dans aucun temps les habitants de Walo ne feront la moindre culture, n’élèveront la moindre prétension sur les terres occupées par les Français, soit que ces titres se trouve ensemencées et en rapport, soit que les plantations aient été détruites par l’inondation ou autrement, soit que les concessionnaires, les aient abandonnées eux mêmes, soit encore qu’ils eussent laissé le sol en friche eta. eta.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 188.

²⁶² “Les chefs ci-dessus dénommés promettent qu’il ne sera apporté aucun obstacle de la part de leurs gens à ce travail. Ils jurent que, de leur consentement il ne sera jamais fait aux vignes actuellement existant à à [sic.] celles qui pourraient être élevées par la suite, aucune ouverture, aucune dégradation quelconque.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 188-189.

Consequentemente, os mandatários Waalo deveriam entregar ao administrador sãoluisense todo indivíduo que desrespeitasse tal artigo.

Aqui, a reação às propriedades agrícolas francesas parece ter sido mais ou menos premeditada e uniforme, isto é, concertada. Nesse sentido, no tratado, afirma-se que a videira de N'Diagne fora rompida pela população de Waalo [*les gens du pays*] “sob a ordem ou o consentimento do Braque”.²⁶³ O motivo de seu rompimento foi, de acordo com o documento, o *lougan*²⁶⁴ de Ndiaodine, localizado na ilha dos Griôs. A partir daquele momento, o *lougan* deveria ser transmitido à habitação La Sénégalaise pelo valor de dez peças de Guiné. Afinal, “Os europeus formarão videiras em suas propriedades como julgarem apropriado”.²⁶⁵ Contudo, “se essas videiras impedissem a inundação das terras de milheto grande [*gros mil*] atualmente em estado de cultivo, seria pago ao proprietário desses títulos uma indenização que é provisoriamente fixada em meia peça de Guiné por *arpent*²⁶⁶; as ditas terras tornando-se então propriedade do concessionário europeu”.²⁶⁷ Para “reparar” o rompimento da videira de N'Diagne, uma porção dessa indenização seria retirada dos tributos do Braque e passada a Ndiaodine.

Além disso, segundo o tratado, os mandatários de Waalo deveriam respeitar “todas as propriedades dos franceses; aquelas de seus trabalhadores alugados [*loués*] e aquelas de seus escravos; e nunca roubar nem maltratar, de nenhuma maneira, os fulas ou outros indígenas que viessem a suas habitações ou as deixassem para retornar a seus países”.²⁶⁸ Como punição, aquele chefe Waalo que saqueasse algum dos referidos trabalhadores, prejudicando, de alguma maneira, os europeus, seria “destituído na

²⁶³ “sur l'ordre ou le consentement de Brack” ANS, s. 13G, 13G1, p. 189-190.

²⁶⁴ Um *lougan* é um campo cultivado.

²⁶⁵ “Les européens eleveront des vignes sur leurs propriétés comme ils le jugeront convenable.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 189.

²⁶⁶ O *arpent* é uma antiga medida de superfície que valia, dependendo da região, entre 35 e 51 ares. Um are, por sua vez, é uma unidade de medida agrária que equivale a 100 m².

²⁶⁷ “si ces vignes devaient priver de l'inondation des Terres à gros mil actuellement en Etat de culture, il serait payé au propriétaire de ces titres une indemnité qui est provisoirement fixée à une demi pièce de Guinée par arpent ; les dites terres devenant alors la propriété du concessionnaire Européen.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 189.

²⁶⁸ “toutes les propriétés des Français ; celles de leurs ouvriers loués et celles de leurs esclaves ; et de ne jamais dépouiller ni maltraiter en aucune manières les Foulas ou autres indigènes venant sur leurs habitations ou quittant celles-ci pour retourner dans leurs pays.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 190.

primeira advertência feita pelo senhor comandante e administrador ao Braque”.²⁶⁹ Note-se que a destituição ainda caberia, no fim das contas, à autoridade africana.

Apesar de seu tom regulador, a existência do tratado desnuda as dificuldades sentidas pela administração europeia para exercer controle sobre suas propriedades agrícolas em Waalo. O artigo 6º relata que “Aconteceu que pessoas de Waalo raptaram escravos pertencentes aos europeus; e muito frequentemente lhes roubaram bois, objetos de arar e, até mesmo, algodão das colheitas”.²⁷⁰ Não é evidente se tais acontecimentos estiveram, em algum momento, relacionados; parece-me mais plausível que diferentes interesses estiveram em jogo. O documento determina que “Eles [os mandatários Waalo] comprometem-se a entregar ao senhor comandante e administrador quem quer que se torne culpado pelo rapto de um escravo ou a pagar, de seus tributos, um valor de doze peças de Guiné por cada escravo assim subtraído por sua gente”.²⁷¹ Ademais, pela subtração de um boi, cobravam-se duas peças de Guiné; caso o animal fosse restituído no prazo de quinze dias, a multa reduzia-se para meia peça.²⁷²

Interessantemente, o mesmo artigo relata o comportamento desordeiro de algumas mulheres Waalo. Ainda que breve, esta é uma das únicas passagens em toda a documentação que traz a ação de mulheres ao primeiro plano. O tratado menciona “mulheres do país que colhem clandestinamente algodão nas plantações dos europeus”.²⁷³ Se encontradas, “os chefes supramencionados autorizam estes últimos, roga-lhes mesmo, que as capturem [...], que as mantenham acorrentadas em seus estabelecimentos e que previnam o chefe da aldeia, que punirá as delinquentes em sua presença”.²⁷⁴ O documento não me permite concluir se seu comportamento foi necessariamente homogêneo e ordenado, mas revela que as mulheres do reino Waalo não permaneceram passivas diante

²⁶⁹ “destitué sur la première sommation faite par M. Le Commandant et administrateur à Brack.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 191.

²⁷⁰ “Il est arrivé que des gens de Walo ont enlevé des esclaves appartenant aux européens ; et très souvent il leur a été volé par eux des boeufs, des objets aratoires, et même du coton des récoltes sur pied.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 191.

²⁷¹ “Ils s'engagent à livrer à M. Le Commandant et administrateur quiconque se rendrait coupable de l'enlèvement d'un Esclave ou de payer sur la masse de leurs coutumes une valeur de douze pièces de guinée pour chaque Esclave ainsi soustrait par leurs gens.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 191.

²⁷² ANS, s. 13G, 13G1, p. 191-192.

²⁷³ “femmes du pays qui récoltent clandestinement du Coton dans les plantations des Européens” ANS, s. 13G, 13G1, p. 192.

²⁷⁴ “les Chefs ci-dessus dénommés autorisent ces derniers, les prient même de s'en emparer [...], de leur retenir aux fer sur leurs établissements, et de faire prévenir le chef du village qui punira les délinquantes en leur présence.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 192.

da expropriação de suas terras pelos europeus. Pelo contrário, seus roubos foram suficientemente disruptivos para que provocassem a reação das autoridades são-luisenses e, possivelmente, locais, que se responsabilizariam por sua repreensão.

Ademais, o tratado menciona trabalhadores escravizados “que gostariam de dar-se um outro mestre cortando a orelha de um cavalo”.²⁷⁵ No que diz respeito a esse comportamento, “fica acordado que todo cativo que cometer essa ação no futuro será, por um lado como pelo outro, devolvido imediatamente a seu mestre mediante uma indenização de três peças de Guiné, qualquer que possa ser, a propósito, o valor do cavalo mutilado”.²⁷⁶ Finalmente, segundo “o uso antigo”,²⁷⁷ todo trabalhador escravizado que desertasse de uma propriedade agrícola francesa e fosse capturado pelos habitantes de Waalo deveria ser devolvido a seu escravizador, que pagaria duas peças de Guiné por seu retorno; o contrário também valeria. Em contrapartida, todo indivíduo que se apropriasse, mantendo-o consigo ou vendendo-o a um terceiro, de um “cativo desertor dos europeus será considerado e tratado como se o tivesse roubado”.²⁷⁸ É notório que os costumes tradicionais de Waalo se imiscuíram entre os termos do tratado e deveriam ser respeitados tanto pelos africanos e quanto pelos europeus a ele vinculados.

Segundo o relatório do ministro Rigny, as instruções endereçadas a Jubelin no momento em que assumiu a administração são-luisense, em 1828, aclaravam, também, a questão da colonização: “‘O problema não consistia’, diz-se, ‘em saber se é possível produzir índigo no Senegal, pois desde há muito tempo os indígenas o fabricam e, em quase todo lugar, entre os trópicos, o índigo cresce espontaneamente’”.²⁷⁹ Na verdade, “‘A questão é saber se é possível obter o índigo em condições que sejam favoráveis ao comércio’”.²⁸⁰ Com aprovação, Rigny completa: “É, em efeito, aí que reside toda a questão, pois, em uma exploração qualquer, não há realmente sucesso se não há

²⁷⁵ “qui voudraient se donner un autre maitre en Coupant l'oreille d'un cheval” ANS, s. 13G, 13G1, p. 193.

²⁷⁶ “il est convenu que tout captif qui commettrait cette action à l'avenir, sera d'une part comme de l'autre rendu aussitôt à son maitre moyennant une indemnité de Trois pièces de guinée, quelle que puissent être d'ailleurs la valeur du cheval mutilé.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 193.

²⁷⁷ “l'ancien usage” ANS, s. 13G, 13G1, p. 193.

²⁷⁸ “captif déserteur de chez les Européens sera considéré et traité comme s'il avait volé.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 193.

²⁷⁹ “Le problème ne consistait pas,” y est-il dit, “à savoir s'il est possible de faire de l'indigo au Sénégal, car depuis longtemps les indigènes en fabriquent, & presque partout, entre les tropiques, l'indigofère croît spontanément.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 98. v. 1.

²⁸⁰ “La question est de savoir s'il est possible d'y obtenir de l'indigo à des conditions qui soient favorables au commerce.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 98. v. 1.

benefício”.²⁸¹ Em outras palavras, o propósito do empreendimento colonial girou em torno do incremento da economia francesa no vale do rio Senegal.

Entretanto, outros fins foram, supostamente, contemplados. Referindo-se à promoção da agricultura francesa, o ministro Rigny informa: “Objetava-se que se devia ver a colonização de mais alto; que era, antes de tudo, uma obra de humanidade e de civilização pela qual o governo deveria saber fazer sacrifícios”.²⁸² Nesse sentido, as plantações seriam compreendidas como um *meio* [*moyen*] mais do que como o *objetivo* [*but*]. Mais uma vez, Rigny manifesta sua opinião: “mas, ainda assim, seria necessário que o meio fosse praticável”.²⁸³ Se ele for demasiadamente oneroso àquele que o emprega, ele procede, ele rapidamente perderá sua viabilidade. Assim, como salienta Joanna Davidson, as abordagens desenvolvimentistas do século XIX assemelham-se às da atualidade: preocupam-se, sobretudo, com elementos quantitativos, como a implementação de novas tecnologias e a produtividade agrícola.²⁸⁴ Além disso, podemos perceber que o propósito, assim como o significado, do empreendimento colonial francês foi disputado mesmo entre as próprias autoridades francesas. Ao longo da década de 1820, ele confrontou obstáculos e necessitou passar por reelaborações, ressaltando o caráter frágil e sinuoso, isto é, não linear, da expansão dos interesses europeus na África Ocidental. É importante esclarecer que, embora Rigny, que escreve em 1831, remonte a questão humanitária ao momento em que o empreendimento estava sendo executado, esta é a primeira vez em que essa preocupação é levantada em toda a documentação.

No que diz respeito à administração de Jubelin, o ministro Rigny relata ainda que os agricultores europeus continuaram recebendo, à altura, subsídios governamentais: “Novas fábricas de índigo foram construídas em habitações particulares que tinham alguma importância; diques foram erguidos para preservar as terras em cultivo das inundações do rio; enfim, nada foi negligenciado para reunir todos os elementos de sucesso e para conseguir dissipar as dúvidas das quais parecia ainda coberta a solução do

²⁸¹ “C’est en effet là qu’est toute la question, car dans une exploitation quelconque, il n’y a réellement succès que lorsqu’il y a bénéfice.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 98-99. v. 1.

²⁸² “On objectait qu’il fallait voir la colonisation de plus haut ; que c’était avant tout une oeuvre d’humanité et de civilisation pour la quelle le gouvernement devait savoir faire des sacrifices.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 99. v. 1.

²⁸³ “mais encore faudrait-il que le moyen fût praticable” ANS, s. 13G, 13G22, p. 99. v. 1.

²⁸⁴ Davidson, 2016, p. 17.

problema”.²⁸⁵ Não obstante, o relatório informa que o ano de 1828 não foi produtivo, mas foi inconclusivo. Diante disso, Jubelin anunciou o ano de 1829 como aquele em que se encontraria, finalmente, a solução “sobre a qual ainda hesitava pronunciar-se”.²⁸⁶ Contudo, em janeiro de 1829, ele foi nomeado ao governo da Guiana Francesa, legando a seu sucessor, o administrador Pierre-Édouard Brou (1829–1831), o dever de investigar, novamente, a questão da colonização: “O senhor Jubelin deixou a seu sucessor, o senhor capitão de navio [*le capitaine de vaisseau*] Brou, a missão [*le soin*] de continuar o que começara e de recolher todas as informações próprias a lançar uma luz decisiva sobre a questão da colonização”.²⁸⁷

Há um tratado que, datado de 15 de abril de 1829, remonta à administração de Jubelin. Trata-se da proposta de um acordo de paz entre o enclave de São Luís e o sultanato Trarza, comandado pelo emir Muhammad al-Habib. Segundo o documento, o tratado estabelecido a 7 de junho de 1821 entre o administrador Le Coupé e o emir Amar Ould Mokhtar, analisado anteriormente, retomaria sua validade a partir de então. Alguns de seus artigos são, no que diz respeito à agricultura francesa, pertinentes, mas crípticos. No artigo 3º, afirma-se que acidentes acometeram as habitações La Vestale e Burraronk em 1827. O emir e os príncipes Trarza, “afligidos pelos infelizes acidentes”,²⁸⁸ abandonariam um ano de seus tributos para as reparações pretendidas pelas vítimas do desastre. Não se sabe, exatamente, o que aconteceu nem de que maneira os Trarza estiveram envolvidos em seu desenvolvimento, mas o artigo 5º determina que “As comunicações ordinárias entre os mouros Trarza, o Senegal e Waalo são restabelecidas sobre o antigo pé”.²⁸⁹ Portanto, suponho que se trate de um assalto, como aqueles muitas vezes denunciados, às propriedades agrícolas francesas em Waalo.

²⁸⁵ “De nouvelles indigoteries furent bâties sur les habitations particulières qui avaient quelque importance ; des digues furent élevées pour préserver les terres en culture des inondation du fleuve ; enfin rien ne fut négligé pour réunir tous les éléments de succès et pour arriver à dissiper les doutes dont paraissait encore entourée la solution du problème.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 99. v. 1.

²⁸⁶ “sur la quelle il hésitait encore à se prononcer” ANS, s. 13G, 13G22, p. 99-100. v. 1.

²⁸⁷ “M. Jubelin laissa à son successeur, M. le Capitaine de vaisseau Brou, le soin de continuer ce qu’il avait commencé et de recueillir tous les renseignements propres à jeter une lumière décisive sur la question de la colonisation.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 99-100. v. 1.

²⁸⁸ “peinés des facheux accidens” ANS, s. 13G, 13G1, p. 105.

²⁸⁹ “Les communications ordinaires entre les maures Trarzas, le Sénégal et le Walo sont rétablies sur l’ancien pied.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 206-207.

Há ainda outros elementos que nos permitem chegar à mesma conclusão. Nesse sentido, o artigo 7º estabelece que “As tribos mouras que estão atualmente em Waalo estarão livres para lá permanecer ou para passar para a margem direita”.²⁹⁰ Se tributários dos chefes Trarza permanecessem na margem meridional do rio Senegal, aqueles poderiam, como anteriormente, demandar a eles os tributos devidos. Por conseguinte, os franceses não mais demonstram a pretensão, como no tratado de 15 de novembro de 1819, de limitar o movimento dos súditos Trarza à orla setentrional do vale. Ainda assim, o administrador são-luisense e seus funcionários deveriam ser encarados como intermediadores entre os emires Trarza e seus tributários, caso se deparassem com alguma dificuldade. Ademais, se alguns de seus súditos, “a despeito da proibição de seus chefes, [...] cometessem roubos ou danos às propriedades dos habitantes do Senegal”,²⁹¹ o emir e os príncipes Trarza obrigá-los-iam a pagar ou a restituir “no mais breve prazo, ou pagariam, eles próprios, o dobro do valor a partir de seus tributos”.²⁹² Finalmente, para prevenir todo desentendimento, determina-se que, “se os Trarza necessitarem atravessar Waalo, nunca pessoas armadas entrarão nos cantões onde estão situados os estabelecimentos dos europeus”.²⁹³ Segundo o documento, as lavouras europeias encontravam-se, em Waalo, entre as aldeias de Dagana e de N’Tiagar.²⁹⁴ Para que se tornasse vinculativo, o tratado deveria ser ratificado pelo administrador são-luisense, Jubelin, e pelo emir Trarza dentro de trinta dias.

A confusão concernente ao limite entre as margens meridional e setentrional do rio Senegal manifesta-se mais uma vez em um outro tratado remetido à administração de Jubelin. Estabelecido a 23 de abril de 1829 entre o enclave de São Luís e Ibrahim Ould Moctar, “chefe da tribo moura dos Dakhalfa”,²⁹⁵ seu propósito foi, supostamente, dar-

²⁹⁰ “Les tribus maures qui sont actuellement dans le Walo seront libres d’y demeurer ou de passer sur la rive droite.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 207.

²⁹¹ “au mépris de la défense de leurs chefs [...] commissent des vols ou des dégats sur les propriétés des habitants du Sénégal” ANS, s. 13G, 13G1, p. 208.

²⁹² “dans le plus bref délais, ou payeraient eux mêmes une valeur double à prendre sur leurs Coutumes.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 208.

²⁹³ “si les trarzas ont besoin de traverser le Walo, Jamais les gens armés n’entreront dans les cantons où sont situés les établissements des européens” ANS, s. 13G, 13G1, p. 209.

²⁹⁴ Dagana e N’Tiagar distanciam-se por aproximadamente 42 quilômetros ou 10 léguas. Em relação à fronteira entre a Mauritânia e o Senegal, o rio Senegal estende-se por cerca de 830 quilômetros. Nesse sentido, as lavouras francesas limitar-se-iam a somente cerca de 5% de toda a sua orla meridional. Trata-se dificilmente da “magnífica” colonização agrícola que seria louvada pelo administrador Brou na década de 1830.

²⁹⁵ “chef de la tribu maure des Dakhalfas” ANS, s. 13G, 13G1, p. 215.

lhe “uma marca evidente de satisfação pela conduta que manteve durante a guerra e as negociações pela paz”,²⁹⁶ “Querendo garantir-se sua amizade para sempre e ligar irrevogavelmente seus interesses e aqueles da tribo [Dakhalifa] aos interesses da colônia”.²⁹⁷ Diferentemente dos emirados Brakna, Dowiche e Trarza, os Dakhalifa residiam “constantemente”²⁹⁸ em Waalo, o que fez com que Ibrahim Ould Moctar pudesse “ser considerado como um dos chefes desse país e que, como tal, pode tornar-se mais e mais útil para a colônia, tanto diante dos Waalo quanto diante dos mouros”.²⁹⁹ Assim, o chefe Dakhalifa ocuparia uma posição intermediadora entre as sociedades de ambas as margens do rio Senegal.

Nesse sentido, o chefe Ibrahim Ould Moctar deveria: 1. Juntar suas forças às do enclave são-luisense sempre que se tratasse de defender as propriedades agrícolas francesas em Waalo; 2. Contribuir para o retorno dos animais perdidos ou roubados, para o dos trabalhadores escravizados que desertassem das lavouras e para o daqueles capturados “fraudulosamente” por estrangeiros; 3. Manter os funcionários do administrador francês continuamente informados sobre os assuntos políticos internos “do país”; 4. E usar de sua influência para defender os interesses dos “habitantes do Senegal” tanto entre os Trarza quanto entre os Waalo.³⁰⁰ Assim, ao mencionar a necessidade de suporte militar, as capturas e deserções, os roubos nas plantações francesas, a dificuldade de obter informações além de seus próprios enclaves e de fazer valer suas pretensões junto às sociedades locais, o tratado evidencia alguns dos principais contratempos enfrentados pela administração francesa na África Ocidental oitocentista.

Por isso, é importante lembrar que mesmo os serviços prestados pelo chefe Dakhalifa seriam monetariamente compensados anualmente, a partir de 1º de janeiro de 1830. Segundo o documento, o tributo consistiria em 200 balas de fogo; 1 espingarda de cano duplo; 4 peças de Guiné azuis; 200 pederneiras; e 200 libras de pólvora [~90,7 quilogramas]. Além disso, todas as vezes que Ibrahim Ould Moctar visitasse o enclave

²⁹⁶ “une marque evidente de satisfaction pour la conduite qu’il a tenu pendant la guerre et lors des pour parlars pour la paix” ANS, s. 13G, 13G1, p. 215.

²⁹⁷ “Voulant s’assurer son amitié pour toujours et lier irrévocablement ses intérêts et ceux de la Tribu aux intérêts de la colonie” ANS, s. 13G, 13G1, p. 215.

²⁹⁸ “constamment” ANS, s. 13G, 13G1, p. 215.

²⁹⁹ “être considéré comme un des chefs de ce pays et qu’à ce titre il peut se rendre de plus en plus utile à la colonie tant auprès des Walos qu’auprès des maures.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 215.

³⁰⁰ ANS, s. 13G, 13G1, p. 217-218.

de São Luís, fosse para receber seu pagamento, fosse porque foi convocado para servir à administração, ele receberia diariamente, para sua alimentação, 2 canecas [*pintes*] de melação ou 2 libras de açúcar mascavo [~907 gramas]; 6 [libras?] de milho [~2,72 quilogramas] ou o equivalente em arroz; 2 libras de pão; e 7 libras de carne fresca [~3,18 quilogramas].³⁰¹ Como argumentado no capítulo anterior, a colaboração de determinadas autoridades africanas com a administração são-luisense foi frequentemente o resultado de interesses materiais e políticos precisos, e não, como insinuado pelos documentos oficiais, de simples lealdade ou submissão às demandas europeias.

Como dito, a nomeação de Jubelin à administração da Guiana Francesa, do outro lado do oceano Atlântico, deixou o empreendimento colonial em um estado inconclusivo. Assim, o administrador Brou foi instruído a inquirir, mais uma vez, sobre sua viabilidade. Embora não saibamos muito sobre sua carreira, está claro que Brou assumiu a administração do enclave de São Luís em 1829. Ele supervisionou o estabelecimento até 1831, quando entregou o cargo ao sobredito Saint Germain. De acordo com seu próprio relatório, sua administração foi caracterizada por uma crise econômica significativa, mas manteve-se estável no que diz respeito às relações políticas estabelecidas com as sociedades do vale do rio Senegal. O ministro Rigny informa que as informações recolhidas por Brou foram transmitidas ao Departamento da Marinha em uma carta datada de 2 de junho de 1830.

Antes do recebimento da carta do administrador Brou, uma outra, resultante de uma deliberação de 23 de novembro de 1829, chegara ao Departamento da Marinha. Nela, o “Conselho de Governo e de Administração da Colônia”,³⁰² convocado a pronunciar-se sobre o problema, exprimiu unanimemente uma opinião contrária ao empreendimento colonial e reconheceu a necessidade de interromper seu financiamento, “exceto, todavia, o auxílio à exportação do índigo, que mais tarde foi mesmo notavelmente aumentado (decreto local de 5 de junho de 1830)”.³⁰³ Não muito tempo depois, a missiva de Brou atingiu o gabinete francês, e, como esperado, os documentos a ela anexados apresentavam resultados desoladores: “o ano de 1829 produziu 669 quilos de índigo, produto de 6

³⁰¹ ANS, s. 13G, 13G1, p. 216-217.

³⁰² “conseil de gouvernement et d’administration de la colonie” ANS, s. 13G, 13G22, p. 100. v. 1.

³⁰³ “excepté toutefois la prime à l’exportation de l’indigo, la quelle fut même plus tard notablement augmentée (arrêté local du 5 Juin 1830).” ANS, s. 13G, 13G22, p. 100. v. 1.

habitações, e [...] as despesas feitas podem ser avaliadas em 65.000 francos, o que eleva a mais de 93 francos o preço de cada quilograma de índigo”.³⁰⁴ Rigny afirma ainda que, em comparação, “o mais belo índigo de Bengala” não ultrapassava 20 francos por quilograma na França.³⁰⁵

Perante o pronunciamento contrário ao empreendimento colonial, o Departamento da Marinha necessitou finalizar as “despesas consideráveis”³⁰⁶ que ocasionava. Nesse sentido, o orçamento de 1831 não direcionou nenhum recurso às lavouras francesas. Além disso, um decreto ministerial de 28 de dezembro de 1830, enumerado 276, ordenava que o administrador Brou cessasse todo auxílio ao cultivo do índigo, a não ser que, a partir de junho de 1830, sua produção proporcionasse melhores resultados. Entretanto, o ministro Rigny afirma que, segundo um documento então recentemente encaminhado do enclave de São Luís, o plano foi forçosamente interrompido: “as poucas esperanças que as colheitas davam em 1830 foram destruídas por uma inundação considerável que penetrou ou rompeu os diques e cobriu todas as terras próximas ao rio”.³⁰⁷

Pude encontrar, sob a administra  o de Brou, um único tratado referente às lavouras francesas. Estabelecido a 1   de janeiro de 1830 entre funcionários da administra  o francesa, moradores de São Luís e proprietários agrícolas — como o inspetor-adjunto Charles Louis Berton, Jean D’Erneville e Charles André —, por um lado, e aristocratas Waalo — como o Braque Fara-Sinda e os príncipes Diogomay, Malo, Maroso e Ndiaodine —, por outro, o documento evidencia mais algumas das dificuldades enfrentadas pelo empreendimento colonial. Aqui, os mandatários de Waalo consentem em entregar    administra  o francesa, para que seja julgado, N  . Malal, “cativo da casa do Braque que se tornou culpado de múltiplos raptos de trabalhadores livres empregados nas habita  es dos plantadores estabelecidos no país de Waalo”.³⁰⁸ Ademais, Fara-Sinda

³⁰⁴ “l’année 1829 a donné 669 k d’indigo, produit de 6 habitations, et [...] les dépenses faites peuvent être évaluées à 65,000 f, ce qui fait ressortir à plus de 93 f le prix de chaque kilogramme d’indigo” ANS, s. 13G, 13G22, p. 100. v. 1.

³⁰⁵ ANS, s. 13G, 13G22, p. 100. v. 1.

³⁰⁶ “dépenses considérables” ANS, s. 13G, 13G22, p. 100-101. v. 1.

³⁰⁷ “le peu d’espérances que donnaient les cultures en 1830 a été détruit par une inondation considérable qui a franchi ou rompu les digues et couvert toutes les terres à proximité du fleuve.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 101.

³⁰⁸ “captif de la maison de Brack qui s’est rendu coupable de plusieurs raptos d’ouvriers libres, employés sur les habitations des planteurs établis dans le pays de Walo.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 220-221.

consente em descontar de seus tributos o valor dos danos causados “por seus súditos”³⁰⁹ à propriedade de Koïlel-Derougmont. O administrador Brou também solicita que “o laptot Matar, de São Luís, estabelecido em Dagana, seja punido, segundo o rigor das leis francesas, por ter sido surpreendido, no decorrer do mês de abril de 1829, em flagrante delito de roubo nos locais sinalizados”.³¹⁰ Ainda que brevemente, interessa-me chamar atenção à classe social daqueles que se levantaram contra as lavouras francesas. Assim como em outras instâncias documentadas, nesta, laptots, súditos e trabalhadores escravizados provenientes do próprio reino Waalo constituem os principais alvos das denúncias dos oficiais são-luisenses. Mesmo assim, cabe reiterar a existência de menções a assaltos realizados pelos Trarza e à colaboração de determinadas autoridades de Waalo, sob cujas ordens alguns dos episódios de levantamento teriam sido levados a cabo.

No relatório do ministro Rigny, a linha do tempo do empreendimento colonial chega ao fim dando as boas-vindas a uma mudança de perspectiva. O “abandono da colonização”,³¹¹ explicitamente declarado, deveria levar a que a administração são-luisense voltasse sua atenção a suas relações comerciais com o sertão africano: “Somente uma extensão considerável dessas relações poderia dar à colônia uma maior importância, e ela não seria menos benéfica para a causa da civilização e da humanidade, pela qual ainda resta muito a ser feito na África e que não pode ser mais bem servida do que pelas pacíficas conquistas do comércio e da indústria”.³¹² Para tanto, uma companhia comercial, a Sociedade de Galam e de Waalo, foi criada para explorar o comércio ao longo do vale do rio Senegal. Daqui para a frente, as menções feitas pelos administradores franceses ao empreendimento colonial mostram-se cada vez mais lamuriosas e saudosistas. No início da década de 1830, as lavouras europeias dão seu último suspiro, e o comércio — em especial o de goma-arábica — retorna ao centro das atenções do enclave de São Luís, agora dotado de um senso de responsabilidade civilizacional e

³⁰⁹ “par ses sujets” ANS, s. 13G, 13G1, p. 221.

³¹⁰ “le laptot Matar, de St. Louis, établis à Dagana, soit puni, selon la rigueur des Lois Françaises pour avoir été surpris, dans le courant du mois d’avril 1829, en délit flagrant de vol sur les lieux signalés.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 221.

³¹¹ “l’abandon de la colonisation” ANS, s. 13G, 13G22, p. 101-102. v. 1.

³¹² “Une extension considérable de ces relations pourrait seule donner à la colonie une plus grande importance & elle ne serait pas moins profitable à la cause de la civilisation et de l’humanité, pour la quelle il reste encore tant à faire en Afrique, et qui ne peut être mieux servie que par les pacifiques conquêtes du commerce et de l’industrie.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 101-102. v. 1.

humanitária para com as sociedades africanas muito maior do que aquele que vigorara até o momento.

O estado das lavouras europeias no início da década de 1830 pode ser ilustrado pela situação da propriedade La Sénégalaise. De acordo com o administrador Brou, sua manutenção competia à “Companhia de Galam”, conforme estabelecido no artigo 8º de seus estatutos — provavelmente a mesma entidade identificada como a Sociedade de Galam e de Waalo.³¹³ Entretanto, La Sénégalaise era financeiramente insustentável. Brou afirma que “A manutenção de La Sénégalaise, ocasionando anualmente uma despesa que suas receitas estavam longe de compensar, nenhuma esperança restando à companhia de conseguir, apesar de seus esforços, cultivar com sucesso, de ser reembolsada mesmo posteriormente por suas despesas”.³¹⁴ Por conseguinte, a companhia comercial necessitou vender os temporariamente contratados que “possuía” em La Sénégalaise. Expressivamente, seu prejuízo financeiro foi considerável. O administrador Brou informa que a companhia só conseguiu vendê-los por 15.000 francos, ao passo que por eles pagara mais de 22.000 francos. Além disso, Brou duvidava que ela conseguisse mais de 2.000 francos pela propriedade, pela qual pagou 25.000 francos.³¹⁵ Diante disso, o administrador autorizou que um fundo de 10.000 francos fosse utilizado para estabelecer um novo enclave no rio Falémé — um dos tributários do rio Senegal —, ao qual “numerosos” exames realizados atribuíram alguma chance de sucesso.³¹⁶

É interessante iluminar as relações entre o emirado Trarza, o enclave de São Luís e o reino Waalo, que paulatinamente se converteu em um campo de batalha político para os primeiros. Em 1831, Brou ainda afirmava que o emir Trarza, Muhammad al-Habib, não intervinha em Waalo senão porque fora convocado por seus chefes. Conferindo-lhe um comportamento diplomático, ele também afirmava que Muhammad al-Habib assegurava repetidamente que não procurava senão “fazer serem executadas as intenções do governador do Senegal”.³¹⁷ Ao mesmo tempo, uma vez que “a grande fonte de nossas

³¹³ ANS, s. 13G, 13G22, p. 127. v. 1.

³¹⁴ “L’entretien de la Sénégalaise occasionnant annuellement une dépense que ses rentrées étaient loin de compenser, aucun espoir ne restant à la Compagnie, de parvenir malgré ses efforts, a cultiver avec succès, d’être défrayé [sic.] même par la suite de ses débours” ANS, s. 13G, 13G22, p. 127. v. 1.

³¹⁵ ANS, s. 13G, 13G22, p. 128. v. 1.

³¹⁶ ANS, s. 13G, 13G22, p. 127-128. v. 1.

³¹⁷ “faire exécuter les intentions du Gouverneur du Sénégal” ANS, s. 13G, 13G22, p. 140. v. 1.

dificuldades era a conservação dos interesses que tínhamos em Waalo”,³¹⁸ o abandono do empreendimento colonial levou a que o administrador são-luisense não concebesse o que poderia atrapalhar a paz “que aproveitamos com todos os povos circundantes”.³¹⁹ Para ele, o reino Waalo perdeu a importância para São Luís no momento em que a administração reconheceu que dali não proviria nenhum cultivo vantajoso para o comércio francês. Um tanto saudosamente, contudo, Brou escreve que as margens do rio Senegal permaneciam “ornadas” de “estabelecimentos magníficos” e de “construções de exploração custosas”, agora despovoadas e privadas das plantações que as animaram.³²⁰

Entretanto, alguns anos depois, a situação parece ter-se deteriorado. Em 1837, o administrador interino Louis-Laurent-Auguste Guillet (1836–1837) afirmou que, desde o tratado de paz de 30 de agosto de 1835, o reino Waalo se encontrava em bons termos com o enclave são-luisense.³²¹ Apesar de sua tranquilidade relativamente aos franceses, o Braque Fara Pinda encontrava dificuldades para refrear os avanços dos “mouros”. Segundo Guillet, o reino caíra “sob a opressão absoluta” dos Trarza, os quais “seja por instinto, seja por política, procuram repelir para o sul as populações negras, tornando-se senhores dos países que cercam o Senegal em direção ao mar, o que aumentaria consideravelmente seu poder e os tornaria os únicos mediadores do comércio dessas regiões”.³²² Por conseguinte, para além de instituir uma diferença racial entre os “mouros” e os “negros”, o administrador confere às ações do emirado saariano um fundamento simultaneamente racial, político, instintivo e comercial. A seu ver, a conquista de Waalo pelos Trarza conferir-lhes-ia um privilégio econômico e político alarmante ao próprio estabelecimento francês.

Importantemente, a opinião do administrador Guillet diferia-se da de Brou. Embora concordasse que, comercialmente, Waalo não importasse mais à França —

³¹⁸ “la grande source de nos difficultés était la conservation des intérêts que nous avions dans le Walo” ANS, s. 13G, 13G22, p. 140. v. 1.

³¹⁹ “dont nous jouissons avec toutes les peuplades environnantes” ANS, s. 13G, 13G22, p. 140. v. 1.

³²⁰ “ornées”; “établessimens magnifiques”; “couteux batimens d’exploitations”; “gens attachés à la glèbe” ANS, s. 13G, 13G22, p. 141. v. 1.

³²¹ Infelizmente, o referido documento não se encontra a minha disposição.

³²² “sous l’oppression absolue”; “soit par instinct, soit par politique, cherchent à refouler vers le sud les peuplades noires en se rendant maître des pays qui resserrent le Sénégal vers la mer, ce qui augmenterait considérablement leur puissance et les rendrait seuls médiateurs du commerce de ces contrées.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 176. v. 1.

“nosso comércio é lá quase inexistente” —,³²³ ele afirma que “nossa proteção e sua própria força constituíam um obstáculo às perigosas invasões dos mouros”.³²⁴ Assim, Guillet recomendava que não se abandonasse o reino Waalo aos Trarza. Para ele, o mais importante era que “A época talvez não esteja distante em que mudanças poderão acontecer nesse [reino?], e caberá somente a nós aproveitar então [ilegível] ocasião para recuperar a influência que [tínhamos?] sobre todo o Waalo, antes da última guerra”.³²⁵ À medida que os interesses são-luisenses sobre Waalo se estreitavam, a expansão Trarza sobre a região tornava-se um obstáculo significativo. Por isso, reitero que as concessões de Waalo à França devem ser lidas à luz das pressões sofridas localmente.

Em 1839, o administrador Julien-Armand Soret (1837–1839) deu um passo além. Em seu relatório, ele critica o fato de que Fara Pinda, o Braque de Waalo, não possuía nenhum poder concreto: “Fara Pinda, ancião cego, Braque de Waalo, é rei somente de nome; é a princesa Guimbotte, casada com o rei dos Trarza, que dirige agora sob a influência de seu marido e de alguns instigantes toda a política desse país, que é cobiçado mais do que nunca por Muhammad al-Habib, que o oprime com toda a superioridade de suas forças e repele esses povos negros para o sul, para tornar-se senhor de sua região”.³²⁶ Sua crítica explicita-nos que o controle político do reino de Waalo se encontrava nas mãos de uma mulher, Guimbotte, e que seu casamento com Muhammad al-Habib — cujos desdobramentos foram contestados, como discutido no primeiro capítulo, pelos franceses — possibilitou o desenvolvimento de um partido favorável a sua política em Waalo.

Entretanto, para os franceses, o comportamento de Guimbotte somente poderia ser explicada pela “influência” exercida por seu marido, e sua cooperação, somada à superioridade militar do emirado Trarza, culminaria na derrota dos interesses comerciais franceses na região. Por isso, embora o comércio com Waalo fosse insignificante, Soret

³²³ “notre commerce y est presque nul” ANS, s. 13G, 13G22, p. 176. v. 1.

³²⁴ “notre protection et sa propre force opposaient un obstacle aux dangereux envahissements des maures.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 176. v. 1.

³²⁵ “L’époque n’est peut être pas éloignée où des changemens pourront avoir lieu dans ce [royaume?] et il ne tiendra qu’à nous de profiter alors [ilegível] occasion pour ressaisir l’influence que nous [avions?] sur tout le Walo, avant la dernière guerre.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 177. v. 1.

³²⁶ “Fara Pinda, vieillard aveugle, brack du Wallo n’en est le Roi que de nom ; c’est la princesse Guimbotte, mariée au roi des Trarzas, qui dirige maintenant sous l’Influence de son mari et de quelques ins[t?]igants toute la politique de ce pays qui est convoité plus que jamais par Mohamet Del Habib qui l’opprime de toute la supériorité de ses forces et repousse ces peuplades noires vers le sud, pour se rendre maitre de leur contrée.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 24. v. 2.

afirmava que era de “nossa política tentar parar a invasão dos mouros”.³²⁷ Diante disso, a transição de uma conduta comercial para uma conduta política em relação a Waalo, por parte da administração são-luisense, parece ter sido um movimento sobretudo defensivo, voltado a salvaguardar o que ainda restava de sua presença no vale do rio Senegal.

Finalmente, antes de abandonar seu cargo, o administrador Guillet resumiu, em cerca de duas páginas de seu memorando, o histórico da atividade francesa na África Ocidental. De fato, trata-se de algo como uma filosofia da história — concebida como o estudo do desenvolvimento do processo histórico —, com um claro início, meio e fim. Enquanto for engajada, é interessante notar, em particular, a transformação da abordagem da administração são-luisense relativamente à região, agora mais audaciosa e paternalista, após o fracasso do empreendimento colonial:³²⁸

A colônia do Senegal, que permaneceu por muito tempo estacionária e cujo comércio praticamente se limitava ao trato da goma, pareceu caminhar em direção a um novo futuro com os primeiros movimentos de uma colonização agrícola em Waalo e Fuuta. [...] Mas o tempo passou desde o abandono dos cultivos, a experiência falou, o exagero deu lugar a uma razão esclarecida, a verdade substituiu o erro; fomos levados a reconhecer, quase unanimemente, que o futuro do Senegal repousava inteiramente sobre o melhoramento das instituições do interior, que modificam os costumes e [ilegível] sem ameaçar a civilização, sobre o estabelecimento [ilegível] de novos mercados consumidores para o comércio de uma população essencialmente mercantil e que cresce a cada dia sensivelmente; enfim sobre o cultivo das regiões da margem esquerda do rio; não o cultivo puramente industrial por colonização, mas o cultivo doméstico praticado pelos indígenas, aos quais criaríamos enfim uma pátria em lhes dando um solo produtivo; que se tornariam auxiliares em nosso comércio e em nossas diferenças e que colocaríamos [?] em breve em condições de repassar grãos de uma colônia rival muito [disposta?] a tirar partido contra nós de todas as vantagens da situação. Não temo [ilegível] todo o Waalo não espere o primeiro [ilegível] as depredações incessantes dos [mouros], [para?] agrupar suas aldeias sob nossos canhões, reconstituir-se em uma nação laboriosa e forte e realizar o único e importante bem-estar que ele e nós podemos esperar desta costa.³²⁹

³²⁷ “notre politique de tâcher d’arrêter l’envahissement des maures” ANS, s. 13, 13G22, p. 24-25. v. 2.

³²⁸ Barry (1972, p. 295) também argumenta que o comportamento paternalista, assim como o racismo, procurou sobretudo encontrar a paz necessária para uma melhor exploração dos recursos africanos.

³²⁹ “La colonie du Sénégal, demeurée longtemps stationnaire et dont le commerce était à peu près borné à la traite de la gomme, avait paru marcher vers un nouvel avenir aux premiers mouvemens d’une colonisation agricole dans le Walo et le Fouta. [...] Mais le tems a marché depuis l’abandon des cultures, l’expérience a parlé, l’exagération a fait place à une raison éclairée, la vérité a remplacé l’erreur ; l’on a été

É possível observar que o administrador Guillet parte de um otimismo saudosista, referindo-se às possibilidades do empreendimento colonial, em direção a uma tragédia. Aqueles que o conceberam não puderam concluí-lo, e suas tentativas encontraram repetidamente o fracasso. Com o tempo, uma confiança cega teria sido substituída por uma razão esclarecida, e a verdade finalmente triunfaria. Assim, o estabelecimento francês experimentaria uma reviravolta. Ao assumir seu papel na história e confortar-se com seu fardo, isto é, ao reconhecer-se como uma empreitada *essencialmente* mercantil, as coisas retomariam seu lugar. É como se o fim da história fosse completar-se com o fim da missão francesa na África Ocidental — “o único e importante bem-estar que [...] podemos esperar desta costa” —, a criação de uma “pátria” para os “indígenas” e o desenvolvimento de suas próprias instituições. Com o redirecionamento do foco francês do empreendimento colonial para as instituições interiores, percebemos claramente, também, como os conceitos de civilização, colonização e desenvolvimento (*mettre en valeur*) se sobrepuseram uns aos outros na primeira metade do século XIX.



Este estudo da implementação do empreendimento colonial durante a década de 1820, embasado em relatórios administrativos e em tratados econômicos, permite-nos compreender melhor as relações fundiárias, políticas e sociais em vigor no vale do rio Senegal oitocentista. Em relação às interpretações tradicionais, argumento que o empreendimento colonial não se caracterizou como uma alternativa ao comércio de

conduit à reconnaître, presque unanimément, que l’avenir du Sénégal reposait tout entier sur l’amélioration des institutions de l’intérieur, qui modifient les mœurs et [ilegível] sans danger la civilisation, sur l’établissement [ilegível] de nouveaux débouchés au commerce d’une population essentiellement mercantile, et qui s’accroît chaque jour sensiblement ; enfin sur la culture des contrées de la rive gauche du fleuve ; non pas la culture purement industrielle par colonisation, mais la culture domestique pratiquée par les indigènes, aux quels on créerait enfin une patrie en leur donnant un sol productif ; qui deviendraient autant d’auxiliaires dans notre commerce et dans nos différents, et mettraient[?] bientôt dans le cas de repasser des grains d’une colonie rivale très [disposée?] à profiter contre nous de tous les avantages de la situation. Je ne crains pas [ilegível] le Walo tout entier n’attend pas le premier [ilegível] les déprédations incessantes des [Maures], [pour?] grouper ses villages sous nos canons, se reconstituer en nation laborieuse et forte, et réaliser le seul et important bien-être que lui et nous puissions attendre de ce côté.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 195-196. v. 1.

goma-arábica. Seus objetivos foram, mais claramente, o aumento dos recursos do enclave de São Luís e, supostamente, o das sociedades da região; o estabelecimento de alianças militares contra as ameaças de comunidades vizinhas; e, pelo menos retrospectivamente, a promoção da “civilização” e da “humanidade” dos africanos.

Diversos fatores concorreram para o fracasso do empreendimento colonial. Destacavam-se a baixa produtividade agrícola, o alto custo da mão de obra, as tensões entre agricultores europeus e camponeses africanos, as deserções de trabalhadores escravizados, além de falhas organizacionais. Somavam-se ainda a insubordinação Waalo às diretrizes de São Luís — por vezes com o consentimento de seus próprios chefes —, que se expressou em raptos e saques às plantações francesas, bem como a deterioração das ferramentas e a secura da região. A documentação oficial transmite, assim, a impressão de um projeto que, desde o início, operava sob condições adversas que comprometeram sua realização.

O que um tal discurso esconde é a realidade de que o empreendimento colonial francês fracassou porque não contou, na prática, com o concurso nem dos mandatários africanos, nem de seus súditos. Embora tivesse, supostamente, despertado o interesse de algumas autoridades africanas, tanto as camadas mais baixas quanto as mais elevadas das sociedades da região reagiram negativamente aos estabelecimentos europeus. Da parte das primeiras, houve fugas, raptos, roubos e sabotagens diversas. Para eles, os europeus apropriavam-se de suas terras, estorvavam o crescimento de suas lavouras e procuravam transformar suas práticas agrícolas. Da parte dos segundos, sobrevieram ataques e hostilidades ao longo da década de 1820. Se, de acordo com os europeus, seus estabelecimentos causavam “inveja” e “medo” aos mandatários africanos, na verdade, as reivindicações de Bundu, Brakna, Fuuta Tooro e Trarza sobre Waalo representavam um empecilho a sua própria existência. Nesse sentido, mesmo que, na década de 1840, o interesse são-luisense pelo território Waalo tivesse definhado, sua intervenção continuaria justificando-se, a seus olhos, pela necessidade de impedir que os Trarza se expandissem a ponto de tornar-se os únicos mediadores do comércio da região.

Por tudo isso, argumento que o desenvolvimentismo francês não se encontrou, realmente, entre as prioridades das sociedades do vale do rio Senegal. O abandono do empreendimento colonial, no início da década de 1830, levou, como demonstram os

memorandos dos administradores do enclave de São Luís, ao redirecionamento de seus esforços para o comércio com as sociedades da região — e, em particular, para o comércio de goma-arábica. Apesar de seus argumentos, o estudo dos documentos oficiais esclarece que, desde seus primeiros passos, o plano desenvolvimentista procurou principalmente fomentar a agricultura e o comércio do vale do rio Senegal em termos favoráveis aos interesses franceses. Não obstante, as autoridades europeias encontraram obstáculos para concretizar suas pretensões. Em minha perspectiva, suas dificuldades, assim como o próprio fracasso da colonização agrícola, podem ser explicadas pela realidade, explorada no capítulo seguinte, de que as redes comerciais e políticas da região permaneciam, na metade do século XIX, concentradas nas mãos de mandatários africanos.

Capítulo III

O fracasso do empreendimento colonial ou A autossuficiência das economias oeste-sahelianas (1831–1845)

“Só conquistando a confiança dos negros e dos mouros, e observando uma lealdade inviolável para com eles, é que podemos esperar formar e manter os vários estabelecimentos indicados, principalmente na parte superior do rio.”

Memorando real, 1785

requentemente, o estabelecimento de enclaves europeus na costa da África Ocidental, a partir do século XV, foi tratado como um ponto de inflexão. Em 1990, Mamadou Diouf escreveu: “É necessário precisar que a partir desse período [o da presença portuguesa na costa africana] as sociedades não se articulam mais umas em relação às outras [...], mas em função das necessidades exteriores que elas podem ou não satisfazer”.³³⁰ O estabelecimento do enclave de Arguim pelos portugueses em 1445 simbolizaria o primeiro passo em direção ao dismantelamento das estruturas econômicas e políticas africanas tradicionais. Entretanto, mesmo uma leitura crítica da documentação oficial francesa permite, a despeito de seus vieses, tecer uma narrativa menos linear. O sucesso do empreendimento europeu na África é tudo menos certo em uma história em que a preservação de seus estabelecimentos depende inteiramente das relações desenvolvidas com as sociedades locais.

Durante séculos, redes comerciais e políticas percorreram o continente africano, unindo o rio Gâmbia ao rio Níger e, até mesmo, ao rio Nilo. Como demonstra Ghislaine Lydon, o deserto do Saara — mais do que um ambiente inóspito à civilização —

³³⁰ Diouf, 1990, p. 18.

possibilitou o cruzamento de comerciantes e de religiosos de diferentes proveniências.³³¹ A expansão do Islã em direção ao Sahel, a partir do século VIII, concorreu ainda mais para o contato entre as sociedades ao norte e ao sul do Grande Deserto. Os europeus não se estabeleceram, então, em uma terra de ninguém. Na verdade, do século XV em diante, os navegadores da Europa encontraram-se diante de sociedades, com suas estruturas econômicas, políticas e sociais, muito bem consolidadas. O concurso de autoridades e de comerciantes africanos foi indispensável para que se inserissem na região. O redirecionamento das rotas comerciais em direção à costa não foi, por sua vez, um fenômeno completamente natural nem provocou o abandono do comércio interno. Já no século XIX, às vésperas da conquista militar do continente, os administradores do enclave francês de São Luís ainda suavam para convencer os emires saarianos a limitar o comércio da goma-arábica a seus estabelecimentos ao longo do vale do rio Senegal.

O fracasso do empreendimento colonial, discutido no capítulo anterior, demonstrou os limites do poder da administração são-luisense na região. Apesar da convicção de alguns de seus administradores de que as técnicas europeias poderiam transformar o vale do rio Senegal em uma colônia agrícola “produtiva”, a concretização de seus planos dependeu inteiramente da participação das populações cuja colaboração não estava garantida. Após seu abandono, o enclave de São Luís mais uma vez reorientou suas ambições em direção ao comércio. Essa reorientação não deve ser compreendida como um ajuste em direção a uma dominação colonial mais eficaz, mas como o reconhecimento prático dos limites da intervenção europeia em um espaço regido por lógicas econômicas e políticas africanas consolidadas. Na verdade, ela confirmou a persistência de estruturas comerciais e políticas africanas que, durante séculos, caracterizaram as trocas no interior do continente. O comércio de goma-arábica, que se expandiu a partir da década de 1830, ilustra essa dinâmica. Embora ela se tenha tornado a principal mercadoria ligando São Luís aos mercados atlânticos, sua circulação permaneceu principalmente sob a autoridade de comerciantes e de mandatários africanos que integraram a goma-arábica em uma economia regional diversificada em vez de em um sistema de exportação monocultural.

³³¹ Lydon, 2009.

Neste capítulo, o comércio de goma-arábica serve de fio narrativo para que compreendamos, mais geralmente, a autossuficiência e o funcionamento das economias do vale do rio Senegal entre as décadas de 1830 e de 1840. Assim, observaremos como o redirecionamento das rotas comerciais em direção ao Atlântico não foi nem um processo natural, nem inevitável; como os estabelecimentos europeus na região se limitaram, para as sociedades africanas, a seu caráter comercial; e como a inserção em redes comerciais e políticas preexistentes foi indispensável para que os empreendimentos europeus fruissem. Embora o comércio de goma-arábica protagonize a discussão, em decorrência de sua significância comercial e documental, não o tomo como o eixo exclusivo da vida econômica da região. Pelo contrário, a circulação da goma-arábica revela uma paisagem comercial muito mais ampla, em que a produção e o transporte de mercadorias permaneceram ancorados em formas de organização do trabalho e em hierarquias políticas determinadas localmente. Nesse sentido, presenciamos algo que pode, sim, ser caracterizado como uma forma de desenvolvimento africano: fundamentando-me no conceito de Walter Rodney — e não, exatamente, na análise que faz sobre o período em questão —, o desenvolvimento é compreendido, aqui, como a preservação da capacidade de uma sociedade de comandar seus conhecimentos, seus recursos e seu trabalho em benefício próprio. O acompanhamento do comércio de goma-arábica evidencia que, no vale do rio Senegal, tal capacidade não somente persistiu, mas orientou a reconfiguração do poder econômico africano durante a primeira metade do século XIX.



Em sua tese de doutoramento, Felipe Malacco pontua que o comércio euro-africano variou de região para região. Para que comerciantes africanos fossem atraídos para seus enclaves, era fundamental que os europeus conhecessem a demanda de cada localidade.³³² Com alguma dificuldade, eles paulatinamente se inseriram em rotas comerciais preexistentes. Os obstáculos que encontraram explicam-se pelo fato de que, para os mandatários africanos, sua presença relacionava-se exclusivamente à realização

³³² Malacco, 2023, p. 26.

do comércio. Nesse sentido, a comunidade de comerciantes europeus constituía somente mais uma comunidade imigrante estabelecida em seus domínios. Além disso, Malacco relaciona a concessão fundiária a europeus à dinâmica de senhorios e estrangeiros [*landlords and strangers*], anteriormente identificada na África Ocidental. Em poucas palavras, tratava-se da concessão, por parte de uma autoridade local, de algum solo a imigrantes, para que se instalassem e contribuíssem com as despesas reais. A necessidade, sentida pelos europeus, de incluir-se em redes comerciais consolidadas é evidente na documentação.

O fato de que a existência dos estabelecimentos europeus na África Ocidental estava condicionada, do ponto de vista indígena, a sua natureza exclusivamente comercial já é evidenciado em um relatório de novembro de 1785. O documento, simplesmente identificado como um “memorando do rei” [*mémoire du roi*], endereçava-se ao cavaleiro Stanislas Jean de Boufflers (1786–1787). Nele, lemos que os franceses deveriam prezar por uma boa relação política com as sociedades da região: “Acima de tudo, é preciso evitar ofendê-los [ilegível] e não manifestar qualquer interesse para além do simples comércio. Um princípio essencial de conduta em relação a eles é nunca favorecer uma nação em detrimento de outra e nunca interferir em suas disputas, exceto para apaziguá-las”.³³³ Indicam-se, assim, tanto o caráter diverso, senão divergente, dos interesses dos mandatários africanos quanto o caráter subordinado dos estabelecimentos europeus na região: “Só conquistando a confiança dos negros e dos mouros, e observando uma lealdade inviolável para com eles, é que podemos esperar formar e manter os vários estabelecimentos indicados, principalmente na parte superior do rio”.³³⁴ A manutenção dos enclaves franceses ao longo do rio Senegal dependia, principalmente, da confiança — e, portanto, da concessão — dos “mouros” e dos “negros”.

Por sua vez, em 1831, com o intuito de expandir o comércio para o alto vale do rio Senegal, o administrador Pierre-Édouard Brou recomendou que seu sucessor, Thomas

³³³ “Il faut, surtout, éviter de leur donner [ileg.] ombrage, et ne manifester d’autres vues d’un simple commerce. Un principe essentiel de conduite, envers eux, est de ne jamais favoriser une nation au préjudice de l’autre, et de ne se mêler de leurs querelles, que pour les apaiser.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 18. v. 1.

³³⁴ “Ce n’est qu’en se conciliant la confiance des Nègres et des Maures, et en observant envers eux, une fidélité inviolable, qu’on peut se flatter de former et de conserver les différens établissemens indiqués principalement au Haut du Fleuve.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 18. v. 1. Este documento, do final do século XVIII, apresenta os mesmos elementos analisados por Mota, 2025, em *Guests in foreign lands*, para o final do século XVII.

Renault de Saint Germain, levasse em consideração os chefes das caravanas e das comunidades locais, sem, contudo, mostrar vulnerabilidade: “Entre os meios que considero susceptíveis de alargar e melhorar nossas relações com as terras altas, recomendo sobretudo que se trate com respeito, mas sem fraqueza, os chefes das tribos e das caravanas”.³³⁵ Segundo o documento, combater os mandatários africanos não traria nenhum resultado, uma vez que eram os verdadeiros “senhores” [*maitres*] da região: “lutar contra eles com suas próprias armas, a trapaça [*la fourberie*], seria rebaixar-se sem qualquer resultado possível, porque eles são os senhores de lá e, agindo assim, perder-se-iam os sentimentos de respeito e de confiança”.³³⁶ Posteriormente, em 1845, o administrador interino Pierre-Maurice Thomas (1845–1846) reiterava o propósito comercial do enclave são-luisense: “num país sem produção e que vive apenas da atividade comercial”.³³⁷ Portanto, mesmo após a década de 1830, a concessão de autoridades regionais manteve-se imprescindível para a viabilidade de qualquer empreendimento francês.

Entretanto, os esforços franceses para atrair comerciantes africanos nem sempre foram bem-sucedidos. O memorando remetido a Boufflers em 1785 informa que, no passado, uma série de infortúnios afastou algumas sociedades saarianas do comércio de goma-arábica, afetando seu rendimento: “As causas desse declínio são atribuídas à infidelidade no comércio, à falta de proporção entre a demanda e a necessidade e à imprudência de deixar, sem preço, nas mãos do vendedor, uma parte das mercadorias demandadas”.³³⁸ Assim, “No passado, a companhia francesa tratava, a cada ano, 1.200 quintais mouros (o quintal mouro equivale a 900 libras francesas) [1.080.000 libras totais], [e] houve mesmo períodos, em verdade, bem raros, em que o comércio se elevou a 30.000 [quintais mouros?] [27.000.000 libras]; mas ele diminuiu, sucessivamente, até

³³⁵ “Parmi les moyens que je crois propres à étendre et améliorer nos relations avec le haut pays, je recommande surtout de traiter avec égards, mais sans faiblesse, les chefs de tribus et de caravanes” ANS, s. 13G, 13G22, p. 124. v. 1.

³³⁶ “descendre à les combattre avec leurs propres armes, la fourberie, serait s’avilir sans resultat possible parcequ’ils y sont passés maitres, et qu’on perdrait en agissant ainsi, les sentimens de respect et de confiance” ANS, s. 13G, 13G22, p. 124. v. 1.

³³⁷ “dans un pays sans production et qui ne vit qu’à force d’activité commerciale” ANS, s. 13G, 13G22, p. 180. v. 2.

³³⁸ “Les causes de cette décadence sont attribuées à l’infidélité dans les échanges ; au défaut de proportion entre les demandes et les besoins, à l’imprudence de laisser, sans prix, dans les mains du vendeur, une partie des marchandises demandées.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 10-11. v. 1.

200 [quintais mouros?] [180.000 libras]”.³³⁹ Segundo o documento, os comerciantes que abandonaram o trato decidiram dedicar-se, em vez disso, a outros negócios: “Acontecimentos repetidos, que afastaram algumas nações mouras desse comércio, para orientar-se para o comércio de grãos e de sal”.³⁴⁰ Outros preferiram dirigir-se, ainda, a Porto d’Arco: “e que levaram a outros a ir vender aos mercadores ingleses em um ponto da costa chamado Porto d’Arco, 40 léguas acima do rio Senegal”.³⁴¹ Perante um comércio desvantajoso, os comerciantes africanos procuraram explorar mercadorias e rotas mais rentáveis.

Em que medida o comércio com os franceses foi realmente substancial para as economias do Sahel Ocidental de entre os séculos XVIII e XIX? Gostaria de destacar dois elementos dos excertos supramencionados. Em primeiro lugar, nota-se que os comerciantes saarianos puderam abdicar-se do comércio de goma-arábica para dedicar-se a produtos mais seguros e, talvez, mais *necessários* para sua sobrevivência. Em contrapartida, os relatórios administrativos registram os lamentos de autoridades sauluisenses, que, como Brou, não podiam desvencilhar-se do trato: “Essa situação infeliz [a competição inglesa] tende a arruinar e a destruir o comércio das escalas do rio Senegal, o *único recurso dos habitantes de São Luís* [meu destaque]”.³⁴² O enclave francês, fundado para atender à demanda por trabalhadores escravizados, mantinha-se fundamentado na realização do comércio, sem, apesar disso, ter o controle dos meios produtivos de sua principal exportação.

Em segundo lugar, percebe-se como a concorrência europeia proporcionou ricas oportunidades aos comerciantes africanos. Em 1831, Brou pontuou que o comércio francês sofria muito com a concorrência dos ingleses, que, diferentemente dos primeiros, possuíam uma “vantagem imensa”: “porque podiam dar [aos comerciantes saarianos] tecidos de Guiné muito mais baratos do que os tecidos que obtínhamos de suas próprias possessões na Índia, que estavam sujeitos a dois fretes e a uma taxa de cinco francos por

³³⁹ “La compagnie française en traitait jadis, chaque année, 1200 quintaux maures (le quintal maure, est de 900 L. poids de France), il y a même eu des époques, à la vérité, très rares, où la traite a été portée à 30,000 [Qx. ?] ; mais elle a baissé, successivement, jusqu’à 200 [Qx. ?].” ANS, s. 13G, 13G22, p. 10-11. v. 1.

³⁴⁰ “Événements répétés, qui ont détourné quelques nations Maures de ce commerce, pour se livrer [à] celui des grains et du sel” ANS, s. 13G, 13G22, p. 10-11. v. 1.

³⁴¹ “et ont porté les autres, à aller faire leurs ventes aux marchands Anglais, dans un point de la côte, appelé Portendic, à 40 lieues au dessus de la Rivière du Sénégal.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 10-11. v. 1.

³⁴² “Ce fâcheux état de choses qui tendait à ruiner, et détruire par suite, l’économie des escalas du fleuve du Sénégal, seule ressource des habitants de St. Louis” ANS, s. 13G, 13G22, p. 113. v. 1.

peça”.³⁴³ Nesse sentido, o administrador Guillet afirmou, seis anos depois, que a possibilidade de aceder a Porto d’Arco tornava os comerciantes Trarza mais exigentes do que seus vizinhos. Referindo-se ao emirado Brakna, ele argumenta: “A paz não parece susceptível de ser perturbada nesse lado; em primeiro lugar, porque eles não têm, como os Trarza, a baía de Porto d’Arco para opor-nos”.³⁴⁴ Embora o vale do rio Senegal tenha certamente sido, durante o século XIX, o principal ponto de escoamento da goma-arábica, o comércio realizado pelos ingleses na costa saariana — e, principalmente, no enclave de Porto d’Arco — foi repetidamente descrito como um empecilho para o comércio francês.

Nesse sentido, o autor do memorando real de 1785 refere-se ao interesse, por parte dos administradores franceses, de formar um estabelecimento na ilha de Bilbas, “a 70 ou 80 léguas de Podor, vizinha de várias tribos mouras e florestas de gomeiras, situadas na margem oposta do rio”.³⁴⁵ O novo estabelecimento contribuiria para o crescimento do comércio, facilitando as comunicações com o alto vale do rio Senegal mediante “a vantagem inestimável de fornecer abundantemente gado a todos os pontos, oferecer um ar salubre e os refrescos necessários aos viajantes”.³⁴⁶ Além disso, e importantemente, sua proximidade relativamente às comunidades saarianas desincentivá-las-ia de “buscar um mercado *mais cómodo* [meu destaque] nas costas afeitas ao comércio inglês”.³⁴⁷ No documento, não está claro o porquê de o comércio realizado na costa do deserto do Saara ser considerado como mais cómodo para as sociedades da região. Ainda assim, contrariamente ao que argumenta Webb Junior, não me parece que suas condições ecológicas constituíssem um obstáculo irremovível naquele momento.³⁴⁸

Nem mesmo os administradores são-luisenses conceberam a inconveniência do enclave de Porto d’Arco — ou a de seu vizinho, o enclave de Arguim — em termos ecológicos, mas em termos logísticos. No mesmo memorando real, de 1785, lê-se que “A

³⁴³ “puisqu’ils pouvaient donner les toiles guinées à bien meilleur compte que celles que nous tirions de leurs propres possessions de l’Inde, qui supportaient deux frêts et étaient frappées en France d’un droit de cinq francs par pièce.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 113. v. 1.

³⁴⁴ “La paix ne paraît pas devoir être troublée de ce côté ; premièrement parce qu’ils n’ont pas comme les Trarzas, la Baie de Portendick à nous opposer” ANS, s. 13G, 13G22, p. 186-187. v. 1.

³⁴⁵ “à 70 ou 80 lieues de Podor, voisine de plusieurs tribus maures et de forêts de gommiers, situées à la rive opposée du fleuve.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 11-12. v. 1.

³⁴⁶ “l’avantage inestimable de fournir abondamment des bestiaux à tous les points, d’offrir un air salubre, et les rafraîchissements nécessaires aux voyageurs.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 11-12. v. 1.

³⁴⁷ “d’aller chercher un débouché plus commode sur les côtes affectées à la traite Anglaise.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 41. v. 1.

³⁴⁸ Webb Junior, 1985, p. 160.

posição de Arguim, *por seu distanciamento* [meu destaque], é pouco favorável para o comércio da goma, e esse foi, sem dúvida, o motivo que levou a Companhia das Índias a abandoná-lo”.³⁴⁹ Na verdade, o interesse francês pelo sítio explicava-se exclusivamente pela possibilidade de boicote aos comerciantes ingleses: “Mas como essa ilha [a de Arguim] não está distante senão por 20 léguas do rio São João, onde os ingleses tentam, por todos os meios, atrair os comerciantes de goma, poderia ser interessante estabelecer-se lá, para diminuir o comércio inglês, dividindo-o”.³⁵⁰ Entretanto, como não se encontra mais nenhuma referência a Arguim nos relatórios posteriores, podemos supor que esse plano não se concretizou. Em 1831, o administrador Brou viria a descrever Porto d’Arco como “o ponto mais distante, mais isolado das dependências exteriores e o único que, por sua posição, não está sob a vigilância imediata do comandante particular de Gorée”.³⁵¹

Arguim, o primeiro enclave europeu estabelecido na África Ocidental, foi fundado pelos portugueses em 1445. Atraídos pelo comércio saariano de, entre outras coisas, goma-arábica, ouro, produtos animais, seres humanos e tâmaras, suas tentativas de estabelecer um enclave no interior do deserto do Saara foram, não obstante, frustradas, como evidenciado pela instalação malsucedida de uma base na cidade de Ouadane, em 1487.³⁵² Nos séculos seguintes, o controle da região foi disputado, mas nunca conquistado, por diferentes Estados europeus: “[a ilha de] Arguim, possuída desde o século XV pelos portugueses, posteriormente, pelos holandeses, foi reunida, após várias revoluções, à concessão da Companhia Francesa, por um tratado assinado na Haia, a 13 de fevereiro de 1727”.³⁵³ Ademais, o memorando real de 1785 informa que, na primeira metade do século XVIII, Arguim presenciou o desenvolvimento de um comércio de goma-arábica florescente: “Fazia-se antigamente, nesse enclave, situado a quinze léguas do Cabo Branco, um comércio bastante considerável de goma, extraída das florestas de

³⁴⁹ “La position d’Arguin, par son éloignement, est peu favorable pour la traite de la gomme, et c’est, sans doute, le motif qui l’avait fait abandonner par la compagnie des Indes.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 12. v. 1.

³⁵⁰ “Mais comme cette île n’est guère éloignée que de 20 lieues de la Rivière Saint Jean, où les Anglais vont chercher, par toutes sortes de moyens, à attirer les marchands de gomme, il pourrait être intéressant d’y former un établissement, pour diminuer la traite Anglaise, en la partageant.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 12. v. 1.

³⁵¹ “le point le plus éloigné, le plus isolé des dépendances extérieures, et le seul qui ne soit pas par sa position sous la surveillance immédiate du Commandant particulier de Gorée” ANS, s. 13G, 13G22, p. 112-113. v. 1.

³⁵² Pettigrew, 2019, p. 7.

³⁵³ “Arguin, possédé dès le 15e siècle par les Portugais, et successivement par les Hollandais, fut réuni, après diverses révolutions, à la concession de la Compagnie Française, par un traité fait à Lahaye, le 13 février 1727.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 38. v. 1.

gomeiras, das quais é coberta a margem direita do rio São João, não muito longe dali [de Arguim]”.³⁵⁴ Segundo o documento, a companhia comercial francesa demoliu a fortificação de Arguim em 1727 e esforçou-se para atrair os comerciantes saarianos de goma-arábica para a feira do Deserto, “não muito longe da ilha de São Luís do Senegal”.³⁵⁵

O destino do enclave de Porto d’Arco durante o século XVIII não foi muito diferente. O memorando real de 1785 afirma que o estabelecimento, localizado a cerca de quarenta ou cinquenta léguas da foz do rio Senegal, fora concedido pelos “mouros” à Companhia do Senegal a 24 de julho de 1717. Seis anos mais tarde, a 6 de março de 1723, um tratado firmado com Aly Chandoura e com Borali, “chefes da tribo moura que o possuía”,³⁵⁶ confirmaria sua aquisição. Embora não tenha conseguido encontrar mais informações sobre Borali, Ali Shandura W. Haddi (m. 1726) é um mandatário Trarza conhecido pela historiografia especializada.³⁵⁷ O documento informa também que, assim como Arguim, o forte de Porto d’Arco foi demolido em 1727, à medida que as caravanas se reorientavam para a feira do Deserto.³⁵⁸ Nesse sentido, em um caso como no outro, o redirecionamento das rotas de goma-arábica, da costa saariana para o rio Senegal, deveu-se a incentivos comerciais franceses.

Ainda assim, cabe questionar em que medida os franceses puderam efetivamente concretizar o desvio das caravanas em direção a seus enclaves. Conforme o Tratado de Versalhes, concluído em 1783, os ingleses deveriam limitar seu comércio ao espaço entre o rio São João, a norte, e Porto d’Arco, a sul. Não obstante — e a despeito dos tratados estabelecidos com as sociedades saarianas entre os séculos XVIII e XIX estudados no primeiro capítulo —, as lamentações de administradores são-luisenses sobre o comércio continuamente realizado em Porto d’Arco abundaram. Em 1831, o administrador Brou informa que, como suas negociações com os representantes ingleses fracassaram, a

³⁵⁴ “On faisait autrefois à ce comptoir, situé à quinze lieues du Cap-Blanc, un commerce assez considérable de gomme, extraite des forêts de Gommiers, dont est couverte la rive droite de la Rivière Saint Jean, qui en est peu éloignée.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 38. v. 1.

³⁵⁵ “peu distant de l’Ile Saint Louis au Sénégal” ANS, s. 13G, 13G22, p. 38. v. 1.

³⁵⁶ “chefs de la tribu Maure qui le possédait” ANS, s. 13G, 13G22, p. 38. v. 1.

³⁵⁷ Taylor, 1999.

³⁵⁸ ANS, s. 13G, 13G22, p. 38. v. 1.

administração do enclave de São Luís necessitou desviar os comerciantes saarianos de Porto d'Arco por sua própria conta:

Esse estado de coisas desagradável [...], não tendo podido ser resolvido pelos meios ordinários de negociações, não restava à administração local senão encontrar os meios de reorientar os mouros do enclave de Porto d'Arco, e foi nisso que empreguei todos os meus esforços, não sem sucesso, uma vez que em 1830 eles não transportaram goma a esse ponto e que este ano os próprios ingleses, temendo a mesma má sorte, não ousaram para lá enviar um único navio: por isso, tratamos neste momento a uma taxa de 80 libras de goma por peça [de Guiné], enquanto anteriormente vi negociarem a 40 libras.³⁵⁹

Não são conhecidas as maneiras pelas quais o administrador Brou procurou convencer os comerciantes saarianos de Porto d'Arco. Ainda assim, sua menção ao prefeito do enclave de São Luís, Jean-Jacques Alin³⁶⁰ (1777–1849), é especialmente interessante: “Devo particularmente esses resultados felizes aos esforços do prefeito Alin para levar Muhammad al-Habib, rei dos Trarza, a cumprir a promessa que me fez após o caso do senhor Biloz de não permitir mais que caravanas se conduzissem a Porto d'Arco”.³⁶¹ Segundo Curtin, o cargo prefeitoral tornou-se eletivo após a Revolução Francesa, em 1789, mas pouco mudou relativamente a quem reteria o título. Frequentemente, o governador não tinha outra opção prática senão nomear o representante reconhecido pela comunidade.³⁶² Nesse sentido, enquanto um líder

³⁵⁹ “Ce facheux état de choses [...], n'ayant pu s'applanir par les voies ordinaires de negociations, il ne restait plus à l'administration locale qu'a trouver les moyens de détourner les maures du comptoir de Portandick et c'est à quoi j'ai employé tous mes efforts, non sans succès, puisqu'en 1830 ils n'ont pas porté de gomme sur ce point, et que cette année les anglais eux mêmes, craignant une aussi mauvaise chance, n'ont point osé y envoyer un seul navire : aussi traitons nous en ce moment sur le taux de 80 livres de gommés à la pièce, tandis que j'ai vu précédemment traiter à 40 livres.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 113. v. 1.

³⁶⁰ Segundo H. Jones (2013, p. 189), Jean-Jacques Alin, conhecido como “o antilhano” e “o mais velho”, chegou a São Luís com seus pais, Louis (1744–1821) e Rose Dessources (1759–1839), em 1799. A família estava incluída em uma companhia de cem negros livres enviados à localidade para estimular a lealdade à França após a Revolução Francesa. Jean-Jacques Alin casou-se com a *signare* Marie Paul Benis (1793–1860) e serviu no policiamento da cidade sob a administração de Blanchot, no início da Era Napoleônica. Alin foi, para além de um comerciante de goma-arábica e um habitante notável, prefeito de São Luís entre 1829 e 1848.

³⁶¹ “Je dois particulièrement ces heureux résultats aux soins que s'est donné le Maire Alin pour amener Mohamed-el-habib roi des Trarzas, à tenir la promesse qu'il m'avait faite après l'affaire de Mr. Biloz, de ne plus laisser diriger de caravanes sur Portendick.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 113. v. 1.

³⁶² Curtin, 1975, p. 116.

comunitário, a intermediação de Alin perante o emir Trarza foi assumidamente indispensável para o administrador são-luisense.

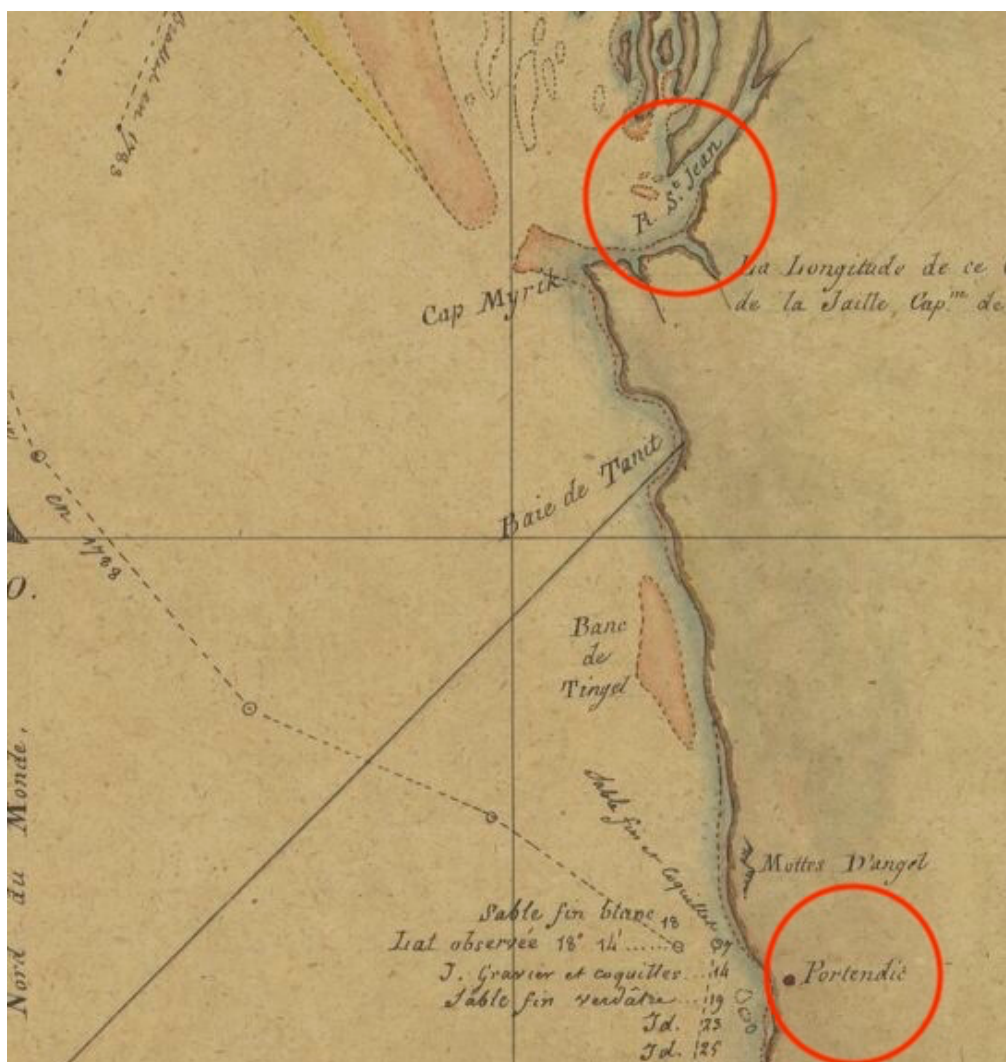


Imagem 9: Mapa da costa ocidental do deserto do Saara, destacando o rio São João, para o sul do enclave de Arguim, e o enclave de Porto d'Arco em vermelho. 1788. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53153412w>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Em uma dissertação recente, Rafaél Cruz evidencia como intermediadores africanos foram fundamentais para as operações francesas no vale do rio Senegal oitocentista. Segundo o autor, as informações botânicas, culturais, geográficas, históricas, linguísticas e políticas que preenchem os relatos europeus sobre a região frequentemente

tiveram raízes locais. Indivíduos como Alin facilitaram a comunicação entre autoridades africanas e são-luisenses, construindo uma ponte para a circulação de informações e para a concretização de seus objetivos.³⁶³ Ainda que seja interessante observar, como Cruz, que a intermediação de africanos foi uma condição sobretudo circunstancial, os prefeitos de São Luís desempenharam, durante as primeiras décadas do século XIX, um papel contínuo de intermediação entre o estabelecimento francês e as sociedades africanas, como demonstram as assinaturas das testemunhas dos tratados aqui contemplados.

Entretanto, os esforços do administrador Brou não foram duradouros. Em 1837, o administrador interino Guillet informa em seu relatório que, na administração de seu antecessor, Médéric Malavois, diversos navios são-luisenses se conduziram às feiras ao longo do rio Senegal para realizar o comércio de goma-arábica antes de a temporada comercial se iniciar. O ministro Trarza, Moctar Sidy, foi reclamar a Malavois, que lhe respondeu que “esse trato, fora das escalas, constituía realmente uma infração aos tratados e aos decretos em vigor, mas que, naquele momento, não era senão uma justa retaliação, da qual se devia acusar o próprio rei [Trarza], uma vez que ele tinha [ilegível] os tratados assinados por seus antecessores, forçando, no ano passado, o envio de uma certa quantidade de goma a Porto d’Arco”.³⁶⁴ Diante disso, Moctar Sidy contra-argumentou que o último tratado de paz estabelecido com a administração são-luisense não reproduzia “a cláusula que obrigava o rei Trarza a enviar às escalas toda a goma produzida ou trazida a seu território”.³⁶⁵ Assim, o episódio em tela testemunha o domínio, por parte de uma autoridade africana, da linguagem jurídica francesa — afinal, o ministro Trarza fundamenta-se nas cláusulas de um tratado euro-africano para contestar o comportamento dos comerciantes provenientes do enclave de São Luís. O exemplo demonstra que tais tratados, embora sempre sujeitos às reinterpretações criativas de representantes políticos africanos e europeus, foram, não obstante, compreendidos como legalmente vinculativos pelas sociedades da região.³⁶⁶

³⁶³ Cruz, 2024.

³⁶⁴ “cette traite, hors des escales, constituait réellement une infraction aux traités et aux arrêtés en vigueur, mais qu’elle n’était en ce moment qu’une juste représaille dont il fallait accuser le Roi lui-même, puisqu’il avait [Ileg.] aux traités souscrits par ses prédécesseurs, en forçant l’année dernière la direction d’une certaine quantité de gomme à Portendick.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 187-188. v. 1.

³⁶⁵ “la clause qui obligeait le Roi des Trarzas à faire passer aux escales toutes les gommes produites ou apportées sur son territoire” ANS, s. 13G, 13G22, p. 187-188. v. 1.

³⁶⁶ Nesse sentido, afasto-me de Sene, 2024, que afirma que os potentados africanos não reconheciam a legitimidade dos tratados estabelecidos com os europeus.

Ademais, o administrador Guillet informa que, em 1836, navios ingleses aportaram em Giwoua, “entre Porto d’Arco e São Luís”³⁶⁷ — o que é dizer para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Versalhes —, com o intuito de comprar goma-arábica. Segundo Guillet, os especuladores ingleses certamente escolheram Giwoua para “aproximar-se dos locais em que se coleta a goma”³⁶⁸ e para “não estarem mais distantes do que nossas escalas [no] rio [Senegal]”.³⁶⁹ Assim, os dados proporcionados por Webb Junior indicam que, em 1836, o comércio realizado em Porto d’Arco foi relativamente diminuto (Tabela 2). Os números elevam-se novamente, entretanto, para o ano de 1837.

Tabela 2: O comércio de goma em Porto d’Arco, 1693–1846 (em toneladas métricas). ³⁷⁰			
1639	979	1823	125
1785	181	1824	200–300
1786	181 (estimativa anual)	1828	110–115
1787	181	1830	Zero
1800	272–317 (estimativa)	1834	300
1801	226 (estimativa)	1836	30
1803	266 (estimativa)	1837	100
1819	Os Trarza levam toda a colheita a Porto d’Arco	1838	Virtualmente nenhum comércio
		1844	Zero
1821	5–6	1845	Muito pouco
1822	75	1846	300–350

³⁶⁷ “entre Portendick et St. Louis” ANS, s. 13G, 13G22, p. 189. v. 1.

³⁶⁸ “de se rapprocher les lieux où se récolte la gomme” ANS, s. 13G, 13G22, p. 190-191. v. 1.

³⁶⁹ “n’en être pas plus éloigné que ne le sont nos escalas [dans le] fleuve” ANS, s. 13G, 13G22, p. 190-191. v. 1.

³⁷⁰ Webb Junior, 1985, p. 161.

Finalmente, em seu relatório, remetido a 1839, o administrador Julien-Armand Soret (1837–1839) afirma que, desde o início de sua administração, em setembro de 1837, a goma-arábica deixou de ser comercializada em Porto d’Arco. No documento, elencam-se alguns motivos para isso: 1. As “imensas dificuldades” do embarque e do transporte por terra, que aumentavam consideravelmente o custo da mercadoria, levando comerciantes de Santa Maria, às margens do rio Gâmbia, à falência; e 2. Navios franceses passaram a transportar a goma-arábica à Inglaterra, aonde chegava a uma taxa menos elevada do que se mercadejada pelos próprios ingleses na costa saariana.³⁷¹ Assim, apesar de, evidentemente, o comércio de Porto d’Arco não se ter extinguido em 1839, na documentação, seu abandono é remetido ao final da década de 1830, em decorrência de dificuldades logísticas e da facilidade, por parte dos comerciantes ingleses, de obtê-la diretamente dos franceses.

Similarmente, o relatório do administrador Thomas — remetido a seu sucessor, François-Marie-Charles Ollivier (1845–1846) — relata as dificuldades enfrentadas pelo enclave de Mérinaghène. Estabelecido nas margens do lago de Panié Foul (atualmente, lago de Guiers), Mérinaghène avizinhava as vilas de Mérina, Lambadh, Dioukoul e N’Guick. O documento informa que o enclave não somente se encontrava no cruzamento de rotas comerciais direcionadas a Caior como proporcionaria trocas constantes com o reino Ghiolof e com o reino Waalo. Em particular, “O país de Ghiolof, governado por Alboury N’Diaye sob o título de Bourba Ghiolof, confina, em uma vasta área, o Caior, o Waalo e o Fuuta e é susceptível de um comércio suficientemente grande de couro, gado, goma e marfim”.³⁷² Mais uma vez, é evidente que a preexistência de redes comerciais informou o estabelecimento de um novo enclave francês.

Entretanto, o enclave de Mérinaghène não respondeu às expectativas concebidas. As caravanas comerciais encontraram obstáculos para chegar à localidade em razão de seus frequentes desentendimentos com Caior e com os emirados saarianos. Além disso, os habitantes do reino Jalof, supostamente “interessados em transportar seus produtos

³⁷¹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 3-4. v. 2.

³⁷² “Le pays de Ghiolof, gouverné par Alboury n’Diaye, sous le titre de Bourba Ghiolof, confine, sur une grande étendue, le Cayor, le Wallo et le Fouta, et il est susceptible d’un assez grand commerce en cuir, en bestiaux, en gomme et en morfil” ANS, s. 13G, 13G22, p. 215. v. 2.

ao novo enclave”,³⁷³ receariam atravessar o bosque de M’Bounone, que separava Caior e Waalo: “eles raramente se aventuram [no bosque] com medo de serem presos e saqueados por bandos de criminosos aos quais esse bosque serve de refúgio e que a esperança do saque a ele atrai”.³⁷⁴ A vila de Mérina continuava servindo-os de ponto de parada e, juntamente com N’Guick, mantinha-se sendo o destino das caravanas direcionadas a Caior. O mero estabelecimento de um enclave francês na região foi insuficiente para reorientar as rotas caravaneiras vigentes.

Diante disso, o administrador Thomas desenvolveu um plano ambicioso para atrair os comerciantes a Mérinaghène: “parece-me oportuno estabelecer, sob a proteção do fogo das baterias desse posto, uma única e grande aldeia composta pela população das de Mérina, Lambadh e Dioukoul, que seriam assim abandonadas”.³⁷⁵ Ademais, “para que a passagem da floresta de M’Bounone ofereça mais segurança às caravanas vindas do país de Jalofo, seria conveniente restabelecer as antigas aldeias que ladeavam essa floresta, que as sucessivas pilhagens dos mouros obrigaram a abandonar”.³⁷⁶ Em outras palavras, seria necessário reestruturar os postos comerciais locais. Não obstante, para que o plano de Thomas fosse concretizado, os mandatários Waalo — em particular, o Braque e a princesa Guimbotte — deveriam aprová-lo.³⁷⁷ Nesse sentido, a capacidade de controlar os canais de circulação permanecia africana.

O oferecimento de termos satisfatórios para os comerciantes africanos foi uma necessidade sentida pelos administradores são-luisenses. Entretanto, isso poderia custar-lhes caro. Em 1831, preocupado com a expansão do comércio francês para o alto vale do rio Senegal, Brou caracterizou o estabelecimento da companhia comercial de Galam como uma solução financeira: “A questão comercial do alto país, ligando-se quase unicamente hoje às operações da Sociedade de Galam, *que tem, sozinha, os meios necessários* [meu destaque] para ir à descoberta de novos produtos e para atrair provisões

³⁷³ “auraient intérêt à apporter leurs produits au nouveau comptoir” ANS, s. 13G, 13G22, p. 217. v. 2.

³⁷⁴ “ils s’y hasardent rarement dans l’appréhension d’être arrêtés et pillés par des bandes de malfaiteurs auxquelles cette forêt sert de refuge et que l’espoir du pillage y attire.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 217. v. 2.

³⁷⁵ “il me paraît convenable d’établir, sous la protection des feux des batteries de ce poste, un seul et grand village composé de la population de ceux de Mérina, Lambadh et Dioukoul, qui se trouveraient ainsi abandonnés” ANS, s. 13G, 13G22, p. 217. v. 2.

³⁷⁶ “pour que le passage de la forêt de M’Bounone offre plus de sécurité aux caravanes venant du pays de Ghiolof, il conviendrait de rétablir les anciens villages qui confinaient cette forêt que les pillages successifs des maures ont forcé d’abandonner.” ANS, s. 13 G, 13G22, p. 217. v. 2.

³⁷⁷ ANS, s. 13G, 13G22, p. 217-218. v. 2.

ainda mais ricas para nossos enclaves”.³⁷⁸ Os resultados da campanha da Sociedade de Galam para 1829 e 1830 encontram-se listados na Tabela 3:

Tabela 3: Mercadorias comercializadas pela Sociedade de Galam em 1829 e 1830 no alto rio Senegal. ³⁷⁹			
1829		1830	
Cera	3.648	Cera	3.009
Goma-arábica	404.226,33	Goma-arábica	797.385
Marfim	9.803	Marfim	6.030,50
Ouro	1.309 <i>gros</i> ³⁸⁰ e 18 grãos	Ouro	1.277 <i>gros</i> e 56 grãos

De acordo com o administrador Brou, as mercadorias comercializadas pela Sociedade de Galam em 1829 e 1830 foram a cera, a goma-arábica, o marfim e o ouro. Entretanto, o trato de goma-arábica é o único de entre eles que cresce de 1829 para 1830. O aumento da comercialização da goma-arábica (~97,26%) é seguido pela redução da de ouro (~2,45%), cera (~17,51%) e marfim (~38,48%). Ainda assim, Brou descreve os resultados da companhia comercial como uma melhoria “notável”. Em particular, ele associa o sucesso da Sociedade de Galam à política diplomática francesa: “Creio poder atribuir esta notável melhoria a nossa intervenção simultaneamente firme e conciliatória, que permite estabelecer novas relações com as tribos mouras, que habitualmente não colhiam a goma ou a transportavam para a Gâmbia”.³⁸¹ Tais resultados devem-se, também, segundo o administrador, aos tratados estabelecidos pela companhia comercial com as sociedades locais: “também a atribuo aos esforços feitos pela companhia para

³⁷⁸ “La question commerciale du haut pays se rattachant à peu près uniquement aujourd’hui aux opérations de la société de Galam, qui seule a les moyens nécessaires pour aller à la découverte de nouveaux produits, et pour attirer de plus riches approvisionnements sur nos comptoirs” ANS, s. 13G, 13G22, p. 122. v. 1.

³⁷⁹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 123. v. 1.

³⁸⁰ O *gros* foi uma unidade de medida para metais preciosos.

³⁸¹ “Je puis je crois attribuer cette amélioration si remarquable, à notre intervention à la fois ferme et conciliante qui permet d’établir de nouvelles relations avec des Tributs [sic.] maures, qui habituellement ne recoltaient pas de gommages ou les portaient en Gambie” ANS, s. 13G, 13G22, p. 123-124. v. 1.

manter e estender essa exploração por meio de tratados assinados com os chefes de novas tribos, e devemos esperar que outras também venham, a seu exemplo, trazer-nos suas colheitas em troca de nossos produtos”.³⁸² Portanto, as exportações das sociedades africanas cresceram concomitantemente à importação de produtos europeus.

Não se tratava, entretanto, da importação de produtos aleatórios. Segundo o administrador Brou, as qualidades morais do corpo de funcionários francês de nada serviriam se a espécie e a qualidade das mercadorias fornecidas fossem insatisfatórias. Pelo contrário, os produtos europeus deveriam responder à demanda de cada sociedade: “Por conseguinte, é aconselhável que esses objetos de troca sejam próprios ao país, de boa qualidade e mantidos, especialmente no início, a um preço suficientemente baixo para não desencorajar os aborígenes antes de eles terem podido adquirir o hábito de frequentar nossos postos de comércio”.³⁸³ Afinal, a proximidade dos enclaves europeus relativamente às residências dos comerciantes — adeptos ao comércio de longa distância — não bastava para atraí-los: “(erraríamos em confiar em sua proximidade ou na de sua residência, no local de passagem das caravanas; para os negros, o tempo e a distância não são nada; temos mil provas disso)”.³⁸⁴

A necessidade de que as mercadorias europeias se conformassem aos padrões de qualidade locais pode ser percebida em mais uma instância. O acontecimento é descrito no relatório do administrador Thomas, datado de 1845. De acordo com o documento, a partir de 1º de outubro de 1844, os decretos de 18 de maio e de 1º de setembro de 1834, referentes às peças de Guiné, deveriam ser executados. O decreto de 1º de setembro de 1834 determinava as condições exigidas para que as peças de Guiné pudessem ser utilizadas nas feiras regionais durante o comércio com os mercadores saarianos. Contudo, antes que fosse aplicada à temporada comercial de 1845, foi necessário saber se seus termos não prejudicariam os interesses comerciais locais.

³⁸² “je l’attribue encore aux efforts que fait la Compagnie pour maintenir et étendre cette exploitation au moyen de traités passés avec les chefs de Tribus nouvelles, et nous devons espérer que d’autres viendront aussi à leur exemple, nous apporter leurs récoltes en échange de nos produits.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 123-124. v. 1.

³⁸³ “Il convient donc que ces objets d’échange soient propres au pays, de bonne qualité, et tenus, dans les commencemens surtout, à un prix assez peu élevé pour ne pas décourager les aborigènes avant qu’ils aient pu prendre l’habitude de fréquenter nos comptoirs” ANS, s. 13G, 13G22, p. 124-125. v. 1.

³⁸⁴ “(on se fierait à tort sur leur proximité où leur résidence même, sur le lieu de passage des caravanes ; pour les noirs, le tems et la distance ne sont rien ; nous en avons mille preuves.)” ANS, s. 13G, 13G22, p. 124-125. v. 1.

Uma comissão especial composta por funcionários governamentais e negociantes concluiu que mais das 20.000 peças de Guiné existentes no enclave de São Luís em novembro de 1844, pertencentes tanto a negociantes quanto a tratantes, não respeitavam a nenhuma das condições regulamentares.³⁸⁵ Em grande medida, elas pertenciam a tratantes que, incapazes de utilizá-las na temporada comercial de 1843 ou de retorná-las aos vendedores, as conservaram para o ano de 1845. Por outro lado, os interesses dos tratantes seriam feridos se seu uso fosse limitado à compra de produtos diferentes da goma-arábica. A validade do decreto foi adiada, então, para a temporada comercial de 1846. Os comandantes das escalas também afirmaram que os comerciantes saarianos não davam preferência às peças estampilhadas relativamente às não estampilhadas. Eles interessavam-se, sobretudo, por uma bela tintura:

Os senhores comandantes das escalas, a quem recomendara ademais que me informassem se as guinés estampilhadas ou não estampilhadas, mas que reuniam as condições regulamentares, eram procuradas de preferência àquelas cujo consumo eu autorizara para este ano, afirmaram-me que não e que os mouros procuravam sobretudo, como eu sabia, a bela tintura, que é, para eles, a condição principal.³⁸⁶

Segundo o memorando, muitos opinavam que as peças de Guiné estampilhadas representavam um obstáculo para o comércio. A baixa qualidade da tinta e a irregularidade do tecido de algumas de entre elas mais de uma vez fizeram que os comerciantes saarianos formassem uma opinião contrária às peças de Guiné importadas pela França, o que levou muitos tratantes a retirar-lhes o selo — um pedaço de papelão

³⁸⁵ Nas palavras de Curtin, “Os homens que realmente se deslocavam ao longo das rotas da diáspora comercial eram classificados como *traitants*. Enquanto os *négociants* eram europeus ou *métis* e raramente ultrapassavam uma dúzia de empresas, as outras categorias eram africanas ou, ocasionalmente, *métis*, e contavam com centenas de empresas e milhares de indivíduos. Eles também eram divididos de forma mais informal de acordo com uma hierarquia social e comercial. No topo estavam aqueles que negociavam por conta própria e com seu próprio capital, cerca de uma dúzia de grandes empresas e vários comerciantes menores. Um segundo grupo negociava por conta própria, mas com *pièces* de Guiné emprestadas, o baft azul da Índia que era a principal importação trocada por goma ou ouro ao longo do rio ou em Gajaaga. Um terceiro grupo nem mesmo negociava por conta própria, mas atuava como agente dos *négociants* ou *marchands* no porto.” Curtin, 1975, p. 130.

³⁸⁶ “MM les Commandants des escalas, auxquels j’avais recommandés d’ailleurs de me faire connaître si les guinées estampillées ou non, mais réunissant les conditions réglementaires, étaient recherchées de préférence à celles dont j’ai permis, pour cette année, la consommation, m’ont affirmé que non et que les maures recherchaient avant tout, ce que je savais, la belle teinture, qui est, pour eux, la principale condition.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 207-209. v. 2.

costurado no tecido, dizendo de um lado “Ordenanças reais dos 18 de maio e 1º de setembro de 1843” e do outro “Pondicherri — Guiné — peso dois quilogramas, trinta decagramas — comprimento dezesseis metros e cinquenta centímetros, largura um metro”³⁸⁷, e contendo, então, a assinatura do verificador. Para o administrador Thomas, o cumprimento do decreto, adiado para 1846, provar-se-ia bem-sucedido, uma vez que, depois da temporada comercial de 1845, não existiriam mais peças de Guiné no enclave são-luisense que não reunissem as condições desejadas. Em conclusão, na prática, não importava que as peças de Guiné se conformassem aos termos determinados por burocratas franceses. Pelo contrário, elas facilmente se converteriam em um empecilho para o comércio francês se fossem evitadas pelos comerciantes africanos.

Por conseguinte, contrariamente à denúncia de Walter Rodney, não foi o caso de “a maioria das importações [europeias] era da pior qualidade, mesmo como bens de consumo — gim barato, pólvora barata, potes e chaleiras furados, contas e outras bugigangas”.³⁸⁸ No episódio em tela, as mercadorias europeias deveriam, antes, conformar-se à demanda dos comerciantes africanos. Se a espécie e a qualidade dos objetos fossem insatisfatórias, os enclaves europeus não chamariam a atenção das caravanas da região. Não se tratou, tampouco, de “nenhum dos artigos listados pela Europa era do tipo que atendia às necessidades do processo produtivo, e sim itens a ser rapidamente consumidos ou inutilmente guardados”.³⁸⁹ Como os tratados comerciais demonstram, artigos militares e tecidos — os quais, na região, adquiriram o estatuto de mercadoria de valor — estiveram entre os tributos mais frequentemente solicitados pelos emirados saarianos. Seria difícil argumentar que peças de Guiné, balas de chumbo e espingardas, entre outros, não passariam de objetos sem importância para as sociedades locais.

Pinta-se, assim, o retrato de um interior economicamente dinâmico. Os centros e as rotas comerciais referidos na documentação europeia não esgotam a realidade econômica da região. Pelo contrário, as frustrações de administradores são-luisenses, conjuntamente com breves menções a postos comerciais existentes aqui e ali,

³⁸⁷ “Ordonnances royales des 18 Mai et 1er. Septembre 1843”; “Pondichéry — Guinée — poids deux kilogrammes trente décagrammes — longueur, seize mètres cinquante centimètres, largeur, un mètre” ANS, s. 13G, 13G22, p. 209. v. 2.

³⁸⁸ Rodney, 2022, p. 126-127.

³⁸⁹ Rodney, 2022, p. 126-127.

demonstram que as raízes de seu descontentamento são mais profundas. O que se percebe repetidamente é que o controle de pessoas, redes e terras permanecia nas mãos das autoridades africanas. Para Rodney: “O poder é o determinante fundamental na sociedade humana, sendo básico para as relações dentro de qualquer grupo e entre grupos. Implica a capacidade de defender os próprios interesses e, se necessário, impor a vontade por qualquer meio disponível”.³⁹⁰ Em nosso caso, “Nas relações entre os povos, o poder determina a capacidade de manobra nas negociações, até que ponto um povo respeita os interesses do outro e, às vezes, a sobrevivência de um povo como entidade física e cultural. Quando uma sociedade se vê forçada a entregar seu poder inteiramente a outra, isso é, em si, uma forma de subdesenvolvimento”.³⁹¹ Contrariamente ao que argumentou o autor, uma leitura crítica dos documentos franceses permite constatar que a perda de poder pelo continente africano ainda não se concretizara em meados do século XIX.

Ao longo deste capítulo, venho demonstrando que, contrariamente a um entendimento linear da colonização, a instalação da administração francesa no vale do rio Senegal foi penosa. Até pelo menos a metade do século XIX, as estruturas regionais — isto é, o modo como se articulavam as relações econômicas, políticas e sociais no Sahel Ocidental — não somente circunscreveram a ação francesa como frequentemente representaram um empecilho a suas pretensões. Os administradores franceses procuraram estabelecer-se ao redor de rotas de caravanas mais antigas e necessitaram esforçar-se para atrair, até seus empórios, os caravaneiros oeste-africanos. Nesse sentido, o fato de a região encontrar-se riscada por redes comerciais, proporcionando às autoridades e aos comerciantes africanos mercados consumidores alternativos, foi importante para que as economias locais se mantivessem autossuficientes diante das trocas com o Atlântico.

Fundamentando-me no entendimento de Rodney, o desenvolvimento pode ser caracterizado como a capacidade de uma sociedade de controlar seu ambiente e de direcionar seu trabalho em direção a suas próprias necessidades. O subdesenvolvimento, em contrapartida, inicia-se quando esse controle é erodido. Nesse sentido, as transformações socioeconômicas do vale do rio Senegal durante o século XIX não foram sinais de dependência, mas de adaptação. Por meio do domínio das técnicas de produção

³⁹⁰ Rodney, 2022, p. 254-255.

³⁹¹ Rodney, 2022, p. 254-255.

e da organização da coleta e do comércio de goma-arábica, mandatários africanos preservaram seu poder, demonstrando uma forma de desenvolvimento endógena diante de uma conjuntura atlântica cambiante.



Como argumenta Idrissa Bâ, o comércio saariano, em particular, longe de ter desaparecido, permaneceu expressivo em Oitocentos. Estabelecido, como o conhecemos atualmente, no século VIII, promovido, entre outras coisas, pelo Islã, ele alcançou seu ápice entre os séculos XV e XVI, quando os reinos da Península Ibérica iniciaram o comércio atlântico. Partindo da tese de Vitorino Magalhães Godinho, para quem o comércio das caravelas superou o das caravanas, Bâ argumenta que este subsistiu, acomodando-se a suas circunstâncias por meio de diferentes estratégias. Entre elas, podemos contar, precisamente, o estabelecimento de tratados entre as autoridades africanas e a se europeias.³⁹²

Embora não fossem sempre nomeados, os documentos contavam diversos centros comerciais nas sociedades do Saara. No tratado de 10 de maio de 1785, estabelecido entre a administração são-luisense e o emirado Brakna, lê-se: “de forma que ela [a companhia de comércio francesa] terá a faculdade de tratar a todo tempo todas as partes de goma que forem transportadas às *diferentes escalas de comércio* [meu destaque] do país de Ahmed Mokhtar”.³⁹³ Em um contrato posterior, remetido a 25 de junho de 1821, faz-se evidente como a mobilidade de suas construções possibilitava que o comércio não fosse paralisado em momentos de instabilidade política: “Em caso de desentendimento entre o governo francês e o país de Tooro, o rei Hamet-Dou engaja-se a transportar sua escala a Souley Éra, entre Bokolle e Faneye, para evitar que as embarcações em trato sejam insultadas

³⁹² Bâ, 2020.

³⁹³ “de manière qu’elle aura la faculté de traiter en tout temps toutes les parties de gommes qu’on transportera dans les differentes escales de traite du pays d’Ahmed Mokhtar.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 28-29.

pelos habitantes desse mesmo país de Tooro”.³⁹⁴ O que interessa destacar é que o comércio de goma-arábica, embora acentuado pela documentação francesa, constituiu tão somente uma parcela da realidade econômica do Sahel Ocidental. Ao longo do ano, outros produtos, como cativos, laticínios e marfim, foram comercializados nos mesmos sítios e percorreram as mesmas rotas comerciais.

O memorando de Brou, de 1831, confirma a continuidade das tentativas francesas de estender o comércio ao interior da África Ocidental. Intento em introduzir “nossos estabelecimentos”³⁹⁵ ao longo do vale do rio Senegal, do ponto mais distante ao mais próximo de São Luís, Brou começa chamando à atenção o enclave de Caignou: “Embora o enclave comercial de Caignou seja apenas uma dependência dos enclaves comerciais de Bakel e Makana, referir-me-ei a ele em primeiro lugar como o ponto mais extremo, a fim de seguir o procedimento que adotei no início [do memorando]”.³⁹⁶ Apesar de ser indiretamente caracterizado como um estabelecimento francês, não há dúvidas de o controle de Caignou estava nas mãos de um mandatário africano: “fica quase inteiramente à disposição de Awa Dimba, de quem não tenho tido do que reclamar, mas em cuja fé não poderíamos confiar muito”.³⁹⁷ Segundo o documento, naquele momento, Awa Dimba administrava o Kasso: “O Kasso está sob o domínio desse príncipe, é a região onde as relações da companhia são mais fáceis, as menos sujeitas às contestações interessadas de pequenos chefes ávidos, que, menos senhores de seus súditos, não podem impedir suas rapinas, cujos frutos acabam por partilhar”.³⁹⁸ O exemplo de Caignou é pertinente porque, apesar de sua relevância, suas rotas comerciais não são mencionadas nos tratados comerciais em mãos.

³⁹⁴ “En cas de mésintelligence entre le Gouvernement Français et le pays de Toro le Roi hamet-Dou s’engage à Transporter son Escale à Souley éra, entre Bokolle et Faneye) pour éviter que les bâtimens en Traite ne soient insultés par les habitans de ce même pays de Toro.” ANS, s. 13G, 13G1, p. 138.

³⁹⁵ “nos établissemens” ANS, s. 13G, 13G22, p. 112. v. 1.

³⁹⁶ “Quoique le comptoir de Caignou ne soit qu’une dépendance de celui de Bakel et Makana, j’en parlerai d’abord comme du point le plus extrême, afin de suivre la marche que j’ai adoptée au début.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 131. v. 1.

³⁹⁷ “il est presqu’entièrement à la discrétion D’awa Dimba dont je n’ai pas eu à me plaindre, mais sur la foi duquel nous ne saurions beaucoup compter.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 131. v. 1.

³⁹⁸ “Le Kasso est sous la domination de ce prince, c’est la contrée où les relations de la Compagnie sont les plus faciles, les moins sujettes aux contestations intéressées de petits chefs avides, qui moins maitres de leurs sujets, ne peuvent en empêcher les rapines, dont ils finissent par partager le fruit.” ANS, 13G, 13G22, p. 131. v. 1.

Em meados do século XIX, o Kasso encontrava-se no cruzamento de diferentes rotas caravaneiras. Entre outras coisas, uma aliança com Awa Dimba possibilitaria que as minas de ouro de Bambouk fossem exploradas pelos franceses: “Se as guerras de exterminação que sustenta Awa Dimba contra o Bambouk vierem a cessar, esse chefe pode fazer com que se abra para nós o comércio desse reino, muito rico, dizem, em minas de ouro”.³⁹⁹ O administrador Brou esperava conseguir, então, a autorização para o estabelecimento de um “posto fortificado”⁴⁰⁰ em Medina, a capital do Kasso e, de acordo com seu relatório, o “principal mercado consumidor do enclave de Caignou”.⁴⁰¹ Para a administração são-luisense, o significado do Kasso era multifacetado: “um estabelecimento permanente no Kasso tornar-se-ia de um grande interesse para nosso comércio, ao qual serviria de mercado para a concentração das caravanas e de ponto de partida para nossos exploradores, que, lá, poderiam aprender a língua [*prendre langue*], obter conhecimentos úteis e estudar as melhores direções”.⁴⁰² Aproximar-se do Kasso, cujas rotas comerciais se espalhavam pelo interior do continente, e tornar-se proficiente em seu idioma para comunicar-se com os nativos seriam fundamentais para o crescimento do comércio francês.

Curiosamente, o próprio Kasso encontrava-se imerso em relações de dependência política mais profundas. Segundo o administrador Brou, “Modiba, o rei do Karta, mantém sob sua dependência o Kasso, o Logo, o Bambouk etc., etc.”.⁴⁰³ Na região, o poder de Awa Dimba seria limitado: “depende inteiramente dele [de Modiba, o rei do Karta] conduzir a nossos enclaves as caravanas do interior forçadas a passar por seus Estados e as quais pode, a seu desígnio, orientar em direção à Gâmbia ou a nossos estabelecimentos”.⁴⁰⁴ À altura, os franceses ainda não lograram, apesar de seus esforços,

³⁹⁹ “Si les guerres d’extermination que soutient awa dimba contre le Bambouck viennent à cesser, ce chef peut nous faire ouvrir l’économie de ce royaume, si riche, dit-on en mine d’or.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 131. v. 1.

⁴⁰⁰ “poste fortifié” ANS, s. 13G, 13G22, p. 133. v. 1.

⁴⁰¹ “principal débouché du comptoir de Caignou” ANS, s. 13G, 13G22, p. 133. v. 1.

⁴⁰² “un établissement permanent dans le Kasso deviendrait d’un grand intérêt pour notre commerce, auquel il servirait de marché pour la concentration des caravanes e de point de départ à nos explorateurs, qui là, pourraient prendre langue, faire des connaissances utiles et étudier les meilleures directions.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 131-132. v. 1.

⁴⁰³ “Modiba, roi du Karta, tient sous sa dépendance le kasso, le Logo, le Bambouck &a. &a.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 132. v. 1.

⁴⁰⁴ “il dépend entièrement de lui de diriger sur nos comptoirs les caravanes de l’intérieur forcées de passer dans ses états, et qu’il peut à son gré guider sur la gambie ou sur nos établissements.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 132. v. 1.

conciliar-se com Modiba: “Há muito tempo reconhecemos a necessidade de aproximarmo-nos de Modiba, mas isso não é fácil, pela impossibilidade que experimentamos, até aqui, de ser recebidos em seus Estados”.⁴⁰⁵ Para Brou, o impasse relacionava-se, entre outras coisas, ao fato de que os mercadores africanos encontravam melhores condições de comércio perante os ingleses: “essa dificuldade não seria ainda suficiente se a companhia [de comércio] continuasse a entregar às caravanas mercadorias inferiores àquelas que elas obtêm dos ingleses, que trabalham menos no dia a dia e sabem fazer sacrifícios pelos quais são compensados cem vezes mais [*au centuple*] quando eles chegam a matar sua concorrência”.⁴⁰⁶

De acordo com o relatório de Brou, os conhecimentos colecionados sobre o Kasso resultavam da comunicação com funcionários variadamente estacionados em Bakel e empregados pela companhia comercial vigente, como no caso do gerente [*premier gérant*] A. Valentin. O administrador fornece, também, uma relação do corpo de funcionários posicionados em Bakel. No total, contavam-se 38 funcionários, assim divididos: 1 lugar-tenente (*lieutenant*) indígena comandante; 1 escrivão; 1 tanoeiro; 1 intérprete; 4 inspetores de mercadorias (*gourmets*); 25 *laptots*; 5 piladoras (*pileuses*).⁴⁰⁷ Além disso, Brou informa que, dois anos antes, os funcionários europeus do enclave de Bakel foram substituídos, a sua ordem, por funcionários africanos. Ele esperava que tanto seus informantes em Bakel quanto Valentin o mantivessem inteirado sobre o estado de espírito de Awa Dimba, em particular, e sobre a situação do alto vale do rio Senegal, de modo geral. Como se percebe, na África Ocidental, os estabelecimentos franceses encontravam-se à mercê de redes políticas mais extensas que se espalhavam pelo interior do continente.

Contrariamente às expectativas concebidas, Valentin noticiou o administrador Brou que Awa Dimba “não quer mais ouvir falar de estabelecimento [em Medina]”.⁴⁰⁸ De acordo com seu relatório, o mandatário africano argumentou que “[os franceses]

⁴⁰⁵ “Depuis long temps nous avons reconnu la nécessité de nous attacher Modiba, mais ce n’est pas chose facile, par l’impossibilité ou nous avons été jusqu’ici, d’être reçu dans ses états” ANS, s. 13G, 13G22, p. 132. v. 1.

⁴⁰⁶ “cette difficulté levée ne suffirait pas encore si la compagnie continuait à livrer aux caravanes des marchandises inférieures à celles qu’elles se procurent chez les anglais, qui travaillent moins au jour le jour et savent faire des sacrifices dont ils s’indemnisent au centuple quand ils sont parvenus à tuer leur concurrence.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 132-133. v. 1.

⁴⁰⁷ ANS, s. 13G, 13G22, p. 136. v. 1.

⁴⁰⁸ “ne veut plus entendre parler d’un établissemnt.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 135. v. 1.

somente queremos, diz, formar [um estabelecimento] em seu país para assujeitá-lo [*l'asservir*], e ele apoia sua falta de palavra nos mais falsos e perversos [*mauvais*] pretextos possíveis”.⁴⁰⁹ Apesar disso, Brou procura confortar-se: “Mas, pela razão que não atribuí uma fé completa a suas promessas, não atribuí, tampouco, uma grande importância a uma mudança que é provavelmente o resultado de um mau conselho ou, talvez ainda, um meio de valorizar e de vender mais caro a autorização de que precisamos”.⁴¹⁰ Os trâmites diplomáticos relativos à construção do enclave em Medina são incertos, mas, seis anos mais tarde, em 1837, o administrador Guillet propôs seu restabelecimento. Para que as caravanas dos Oulades-Mbarik voltassem a frequentá-lo — em consonância com o tratado firmado em 1834 com seu chefe, Sidi-Hamet-Ould-Moctar —, seria preciso, também, *restabelecer* relações com os respectivos reis de Karta e de Kasso, por cujos territórios tais comerciantes necessariamente passariam.⁴¹¹ Portanto, deduz-se que os franceses e os mandatários do interior oeste-africano não se encontravam, então, no melhor dos termos.

Como um testemunho da sinuosidade das relações euro-africanas, quase uma década mais tarde, a situação parece ter melhorado. Em 1845, o administrador Thomas voltou a escrever sobre “nosso estabelecimento de Bakel”.⁴¹² Segundo ele, o enclave agora mantinha relações com os Bakéris, o Bondou, os Dowiche, o Karta e o Kasso: “A mais perfeita paz reina hoje entre o Senegal e esses diversos países”.⁴¹³ Seu relatório sugere que, na década de 1840, os negócios franceses no interior da África Ocidental se intensificaram. Afinal, o administrador afirma que a companhia comercial “pode dedicar-se tranquilamente a suas operações de comércio com toda a segurança”.⁴¹⁴ O principal método para a expansão do comércio manteve-se o mesmo: a companhia comercial estenderia suas relações “por meio de convenções passadas com os chefes de novas tribos e do envio, em direção ao interior, a fim de fazer com que os naturais os conheçam, nossos

⁴⁰⁹ “nous ne voulons, dit-il, former dans son pays que pour l'asservir, et il appui ce manque de parole des plus faux et des plus mauvais prétextes possibles.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 135. v. 1.

⁴¹⁰ “Mais par la raison que je n'attachai pas une foi entière à ses promesses, je n'attachai pas non plus une grande importance à un changement qui est probablement le resultat de mauvais conseil où peut être encore un moyen de se faire valoir et de vendre plus cher l'autorisation dont nous avons besoin.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 135. v. 1.

⁴¹¹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 185. v. 1.

⁴¹² “Notre établissement de Baquel” ANS, s. 13G, 13G22, p. 221. v. 2.

⁴¹³ “La paix la plus parfaite règne aujourd'hui entre le Sénégal et ces divers pays” ANS, s. 13G, 13G22, p. 221. v. 2.

⁴¹⁴ “peut-elle se livrer à ses opérations de commerce en toute sécurité” ANS, s. 13G, 13G22, p. 221. v. 2.

produtos manufaturados”.⁴¹⁵ Percebe-se, assim, que a interiorização do comércio europeu não foi inescapável. Os interesses das autoridades africanas e europeias modificaram-se constantemente, e a diplomacia — concretizada em tratados comerciais e políticos — foi-lhes um instrumento indispensável.⁴¹⁶

Ainda em 1831, os resultados comerciais de Caignou entre 1829 e 1830 são caracterizados como satisfatórios. Em particular, o administrador Brou preocupa-se com o comércio de goma-arábica. Segundo seu memorando, “Em 1829, a companhia lá comercializou 72.000 [libras?] [~32,66 toneladas métricas] de goma[;] em 1830, ela obteve 175.229 [da mesma mercadoria] [~79,48 toneladas métricas]”.⁴¹⁷ Curiosamente, Brou remete o crescimento do comércio à mão de obra localmente disponível: “Os marabutos Wamborick [?], que a trazem para nós, são dez vezes mais numerosos do que aqueles dos Trarza”.⁴¹⁸ Apesar disso, as exportações deveriam aumentar ainda mais: “e, até aqui, somente estabelecemos relações com uma parte das três tribos que os compõem, a saber: os Lakes[ilegível]s, os Jenevagebes e os Estalas Moktar; mas não devemos duvidar de que, ao continuar tratando com esses mouros, chegaremos a atraí-los todos”.⁴¹⁹ Interessantemente, é a primeira e a única vez em que os marabutos Wamborick são explicitamente mencionados em toda a documentação.

⁴¹⁵ “au moyen de conventions passées avec les chefs de nouvelles tribus et en expédiant dans l’intérieur, afin de les faire connaître aux naturels, nos produits manufacturés.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 221. v. 2.

⁴¹⁶ Convém mencionar que, apesar da descrição otimista de Thomas, as relações entre a administração são-luisense e as sociedades limítrofes de Bakel não foram desprovidas de tensões. Quatro páginas depois, o administrador informa que os Dowiche, de um modo geral, e Bakar, “chefe da escala de Galam”, em particular, estavam em dívida com o governo em razão de terem pilhado o gado pertencente à companhia comercial e ao enclave de Bakel. Segundo o documento, embora parte dos bois pilhados tivesse sido restituída, Bakar não ousava mostrar-se na localidade por medo de ser preso. À altura, considerava-se confiar o controle da escala a Hamet-Deya, “príncipe Dowiche, que já nos fizera proposições nesse sentido”. ANS, s. 13G, 13G22, p. 225-227. v. 2.

⁴¹⁷ “En 1829 la Compagnie y traita 72,000 [Ileg.] de gomme en 1830 elle en a obtenu 175,229.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 132. v. 1.

⁴¹⁸ “les maraboux Wamborick[?] qui nous l’apportent sont dix fois plus nombreux que ceux des Trarzas”. ANS, s. 13G, 13G22, p. 132. v. 1. A menção aos “marabutos dos Trarza” é reveladora. Como informado, os especialistas frequentemente afirmam que, no século XIX, a coleta da goma-arábica coube a sacerdotes muçulmanos. Apesar disso, os tratados estabelecidos com os emirados saarianos não explicitam quem, exatamente, se ocupava da atividade: se sacerdotes, trabalhadores escravizados ou tributários. O excerto citado é significativo, uma vez que sugere a existência de sacerdotes muçulmanos responsáveis pela mercantilização da goma-arábica no emirado Trarza.

⁴¹⁹ “et jusqu’ici nous n’avons eu de relations qu’avec une partie des trois tribus qui les composent, savoir : les Lakes[...], les Jenevagebes, et les Estalas moktar ; mais nous ne devons pas douter qu’en continuant à trafiquer avec ces maures, nous ne parvenions à les attirer tous.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 132. v. 1.

Por um lado, os excertos evidenciam, como argumentado no segundo capítulo, a existência de uma mão de obra abundante no interior do deserto do Saara. Uma vez que se contavam mais trabalhadores ali do que nas margens do rio Senegal — “Os Marabutos Wamborick [...] são dez vezes mais numerosos do que aqueles dos Trarza” —,⁴²⁰ percebe-se, também, que uma alta densidade populacional não engendrou necessariamente a centralização política. Por outro lado, eles chamam à atenção o fato — senão um tanto óbvio — de que existiam comunidades africanas para além daquelas correntemente mencionadas na documentação. Daí, depreende-se que a influência francesa sobre o vale do rio Senegal não foi de todo abrangente. Consequentemente, os próprios documentos oficiais mostram-se circunscritos pela extensão do contato e da interação da administração são-luisense com as sociedades da região. Ademais, reitero que algumas sociedades se mantiveram à margem do comércio de goma-arábica, mesmo que dele estivessem cientes. Portanto, contrariamente ao que supuseram os autores referidos por Sarr em relação ao debate sobre a proporção entre a força de trabalho e os recursos fundiários na África Ocidental pré-colonial, o constrangimento à produção não decorreu, ali, nem da ausência de mão de obra, nem da ausência de terra, mas do distanciamento — proposital ou não — de diferentes comunidades das rotas comerciais percorridas pelos europeus.⁴²¹



Em meados do século XIX, o comércio com o oceano Atlântico ainda não envolvia todo o vale do rio Senegal. A ideia de que os estabelecimentos europeus na região ocasionaram, quase inelutavelmente, o deslocamento das rotas comerciais do interior para a costa necessita, então, ser matizada. Por um lado, os comerciantes europeus procuraram inserir-se em redes comerciais preexistentes, mas nem sempre foram bem-sucedidos. Por outro lado, os comerciantes africanos não raramente evitaram os enclaves europeus — especialmente quando não encontraram neles algum incentivo comercial.

⁴²⁰ “les maraboux Wamborick[?] [...] sont dix fois plus nombreux que ceux des Trarzas” ANS, s. 13G, 13G22, p. 132. v. 1.

⁴²¹ Sarr, 2016, p. 141.

Ademais, os mercados locais, frequentemente controlados por potentados africanos, dificilmente se limitaram à demanda europeia. Embora, nos tratados comerciais, as feiras emirais sejam quase unicamente associadas à oferta da goma-arábica, trata-se, aqui, de uma limitação explicada pelo interesse francês. Felizmente, os relatórios administrativos fornecem uma descrição menos enviesada dos mesmos sítios.

Em particular, o relatório do administrador Brou fornece informações importantes sobre a circulação de mercadorias nas principais feiras do vale do rio Senegal. Em 1831, o Coq encontrava-se “sob a dependência” do emirado Brakna, e a mesma afiliação pode ser confirmada para os anos de 1785 e, mais tarde, de 1820. Segundo o administrador, os comerciantes do enclave de São Luís visitavam a localidade para comprar “goma, gado, manteiga e sabão fabricado pelos fulas de Tooro”,⁴²² situado do outro lado do rio. Para além de mercadorias provenientes de regiões mais próximas, “obtêm-se ainda nessa escala tâmaras, milho, peles e ouro que os mouros de Galam e aqueles de Tichite para lá levam”.⁴²³ Tichite é uma cidade localizada diante do planalto de Tagante, na região centro-sul da Mauritânia atual. Por conseguinte, os postos comerciais estabelecidos às margens do rio Senegal constituíram sítios importantes para o encontro não somente entre comerciantes africanos e europeus como entre comerciantes africanos de diferentes origens — do interior do deserto do Saara ao interior da savana da África Ocidental.

Já no emirado Trarza, a feira de Gaë é considerada “florescente”. Em toda a documentação, a única outra menção feita à localidade encontra-se no tratado estabelecido a 7 de junho de 1821 com o mesmo emirado, o que nos permite supor que, à época, já estivesse sob seu controle. O administrador Brou contabiliza cerca de 800.000 libras de goma-arábica [~372,87 toneladas métricas] lá compradas anualmente por comerciantes franceses. Nela, “encontra-se, ainda, *muito gado, muitas peles e muitos* [meus destaques] laticínios”.⁴²⁴ É importante pontuar que, de acordo com Stewart, a pecuária embasava, justamente, a economia das comunidades do Gebla, isto é, o sul do Saara Ocidental: “A economia do Gebla baseia-se na criação de gado, principalmente gado bovino nas zonas meridionais que estão seguramente removidas dos riscos sanitários

⁴²² “de la gomme, des bestiaux, du beurre et du savon fabrique par les pouls du Toro.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 139. v. 1.

⁴²³ “On se procure encore à cette Escale des dates, du mil, des peaux et de l’or que les Maures de Galam et ceux de Titchist y apportent.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 139. v. 1.

⁴²⁴ “on y trouve encore beaucoup de bestiaux, de peaux et de laitage.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 140. v. 1.

do Chememma,⁴²⁵ e camelos nas zonas setentrionais”.⁴²⁶ Considerando-se que, ainda mais a sul, as comunidades fulas também se distinguiam por suas práticas pastoris, o excerto traz à tona um vigoroso comércio local, em nada limitado pelas correntes fluviais.

O administrador Brou também esclarece que, em 1831, o emir Trarza mantinha a feira dos Darmankour sob seu domínio: “O rei dos Trarza também exerce uma espécie de soberania sobre a paragem dos Darmankour, que pertence a uma tribo de marabutos e reconhece Abdalaye, sucessor de Schems, como seu chefe imediato”.⁴²⁷ Como informa Webb Junior, os marabutos Darmankour tinham “um único chefe político-comercial que era conhecido como o shamsh”.⁴²⁸ De fato, o primeiro tratado estabelecido com os marabutos Darmankour, datado de 2 de maio de 1785, faz referência a “Chems”, cujo representante, Bibilou, negociou com o sobredito diretor da companhia comercial, Jean-Baptiste Léonard Durand.⁴²⁹ Nesse sentido, “As principais responsabilidades do shams incluíam as negociações de goma com os europeus em São Luís”.⁴³⁰ Pode ser que o controle sobre o bazar Darmankour estivesse relacionado à expansão Trarza pelo vale do rio Senegal durante a primeira metade do século XIX, insinuada no primeiro capítulo desta dissertação. Entretanto, é curioso que, no fim da década de 1830, o pagamento dos tributos relativos à feira dos Darmankour pelos comerciantes franceses fosse reivindicado pelo Waalo, localizado na margem meridional do rio Senegal.⁴³¹

Em um artigo recente, Malacco demonstra como, durante o século XVII, mesmo sociedades que não participavam na extração da goma-arábica, como o próprio reino Waalo, se beneficiaram de seu comércio.⁴³² Entre os impostos cobrados dos comerciantes que atravessavam seu território, encontrava-se uma parcela da goma-arábica coletada. Os relatos de viajantes europeus, que embasaram sua argumentação, podem ser

⁴²⁵ Segundo Stewart, “A zona mais meridional do Sahel é conhecida como Chememma; é constituída por terras agrícolas e faz fronteira com o rio Senegal no sudoeste do país [Mauritânia]”. Stewart, 1973, p. 4-5.

⁴²⁶ “The economy of the Gebla is based on livestock husbandry, primarily cattle in the southern areas that are safely removed from the health hazards of the Chememma, and camels in the northern areas.” Stewart, 1973, p. 5-7.

⁴²⁷ “Le roi des Trarzas exerce aussi une espèce de souveraineté sur l’escale des Darmankours qui appartient à une Tribu de Marabouts et reconnait Abdalaye, successeur de Schems, pour chef immédiat” ANS, s. 13G, 13G22, p. 141. v. 1.

⁴²⁸ “a single politico-commercial head who was known as the *shamsh*.” Webb Junior, 1995a, p. 111.

⁴²⁹ ANS, s. 13G, 13G1, p. 3.

⁴³⁰ “The shamsh’s prime responsibilities included the gum negotiations with the Europeans at Saint-Louis.” Webb Junior, 1995a, p. 111.

⁴³¹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 26. v. 2.

⁴³² Malacco, 2024.

complementados pelos relatórios administrativos de São Luís, que evidenciam que ainda outros Estados, como o imanado de Fuuta Tooro, também desfrutaram dos impostos demandados aos navegantes que se conduziam a Galam para a realização do comércio da resina saheliana.

De todo modo, o administrador Brou informa que se tratava, no local, “cerca de 600.000 libras de goma [~272,16 toneladas métricas], gado e, ademais, um pouco de ouro que é trazido pelos mouros de Ouadane, que obtêm eles mesmos em troca do sal que produz seu país e que se vem procurar de muito longe”.⁴³³ Ouadane é uma cidade estabelecida na margem meridional do planalto de Adrar, localizado no centro-norte da Mauritânia atual. Segundo Lydon, “[Durante os séculos XVI e XVII], Ouadane estava sob o domínio dos Idaw al-Hajj [isto é, dos marabutos Darmankour], um grupo clerical que operava uma grande rede comercial que, muito mais tarde, se estendeu a sul do rio Senegal”.⁴³⁴ Ainda no século XIX, seus laços com a cidade não tinham sido rompidos. Apesar de seu suposto resfriamento comercial, o bazar Darmankour continuou sendo frequentado por comerciantes de proveniências longínquas.

⁴³³ “environ 600,000 lb de gomme, des bestiaux et de plus un peu d’or qui est apporté par les Maures de Wadone qui se le procurent eux mêmes, en échange du sel que produit leur pays et qu’on y vient chercher de fort loin.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 141. v. 1.

⁴³⁴ “[Durante os séculos XVI e XVII] Wadan was under the sway of the Idaw al-Hajj, a clerical group operating a large commercial network that much later extended south of the Senegal River.” Lydon, 2009, p. 82.

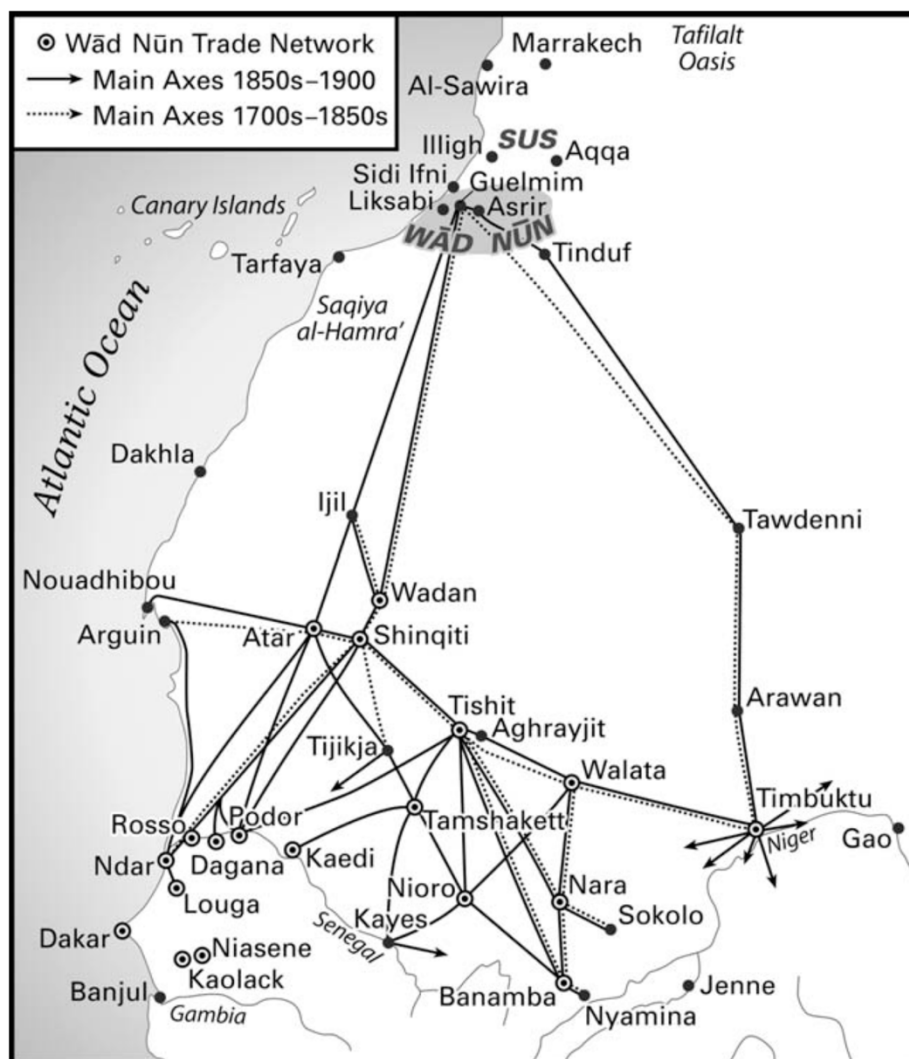


Imagem 10: Principais mercados e rotas caravaneiras da rede comercial de Wād Nūn entre os séculos XIX e XX.⁴³⁵

⁴³⁵ Lydon, 2009, p. XXVII.

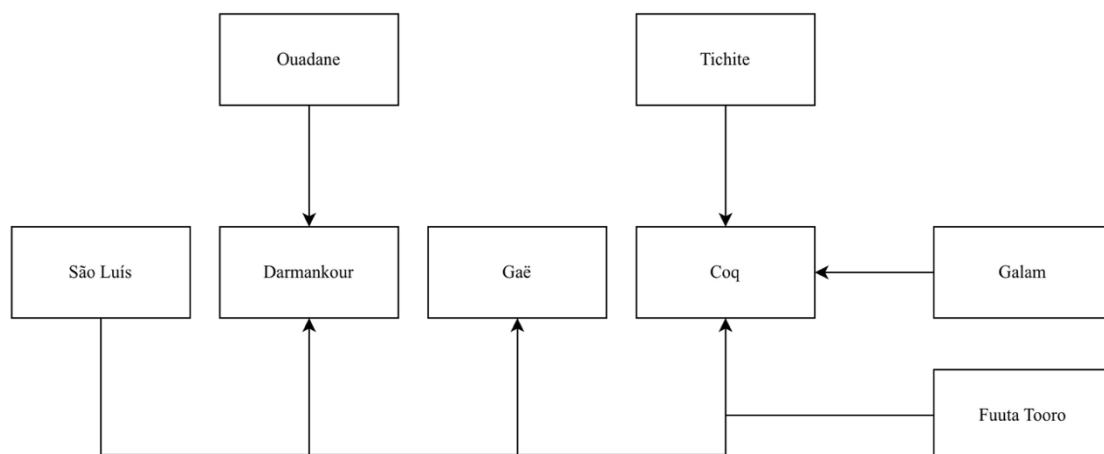


Imagem 11: Rotas caravaneiras ligadas aos mercados emirais mencionadas nos relatórios administrativos.

Contrariamente à prosperidade dos centros comerciais africanos, no início da década de 1830, o enclave de São Luís enfrentou uma crise comercial: “a crise atual que o comércio experimenta e que o pobre Senegal experimenta ainda mais, porque tem apenas um produto [a goma-arábica] e porque esse produto perdeu mais da metade de seu valor (compra-se hoje a goma por 0F.30C) [isto é, 0 francos e 30 centimos]”.⁴³⁶ Para ser mais preciso, o mesmo relatório informa que a mercadoria perdera 2/3 de seu valor.⁴³⁷ Em períodos regulares, seu valor equivaleria, então, a cerca de 0,90 francos. Webb Junior fornece o montante de 0,50 francos, em francos franceses do século XX, para cada 1 quilograma de goma-arábica em 1832.⁴³⁸ Em uma nota de rodapé, ele esclarece que suas fontes — relatórios administrativos de 1832 — afirmam ter-se tratado de uma queda recente de uma soma inicial de 2,00 francos. De acordo com Brou, a crise devia-se à “estagnação geral do comércio e à inatividade momentânea das manufaturas, que, quase todas, utilizam a goma e a preferem a todas as imitações desse produto resinoso”.⁴³⁹ Consequentemente, o documento indica que a demanda industrial europeia diminuiria excessivamente, ocasionando a redução do preço da mercadoria no vale do rio Senegal.

⁴³⁶ “la crise actuelle que le commerce éprouve et que celui du pauvre Sénégal éprouve d’autant plus qu’il n’a guère qu’un produit, et que ce produit a perdu plus de la moitié de sa valeur (on achète aujourd’hui la gomme à 0F.30C).” ANS, s. 13G, 13G22, p. 150. v. 1.

⁴³⁷ ANS, s. 13G, 13G22, p. 130. v. 1.

⁴³⁸ Webb Junior, 1985, p. 166.

⁴³⁹ “stagnation générale du commerce, et à l’inactivité momentanée des manufactures qui presque toutes employent la gomme et la préfèrent à toutes les imitations de ce produit résineux.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 130-131.

Nesse sentido, é importante lembrar que, mesmo que administradores são-luisenses ameaçassem interromper o pagamento de tributos aos mandatários africanos, conflitos comerciais e militares foram frequentes. Além disso, cabe citar uma instância relatada pelo administrador interino Guillet em setembro de 1837. Segundo o documento, “O príncipe Baho Boms [?], irmão do rei dos Trarza, efetuou, no passado mês de janeiro, várias pilhagens às embarcações pertencentes aos habitantes do Senegal”.⁴⁴⁰ Em agosto de 1837, o montante saqueado foi levantado por um inspetor e ratificado pelo ministro Trarza para que fosse prontamente reembolsado. Entretanto, no fim de setembro do mesmo ano, momento a que é remetido o relatório, os tributos do emir Trarza ainda não tinham sido recolhidos por seu ministro. O administrador implicitamente sugere que o atraso se explicaria pelo fato de que seria ali, após a coleta dos tributos, que os valores referidos seriam, totalmente ou em parte,⁴⁴¹ restituídos. Ainda assim, trata-se de uma indicação de que os tributos anualmente demandados ao enclave são-luisense eram, em alguma medida, dispensáveis ao cofre real. Com o reembolso, esperava-se que não se perpetuasse “a opinião dos mouros de que, temporizando conosco, podem obter tudo e chegar, enfim, à impunidade de suas violações e de seus roubos [*brigandages*]”.⁴⁴²

Apesar disso, o administrador Guillet pinta-nos um retrato mais otimista da economia são-luisense. Segundo ele, os comerciantes reclamavam, “incessante e vagamente”, do estado de coisas do enclave. Entretanto, Guillet argumenta que suas reclamações se deviam à concorrência dos recém-chegados e ao crescimento do número de patenteados, “o que é um sinal certo da prosperidade local”.⁴⁴³ Afinal de contas, “se as exportações permanecem praticamente estacionárias, as importações aumentam a cada ano, e as receitas alfandegárias anuais [*recettes du fin*] estão melhorando”.⁴⁴⁴

Ainda que o comércio de goma-arábica não se tivesse recuperado completamente, como evidenciado pela estagnação das exportações, o administrador redirecionava sua atenção ao “progresso civilizacional” interno. No documento, o aparente melhoramento

⁴⁴⁰ “Le Prince Baho Boms[?], frère du Roi des Trarzas, exerça dans le mois de [janvier] dernier, divers pillages sur des embarcations appartenant à des habitants du Sénégal.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 236. v. 1.

⁴⁴¹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 236. v. 1.

⁴⁴² “cette opinion où sont les Maures qu’en temporisant avec nous ils peuvent tout obtenir et arriver, enfin, à l’impunité de leurs violations et de leurs brigandages.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 236. v. 1.

⁴⁴³ “e qui est un signe certain de prospérité locale.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 170-171. v. 1.

⁴⁴⁴ “si les exportations demeurent à peu près stationnaires, les importations augmentent chaque année et les recettes du fin s’améliorent.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 170-171. v. 1.

das condições internas são explicadas por dois fatores: “quanto ao exterior, [isso deve-se] a uma série de especulações [isto é, de atividades comerciais especulativas] realizadas ao longo da costa, mesmo que uma parte dos objetos de troca tenha sido obtida na Gâmbia; e, quanto ao interior, ao fato de, desde a multiplicação das cabanas de alvenaria, os indígenas consumirem muito mais objetos da Europa do que antes; tanto é verdade que as construções influenciam de uma maneira muito sensível a civilização”.⁴⁴⁵ Aqui, a “civilização” está relacionada ao consumo de produtos europeus manufaturados. De seu usufruto, resultariam mais comércio e mais indústria local — “o que constitui evidentemente o progresso”!⁴⁴⁶ Cabe questionar, ainda que brevemente, se tal desequilíbrio comercial se sustentaria a longo prazo.

Não foi preciso esperar muito. Os relatórios administrativos indicam que o comércio de goma-arábica voltou a crescer no final da década de 1830. Em seu memorando, o administrador Guillet afirma que “Como a colheita de goma foi bastante bela, espera-se que o comércio sentirá seus efeitos”.⁴⁴⁷ Em um outro relatório — datado do mesmo ano, mas endereçado a seu sucessor, o administrador Soret —, Guillet informa que cerca de 6.000.000 de libras [~2.722 toneladas métricas] de goma-arábica adentrariam o Senegal em 1837, constituindo “uma abundância muito pouco comum”.⁴⁴⁸ A seu ver, tais resultados explicar-se-iam pelo sucesso do “compromisso” assumido naquele ano — “uma prova da excelência de um tal sistema”.⁴⁴⁹ Segundo Webb Junior,

A partir de 1830, uma resposta à ameaça da concorrência excessiva foi fazer com que o governo colonial declarasse um preço mínimo vinculativo para a [peça de] Guiné (medido em libras métricas de goma) nos mercados. Esse controle de preços foi chamado de compromisso (*compromis*) porque implicitamente exortava os comerciantes fluviais a verem suas fortunas coletivamente e a evitar tanto os riscos de uma

⁴⁴⁵ “pour l’extérieur, à un certain nombre de [spéculations] dirigées au bas de la côte, bien qu’une partie des objets de troque ait été puisée en Gambie ; et pour l’intérieur, à ce que depuis la multiplication des cases en maçonnerie, les indigènes consomment beaucoup plus d’objets d’Europe qu’ils ne fesaient autre fois ; tant il est vrai que les constructions influent d’une manière très-sensible sur la civilisation.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 170-171. v. 1.

⁴⁴⁶ “ce qui constitue évidemment le progrès.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 170-171. v. 1.

⁴⁴⁷ La récolte des gommes ayant été assez belle, on espère que la traite s’en ressentira” ANS, s. 13G, 13G22, p. 171. v. 1.

⁴⁴⁸ “une abondance si peu commune.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 223. v. 1.

⁴⁴⁹ “compromis”; “une preuve démonstrat[tive] de l’excellence d’un tel système.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 223. v. 1.

concorrência potencialmente ruínoza quanto a possibilidade de grandes ganhos pessoais em favor de um lucro modesto e regulamentado.⁴⁵⁰

Interessantemente, Guillet informa que, depois do fechamento das feiras, em 1837, uma quantidade considerável de goma-arábica permaneceu nas mãos dos comerciantes saarianos. Diante disso, ele pretendia adiantar a abertura da temporada comercial de 1838, para impedir que a mercadoria fosse levada a Porto d'Arco.⁴⁵¹ Mais uma vez, os documentos evidenciam o poder comercial — isto é, a capacidade de barganhar em seus próprios termos — dos negociantes africanos. Em seu memorando de 1839, o administrador Soret relatou a seu sucessor, Pons-Guillaume-Bazile Charmasson de Puylaval (1839–1841), o crescimento contínuo do comércio de goma-arábica: “Em 1837, a quantidade de goma comercializada nas escalas ultrapassou os 8 milhões de libras [~3.629 toneladas métricas]; em 1838, ela atingiu novamente os 7 milhões de libras [~3.175 toneladas métricas], enquanto, nos anos anteriores, o máximo nunca ultrapassara os 4 milhões [~1.814 toneladas métricas]”.⁴⁵² O otimismo manifestado pelos administradores do final da década de 1830 e do início da década de 1840 parece ir de encontro à crise comercial que, segundo Webb Junior, assolava o enclave de São Luís naquele mesmo momento. Nas palavras do autor,

O problema do abastecimento irregular de peças de Guiné permaneceu em grande parte em segundo plano até o final da década de 1830, quando o entusiasmo generalizado pelo futuro do comércio de goma incentivou os comerciantes a fazer encomendas maiores do que nunca. A influência da chuva e do vento do deserto no abastecimento geral de goma era mal compreendida, mesmo pelos coletores do deserto, e o abastecimento de goma, devido a uma sucessão de anos produtivos, parecia estar aumentando apenas em resposta à procura europeia. O consumo de peças de Guiné tinha aumentado ao longo da década de 1820, e, em 1830, a colônia consumia cerca de cinquenta mil peças de

⁴⁵⁰ “Beginning about 1830, one response to the threat of excessive competition was to get the colonial government to declare a binding, minimum price floor for *guinée* (measured in metricized livres of gum) at the markets. This price control was called a compromise (*compromis*) because it implicitly called on the river traders to view their fortunes collectively and to eschew both the risks of potentially ruinous competition and the possibility of great personal gain in favour of a modest, regulated profit.” Webb Junior, 1985, p. 159.

⁴⁵¹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 223. v. 1.

⁴⁵² “En 1837 la quantité de gomme traitée aux escales a dépassé le chiffre de 8 millions de livres ; en 1838 elle s’est encore élevée à 7 millions de livres pendant que les années précédentes le maximum n’avait jamais dépassé 4 millions.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 60-62. v. 2.

Guiné por ano. Mas, entre 1837 e 1840, as quantidades aumentaram consideravelmente, e a chegada de 138.000, 240.000, 138.000 e 109.000 peças de Guiné em anos consecutivos de colheitas fracas ou moderadas lançou a colônia em uma crise comercial.⁴⁵³

Os relatórios administrativos corroboram parcialmente o argumento de Webb Junior. Como vimos, o relatório do administrador Guillet referencia o entusiasmo pelo comércio de goma-arábica, concretizado em reclamações de comerciantes consagrados relativamente à concorrência proporcionada por recém-chegados e ao crescimento do número de patenteados. Webb Junior afirma que a crise comercial se estendeu até o início da década de 1840. Finalmente, o governo de Paris decidiu intervir mediante a proclamação do decreto real de 15 de novembro de 1842: “Esse decreto restabeleceu o comércio fluvial como domínio exclusivo dos comerciantes independentes e restringiu os mercadores europeus, negociantes [*négociants*] e europeus comissionados que trabalhavam nas casas comerciais ao setor de importação e exportação e vendas em São Luís.⁴⁵⁴ Além disso, o decreto “Restringiu a adesão à lista de comerciantes fluviais aprovados àqueles que se dedicavam ao grande trato [*grande traite*] desde pelo menos 1836 (antes da crise comercial) e que tinham pelo menos vinte e um anos de idade e estavam inscritos nas listas oficiais da colônia”.⁴⁵⁵ Finalmente, “A ordenança real também continha disposições para o controle do comércio pelo governo colonial, dando ao governador o direito de decretar uma tonelagem mínima para os barcos que faziam o comércio de goma, de fixar a taxa de câmbio da [peça de] Guiné em relação à goma nos mercados e de proibir a concessão de mais crédito aos comerciantes e caravaneiros de

⁴⁵³ “The problem of the erratic supply of *guinée* stayed largely in the background until the late 1830s when widespread enthusiasm for the future of the gum trade encouraged the merchants to place larger orders than ever before. The influence of rainfall and desert wind on the overall supply of gum was poorly understood even by the desert harvester, and the supply of gum, owing to a succession of productive years, appeared to be rising solely in response to European demand. *Guinée* consumption had been increasing throughout the 1820s, and by 1830 the colony was using an estimated fifty thousand *pièces de guinée* per year. But in 1837–1840 the quantities increased considerably, and the arrival of 138,000, 240,000, 138,000, and 109,000 *pièces de guinée* in consecutive years of poor or moderate harvests threw the colony into a commercial crisis.” Webb Junior, 1985, p. 164.

⁴⁵⁴ “This edict re-established the river trade as the exclusive domain of the independent traders and restricted the European merchants, *négociants*, and commissioned Europeans working the commercial houses to the import-export sector and sales in Saint Louis.” Webb Junior, 1985, p. 165.

⁴⁵⁵ “It restricted membership on the list of approved river traders to those who had engaged in the *grande traite* since at least 1836 (before the commercial crisis), and who were at least twenty-one years of age and inscribed on the official lists of the colony.” Webb Junior, 1985, p. 165-167.

goma”.⁴⁵⁶ Não obstante, Webb Junior enfatiza que, acima de tudo, o decreto real objetivava amortizar as dívidas dos comerciantes são-luisenses: “Cinco por cento de toda a goma que descia o rio até São Luís deveria ser armazenada pelo governo até o final da temporada da goma, quando seria distribuída igualmente a cada comerciante”.⁴⁵⁷

Em seu relatório, de 1845, o administrador interino Thomas apraz-se diante dos resultados do decreto real: “A ordenança de 15 de novembro de 1842 continua a ser executada sem qualquer dificuldade, e tanto compradores quanto vendedores têm hoje a certeza de que não serão enganados nas transações que realizam”.⁴⁵⁸ Adiante, ele informa que “Nos termos do parágrafo quinto do artigo terceiro da ordenança real de 15 de novembro de 1842, relativa ao comércio de goma, a revisão da lista geral dos comerciantes deve ser feita a cada três anos pelo governador, em conselho, após consultar a comissão sindical.”⁴⁵⁹ Segundo Thomas, a atenção ao cumprimento do decreto seria fundamental. A administração e a comissão sindical deveriam ser severas relativamente às novas admissões — afinal, estimava-se que a nova lista mais do que dobraria ao fim de seis anos, ou seja, no momento da segunda revisão, que aconteceria em 1848. Para o administrador, isso dever-se-ia ao fato de que muitos justificariam ter feito, durante três anos, enquanto tratantes-assistentes, o comércio nas escalas, reunindo as condições de atitude, de idade e de moralidade demandadas pelo decreto — “e o número é, creio eu, bastante grande”.⁴⁶⁰

O otimismo de Thomas parece ter sido bem fundamentado. Webb Junior afirma que “Entre 1844 e 1846, quase metade dos tratantes [*traitants*] devedores tinham liquidado suas dívidas, e, em 1846, metade da dívida dos tratantes tinha sido

⁴⁵⁶ “The Royal Ordinance also contained provisions for control of the trade by the colonial government, giving the governor the right to decree a minimum tonnage for the boats making the gum trade, to set the rate of exchange of *guinée* versus gum at the markets, and to prohibit the extension of further credit to the gum traders and caravaners.” Webb Junior, 1985, p. 167.

⁴⁵⁷ “Five per cent of all gum coming down the river to Saint Louis was to be warehoused by the government until the end of the gum season, at which time it was to be apportioned equally to each trader.” Webb Junior, 1985, p. 167.

⁴⁵⁸ “L’ordonnance du 15 Novembre 1842 continue à s’exécuter sans aucune difficulté, et acheteurs comme vendeurs sont aujourd’hui certains de n’être pas trompés dans les échanges qu’ils font.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 197-199. v. 2.

⁴⁵⁹ “Aux termes du paragraphe 5 de l’article 3 de l’ordonnance royale du 15 Novembre 1842 concernant la traite des gommés, la révision de la liste générale des traitants doit avoir lieu tous les trois ans par le Gouverneur, en conseil, après avoir pris l’avis de la commission syndicale.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 262-263.

⁴⁶⁰ “et le nombre en est je crois assez grand.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 263-264. v. 2.

reembolsada”.⁴⁶¹ O mesmo administrador informa que, em 1845, a quantidade de goma-arábica comercializada nas feiras chegou a 2.957.209 quilogramas. Ademais, ele registra que a taxa média das trocas foi de 12,5 quilogramas e que a quantidade de peças utilizadas foi de 164.283, o que corresponde bem à tendência do aumento de importações de peças de Guiné relacionada por Webb Junior. Thomas chega a caracterizar tais resultados como “magníficos”: “Nunca houve um ano mais favorável para os habitantes recuperarem-se, e não tenho receio de avançar que, se 1846 oferecer as mesmas vantagens que 1845, a dívida do Senegal será extinta. Vários devedores já pagaram seus credores com os lucros que lhes proporcionou a viagem de Galam, e outros fizeram pagamentos significativos”.⁴⁶² Embora o episódio pareça demonstrar o sucesso da política intervencionista francesa, Webb Junior adverte que ele “se deveu mais aos preços sem precedentes da goma nos mercados de São Luís” do que a qualquer outro fator.⁴⁶³ Os documentos em mãos não me permitem ultrapassar o ano de 1845, mas o historiador afirma que, entre 1847 e 1848, a dívida dos tratantes voltou a crescer: “em 1849, ficou claro que o esquema de pagamento não funcionaria”.⁴⁶⁴

Webb Junior caracteriza o decreto real de 15 de novembro de 1842 como um ponto em uma linha de políticas intervencionistas que culminariam, em 1853, em uma ordem administrativa que transformaria completamente as normas do comércio senegalês: “Ela aboliu a fixação de preços e o privilégio exclusivo das casas comerciais de comprar goma de seus devedores; permitiu que os comerciantes comprassem e vendessem livremente entre si; e abriu a participação no comércio de goma a todos”.⁴⁶⁵ A partir de então, o estabelecimento praticamente imediato de casas comerciais ao longo

⁴⁶¹ “Between 1844 and 1846 nearly one half of the *traitant* debtors had cleared their debts, and by 1846 fully one half of the *traitant* debt had been repaid.” Webb Junior, 1985, p. 167.

⁴⁶² “amais année plus favorable ne s’était présentée aux habitants pour se relever, et je ne crains pas d’avancer que si 1846 offre les mêmes avantages que 1845, la dette du Sénégal sera éteinte. Déjà plusieurs débiteurs se sont acquittés envers leurs créanciers au moyen des bénéfices que leur a procurés le voyage de Galam, et d’autres ont donné de forts à-comptes.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 201. v. 2.

⁴⁶³ “owed more to the unprecedentedly high prices for gum on the Saint Louis markets” Webb Junior, 1985, p. 167.

⁴⁶⁴ “by 1849 it was clear that the payment scheme would not work.” Webb Junior, 1985, p. 167.

⁴⁶⁵ “It abolished price-fixing and the exclusive privilege of the commercial houses to buy gum from their debtors; it allowed traders to buy and sell freely among themselves; and it opened participation in the gum trade to all.” Webb Junior, 1985, p. 168.

do rio Senegal marcaria o fim da hegemonia dos comerciantes fluviais e o início da conquista francesa do vale do rio Senegal.⁴⁶⁶

No que diz respeito à década de 1840, parece-me pertinente, entretanto, ater-me a outros pontos. Em primeiro lugar, os relatórios administrativos oferecem-nos um entendimento menos linear da crise que acometeu o comércio de goma-arábica entre 1830 e 1840 — a estagnação das importações, remetida a cerca de 1831, estende-se até 1836; em 1837 e 1838, o comércio volta a crescer, e, em 1845, seus números são similarmemente elogiados. De acordo com os documentos, a crise foi inicialmente incentivada pela diminuição da demanda industrial europeia pela resina e, em contrapartida, pelo número cada vez maior de comerciantes localmente interessados em seu trato. Assim, os documentos permitem-me complexificar o argumento de Webb Junior, acrescentando-lhe novos elementos.

Ademais, vale ressaltar que o aumento das importações de peças de Guiné foi tudo menos fortuito. Em vez disso, ele foi uma resposta à demanda africana pelos tecidos indianos. Como argumenta Kazuo Kobayashi, o comportamento dos consumidores africanos foi importante não somente para o desenvolvimento do comércio de goma-arábica, mas para o condicionamento de redes comerciais que se estendiam da Ásia Meridional até a Europa Ocidental e, enfim, até a África Ocidental.⁴⁶⁷ Referindo-se ao final da década de 1830, mesmo Webb Junior confirma que

Os comerciantes do deserto estavam na posse de quantidades sem precedentes de peças de Guiné, devido tanto ao tamanho da colheita quanto à intensa concorrência. Eles estavam armazenando peças de Guiné em suas tendas e até as vendendo de volta aos comerciantes em São Luís com algum lucro. Tantas peças de Guiné chegaram aos mercados africanos que provocaram uma onda de inflação no interior.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ Webb Junior, 1985, p. 168.

⁴⁶⁷ Kobayashi, 2017.

⁴⁶⁸ “The desert traders were in possession of unprecedented quantities of *guinée*, owing both to the size of the harvest and to the intense competition. They were stockpiling *guinée* under their tents and even selling it back to the merchants at Saint Louis at a profit. So much *guinée* hit the African markets that it set off a round of inflation in the interior.” Webb Junior, 1985, p. 165.

Na verdade, de acordo com o relatório do administrador Thomas, a depreciação das peças de Guiné representou não um passo em direção ao domínio colonial, mas um obstáculo à adoção das medidas propostas pela administração de São Luís por parte das sociedades saarianas: “Infelizmente, o baixo preço ao qual caíram as guinés é, quanto ao presente, um obstáculo à adoção desse princípio [isto é, a unidade dos tributos]”.⁴⁶⁹ Em particular, Thomas afirma que o momento de estabelecer a unidade dos tributos nas feiras fluviais — isto é, “pagar aos mouros o tributo segundo [*au prorata*] as gomas tratadas, e não segundo a tonelagem dos navios” — estaria próximo.⁴⁷⁰ A unidade dos tributos já vigoraria entre os tratantes e teria sido aceita, pelo período de um ano, pelo chefe da feira dos Darmankour e por Laloum, chefe dos marabutos Dablachems, do emirado Brakna. Segundo o administrador, sua adoção estabeleceria um bom precedente para que outros mandatários coletores de tributos a acatassem também.⁴⁷¹ Um elemento notório é que a unidade de tributos não foi imposta militarmente, mas negociada. Finalmente, é possível concluir que o enclave de São Luís se encontrava à mercê das flutuações do comércio de goma-arábica, como reconheceram seus administradores. Por tudo isso, a relação assimétrica de poder econômico e político relativamente às sociedades africanas ainda se expressava claramente na metade da década de 1840. Como elucida Thomas, as dívidas contraídas pelos comerciantes são-luisenses naquele momento só puderam ser quitadas em decorrência dos lucros provenientes de um outro comércio — aquele realizado anualmente em Galam, entre agosto e dezembro, no alto vale do rio Senegal.⁴⁷² A vulnerabilidade, então, era europeia, e não africana.

Os tratados de 31 de março de 1785, 3 de maio de 1804 e 4 de junho de 1806, estabelecidos entre a administração são-luisense e o imanado de Fuuta Tooro, inserem Galam na órbita do imanado de Fuuta Tooro — minimamente, comerciantes provenientes do enclave de São Luís deveriam pagar-lhe tributos para subir o rio Senegal e realizar o comércio.

⁴⁶⁹ “Malheureusement, le bas prix auquel les guinées sont tombées est, quant-à-présent, un obstacle à l’adoption de ce principe” ANS, s. 13G, 13G22, p. 199-201. v. 2.

⁴⁷⁰ “payer aux maures la coutume au prorata des gommés traités et non d’après le tonnage des bâtimens.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 197-199. v. 2.

⁴⁷¹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 197-199. v. 2.

⁴⁷² ANS, s. 13G, 13G22, p. 201. v. 2.

Segundo as *Chroniques du Fouta sénégalais* — um compilado de relatos históricos sobre o Fuuta Tooro publicado em 1913 pelos administradores Henri Gaden e Maurice Delafosse —, o imanado de Fuuta Tooro foi fundado pelo imã Abd al-Qadir em 1190 A. H./1775–1776 d. C., no contexto das Revoluções Muçulmanas.⁴⁷³ No documento, a instituição do imanado é concebida como uma necessidade por autoridades religiosas que se deparam com a depredação de suas comunidades por sociedades vizinhas. Nesse sentido, o relato das crônicas coaduna-se com as interpretações historiográficas mais recentes a respeito das Revoluções Muçulmanas, que relacionam seu desenvolvimento às instabilidades causadas pelo comércio de seres humanos.⁴⁷⁴ Por isso, nelas, o imanado de Fuuta Tooro é caracterizado como uma organização política islâmica ortodoxa, exercendo influência sobre todo o alto vale do rio Senegal. O fato de os comerciantes são-luisenses necessitarem da autorização do imã de Fuuta Tooro para mercadejar na região não é, portanto, nada surpreendente.

Como uma última evidência da autossuficiência econômica das sociedades muçulmanas do vale do rio Senegal perante os estabelecimentos franceses em meados do século XIX, o administrador Thomas caracteriza a viagem de Galam como indispensável para o enclave de São Luís, “porque é nessa viagem que eles comercializam os objetos de primeira necessidade, tais como o milheto, o milho, o tabaco, a manteiga, o sabão do país etc.”.⁴⁷⁵ A eles, Thomas acrescenta “a goma, os couros, o ouro e o marfim”.⁴⁷⁶ Ademais, seu relatório proporciona dados pertinentes sobre o comércio realizado em Galam:

Tabela 4: Produtos importados de Galam em 1845. ⁴⁷⁷		
Item	Volume (em quilogramas)	Valor (em francos)

⁴⁷³ As Revoluções Muçulmanas podem ser caracterizadas como uma série de movimentos populares distintos, mas em alguma medida inter-relacionados, que, promovidos por sacerdotes muçulmanos sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, pontuaram a África Ocidental e se espalharam pela faixa meridional do deserto do Saara, o Sahel, atingindo finalmente o mar Vermelho (Lovejoy, 2016).

⁴⁷⁴ Veja, por exemplo, Ware, 2014; Mota, 2020.

⁴⁷⁵ “car c’est dans ce voyage qu’ils traitent les objets de première nécessité tels que mil, maïs, tabac, beurre, savon du pays &a” ANS, s. 13G, 13G22, p. 229. v. 2.

⁴⁷⁶ “la gomme, les cuirs, l’or et le morfil.” ANS, s. 13G, 13G22, p. 229. v. 2.

⁴⁷⁷ ANS, s. 13G, 13G22, p. 229-231. v. 2.

Goma-arábica	86.534,75	216.306,23
Ouro	16,437	49.589,75
Milheto, milho, tabaco, manteiga, sabão, marfim etc.	-	135.305,66
Total	-	401.201,64

Tabela 5: Mercadorias utilizadas em Galam em 1845 para a aquisição das importações. ⁴⁷⁸		
Item	Unidades	Valor (em francos)
Peças de Guiné azuis	11.041	154.294
Espingardas, pólvora, sal, âmbar etc.	-	135.158,97
Total	-	289.442,97

Certos elementos prendem imediatamente nossa atenção. Na Tabela 4, podemos perceber que o valor das importações de goma-arábica representa mais da metade do valor total das importações de Galam para o enclave de São Luís. É pertinente que os relatórios administrativos trazem à tona o tamanho do comércio de goma-arábica realizado em Galam, uma vez que, nos tratados euro-africanos consultados, sua existência não é sequer de todo clara. Ainda assim, interessante, os produtos de primeira necessidade conformam, juntos, o segundo valor mais alto das importações, expressando pouco mais da metade do valor gerado pela resina saheliana. A intensidade da importação de produtos de primeira necessidade explica-se pela dependência do enclave são-luisense relativamente ao sertão oeste-africano: “Mesmo admitindo que o comércio de Galam só desse o suficiente [*le pair*] às pessoas que o praticam, o que me parece difícil, os comerciantes não devem menos manter a possibilidade de fazê-lo, a fim de proporcionar à classe necessitada recursos que os arredores de São [Luís] não lhes oferecem”.⁴⁷⁹ Em

⁴⁷⁸ ANS, s. 13G, 13G22, p. 229-231. v. 2.

⁴⁷⁹ “En admettant que le commerce de Galam ne donnât que le pair aux personnes qui l’entreprennent, ce qui me semble difficile, les traitans n’en doivent pas moins conserver la faculté de le faire afin de procurer

contrapartida, na Tabela 5, podemos perceber que se gastou quase a mesma quantidade em peças de Guiné e em mercadorias diversas, como âmbar, espingardas, pólvora e sal, para a realização do comércio, com uma leve preferência para as peças de Guiné. Os números proporcionados pelo relatório do administrador Thomas permitem concluir que, embora o comércio de goma-arábica em Galam tenha sido significativo para o estabelecimento francês, a movimentação de outros produtos nas feiras do alto vale do rio Senegal também foi importante. É necessário sublinhar, sobretudo, que esses números refletem as importações de interesse de São Luís, representando somente uma fração do universo comercial, muito mais amplo, existente na localidade.

Portanto, os documentos apresentam-nos a um comércio interno vigoroso. Os relatórios administrativos, assim como os tratados comerciais, encontram-se frequentemente limitados por mais do que preconceitos raciais; eles condicionam, até mesmo, a realidade observável para o historiador. Felizmente, apesar de suas limitações, eles possibilitam-nos complexificar nossos conhecimentos acerca das sociedades africanas. Por meio deles, é possível distanciarmo-nos de uma historiografia tradicional que veria, nos decretos proclamados desde Paris e nos enclaves estabelecidos nas margens dos rios da região, uma evidência de um imperialismo francês precoce. Assim, o comércio de goma-arábica, mais do que determinante para as economias sahelianas, representou mais um nó em uma rede de mercadorias que viajavam em caravanas orientadas à África do Norte, à costa atlântica, ao rio Gâmbia, ao sertão oeste-africano e além. Assim, também, compreendemos melhor o porquê de o empreendimento colonial, discutido no Capítulo II, ter encontrado tantos obstáculos para concretizar-se. Meus argumentos caminham em direção à ideia de que, por mais que tentassem, pelo menos até meados do século XIX, o estado de coisas não se diferenciou muito, por exemplo, das últimas décadas do século XVIII: isto é, as redes comerciais, informacionais e políticas permaneciam concentradas nas mãos de mandatários africanos.

✱

à la classe nécessiteuse des ressources que ne leur offrent pas les environs de Saint-[Louis.]” ANS, s. 13G, 13G22, p. 229. v. 2.

Neste capítulo, o comércio de goma-arábica — que retornou ao centro das atenções do enclave de São Luís a partir da década de 1830 — foi utilizado como um fio condutor para a narrativa. Assim, todas as instâncias discutidas dizem respeito, mais ou menos diretamente, ao comércio de goma-arábica. Procurei, não obstante, extrapolar suas práticas e suas redes comerciais, assim como sua relevância para as sociedades da região, para que compreendêssemos, mais geralmente, as relações econômicas e políticas que o embasaram. O comércio de goma-arábica, aqui, tornou-se uma mercadoria de entre muitas outras que, frequentemente, escaparam ao interesse comercial francês. A análise também me permitiu concluir que o concurso das autoridades e dos comerciantes africanos foi fundamental para o sucesso de cada uma de suas etapas.

Além disso, a ideia de desenvolvimento endógeno permite-nos encarar as decisões variadamente tomadas pelos mandatários africanos por meio de outros olhos. Walter Rodney descreveu o século XIX como um período em que as sociedades africanas perderam o controle de seus meios de produção, adentrando uma infeliz trajetória de subdesenvolvimento. Entretanto, a evidência do vale do rio Senegal sugere-nos uma realidade mais complexa. Até pelo menos meados de Oitocentos, autoridades e comerciantes africanos mantiveram um controle substancial sobre o comércio e o trabalho, enformando a economia da região a partir de suas próprias racionalidades. Mais do que uma ruptura, a expansão do comércio de goma-arábica refletiu a persistência do poder africano — a própria condição que, nas palavras de Rodney, caracteriza o desenvolvimento.

Portanto, observamos, entre as décadas de 1780 e de 1840, menos uma “penetração” europeia do que uma negociação cuja assimetria só se manifestaria decisivamente a partir da militarização da presença francesa na segunda metade do século XIX. Trata-se não de uma preparação inevitável para a conquista — não houve algo como um “prelúdio” para a colonização, como sugeriram Barry e Webb Junior —, mas da continuidade de lógicas africanas de organização econômica. Nesse período, o vale do rio Senegal não foi arrastado para uma economia monocultural orientada para a exportação, mas integrou a goma-arábica em uma economia regional diversificada. A extração da resina coexistiu, por exemplo, com o comércio de longa distância, com o cultivo de

cereais e com o manejo do pastoreio. A história do comércio de goma-arábica, nesse sentido, permite compreender que a conquista europeia não triunfou por inércia histórica, mas pelo rompimento necessário, por meio da violência, de uma ordem comercial e política que continuava eficaz.

Conclusões

Variadamente, o Oitocentos foi interpretado como um prelúdio necessário à colonização europeia da África. Para Walter Rodney, foi o momento em que as sociedades africanas perderam poder; para Boubacar Barry, as lavouras francesas formadas no baixo vale do rio Senegal anunciaram a conquista de Waalo; para James Webb Junior, as disputas em torno do comércio de goma-arábica conduziram inexoravelmente à dominação francesa. Este trabalho procurou demonstrar precisamente o contrário. O “prelúdio” não existiu para os contemporâneos, fossem africanos, fossem europeus, e a ideia de uma marcha inevitável rumo à colonização é fruto de uma leitura posterior, construída a partir do desfecho colonial e projetada sobre o passado.

Ainda que utilizemos uma documentação de origem europeia, torna-se evidente que, até meados do século XIX, o controle dos recursos humanos e naturais, bem como o das redes comerciais, informacionais e políticas do vale do rio Senegal, permanecia nas mãos de autoridades africanas. A intervenção francesa na região foi incerta, fragmentária e constantemente disputada, tanto no interior da própria administração quanto nas relações com os poderes locais. Nada nas décadas iniciais de Oitocentos sugere uma trajetória linear em direção à soberania europeia.

A própria ideia de “desenvolver” a região possuía sentidos distintos para africanos e para europeus. Para a administração do enclave de São Luís, inspirada pelo conceito de *mise en valeur*, desenvolver significou principalmente desenvolver a agricultura e o comércio para a exportação atlântica. Se, em seu discurso, as sociedades africanas seriam igualmente beneficiadas por esse empreendimento, na prática, isso significaria a concessão de terras e de trabalhadores nativos para o cultivo de campos franceses, conforme as diretrizes de São Luís e de sua metrópole, na Europa. Tratava-se, assim, em consonância com o conceito de desenvolvimento de Benedetta Rossi, menos de uma

proposta econômica e mais de uma forma de governança, que dependia da reorganização política e social das populações locais.

Entretanto, do ponto de vista africano, desenvolvimento assumia outro significado. Adaptando a definição de Rodney, entendê-lo como a ampliação ou a manutenção do poder permite perceber que, ao contrário do defendido pelo autor, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela continuidade de dinâmicas endógenas. Emirados e linhagens marabúlicas conservaram sua autoridade sobre a circulação de conhecimento, de mercadorias e de pessoas. O comércio com o interior manteve-se vivo, e o Atlântico, longe de impor suas lógicas, necessitou acomodar-se às racionalidades regionais.

Nesse contexto, o comércio de goma-arábica ocupou uma posição multifacetada. No século XIX, ele configurou a principal atividade econômica do enclave de São Luís. Muitos de seus administradores, como Pierre-Édouard Brou, reconheceram a necessidade de seus frutos para a sobrevivência do estabelecimento costeiro. Sua produção, entretanto, respondia a relações sociais e a ritmos ecológicos que escapavam ao controle francês. Por outro lado, para os chefes de caravanas e para os emires saarianos em particular, o comércio de goma-arábica representou mais uma via de acumulação de riqueza e de fortalecimento político, sendo somente mais uma das atividades econômicas desempenhadas pelas sociedades locais, para as quais, segundo os próprios relatórios administrativos, a distância não constituía nenhum empecilho.

Não é dizer, entretanto, que a administração são-luisense se encontrasse, ela mesma, completamente desprovida de poder. Na conclusão de seu relatório, o administrador Brou lista, brevemente, algumas condições consideradas indispensáveis para que o comércio francês prosperasse na região: “é necessário que os produtos cheguem do interior, que a vida dos tratantes e os objetos de troca que carregam consigo lá sejam respeitados, enfim que as transações sejam seguras”.⁴⁸⁰ Entretanto, pretendendo que os interesses comerciais da administração colonial ali sobressaíssem, Brou acrescenta: “e o passado ensinou que nada disso terá lugar se não chegarmos a impô-lo a esses povos, e sobretudo se não lhes mostrarmos a firme resolução de obter aquilo que

⁴⁸⁰ ANS, s. 13G, 13G22, p. 155.

temos direito de exigir deles, sem jamais o comprar.”⁴⁸¹ Uma certa arrogância, associada às dificuldades encontradas para fazer valerem seus interesses perante as sociedades da África Ocidental, estimulou a administração de São Luís a recorrer a uma outra linguagem — a das armas. Parabenizando-se por ter conseguido manter o estado de paz recentemente alcançado na região, Brou escreve:

Tive a felicidade de manter este favorável estado de coisas e acredito ter também contribuído um pouco para consolidá-lo, reabilitando aqui a honra de nossas armas: se acreditar na opinião dos oficiais que comandaram os postos e naquela de nossos agentes no rio, essa impressão está longe de ser apagada e ainda poderá por muito tempo dar peso a nossa linguagem, sem que seja necessário recorrer a uma extremidade sempre desagradável [...].⁴⁸²

Nesse sentido, Brou recomenda que se recorra à linguagem de violência para requerer às autoridades do imanado de Fuuta Tooro que diminuam os tributos por elas demandados aos comerciantes franceses. No episódio em tela, o uso da linguagem de violência seria necessário porque se tinha certeza de que a proposta da administração colonial não seria bem acolhida pelos governantes de Fuuta Tooro. O uso do barco a vapor deveria ser suficiente para ameaçar e para pressionar tais autoridades a acatar a dita demanda: “porque considero o aparelho da força sempre útil para obter alguma vantagem sobre esses povos”.⁴⁸³

Confrontada com a “imbecilidade” e com a “irracionalidade” supostamente características das sociedades oeste-africanas, a administração de Saint Louis passou a compreender o uso de uma linguagem de violência como sua única opção. Entretanto, como assinala Brou, tratava-se, naquele momento, mais de uma linguagem — possibilitada pelo desenvolvimento técnico europeu — do que de uma prática concreta e recorrente. É importante ressaltar que o recurso a uma tal medida, admitidamente desesperada, foi, ao fim e ao cabo, sintomático de uma relação de poder assimétrica, mas a princípio favorável às sociedades da região. Ainda assim, a conquista militar da África

⁴⁸¹ ANS, s. 13G, 13G22, p. 155.

⁴⁸² ANS, s. 13G, 13G22, p. 155.

⁴⁸³ ANS, s. 13G, 13G22, p. 124.

Ocidental não foi um processo inelutável nem linear. Nesse sentido, apenas três anos depois da direção de Brou, São Luís e o reino Trarza retornaram à guerra. Na África Ocidental, a transição do período pré-colonial para o colonial foi acidentada.

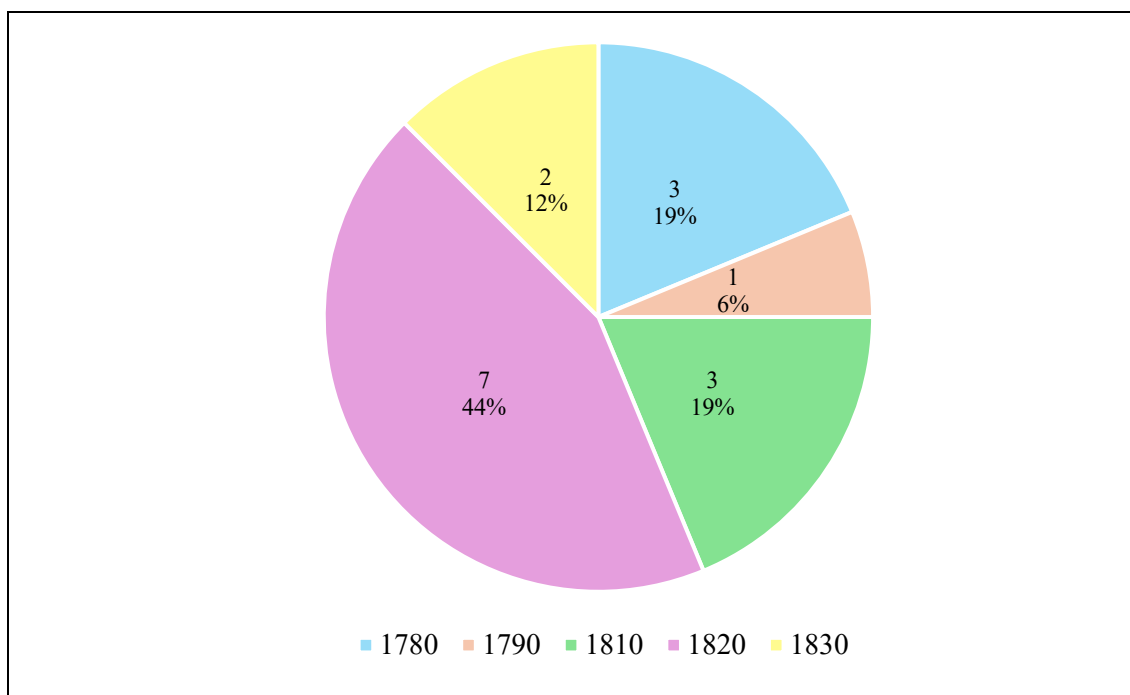
Explorar a relação entre o comércio de goma-arábica e o desenvolvimento socioeconômico do vale do rio Senegal oitocentista revelou-se um exercício mais amplo do que inicialmente imaginado. Investigar o percurso dessa mercadoria exigiu articular agricultura, comércio, política e sociedade, levando-me a questões mais profundas sobre a resiliência e as transformações da autoridade africana às vésperas da dominação colonial. A goma-arábica ofereceu um ponto de observação privilegiado: a partir das próprias fontes do enclave francês, foi possível perceber como as lógicas africanas de organização do trabalho, da terra e da circulação de bens colocavam limites concretos às ambições europeias.

Trata-se, porém, apenas de uma parte da história. Para avançarmos em questões fundamentais — como as formas locais de propriedade e de mobilização do trabalho —, é indispensável cruzar esse *corpus* com uma documentação de origem africana, oral e escrita. Permanecem abertas perguntas que escapam ao escopo deste estudo, mas que emergem diretamente dele: mesmo que não tenha causado a dependência, em um sentido colonial, das sociedades do vale do rio Senegal, de que maneiras o comércio atlântico se entrelaçou às estruturais sociais do Sahel Ocidental? Se, nas primeiras décadas do século XIX, a influência francesa sobre a região foi superestimada, como argumentado, como explicar, a partir de dinâmicas internas, o enfraquecimento da autoridade do emirado Brakna e dos marabutos Darmankour? E como compreender, se a Mauritânia foi somente brevemente impactada pelo colonialismo, como sugere a historiografia, a passagem de sua posição como um centro intelectual islâmico no século XIX para o quadro de desigualdade e de marginalização que caracteriza sua contemporaneidade?

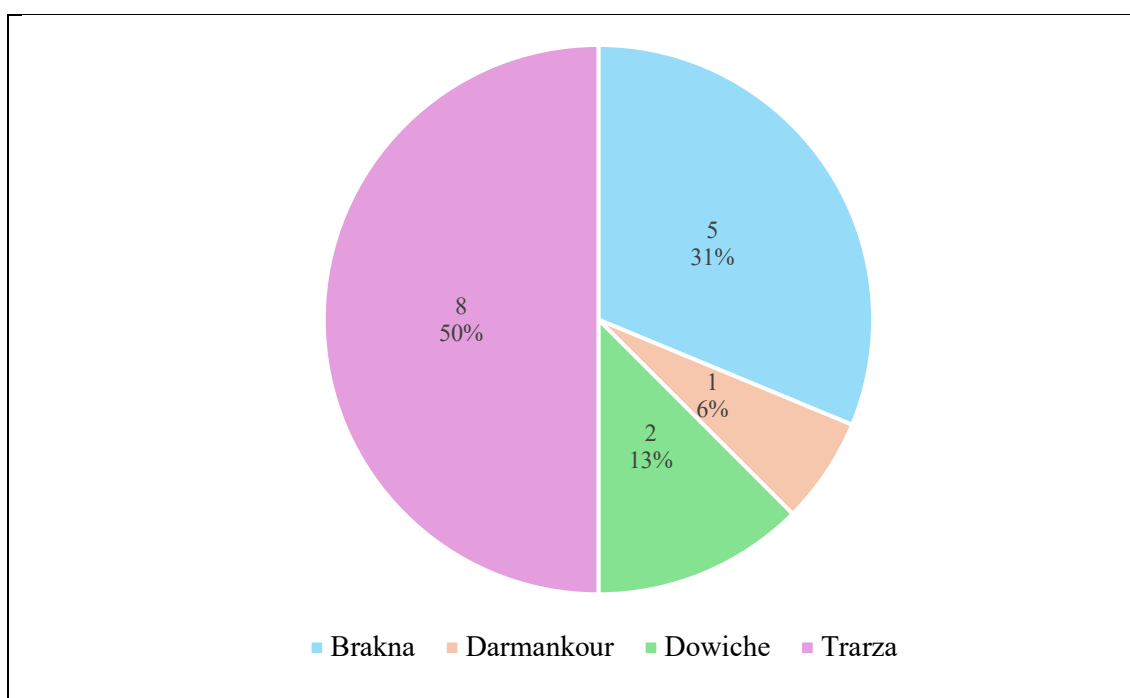
Seja qual for o caminho seguido, este trabalho procurou demonstrar que o século XIX africano não foi uma antessala da conquista europeia, mas um momento de continuidades, de disputas e de reconfigurações. Nesse terreno instável, desenharam-se as relações entre as sociedades do vale do rio Senegal e as ambições atlânticas que sobre elas se projetavam.

Anexo 1

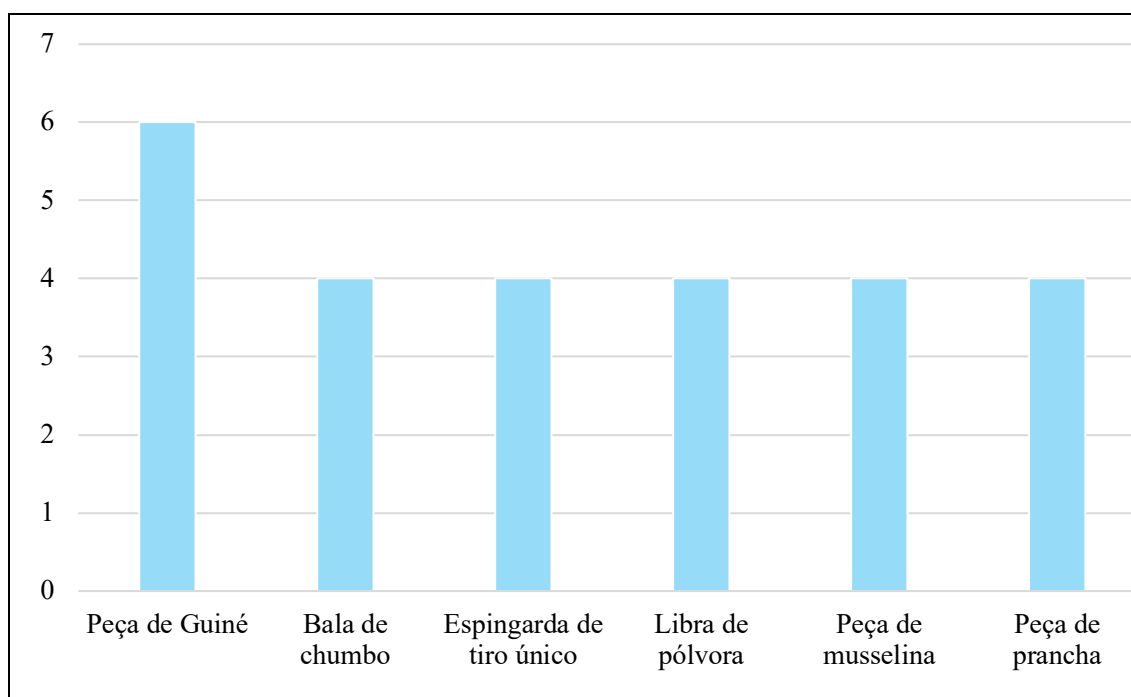
Número e percentagem de tratados por década.



Número e percentagem de tratados por sociedade.



Mercadorias mais solicitadas por número de tratados.^{1 2}



¹ A mercadoria foi solicitada pelo menos quatro vezes.

² O número total de tratados que listam tributos é 6.

Referências

Fontes

Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L'Afrique Occidentale Française (A.O.F.)
1895–1959, série 13G, documento 13G1.

Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L'Afrique Occidentale Française (A.O.F.)
1895–1959, série 13G, documento 13G22.

Bibliografia

AMIN, S.; GIRVAN, C. Underdevelopment and dependence in Black Africa: Their historical origins and contemporary forms. **Social and Economic Studies**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 177–196, 1973.

ARAÚJO, A. L. Did Rodney get it wrong? Europe underdeveloped Africa but enslaved people were not always purchased with rubbish. **African Economic History**, [s. l.], v. 50, n. 2, p. 22–32, 2022.

AULER, J. **A cera dos rios da Guiné ao oceano Atlântico: A participação de africanos no comércio de cera de abelha na Senegâmbia (1570–1640)**. 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

BÂ, I. Le commerce transsaharien et ses logiques d'accommodation par rapport au commerce transatlantique entre le XVe et le XIXe siècle. **Varia Historia**, [s. l.], v. 36, n. 71, p. 329–360, 2020.

BARROS, J. O tratamento historiográfico de fontes dialógicas. **Revista Expedições: Teoria da História e da Historiografia**, [s. l.], vol. 3, nº 4, p. 9–37, 2012.

BARRY, B. **Le royaume du Waalo: Le Sénégal avant la conquête**. Paris: Librairie François Maspero, 1972.

COOPER, F. Conflito e conexão: Repensando a história colonial na África. **Anos 90**, [s. l.], v. 15, n. 27, p. 21–73, 2008.

COOPER, F. Writing the history of development. **Journal of Modern European History**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 5–23, 2010.

CRUZ, R. **Traduzindo o império francês no Sudão ocidental: Os papéis dos intermediários africanos (1850–1870)**. 2024. 313 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

CURTIN, P. **Economic change in precolonial Africa: Senegambia in the era of the slave trade**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1975.

DAVIDSON, J. **Sacred rice: An ethnography of identity, environment, and development in rural West Africa**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

DIALLO, N. Les Archives Nationales du Sénégal d’hier à aujourd’hui: Problématique de la conservation. **Comma**, [s. l.], v. 2015, n. 1, p. 99–106, 2016.

DIOUF, M. **Le Kajoor au XIXe siècle: Pouvoir ceddo et conquête coloniale**. Paris: Éditions Karthala, 1990.

EL HAMEL, C. **Black Morocco: A history of slavery, race, and Islam**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2013.

FARIAS, P. **Arabic Medieval inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, chronicles and Songhay-Tuāreg history**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

FARIAS, J. “Não há cativo que não queira ser livre!”: Significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX. **Varia Historia**, [s. l.], v. 36, n. 71, p. 395–431, 2020.

FARIAS, J. Um novo cativo? O fim do tráfico de escravizados e os engagés à temps no Senegal (1817-1848). **Afro-Ásia**, [s. l.], n. 65, p. 281–337, 2022.

FAUVELLE, F.-X. **O rinoceronte de ouro: Histórias da Idade Média africana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FRAZÃO-MOREIRA, A. Rotas, mercados e eliK: Das caravanas à apropriação local da goma-arábica na modernidade de um oásis mauritano. *In*: DA SILVA, M. (org.).

Castelos a bombordo: Etnografias de patrimónios africanos e memórias portuguesas. Lisboa: Etnográfica Press, 2013. p. 211–230.

GOLBÉRY, S. **Fragmens d'un voyage en Afrique [...]**. Paris: Treuttel et Würtz, 1802. v. 1.

GREEN, T. **A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the Age of Revolution**. [S. l.]: Penguin, 2020.

GREEN, T. Africa and the price revolution: Currency imports and socioeconomic change in West and West-Central Africa during the seventeenth century. **The Journal of African History**, [s. l.], v. 57, n. 1, p. 1–24, 2016.

HALL, B. **A history of race in Muslim West Africa, 1600–1960**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

HORTA, J. Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: As representações. *In*: COLÓQUIO “CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA”, 1994, Lisboa. **Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História de África”**. Lisboa: [s. d.], 1994. p. 189–200.

KLEIN, M. **Slavery and colonial rule in French West Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

KLEIN, M. Slaves, gum, and peanuts: Adaptation to the end of the slave trade in Senegal, 1817-48. **The William and Mary Quarterly**, [s. l.], v. 66, n. 4, p. 895–914, 2009.

KOBAYASHI, K. Indian textiles and gum arabic in the Lower Senegal River: Global significance of local trade and consumers in the early nineteenth century. **African Economic History**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 27–53, 2017.

LOVEJOY, P. **Jihād in West Africa during the Age of Revolutions**. Athens: Ohio University Press, 2016.

LYDON, G. **On trans-Saharan trails: Islamic law, trade networks, and cross-cultural exchange in nineteenth-century Western Africa**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.

MACEDO, J. Cor, etnicidade e escravidão no Mi'raj al-Su'ud, de Ahmed Baba de Tombuctu. In: **Antigas sociedades da África Negra**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 105–133.

MALACCO, F. Goma-arábica: Produção saheliana, demanda atlântica, poder senegambiano (séc. XVII). **Esboços**, [s. l.], v. 31, n. 57, p. 162–178, 2024.

MALACCO, F. **História social do comércio na Senegâmbia**. 2023. 284 f. Tese (Doutoramento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MARQUES, L.; GEBARA, A. (orgs.). **História das mercadorias: Trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. Disponível em:
<http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/historiadasmercadorias/index.html>.

MARX, K. **O capital**. Moscovo; Lisboa: Edições Progresso; Editorial Avante!, 1990.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm>.

MASAKI, T. Indian guinée cloth, West Africa, and the French colonial empire 1826-1925: Colonialism and imperialism as agents of globalization. **Economic History of Developing Regions**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 101–127, 2022.

MATTOS, R. **As dimensões da resistência em Angoche: Da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)**. São Paulo: Alameda, 2018.

MCLANE, M. Commercial rivalries and French policy on the Senegal River, 1831-1858. **African Economic History**, [s. l.], n. 15, p. 39–67, 1986.

MOTA, T. Guests in foreign lands: Land control and ownership in Greater Senegambia in the face of the Portuguese presence (16th and 17th centuries). In: SAAVEDRA, M. (org.). **Ownership regimes in the Iberian world (1500-1850): The normative role of kinship and community**. Leiden: Koninklijke Brill, 2025. p. 78–111.

MOTA, T. **História atlântica da islamização na África Ocidental: Senegâmbia, séculos XVI e XVII**. 2018a. 373 f. Tese (Doutoramento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MOTA, T. Múltiplos de papel e marfim: Islã, cultura escrita e comércio atlântico na Senegâmbia (séculos XVI-XVII). In: SANTOS, V.; PAIVA, E.; GOMES, R. (org.). **O comércio de marfim no mundo atlântico: Circulação e produção (séculos XV a XIX)**. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2018b.

MOTA, T. Muslims for and against slavery: Debates on the European abolitionism within the Muslim elite of Saint-Louis, Senegal (1844). **Slavery & Abolition**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 230–253, 2024.

MOTA, T. O Islã na África Atlântica: Transformações no significado de comportamentos religiosos (séculos XVI-XVII). In: REGINALDO, L.; FERREIRA, R. (org.). **África, margens e oceanos: Perspectivas de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021a.

MOTA, T. Oralidades africanas e/em escritas europeias: Considerações metodológicas para a escrita da história do noroeste africano. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PROFISSÃO HISTORIADOR: FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO, 2014, Juiz de Fora. **Anais do XIX Encontro Regional de História**. Juiz de Fora: [s. d.], 2014. p. 1–9.

MOTA, T. “Sobre o Alcorão e por Maomé”: Islã, produção intelectual e capital cultural na Senegâmbia (séculos XVI e XVII). In: REIS, R.; RESENDE, T.; MOTA, T. (org.). **Estudos sobre África Ocidental: Dinâmicas culturais, diálogos atlânticos**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

MOTA, T. Um coração de rei. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 36, n. 71, p. 295–328, 2020.

MOTA, T. Wolof and Mandinga Muslims in the early Atlantic world: African background, missionary disputes, and social expansion of Islam before the Fula jihads. **Atlantic Studies**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 150–176, 2021b.

NIGRO, J. Trading for empire: Commerce and French colonial rule in Senegal, c. 1817–1860. **Journal of Colonialism and Colonial History**, [s. l.], v. 23, n. 1, 2022.

NOBILI, M. Back to Saharan myths: Preliminary notes on 'Uqba al-Mustajab. **Annual Review of Islam in Africa**, [s. l.], n. 11, p. 79–84, 2012.

OULD-CHEIKH, A. Homo scolasticus dans le désert: Autour d'une controverse juridique sur le statut de la gomme arabique dans le Sahara maure (XIXe-XXe s.). **Die Welt des Islams**, [s. l.], v. 64, n. 2/3, p. 197–226, 2024.

PEREIRA, M.; ROQUE, R. Arquivo, literacia e resistência: Notas sobre os manuscritos “nativos” na série Moçambique do fundo do Conselho Ultramarino do Arquivo Histórico Ultramarino. **ABE África**, [s. l.], v. 7, n. 7, p. 65–91, 2022.

PONDOPOULO-SANCHEZ, A. Une histoire aux multiples visages: La reconstruction coloniale de l’histoire du Fuuta sénégalaïs au début du XXe siècle. **Outre-Mers**, [s. l.], v. 93, n. 352–353, p. 57–77, 2006.

RIBEIRO, L. **As sociedades gomeiras do vale do rio Senegal (1785–1840)**. 2023. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023.

RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ROSSI, B. **From slavery to aid: Politics, labour, and ecology in the Nigerien Sahel, 1800–2000**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2015.

SALVAING, B. Islam in Sub-Saharan Africa, 800-1900. In: NGOM, F.; KURFI, M.; FALOLA, T. (org.). **The Palgrave handbook of Islam in Africa**. Londres: Palgrave Macmillan, 2022.

SANNEH, L. **Beyond jihad: The pacifist tradition in West African Islam**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

SARR, A. **Islam, power, and dependency in the Gambia River basin: The politics of land control, 1790-1940**. Nova Iorque: University of Rochester Press, 2016.

SENE, C. Les traités entre le Fuuta-Tooro et Saint-Louis: Commerce, taxes et sécurité à l’intersection (1785-1808). **Afriques**, [s. l.], v. 15, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/afriques/5093>.

STAMM, V. The rural economy of the upper Senegal valley before the consolidation of colonial rule (ca. A. D. 1680-1900). **Journal des Africanistes**, [s. l.], v. 90, n. 1, p. 52–79, 2020.

STEWART, C. Southern Saharan scholarship and the Bilad al-Sudan. **The Journal of African History**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 73–93, 1976.

TAYLOR, R. Warriors, tributaries, blood money and political transformation in nineteenth-century Mauritania. **The Journal of African History**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 419–441, 1995.

WALTHER, O.; RETAILLÉ, D. Mapping the Sahelian space. In: VILLALÓN, L. (org.). **The Oxford handbook of the African Sahel**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2021.

WARE III, R. **The walking Qur’ān**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

WEBB JUNIOR, J. **Desert frontier: Ecological and economic change along the Western Sahel, 1600–1850**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995a.

WEBB JUNIOR, J. The evolution of the Idaw al-Hajj commercial diaspora. **Cahiers d’Études Africaines**, [s. l.], v. XXXV, n. 2–3, p. 455–475, 1995b.

WEBB JUNIOR, J. The trade in gum arabic: Prelude to French conquest in Senegal. **The Journal of African History**, [s. l.], v. 26, n. 2–3, p. 149–168, 1985.